By @kakashi_copiador

Aula 11 - Equipe AFO (Somente em PDF)

CNU - Finanças Públicas - 2024

(Pós-Edital)

Autor:

Celso Natale, Equipe AFO e Direito Financeiro Estratégia Concursos, Luciana de Paula Marinho

02 de Fevereiro de 2024

https://t.me/kakashi_copiador

Índice

1) Questões Comentadas - Orçamento Público no Brasil - PPA, LDO e LOA - Cebraspe 3

2) Questões comentadas - Orçamento público no Brasil. PPA, LDO e LOA - Vunesp 97

3) Lista de Questões - Orçamento Público no Brasil - PPA, LDO e LOA - Cebraspe 181

4) Lista de questões - Orçamento público no Brasil. PPA, LDO e LOA - Vunesp 221

5) Questões Comentadas - Receita Pública: Conceito, Classificações e Fontes - Cebraspe 266

6) Questões Comentadas - Receita Pública: Conceito, Classificações e Fontes - Vunesp 370

7) Lista de Questões - Receita Pública: Conceito, Classificações e Fontes - Cebraspe 445

8) Lista de Questões - Receita Pública: Conceito, Classificações e Fontes - Vunesp 489

https://t.me/kakashi_copiador

QUESTÕES COMENTADAS

1. CEBRASPE (CESPE)/SEPLAN RR/Planejamento e Orçamento/2023

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue o item seguinte.

Programas que não geram um bem ou serviço no processo produtivo de cada exercício devem, obrigatoriamente, ser incluídos no plano plurianual.

Comentário: Segundo o art. 165 da CF/1988:

"§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada."

Conforme o Manual Técnico de elaboração do Plano Plurianual (MT-PPA), os Programas Finalísticos são o conjunto coordenado de ações governamentais financiadas por recursos orçamentários e não orçamentários visando à concretização do objetivo. Assim, no PPA constam apenas os programas que geram um bem ou serviço no processo produtivo. Além dos Programas Finalísticos, há um Programa de Gestão que retratará as despesas com a manutenção dos órgãos de cada Poder, Ministério Público da União (MPU) e Defensoria Pública da União (DPU) e Empresas Estatais, especialmente gastos de pessoal e custeio indispensáveis ao funcionamento administrativo. Logo, como regra, Programas que não geram um bem ou serviço no processo produtivo de cada exercício devem não ser incluídos no plano plurianual.

Gabarito: Errado

2. CEBRASPE (CESPE)/SEPLAN RR/Planejamento e Orçamento/2023

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue o item seguinte.

O plano plurianual é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma unificada em nível nacional, diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos.

Comentário: Segundo o art. 165 da CF/1988:

"§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada."

https://t.me/kakashi_copiador

Logo, a assertiva está incorreta.

Gabarito: Errado

3. CEBRASPE (CESPE)/TJ ES/2023

Em relação às normas que regem o sistema orçamentário brasileiro, julgue o item subsequente.

As metas, os objetivos e as diretrizes da administração pública federal relacionados às despesas de capital e outras delas decorrentes, além das despesas relativas aos programas de duração continuada, devem constar, de forma regionalizada, na lei que instituir o plano plurianual.

Comentário: Segundo o art. 165 da CF/1988:

DESPENCA NA PROVA!

"§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada."

Gabarito: Certo

4. CEBRASPE (CESPE)/TJ ES/2023

Acerca das características da economia brasileira e do orçamento público, julgue o item seguinte.

Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição brasileira são elaborados em consonância com o plano plurianual — um instrumento de planejamento governamental de médio prazo, instituído por lei, com vigência de quatro anos, que se inicia no primeiro ano de mandato do chefe do Poder Executivo.

Comentário: O PPA é o instrumento de planejamento de **médio** prazo do Governo Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos

https://t.me/kakashi_copiador

programas de duração continuada. O PPA possui duração de quatro anos e nesse período serão elaboradas uma LDO e uma LOA a cada ano, de forma que sejam compatíveis e coerentes com o PPA a que se referem. Com o intuito de alcançar os objetivos constitucionais estabelecidos no art. 3º da CF /1988, o critério utilizado para o estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas é a regionalização (não é por estado nem por municípios) e o critério populacional. Essa regionalização não se refere apenas ao PPA, mas a todos os demais planos que, conforme o art. 165, § 4.°, devem ser elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional. Entretanto, o PPA será enviado ao Congresso Nacional para aprovação no primeiro ano do mandato, passando a vigorar, então, a partir do segundo ano do mandato presidencial atual até o final do primeiro ano do mandato presidencial seguinte, . É de quatro anos o período de sua vigência. É no primeiro ano do mandato do Presidente da República que é elaborado o seu PPA; o seu planejamento para os quatro anos seguintes.

Gabarito: Errado

5. CEBRASPE (CESPE)/CG DF/Planejamento e Orçamento/2023

Acerca dos ciclos orçamentários estabelecidos no plano plurianual (PPA) e dos requisitos legais pertinentes ao PPA, assinale a opção correta.

a) O PPA tem vigência de quatro anos e o seu período coincide com o mandato do Poder Executivo.

b) A inclusão ou exclusão de objetivos definidos no PPA é considerada revisão.

c) Investimentos militares que ultrapassem o período de um ano não precisam constar no PPA.

d) O PPA deve estabelecer, de forma centralizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal.

Comentário: Analisemos item a item:

a) Errada. O PPA será enviado ao Congresso Nacional para aprovação no primeiro ano do mandato, passando a vigorar, então, a partir do segundo ano do mandato presidencial atual até o final do primeiro ano do mandato presidencial seguinte. É de quatro anos o período de sua vigência. É no primeiro ano do mandato do Presidente da República que é elaborado o seu PPA; o seu planejamento para os quatro anos seguintes.

b) Certa. Conforme a lei do PPA atual (PPA 2020-2023 - lei n 13.971/2019):

https://t.me/kakashi_copiador

> "Art. 12. A gestão do PPA 2020-2023 observará os princípios de publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão do PPA 2020-2023."

Além disso, segue ainda a Lei

> *"Art. 21. Fica o Poder Executivo federal autorizado a promover alterações no PPA 2020-2023, em ato próprio, para:*
> *I - conciliar com o PPA 2020-2023 as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional e poderá, para tanto:*
> *b) adequar vinculações entre ações orçamentárias e programas;"*

Logo, a inclusão ou exclusão de objetivos definidos no PPA é considerada revisão.

c) Errada. Conforme a CF

"Art. 167 § 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade."

d) Errada.

Segundo o art. 165 da CF/1988:

"§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada."

Gabarito: B

6. CEBRASPE (CESPE)/SEPLAN RR/Tecnologia da Informação/2023

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue o item seguinte.

O conteúdo da lei de diretrizes orçamentárias está previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei Complementar n.º 101/2000.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário: A LDO surgiu almejando ser o elo entre o planejamento mais próximo do estratégico (PPA) e o planejamento operacional (LOA). Sua relevância reside no fato de ter conseguido diminuir a distância entre o plano e as LOAs, as quais dificilmente conseguiam incorporar as diretrizes dos planejamentos existentes antes da CF/1988. Suas disposições estão elencadas tanto na CF (art. 165), como na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Gabarito: Certo

7. CEBRASPE (CESPE)/TCE RJ/2023

Conforme as disposições da CF e da Lei n.º 4.320/1964, bem como a jurisprudência do STF, julgue o item a seguir, referente às leis orçamentárias.

A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, assim como a concessão de aumento ou reajuste, está condicionada, de forma cumulativa, à existência de dotação na lei orçamentária anual e de previsão na lei de diretrizes orçamentárias.

Comentário: É uma questão jurisprudencial. o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu que a revisão anual da remuneração dos servidores públicos só é possível se a despesa constar da Lei Orçamentária Anual (LOA) e estiver prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A decisão foi tomada no Recurso Extraordinário (RE) RE 905357. Assim, a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos depende, cumulativamente, de dotação na Lei Orçamentária Anual e de previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Gabarito: Certo

8. CEBRASPE (CESPE)/TJ ES/Administrativa/2023

Em relação às normas que regem o sistema orçamentário brasileiro, julgue o item subsequente.

As atribuições constitucionais conferidas à lei de diretrizes orçamentárias incluem dispor sobre as alterações na legislação tributária.

Comentário: O conceito da LDO é fornecido pela Constituição Federal de 1988. Segundo o art. 165, § 2º,

https://t.me/kakashi_copiador

DESPENCA NA PROVA!

"A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. ".

Gabarito: Certo

9. CEBRASPE (CESPE)/AGER MT/Administração/2023

Acerca do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), julgue os itens a seguir.

I Integra a LDO o anexo de agregados fiscais e a proporção de recursos para investimentos a serem alocados na lei orçamentária anual para a continuidade dos investimentos que estiverem em andamento.

II Integra a LDO o demonstrativo regionalizado de efeito sobre as receitas e as despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

III A LDO conterá o valor da reserva de contingência, destinada ao atendimento dos passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais imprevistos que podem afetar negativamente as contas públicas.

IV A LDO apresenta as previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e dos investimentos em andamento.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens II e III estão certos.

d) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

Analisando item a item, temos:

I Integra a LDO o anexo de agregados fiscais e a proporção de recursos para investimentos a serem alocados na lei orçamentária anual para a continuidade dos investimentos que estiverem em andamento. (CERTO)

Conforme o Art. 165,

"§ 12. Integrará a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 (dois) exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento."

II Integra a LDO o demonstrativo regionalizado de efeito sobre as receitas e as despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia. (ERRADO)

Conforme o Art. 165,

"§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia."

III A LDO conterá o valor da reserva de contingência, destinada ao atendimento dos passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais imprevistos que podem afetar negativamente as contas públicas. (ERRADO)

Conforme a LRF,

"Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias (...)"

IV A LDO apresenta as previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e dos investimentos em andamento. (ERRADO)

Conforme o Art. 165,

"§ 14. A lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento."

Gabarito: A

https://t.me/kakashi_copiador

10. CEBRASPE (CESPE)/AGER MT/2023

O elo entre os planejamentos de médio e curto prazo dos entes públicos se dá por meio

a) do balanço orçamentário.

b) do plano plurianual.

c) da lei orçamentária anual.

d) da lei de diretrizes orçamentárias.

e) do balanço patrimonial.

Comentário:
A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o instrumento norteador da elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Ela seleciona os programas do Plano Plurianual que deverão ser contemplados com dotações na LOA correspondente. A LDO também se materializa numa lei ordinária de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo. É um instrumento de planejamento e o "elo" entre o PPA (e a LOA. Ela antecipa e orienta a direção e o sentido dos gastos públicos, bem como os parâmetros que devem nortear a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício subsequente, além, é claro, de selecionar, entre os programas do Plano Plurianual, quais terão prioridade na programação e execução do orçamento anual subsequente.

Gabarito: D

11. CEBRASPE (CESPE)/SEPLAN RR/Planejamento e Orçamento/2023

Relativamente ao orçamento público, julgue o item que se segue.

Os requisitos para que emenda a projeto de lei orçamentária possa ser aprovada incluem o fato de a referida emenda ser compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Comentário:
As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

<table>
<tr><td colspan="3">sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;</td></tr>
<tr><td rowspan="3">indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação</td><td rowspan="3">Excluídas as que incidam</td><td>dotações para pessoal e seus encargos</td></tr>
<tr><td>serviço da dívida</td></tr>
<tr><td>transferências tributárias constitucionais</td></tr>
</table>

https://t.me/kakashi_copiador

de despesa	sobre	para Estados, Municípios e Distrito Federal
sejam relacionadas	com a correção de erros ou omissões	
	com os dispositivos do texto do projeto de lei (são chamadas de emendas de redação, pois visam melhorar o texto, tornando-lhe mais claro e preciso)	

Gabarito: Certo

12. CEBRASPE (CESPE)/TCE RJ/2023

De acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência dos tribunais superiores a respeito das finanças públicas, julgue o item a seguir.

É possível a inserção, na lei orçamentária anual, de previsões de despesas para exercícios seguintes.

Comentário:

Conforme o Art. 165,

"§ 14. A lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento."
Gabarito: Certo

13. CEBRASPE (CESPE)/TCE RJ/2023

Conforme as disposições da CF e da Lei n.º 4.320/1964, bem como a jurisprudência do STF, julgue o item a seguir, referente às leis orçamentárias.

As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos aos estados somente por meio de transferência com finalidade definida, considerado o princípio da publicidade, que deve nortear a elaboração do orçamento.

Comentário:

ATENÇÃO, DECORE!

As transferências são de dois tipos: transferência especial, quando o parlamentar encaminha recursos para o governo ou a prefeitura sem destinação específica; e transferência com finalidade definida, quando a

https://t.me/kakashi_copiador

verba vai "carimbada" para um uso determinado. Como sabem, as emendas parlamentares são indicações feitas por deputados e senadores, no Orçamento, sobre como devem ser destinados recursos para seus estados de origem.

TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	os recursos serão repassados diretamente ao estado ou município beneficiado, **independente** de celebração de convênio; pertencerão ao ente federado no ato da efetiva transferência financeira; e serão aplicados em programações finalísticas das áreas de competência do governo local.
TRANSFERÊNCIA COM FINALIDADE DEFINIDA	os recursos serão vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar; e aplicados nas áreas de competência constitucional da União.
pelo menos 70% das transferências especiais deverão ser destinadas a investimentos	
no máximo 30% dos recursos dessas transferências poderão ser destinados ao custeio	

Gabarito: Errado

14. CEBRASPE (CESPE)/TCE RJ/2023

Conforme as disposições da CF e da Lei n.º 4.320/1964, bem como a jurisprudência do STF, julgue o item a seguir, referente às leis orçamentárias.

Em atenção ao princípio da autonomia dos entes federados, é válida a previsão, nas Constituições estaduais, de limites para aprovação de emendas parlamentares impositivas em patamar diferente daquele imposto pela CF no tocante ao orçamento federal.

Comentário:

ESTA É DIFÍCIL!

É uma questão jurisprudencial, fique ligado! Vejamos as decisões:

"É inconstitucional norma estadual que tenha criado impositividade da lei orçamentária antes do advento das Emendas Constitucionais (ECs) 86/2015 e 100/2019." ADI 5274/SC, relatora Min. Cármen Lúcia, julgamento virtual realizado em 18/10/2021 (Info 1034)

"Constituição Estadual não pode impor tratar sobre as emendas parlamentares impositivas com percentuais diferentes daquilo que está previsto na Constituição Federal." ADI 6670 MC/DF, relator Min. Gilmar Mendes, julgamento virtual finalizado em 30.4.2021(Info 1015)

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito: Errado

15. CEBRASPE (CESPE)/TJ ES/Administrativa/2023

Em relação às normas que regem o sistema orçamentário brasileiro, julgue o item subsequente.
É vedado à lei orçamentária anual contemplar previsões de despesas para exercícios seguintes.

Comentário:
Conforme o Art. 165,

"§ 14. A lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento."

Gabarito: Errado

16. CEBRASPE (CESPE) /TJ ES/Apoio Especializado/Contabilidade/2023

Relativamente às classificações orçamentárias e às diretrizes para elaboração da proposta orçamentária, julgue o item a seguir.

A execução provisória do orçamento é admitida nos casos em que a sanção do projeto de lei orçamentária anual não ocorrer até o dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Comentário:
Conforme as últimas LDO's, se o Projeto de Lei Orçamentária não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro, a programação dele constante poderá ser executada de maneira provisória. Conforme a LDO 2023 (LEI Nº 14.436, DE 9 DE AGOSTO 2022)

"Da execução provisória do projeto de Lei Orçamentária
Art. 70. Na hipótese de a Lei Orçamentária de 2023 não ser publicada até 31 de dezembro de 2022, a programação constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 poderá ser executada para o atendimento de: (...)"

Logo, a execução provisória do orçamento é admitida nos casos em que a sanção do projeto de lei orçamentária anual não ocorrer até o dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Gabarito: Certo

https://t.me/kakashi_copiador

17. CEBRASPE (CESPE)/CG DF/Planejamento e Orçamento/2023

À luz dos princípios orçamentários pertinentes às receitas e despesas públicas, assinale a opção correta. Nesse sentido, considere que a sigla LOA, sempre que empregada, se refere à lei orçamentária anual.

a) As despesas e receitas são registradas pelo regime de competência.

b) As despesas irrelevantes não precisam de estimativa na peça orçamentária pública.

c) As despesas rotineiras e ordinárias da administração pública, já previstas no orçamento, são dispensadas de estimativas de impacto orçamentário e financeiro.

d) As despesas com as emissões de papel moeda devem constar na LOA.

Comentário:

a) Errada. Conforme o art. 35 da Lei nº 4.320/64, pelo regime orçamentário utilizamos o critério misto, as receitas seguem o regime de caixa (arrecadação) e as despesas seguem o regime de competência (empenho). Já pelo enfoque patrimonial, em ambos utilizamos o regime de competência, para a receita consideramos quando se consuma o fato gerador (lançamento) e para as despesas utilizamos a fase de liquidação, como regra.

b) Errada. Estabelecido, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei no 4.320/ 1964, recepcionado e normatizado pelo § 5º do art. 165 da Constituição Federal, o princípio da universalidade determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

c) Certa. Conforme a Orientação Normativa AGU 52/2014:

"As despesas ordinárias e rotineiras da Administração, já previstas no Orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos Incisos I e II do art. 16 Da Lei Complementar Nº 101, de 2000."

As despesas consideradas irrelevantes também não necessitam da comprovação das exigências previstas no art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a teor do § 3º do próprio dispositivo. A fixação da despesa irrelevante será fornecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

d) Errada. Conforme a Lei nº 4.320/1964

"Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros."

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito: C

18. CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Jurídico/Direito/2023

Julgue o item a seguir, a respeito do orçamento público, do ciclo orçamentário e dos princípios orçamentários.

No orçamento da União, a estimativa total de imposto de renda deve ser registrada como receita e a respectiva parte destinada aos municípios deve ser registrada como despesa.

Comentário: Conforme a Lei nº 4.320/1964

"Art. 6º Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

§ 1º As cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no orçamento da entidade obrigada à transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber."

É a aplicação direta do princípio orçamentário do Orçamento Bruto.

Gabarito: Certo

19. CEBRASPE (CESPE/CNMP/Apoio Técnico Especializado/Contabilidade/2023

Com base na Lei n.º 4.320/1964 e suas alterações, julgue o item a seguir.

No projeto de lei do orçamento, será admitida emenda para dotação de serviço que ainda não tenha sido criado.

Comentário:

DESPENCA NA PROVA!

A Lei nº 4.320/64 traz mais dispositivos em relação às emendas. Segundo o art. 33 da Lei 4.320/1964, NÃO se admitirão emendas ao projeto de lei de orçamento que visem:

https://t.me/kakashi_copiador

Alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto a inexatidão da proposta
Conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes
Conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado
Conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

Gabarito: Errado

20. CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

Em relação ao orçamento da União, julgue o item que se segue.

O estado democrático de direito determina que a lei orçamentária deve abarcar todos os programas governamentais e que nenhum deles pode ser executado sem ter passado pelo rito tradicional de tramitação e aprovação da referida lei.

Comentário:

É fato que toda despesa deve ser autorizada através do orçamento. Entretanto, nem todos os programas de governo estarão, necessariamente, publicados no orçamento. Veja o que a CF elenca:

"Art. 165

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional."

Além disso, sabe-se que a abertura de créditos extraordinários, para atender situações imprevisíveis e urgentes, dispensam autorização no orçamento, sendo abertos diretamente por Decreto ou Medida Provisória, consoante a Lei nº 4.320/1964. Assim, a assertiva está incorreta.

Gabarito: Errado

21. CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

https://t.me/kakashi_copiador

Em relação ao orçamento da União, julgue o item que se segue.

Atualmente, por força do orçamento impositivo, observadas as ressalvas da lei, o Poder Executivo é obrigado a executar a programação das emendas individuais dos parlamentares encartadas na peça orçamentária da União.

Comentário: Trata-se de princípio novo que define o dever de execução das programações orçamentárias, o que supera o antigo debate acerca da natureza jurídica da lei orçamentária, ou seja, se as programações representavam mera autorização para a execução (modelo autorizativo) ou se, diante do sistema de planejamento e orçamento da Constituição de 1988, poder-se-ia extrair o caráter vinculante da lei orçamentária, o que acabou prevalecendo. De acordo com o § 10 do art. 165 da CF, a administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade. Esse dever de executar as programações que constam da lei orçamentária foi inserido pela Emenda Constitucional 100, de 2019. Ampliou-se, para todo o orçamento público, o regime jurídico de execução que já se encontrava definido para as programações incluídas por emendas individuais (desde a EC nº 85, 2015, que promoveu mudanças no art. 166 da CF). O dever de execução é um vínculo imposto ao gestor, no interesse da sociedade, que o impele a tomar todas as medidas necessárias (empenho, contratação, liquidação, pagamento) para viabilizar a entrega de bens e serviços correspondente às programações da lei orçamentária. A própria Constituição esclarece que o dever de execução não se aplica nos casos em que impedimentos de ordem técnica ou legal, na medida em que representam óbice intransponível para o gestor. É o caso, por exemplo, da necessidade legal de cumprir metas fiscais, o que requer contingenciamento das despesas.

Gabarito: Certo

22. CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

No que diz respeito ao processo orçamentário, julgue o item a seguir.

O orçamento público é uma peça contábil que, depois de aprovada, é utilizada pelo governo para registrar as despesas e autorizar as receitas que serão utilizadas para pagar os gastos consignados.

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

O Orçamento Programa é um plano de trabalho que integra – numa concepção gerencial - planejamento e orçamento com objetivos e metas a alcançar. A ênfase do orçamento-programa é nas realizações, e a avaliação de resultados abrange a eficácia (alcance das metas) e a efetividade (análise do impacto final das ações). É a única técnica que integra planejamento e orçamento e, como o planejamento começa pela definição de objetivos, não há Orçamento Programa sem definição clara de objetivos. Assim, o orçamento público não é mais meramente uma peça contábil, mas sim, um instrumento de planejamento. Portanto, no Orçamento Programa a ênfase é no que se realiza (nas realizações) e não no que se gasta.

Gabarito: Errado

23. CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

No que diz respeito ao processo orçamentário, julgue o item a seguir.

O Poder Legislativo, ao votar o texto da lei orçamentária anual, pode revisar, incluir e até mesmo excluir as metas e os programas já planejados ou aprovados pelo Poder Executivo.

Comentário:

Apesar da possibilidade de o Legislativo propor emendas aos projetos de orçamento e diretrizes orçamentárias, a questão apresenta uma pequena falha no enunciado. O Poder Legislativo, ao votar o texto da lei orçamentária, tem a competência de revisar, incluir e até mesmo excluir as metas e os programas já planejados ou aprovados pelo Poder Executivo. Essa é uma prerrogativa do Congresso Nacional prevista na Constituição Federal de 1988, que garante a independência e a autonomia dos poderes. A LOA deve ser elaborada com base no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), mas cabe ao Poder Legislativo a última palavra sobre a destinação dos recursos públicos. Assim, o Legislativo pode modificar a proposta orçamentária apresentada pelo Executivo para atender as demandas e necessidades da sociedade. Caso a meta na LOA já esteja compatibilizada com a LDO e o PPA, a própria emenda não pode ser incompatível, por força da CF:

"Art. 166 § 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:
I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;"

A redação do item prejudicou o entendimento objetivo, uma vez que a questão não fornece subsídios para analisarmos se a revisão, alteração ou até mesmo a exclusão está compatível ou

https://t.me/kakashi_copiador

não com a LDO e PPA. Caso incompatível, não seria possível, pela vedação supracitada. Se compatível previamente com as diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual, poderia ser revista, alterada e até mesmo excluída.

Entretanto, a banca manteve o gabarito como ERRADO e acredito que o entendimento levado em questão foi unicamente de que os programas constam no PPA e as metas na LDO, e não no orçamento.

Gabarito: Errado

24. CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

No que diz respeito ao processo orçamentário, julgue o item a seguir.

O prazo de vigência do orçamento público equivale a um exercício financeiro.

Comentário:

Conforme a Lei nº 4.320/1964:

"Art. 34. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil."

O exercício financeiro é o período de tempo ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA. O § 5º do art. 165 da CF 88 refere-se à existência de uma lei orçamentária anual. Conforme o art. 2º e 34 da Lei nº 4.320, de 1964, o orçamento é anual e o exercício financeiro coincidirá com o ano civil (1º de janeiro a 31 de dezembro).

Gabarito: Certo

25. CEBRASPE (CESPE) - TJ TRT8/TRT 8/Administrativa/2023

Acerca do ciclo orçamentário no Brasil e de aspectos relativos ao plano plurianual (PPA), à lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e à lei orçamentária anual (LOA), assinale a opção correta.

a) Durante o ciclo orçamentário, os projetos de lei relativos ao PPA, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados exclusivamente pela Câmara dos Deputados, com consulta ao Senado Federal, por meio da comissão mista permanente de senadores e deputados, e a anuência do sistema de justiça ao relatório final.

https://t.me/kakashi_copiador

b) O PPA, em consonância com as metas e prioridades da LDO, estabelece as receitas e despesas que integram a LOA.

c) A LDO, que orienta a elaboração da LOA, compreende as metas e prioridades da administração pública, bem como estabelece as diretrizes da política fiscal, de acordo com a trajetória da dívida pública.

d) A LOA estima a receita disponível e a despesa para o orçamento do ano seguinte, distribuindo os recursos para cada um dos programas e ações do orçamento fiscal e da seguridade social, enquanto o PPA estabelece a alocação das despesas do orçamento de investimentos.

e) O PPA marca o início do ciclo orçamentário, com o planejamento das contas públicas para o período de quatro anos, entrando em vigor no primeiro dia do mandato do chefe do Poder Executivo e encerrando-se no último dia desse mandato, servindo como guia para a elaboração da LOA em cada ano de governo.

Comentário:

a) Errada.

"Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum."

b) Errada. As receitas e despesas são previstas na LOA, em conformidade com a LDO e o PPA.

c) Certa. Conforme a CF

"Art. 165

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)"

d) Errada. A LOA traz os 3 orçamentos, vejamos:

"Art. 165

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

https://t.me/kakashi_copiador

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público."

e) Errada. O PPA será enviado ao Congresso Nacional para aprovação no primeiro ano do mandato, passando a vigorar, então, a partir do segundo ano do mandato presidencial atual até o final do primeiro ano do mandato presidencial seguinte. É de quatro anos o período de sua vigência. É no primeiro ano do mandato do Presidente da República que é elaborado o seu PPA; o seu planejamento para os quatro anos seguintes. O PPA deve ser encaminhado ao Congresso Nacional no 1º ano do mandato presidencial até 31 de agosto e devolvido para sanção até 22 de dezembro do mesmo ano. Assim, no primeiro ano de mandato Presidencial é utilizado o PPA elaborado pelo presidente anterior (e também a LDO e a LOA).

Gabarito: C

26. CEBRASPE (CESPE)/CG DF/Finanças e Controle/2023

O modelo orçamentário brasileiro é composto basicamente de três instrumentos: plano plurianual (PPA), lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e lei orçamentária anual (LOA). A respeito desses instrumentos, julgue os itens seguintes.

I A LDO disporá sobre normas relativas ao controle legislativo e à avaliação da eficiência e da moralidade dos projetos de lei encaminhados ao Poder Executivo pelo Congresso Nacional.

II O projeto de LOA, elaborado de forma compatível com o PPA, com a LDO e com as normas da Lei complementar n.º 101/2000, conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas.

III O PPA é um plano de longo prazo, por meio do qual se procura ordenar as ações do governo que levem ao atingimento dos objetivos e metas fixados para um período de quatro anos.

Assinale a opção correta.

https://t.me/kakashi_copiador

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas o item III está certo.

d) Todos os itens estão certos.

Comentário:

Analisando item a item, temos:

I ERRADA. Conforme a LRF

"Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2o do art. 165 da Constituição e:

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;"

II CERTA. Conforme a LRF

"Art. 5 O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1o do art. 4º;"

III. ERRADA. O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas, e o PPA é um instrumento desse planejamento que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável. O Plano Plurianual condiciona a elaboração de todos os demais planos no âmbito federal, que devem estar de acordo e harmonizar-se com ele, conforme dispõe o art.165, § 4º, da CF: "os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional". O PPA é o instrumento de planejamento de MÉDIO prazo do governo federal.

Gabarito: B

27. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/2022

https://t.me/kakashi_copiador

Um município editou lei orçamentária anual na qual foram fixadas medidas de fiscalização tributária para aumento da receita orçamentária de imposto sobre serviços de qualquer natureza — ISS, tendo atualizado suas bases de cálculo. Na referida lei, também é prevista autorização para abertura de crédito suplementar. Com base no disposto na Constituição Federal de 1988, conclui-se que essa lei é

a) constitucional no que diz respeito à atualização da base de cálculo por lei orçamentária anual.

b) inconstitucional apenas em relação à parte que prevê dispositivo estranho à previsão de receita e fixação de despesa.

c) constitucional no tocante às receitas orçamentárias de ISS e à autorização de crédito suplementar.

d) inconstitucional, pois não pode prever abertura de crédito suplementar nem dispositivo estranho à previsão de receita e fixação de despesa.

e) constitucional no que se refere ao dispositivo referente à previsão de receita de ISS, mas inconstitucional quanto à previsão de abertura de crédito suplementar.

Comentário:

O princípio da pureza ou exclusividade, previsto no § 8º do art. 165 da CF, estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. São ressalvados a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por Antecipação de Receitas Orçamentárias - ARO, nos termos da lei. A lei orçamentária deverá conter apenas matéria orçamentária ou financeira. Ou seja, dela deve ser excluído qualquer dispositivo estranho à estimativa de receita e à fixação de despesa. O objetivo deste princípio é evitar a presença das chamadas "caudas e rabilongos" (matéria estranha à lei orçamentária). O fato de a lei orçamentária ser veiculada de forma célere no Legislativo, dado o prazo constitucional para sua apreciação, gerou, no passado, comportamentos oportunistas, pelo que se firmou esse importante princípio, delimitando-se o conteúdo da lei orçamentária. Logo, quando o município editou lei orçamentária anual fixando medidas de fiscalização tributária para aumento da receita orçamentária de imposto sobre serviços de qualquer natureza — ISS, tendo atualizado suas bases de cálculo, elencou conteúdo estranho à previsão de receitas e despesas, logo, é inconstitucional neste quesito.

Gabarito: B

28. CEBRASPE (CESPE/ApexBrasil/Processos de Gestão Corporativa/2022

Assinale a opção que apresenta o instrumento para a alocação de recursos públicos que pode ser operacionalizado por meio de diversas ações.

https://t.me/kakashi_copiador

a) Plano Diretor

b) Lei de Diretrizes Orçamentárias

c) Plano Plurianual

d) Lei Orçamentária Anual

Comentário:

A LOA é um instrumento que expressa a alocação de recursos públicos, sendo operacionalizada por meio de diversas ações. É o orçamento propriamente dito. A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o produto final do processo orçamentário coordenado pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF). Ela abrange apenas o exercício financeiro a que se refere e é o documento legal que contém a previsão de receitas e autorização de despesas a serem realizadas no exercício financeiro. A Lei Orçamentária Anual é uma lei ordinária formal, pois percorre todo o processo legislativo (discussão, votação, aprovação, publicação), mas não o é em sentido material, pois dela não se origina nenhum Direito Subjetivo. A Lei Orçamentária Anual é um instrumento de planejamento que operacionaliza no curto prazo os programas contidos no Plano Plurianual. O projeto de Lei Orçamentária Anual contempla, conforme selecionado pela LDO, as prioridades contidas no Plano Plurianual (PPA) e as metas que deverão ser atingidas no exercício financeiro. A lei orçamentária disciplina todas as ações do Governo Federal. É com base nas autorizações da Lei Orçamentária Anual que as despesas do exercício são executadas.

Gabarito: D

29. CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT8/TRT 8/Apoio Especializado/Estatística/2022

Entre as peças orçamentárias que compõem a LOA, elaboradas em consonância e compatibilidade com as leis que instituíram o PPA e as diretrizes orçamentárias, a função de reduzir desigualdades inter- regionais, segundo o critério populacional, é exercida

a) pelo orçamento fiscal, somente.

b) pelo orçamento da seguridade social, somente.

c) pelo orçamento fiscal e pelo orçamento de investimento das empresas estatais.

d) pelo orçamento fiscal e pelo orçamento da seguridade social.

e) pelo orçamento da seguridade social e pelo orçamento de investimento das empresas estatais.

Comentário:

Conforme a Constituição Federal de 1988

https://t.me/kakashi_copiador

"Art. 165
§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional."
Os orçamentos mencionados (I) e (II) são os orçamentos fiscal e de investimentos das estatais.

Gabarito: C

30. CEBRASPE - Tec Amb (IBAMA)/2022

Acerca de uma hipotética entidade da administração pública indireta responsável por fiscalização ambiental, julgue o item seguinte.

As despesas e receitas dessa entidade integram o orçamento fiscal da pessoa política à qual a entidade esteja vinculada.

Certo

Errado

Comentário: A Loa é composta por 3 orçamentos que são:

- O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- O orçamento da seguridade social abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Gabarito: Certo.

31. CEBRASPE - Tec Amb (IBAMA)/2022

No que diz respeito ao conceito de orçamento público, às suas técnicas, aos seus princípios e ao seu ciclo, julgue o item a seguir.

Na etapa de elaboração do orçamento público, os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os tribunais de contas elaboram as suas propostas parciais em relação às suas despesas, a serem encaminhadas ao Poder Executivo, para consolidação na proposta de orçamento público.

Certo

https://t.me/kakashi_copiador

Errado

Comentário: É exatamente desta forma. Os Poderes e órgãos que possuem autonomia elaboram suas propostas obedecendo aos limites da LDO e as encaminham ao Poder Executivo para consolidação e envio ao Poder Legislativo.

Atenção a esses dispositivos abaixo, pois são muito cobrados em prova:

Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 1º Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

art. 127, § 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias

Gabarito: Certo.

32. CEBRASPE - Tec Amb (IBAMA)/2022

Quanto ao orçamento público no Brasil, julgue o item a seguir.

É vedada a previsão, na lei orçamentária anual, de despesas de investimentos plurianuais para os exercícios seguintes.

Certo

Errado

Comentário: É possível sim. Vejamos:

Art. 165, § 14. A lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

Gabarito: Errado

33. CEBRASPE - ADP (DPE RO)/Administração/2022

Lei Orçamentária Anual (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

Acerca do orçamento público brasileiro e seus princípios, assinale a opção correta.

https://t.me/kakashi_copiador

a) É permitida a transferência de receitas entre unidades governamentais. Desse modo, as cotas de receita que uma entidade pública deva transferir a outra deverão ser incluídas, como dedução da receita, no orçamento da entidade obrigada à transferência e, como receita, no orçamento da que a receber.

b) Os orçamentos fiscal e da seguridade social compõem o orçamento da União e são apresentados em anexo programático consolidado, sob a mesma estrutura das demais peças orçamentárias, contemplando receitas e despesas no mesmo nível de detalhamento das estatais não dependentes.

c) O caráter impositivo da execução do orçamento importa tanto para as despesas discricionárias quanto para as despesas obrigatórias — aquelas cujos orçamentação, empenho e pagamento decorrem da existência de legislação anterior, justamente pelo fato de constarem na lei orçamentária.

d) A realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital só pode ser admitida para a realização de investimentos, mas não para abatimento da dívida. Ou seja, é vedado tomar dinheiro emprestado para despesa corrente, mas é permitido déficit para despesa de capital em casos específicos.

e) As empresas estatais e de economia mista bem como as agências oficiais de fomento e os fundos constitucionais têm a inclusão de seus investimentos no orçamento da União justificada à medida que tais aplicações contam com o apoio do orçamento fiscal e da seguridade.

Comentário: Vejamos as alternativas uma a uma:

a) Errada. Conforme a lei 4.320/64, Art. 6º Tôdas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções, § 1º As cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no orçamento da entidade obrigada à transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber.
b) Errada. As receitas e despesas são contempladas com maior nível de discriminação em relação ao orçamento das estatais.
c) Errada. Em regra, o orçamento é autorizativo e boa parte de sua execução já se consuma previstas em leis. No entanto, há o caráter impositivo para as despesas discricionárias pois mesmo com certa libertar já existe algum direcionamento previsto para destinação da verba.
d) Errada. Em regra, é vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital. No entanto, há ressalvas para tal regra, desde que tenha finalidade precisa e que sejam aprovadas pelo Poder Legislativo por maioria absoluta. A questão extrapola ao afirmar os casos possíveis e os que não são possíveis.
e) Certa. A questão foi retirada do site da Câmara dos Deputados: "Somente a partir de 1988 as operações de crédito foram incluídas no orçamento. Além disso, as empresas estatais e de economia mista, bem como as agências oficiais de fomento (BNDES, CEF, Banco da Amazônia, BNB) e os Fundos Constitucionais (FINAM, FINOR, PIN/PROTERRA) não têm a obrigatoriedade de integrar suas despesas e receitas operacionais ao orçamento público. A inclusão de seus investimentos no Orçamento da União é justificada na medida que tais aplicações contam com o apoio do orçamento fiscal e até mesmo da seguridade".

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito: E

34. CEBRASPE - AAAJ (DP DF)/Administração/2022

Sabendo que o orçamento público é o principal documento de políticas públicas do governo, julgue o item a seguir.

No orçamento, as despesas são estimadas e as receitas são fixadas, devendo-se manter o equilíbrio entre ambas.

Certo

Errado

Comentário: No orçamento, as despesas são fixadas e as receitas são estimadas, devendo-se manter o equilíbrio entre ambas.

Gabarito: Errado

35. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Contador/2022

Julgue o seguinte item no que concerne a fundamentos, princípios e técnicas relacionados ao orçamento público e ao orçamento-programa.

O produto estimado de alienação de bens imóveis pode ser incluído na Lei de Orçamento somente se a operação for especificamente autorizada e em forma que juridicamente possa ser realizada no exercício.

Certo

Errado

Comentário: Conforme a Lei 4.320/64, art. 7°, § 2°: "O produto estimado de operações de crédito e de alienação de bens imóveis somente se incluirá na receita quando umas e outras forem especificamente autorizadas pelo Poder Legislativo em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las no exercício".

Gabarito: Certo

36. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Contador/2022

Acerca das ações envolvidas no ciclo orçamentário, julgue o item subsequente.

Caso o projeto de determinada obra não esteja aprovado pelos órgãos competentes, a dotação para seu início não pode ser objeto de emenda ao projeto de Lei de Orçamento.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário: Conforme art. 33 da lei 4.320/64:

> Não se admitirão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem a:
>
> a) alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto a inexatidão da proposta;
>
> b) conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes;
>
> c) conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado;
>
> d) conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

Gabarito: Certo

37. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Contador/2022

Acerca das ações envolvidas no ciclo orçamentário, julgue o item subsequente.

A execução orçamentária não será iniciada no exercício enquanto não houver a sanção do projeto de LOA.

Comentário: Se a LOA não for sancionada no prazo legal estabelecido, a LDO dará orientações às execuções orçamentárias até que se promova a devida sanção.

Aqui tem um detalhe importante: é por esse motivo que a LDO é instrumento que pode proibir o Poder Legislativo de entrar em recesso sem a sua devida aprovação.

Gabarito: Errado

38. CEBRASPE - Tec (PGE RJ)/Processual/2022

Julgue o item seguinte, relativo ao orçamento público no Brasil.

As metas da administração pública federal que servirão de base para a elaboração do orçamento anual integram a lei de diretrizes orçamentárias.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário: Art. 165, § 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

Gabarito: Certo

39. CEBRASPE - Tec (PGE RJ)/Processual/2022

Julgue o item seguinte, relativo ao orçamento público no Brasil.

O orçamento anual estima as despesas e autoriza as receitas para o próximo exercício anual.

Comentário: Opa, precisamos estar ligados e não cair numa dessas.

Na LOA (orçamento público) a receita é prevista/ estimada e a despesa é fixada para o próximo exercício anual

Gabarito: Errado

40. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

Quanto aos documentos e dispositivos legais que integram o orçamento público, julgue o item a seguir.

Os fundos de incentivos fiscais e as empresas que recebam recursos governamentais sob a forma, exclusivamente, de participação acionária estão excluídos do orçamento fiscal.

Comentário:Tais fundos integram o orçamento de investimento.

A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

https://t.me/kakashi_copiador

O orçamento da seguridade social abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Gabarito: Certo

41. CEBRASPE - Del Pol (PC PB)/2022

Na tramitação de um projeto de lei de orçamento, admite-se a inclusão de despesas não previstas na proposta inicial. Para fazer face a tal inclusão, é necessária a redução ou a eliminação de outra(s) despesa(s). Conforme a Constituição Federal, é admissível, para tanto, a eliminação de despesa com

a) pessoal.

b) transferências tributárias constitucionais para municípios.

c) encargos da despesa com pessoal.

d) serviços da dívida.

e) investimentos.

Comentário: No comando da questão, a menção à inclusão de despesas não previstas na proposta inicial faz referência às emendas parlamentares. Sendo assim, a única situação que permite a eliminação (anulação de despesa) é o investimento. As outras alternativas são proibidas pela CF/88.

ART.166, § 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - Sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal;

Gabarito: E

https://t.me/kakashi_copiador

42. CEBRASPE - Tec (FUB)/Contabilidade/2022

Em relação ao orçamento público, julgue o item a seguir.

A lei orçamentária da União compreende o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Certo

Errado

Comentário: Exatamente o orçamento de investimento.

De acordo com O § 5º do art. 165 da Constituição Federal estabelece que a Lei Orçamentária Anual compreenderá:

O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

O orçamento da seguridade social abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Gabarito: Certo

43. CEBRASPE - Tec (FUB)/Contabilidade/2022

Em relação ao orçamento público, julgue o item a seguir.

O orçamento público deve ser compatível com o plano plurianual, que é elaborado a cada quatro anos para entrar em vigor conjuntamente com o mandato do chefe do Poder Executivo.

Certo

Errado

Comentário: Olha o detalhe sutil, sabemos que o PPA não coincide com o mandato do chefe do poder executivo.

O PPA será enviado ao Congresso Nacional para aprovação no primeiro ano de mandato, passando a vigorar, então, a partir do segundo ano de mandato e término no primeiro ano do mandato subsequente.

Gabarito: Errado

https://t.me/kakashi_copiador

44. CEBRASPE - Proc (MP TCE-SC)/2022

Em relação a orçamento público, julgue o item que se segue.

O denominado orçamento impositivo, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, pode ser descrito como um princípio – o da vinculação da execução orçamentária.

Certo

Errado

Comentário: O cebraspe não considerou como princípio. O orçamento impositivo versa sobre a metade da aprovação de uma emenda ser aplicada em serviços de saúde e sendo assim trata-se de um procedimento de execução/aplicação

"Art.166, § 9º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde".

Gabarito: Errado

45. CEBRASPE - TAA (MP TCE-SC)/2022

A respeito do orçamento público no Brasil e das leis de natureza orçamentária, julgue o item a seguir.

A exemplo do orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social tem a função de reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Certo

Errado

Comentário: O correto é o orçamento fiscal e o de investimento.

Vejamos o texto Constitucional

Art. 165 § 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

https://t.me/kakashi_copiador

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 7ºOs orçamentos previstos no § 5º, I (fiscal) e II (investimento), deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Gabarito: Errado

46. CEBRASPE - Ana (APEX)/Processos de Gestão Corporativa/2022

Assinale a opção que apresenta o instrumento para a alocação de recursos públicos que pode ser operacionalizado por meio de diversas ações.

a) Plano Diretor

b) Lei de Diretrizes Orçamentárias

c) Plano Plurianual

d) Lei Orçamentária Anual

Comentário: A LOA é o instrumento de planejamento que materializa as metas previstas na LDO e os objetivos previstos no PPA e por este motivo é o instrumento destinado a operacionalizar a alocação de recursos.

Gabarito: D

47. CEBRASPE - Tec Amb (IBAMA)/2022

Quanto ao orçamento público no Brasil, julgue o item a seguir.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a lei de diretrizes orçamentárias deve compreender as metas e prioridades da administração pública federal e estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

Certo

Errado

Comentário: Como diz a nossa maravilhosa professora Elisabete Moreira: Olha as palavrinhas do bem da LDO - metas e prioridades - trajetória sustentável da dívida pública.

https://t.me/kakashi_copiador

Art. 165, § 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

Peço sua atenção na alteração realizada pela EC 109/2021.

Gabarito: Certo

48. CEBRASPE - Proc (PGE RO)/2022

A lei de diretrizes orçamentárias

I compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal.

II estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

III orientará a elaboração da lei orçamentária anual.

IV disporá sobre as alterações na legislação tributária.

V estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e IV estão certos.

b) Apenas os itens II e IV estão certos.

c) Apenas os itens I, III e V estão certos.

d) Apenas os itens II, III e V estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentário: Art. 165, § 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal (item I), estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública (item II), orientará a elaboração da lei orçamentária anual (item III), disporá sobre as alterações na legislação tributária (item IV) e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (item V). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

Gabarito: E

https://t.me/kakashi_copiador

49. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Contador/2022

Julgue o item subsequente sobre a elaboração dos projetos de lei do plano plurianual (PPA), das diretrizes orçamentárias (LDO) e do orçamento anual (LOA) no âmbito do governo federal.

As prioridades e metas a serem observadas no momento de elaboração e execução dos orçamentos são definidas na LDO.

Certo

Errado

Comentário: Art. 165, § 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

Gabarito: Certo

50. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

Quanto aos documentos e dispositivos legais que integram o orçamento público, julgue o item a seguir.

A lei de diretrizes orçamentárias foi instituída pela Constituição Federal de 1988, mas sua amplitude foi reduzida a partir da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Certo

Errado

Comentário: Com a vigência da LRF (lei nº 101/2000) a LDO teve uma ampliação em suas funcionalidades. Atenção que tais funções são de alta incidência em prova.

LDO na Lei de responsabilidade fiscal

É importante para uma boa base saber o funcionamento da LDO na LRF.

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

https://t.me/kakashi_copiador

a) equilíbrio entre receitas e despesas;

b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea *b* do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;

c) (VETADO)

d) (VETADO)

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

Como você deve ter percebido, existem as funções da LDO divididas entre a CF/88 e a LRF. Cabe destacar que há questões que exigem que o candidato saiba exatamente o ordenamento jurídico de onde se extrai a função, então, peço sua atenção no comando da questão caso venha neste estilo.

Gabarito: Errado.

51. CEBRASPE - Sub Proc (MPCM PA)/TCM PA/2022

Conforme a CF, a lei de diretrizes orçamentárias deverá estabelecer

a) o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

b) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados.

c) demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

d) a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

e) a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.

Comentário: Art. 165, § 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

Gabarito: D

https://t.me/kakashi_copiador

52. CEBRASPE - TAA (MP TCE-SC)/2022

A respeito do orçamento público no Brasil e das leis de natureza orçamentária, julgue o item a seguir.

Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados devem examinar e emitir pareceres sobre o projeto de lei de diretrizes orçamentárias antes da sua apreciação em cada uma das referidas casas.

Certo

Errado

Comentário: Há dois erros na questão:

1º - Quem emite o parecer é uma comissão mista

2º - A apreciação é realizada de forma conjunta pelo Congresso Nacional.

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

§ 1º Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República;

Gabarito: Errado.

53. CEBRASPE - TCP (MP TCE-SC)/2022

Julgue o item a seguir, referentes a orçamento público, programação e execução orçamentária e financeira.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias e suas emendas devem ser compatíveis com o plano plurianual.

Comentário: Veja o art. 166, § 4º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

Gabarito: Certo.

https://t.me/kakashi_copiador

54. CEBRASPE - AFCE (TCE-SC)/Administração/2022

Julgue o próximo item, a respeito das práticas na administração pública brasileira.

Ao se instituir o plano plurianual como estratégia para implementar a gestão por resultados, previram-se decisões orçamentárias submetidas a planejamento de longo prazo, em ciclos de seis anos.

Comentário: PPA tem vigência para 4 exercícios financeiros e não ciclos de 6 anos conforme diz a questão.

Cabe destacar que os 4 exercícios financeiros do PPA são não coincidentes com mandato eletivo pois tem seu início no 2 ano e término no 1 ano do mandato subsequente.

Gabarito: Errado

55. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Acerca dos ciclos orçamentários e dos requisitos legais impostos pelo Plano Plurianual (PPA), julgue o item que se segue.

O PPA possui vigência quadrienal não coincidente com o mandato do chefe do Poder Executivo.

Comentário: Os 4 exercícios financeiros do PPA são não coincidentes com mandato eletivo pois tem seu início no 2 ano e término no 1 ano do mandato subsequente.

Gabarito: Certo

56. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Acerca dos ciclos orçamentários e dos requisitos legais impostos pelo Plano Plurianual (PPA), julgue o item que se segue.

Deve ser enquadrada como revisão a exclusão de objetivos definidos em programas do PPA.

Comentário: O PPA sendo um instrumento de planejamento comporta revisões para ajustes necessários. Em obediência à lei n ° 13.971, de 2019, a revisão do Plano possui dois processos:

https://t.me/kakashi_copiador

aqueles possíveis de serem realizados por ato do próprio poder executivo e aqueles que necessitam de autorização legislativa.

Alterações que exigem envio de projeto de lei ao Congresso Nacional[12]:

a) inclusão, exclusão e alteração de Programa ou Objetivo;

b) exclusão de Meta;

c) inclusão ou exclusão de investimentos plurianuais;

d) alteração dos investimentos plurianuais constantes no Anexo III, seção II e alterações superiores a 25% do valor total dos investimentos previstos no Anexo III, seção I, e IV

Gabarito: Certo

57. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Acerca dos ciclos orçamentários e dos requisitos legais impostos pelo Plano Plurianual (PPA), julgue o item que se segue.

As despesas de programas de duração continuada não fazem parte do PPA, mas, sim, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Comentário: O conceito de PPA – Plano Plurianual é extraído da Constituição Federal, Art. 165,§ 1º: "A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá de forma Regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada".

Gabarito: Errado

58. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Acerca dos ciclos orçamentários e dos requisitos legais impostos pelo Plano Plurianual (PPA), julgue o item que se segue.

Investimentos com amplo prazo de maturação precisam constar no PPA.

Comentário: Perceba que o PPA é o planejamento estratégico do poder público, logo, todas as ações de ultrapassam 1 exercício financeiro necessitam de previsão no PPA.

https://t.me/kakashi_copiador

art. 167, § 1° Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Gabarito: Certo

59. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Acerca dos ciclos orçamentários e dos requisitos legais impostos pelo Plano Plurianual (PPA), julgue o item que se segue.

A lei do plano plurianual deve estabelecer, de forma centralizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal.

Comentário: Conforme art. 165 da CF, ,§ 1°: " A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá de forma Regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada".

Gabarito: Errado

60. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Contador/2022

Julgue o item subsequente sobre a elaboração dos projetos de lei do plano plurianual (PPA), das diretrizes orçamentárias (LDO) e do orçamento anual (LOA) no âmbito do governo federal.

O projeto do PPA deve observar, em uma perspectiva de longo prazo, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal que foram estabelecidos na LDO.

Comentário: As diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal são estabelecidas no PPA e não na LDO.

Tenha em mente:

PPA - diretrizes, os objetivos e as metas (DOM)

LDO - Metas e prioridades.

Gabarito: Errado

https://t.me/kakashi_copiador

61. CEBRASPE - Ana (PGE RJ)/Processual/2022

Considerando os princípios e regras constitucionais relativos ao orçamento público federal, julgue o item.

A competência para o envio ao Congresso Nacional do projeto de plano plurianual é exclusiva dos chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Comentário: O chefe do poder executivo que possui a competência para elaboração e envio dos projetos de PPA, LDO e LOA ao Congresso Nacional.

Gabarito: Errado

62. CEBRASPE - Tec (PGE RJ)/Processual/2022

Julgue o item seguinte, relativo ao orçamento público no Brasil.

O plano plurianual apresenta, de forma centralizada, as metas, os objetivos e as diretrizes da administração federal para o país.

Comentário: Conforme art. 165 da CF, ,§ 1°: " A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá de forma Regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada".

Gabarito: Errado

63. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

Com relação ao planejamento orçamentário segundo o modelo orçamentário brasileiro, julgue o próximo item.

O plano plurianual deve conter o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Comentário: Os orçamentos fiscais, investimento e seguridade social são contidos na LOA

Art. 165, § 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

https://t.me/kakashi_copiador

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Gabarito: Errado

64. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

Quanto aos documentos e dispositivos legais que integram o orçamento público, julgue o item a seguir.

No plano plurianual devem-se estabelecer metas e objetivos da administração pública para as despesas de capital associadas aos programas de duração continuada.

Comentário: Exatamente conforme o texto Constitucional. Vejamos:

Art. 165,§ 1°: " A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá de forma Regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada".

Sempre que possível reforce que os programas de duração continuada estão inseridos no rol do PPA, pois é comum a banca informar o contrário.

Gabarito: Certo

65. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

Quanto aos documentos e dispositivos legais que integram o orçamento público, julgue o item a seguir.

Suponha que um investimento em infraestrutura tenha se tornado urgente no estado do Rio de Janeiro, contudo sua duração seja superior a um exercício financeiro e ele não esteja previsto no plano plurianual vigente. Nessa situação hipotética, esse investimento deverá ser adiado até a aprovação do próximo plano plurianual.

Comentário: é possível que uma lei autorize o investimento. Vejamos:

Art. 167 § 1° Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Gabarito: Errado

https://t.me/kakashi_copiador

66. CEBRASPE - Arqt e Urb (FUB)/2022

Julgue o item subsequente, relativo ao orçamento público.

O primeiro ano de um governo eleito é regido pelo último ano de vigência do plano plurianual do governo imediatamente anterior.

Comentário: O PPA será enviado ao Congresso Nacional para aprovação no primeiro ano de mandato, passando a vigorar, então, a partir do segundo ano de mandato e término no primeiro ano do mandato subsequente. É de quatro anos o período de sua vigência NÃO coincidente com mandato eletivo.

Perceba que ao assumir o mandato eletivo, o chefe do executivo estará sob vigência do PPA do seu candidato anterior.

Gabarito: Certo

67. CEBRASPE - Proc (MP TCE-SC)/2022

Em relação a orçamento público, julgue o item que se segue.

O plano plurianual, por não ser veiculado em lei no sentido material, não integra o chamado ciclo orçamentário, previsto na Constituição Federal de 1988.

Comentário: o PPA integra sim o ciclo orçamentário. Aqui cabe um aprofundamento, existe a vigência do ciclo de 8 etapas, não se trata de um ciclo novo, mas sim uma expansão do tradicional ciclo de 4 etapas:

• formulação do planejamento plurianual, pelo Executivo;

• apreciação e adequação do plano, pelo Legislativo;

• proposição de metas e prioridades para a administração e da política de alocação de recursos pelo Executivo;

• apreciação e adequação da LDO, pelo Legislativo;

• elaboração da proposta de orçamento, pelo Executivo;

• apreciação, adequação e autorização legislativa;

• execução dos orçamentos aprovados;

https://t.me/kakashi_copiador

• avaliação da execução e julgamento das contas

Gabarito: Errado

68. CEBRASPE - TCP (MP TCE-SC)/2022

Julgue o item a seguir, referentes a orçamento público, programação e execução orçamentária e financeira.

O plano plurianual é elaborado pela União e seguido por todos os entes da Federação.

Comentário: Pessoal, Cebraspe ama esse tipo de afirmação errônea e você não vai cair nessa! Os entes são autônomos entre si e por este motivo, não precisam seguir os moldes da União.

Outro detalhe que vez ou outra cebraspe coloca em prova é que os prazos de envios dos instrumentos que conhecemos são os prazos da União não sendo obrigatória para os demais entes e isto está correto!

Gabarito: Errado

69. CEBRASPE - Of (CBM RO)/Combatente/2022

De acordo com a Constituição Federal, eventual diretriz, objetivo ou meta da administração pública federal para as despesas relativas aos programas de duração continuada deve constar do(a)

a) anexo da lei de diretrizes orçamentárias.

b) lei que instituir o plano plurianual.

c) lei de responsabilidade fiscal.

d) lei orçamentária anual.

e) lei de diretrizes orçamentárias.

Comentário: Falou no famoso DOM (diretriz, objetivo ou meta) é PPA

Art. 165,§ 1º: "A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá de forma Regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada".

Gabarito: B

https://t.me/kakashi_copiador

70. CEBRASPE - AA (IBAMA)/2022

No que diz respeito a políticas públicas, julgue o item seguinte.

No que se refere aos aspectos orçamentários e financeiros, para que uma política pública seja implementada, devem ser respeitados os procedimentos disciplinados nos principais instrumentos orçamentários, quais sejam: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual.

Comentário: Para se implementar uma política pública é necessário ter recursos e para que ocorra a destinação de dotação é necessário o respeito aos instrumentos de planejamento.

Gabarito: Certo

71. CEBRASPE - ADP (DPE RO)/Administração/2022

O Orçamento público brasileiro possui três peças base: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Plano Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Acerca dessas peças, assinale a opção correta.

a) O PPA engloba as diretrizes, objetivos e metas da administração pública e inclui as despesas correntes e os programas de curta duração.

b) A LDO engloba as metas e prioridades da administração pública e inclui as despesas de capital para os dois exercícios financeiros subsequentes.

c) As políticas das agências oficiais de fomento e a criação de novos cargos públicos devem ser estabelecidas na LOA.

d) Além de prever a receita e fixar a despesa, a LOA contempla os orçamentos fiscal, de investimentos e de seguridade social.

e) No orçamento de investimentos da LOA, há a inclusão apenas das empresas que a União detém, de maneira direta, a maioria do capital social com ou sem direito a voto.

Comentário:

a) Errada. O PPA engloba as despesas de capital e outras delas decorrentes e os programas de duração continuada.
b) Errada. A despesa de capital para é para o ano de vigência e para os dois exercícios financeiros subsequentes.
c) Errada. tais funções são previstas na LDO.
d) Correta. A LOA é o instrumento que acompanha os 3 orçamentos.
e) Errada. No orçamento de investimento contempla apenas as empresas que a União possui direito a voto.

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito: D

72. CEBRASPE - ADP (DPE RO)/Contabilidade/2022

Conforme legislação brasileira, a estrutura fundamental do orçamento público compreende o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual.

A respeito desse tema, julgue os itens a seguir.

I. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) disporá sobre alterações na legislação financeira e estabelecerá a política de execução das agências financeiras oficiais de fomento.

II. A LDO serve como um ajuste anual das metas colocadas pelo plano plurianual, prevendo aspectos como as grandes obras públicas a serem realizadas no próximo exercício financeiro, bem como estabelecendo a meta de superávit primário do governo para aquele ano e ajustes nas cobranças de tributos.

III. O PPA é peça fundamental na intermediação entre o planejamento de longo prazo, presente na LDO, e a ação de curto prazo, prevista na LOA, na medida em que dispõe sobre as prioridades e metas para as despesas de capital no próximo exercício e nos dois seguintes.

Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas o item I está certo.

c) Apenas o item II está certo.

d) Apenas o item III está certo.

e) Apenas os itens I e III estão certos.

Comentário:

I - o correto é legislação tributária e não financeira como esta na questão.

II - Não há respaldo legal para a LDO descrito no item II. Conforme a CF/88 no Art. 165, § 2º, "A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento". (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

III - houve uma inversão nos instrumentos que provocou o erro no item. O correto é: A LDO é peça fundamental na intermediação entre o planejamento de longo prazo, presente no PPA, e a

https://t.me/kakashi_copiador

ação de curto prazo, prevista na LOA, na medida em que dispõe sobre as prioridades e metas para as despesas de capital no próximo exercício e nos dois seguintes.

Gabarito: A

73. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

A respeito do orçamento público, julgue o item subsequente.

O programa de atuação do poder público, em suas várias esferas, é expresso por meio do orçamento público.

Comentário: A LOA é o orçamento público e por este motivo materializa as ações do poder públicos previstas no PPA e na LDO.

A LOA tem por finalidade a concretização dos objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual. É o que poderíamos chamar de orçamento por excelência ou orçamento propriamente dito.

Gabarito: Certo

74. CEBRASPE - Eng (FUB)/Civil/2022

Julgue o próximo item, relativo ao orçamento público.

O plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual são instrumentos de planejamento do setor público previstos na Constituição Federal de1988 e elaborados por iniciativa do Poder Executivo.

Comentário: Exatamente como previsto na CF/88 e todos são de iniciativa do chefe do executivo e aprovação do poder legislativo.

Gabarito: Certo

75. CEBRASPE - AFCE (TCE-SC)/Administração/2022

Quanto à programação e à execução orçamentária e financeira, julgue o próximo item.

É permitida, mediante ato do Poder Executivo e independentemente de autorização legislativa, a transposição de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das

https://t.me/kakashi_copiador

atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções.

Comentário: Guarde esta questão no coração. Falou em ciência , tecnologia e inovação, estas constituem uma exceção à necessidade de autorização legislativa para transferência de categorias de programação.

Art. 167. São vedados:

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

§ 5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

Gabarito: Certo

76. CEBRASPE - ACP (MP TCE-SC)/Administração, Contabilidade, Economia ou Engenharia/2022

Acerca da abertura de créditos adicionais e do remanejamento de recursos no setor público, julgue o seguinte item.

Caso haja prévia autorização legislativa, pode haver o remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra.

Comentário: Conforme a CF/88 em seu art. 167 são vedados, VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

Gabarito: Certo

77. CEBRASPE - Proc DF/2022

A respeito do direito financeiro, observada a Constituição Federal de 1988 (CF), a Lei n.º 4.320/1964 e a jurisprudência do STF, julgue o item a seguir.

Será inconstitucional norma que direcione a fundo voltado ao pagamento de despesas do Poder Judiciário, em caráter automático e compulsório, saldo orçamentário positivo, pois a CF veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.

Comentário: Tal situação contraria o princípio da não vinculação da receita.

https://t.me/kakashi_copiador

Art. 167 São vedados:

(...)

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

Além disso, temos o julgado ADI 6045 / RR que ampara o posicionamento da questão:

VINCULAÇÃO – FUNDO ESPECIAL – INCONSTITUCIONALIDADE. Conflita com a Constituição Federal norma a direcionar, a fundo voltado ao pagamento de despesas do Judiciário, em caráter automático e compulsório, saldo orçamentário positivo, considerada a vedação à "vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa" – artigos 2º e 167, inciso IV, da Lei Maior.

Gabarito: Certo

78. CEBRASPE - AFRE CE/SEFAZ-CE/2021

A despesa pública possui classificações quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos. Os aspectos qualitativos são formados pelas classificações por esfera, institucional, funcional e programática. Com relação a esse assunto, julgue o item que se segue.

De acordo com a atual estrutura programática, baseada no modelo de gerenciamento de programas adotado no último PPA, é possível definir os programas finalísticos como sendo aqueles que estão relacionados a bens e serviços ofertados à sociedade.

Comentário: O fim de qualquer ação do poder público é a sociedade e de fato os programas finalísticos são relacionados aos bens e serviços para a sociedade.

Cabe ressaltar que dependendo do referencial teórico a questão cabe recurso. Porém, a banca não anulou e nos cabe levar o entendimento da banca.

Gabarito: Certo

79. CEBRASPE - ACE TCE RJ/Controle Externo/Ciências Contábeis/2021

Acerca de orçamento público, julgue o item a seguir.

A vigência da lei orçamentária anual deve coincidir com a vigência da respectiva lei de diretrizes orçamentárias.

https://t.me/kakashi_copiador

Certo

Errado

Comentário: Se você sacar que a LDO e a LOA têm prazos diferentes de envio e aprovação, já pode desconfiar que a questão está errada.

PPA :

prazo para encaminhar 31/08 (primeiro ano do mandato)

prazo para aprovar 22/12 (primeiro ano do mandato)

LOA:

prazo para encaminhar 31/08

prazo para aprovar 22/12

LDO:

Prazo para encaminhar 15/04

prazo para aprovar 17/07

Gabarito: Errado

80. CEBRASPE - ACE (TC-DF)/2021

O modelo orçamentário brasileiro, definido na Constituição Federal de 1988, compõe-se de três instrumentos: o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias(LDO) e a LOA. Quanto a esse assunto, julgue o item a seguir.

Todos os projetos de lei relacionados a orçamento devem ser apresentados conjuntamente, ou seja, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, o de orçamento anual e, quando for o caso, o de plano plurianual devem ser apresentados na mesma data ao Poder Legislativo, para discussão e votação.

Comentário: Os 3 instrumentos não possuem o mesmo prazo. Vejamos:

PPA :

prazo para encaminhar 31/08 (primeiro ano do mandato)

prazo para aprovar 22/12 (primeiro ano do mandato)

LOA:

prazo para encaminhar 31/08

https://t.me/kakashi_copiador

prazo para aprovar 22/12

LDO:

Prazo para encaminhar 15/04

prazo para aprovar 17/07

Vale destacar que estes são os prazos da União não sendo obrigatório para os demais entes da federação.

Gabarito: Errado

81. CEBRASPE - AFRE CE/SEFAZ-CE/2021

O orçamento público é o instrumento de planejamento que estima as receitas que o governo espera arrecadar ao longo do próximo ano e, com base nelas, autoriza um limite de gastos a ser realizado com tais recursos. Sobre este assunto, julgue o próximo item.

O processo orçamentário brasileiro está baseado em instrumentos de curto prazo (PPA, LOA e LDO). Todos perfeitamente integrados entre si.

Comentário: Temos o PPA com vigência para 4 exercícios financeiros sendo considerado de médio prazo.

Gabarito: Errado

82. CEBRASPE - Ana Leg (ALECE)/Administração/2021

Julgue os próximos itens, no que se refere ao planejamento orçamentário da administração pública brasileira.

I O instrumento de planejamento governamental em que consta a fixação das despesas da administração pública em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas é a Lei Orçamentária Anual.

II A Lei de Diretrizes Orçamentárias materializa a realização das políticas públicas adotadas pelo governo.

III O Plano Plurianual deverá conter o anexo de metas fiscais.

Assinale a opção correta.

https://t.me/kakashi_copiador

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas o item III está certo.

d) Apenas os itens I e II estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentário:

I - Correto.

II - A LOA materializa a realização das políticas públicas adotadas pelo governo.

III - A LDO deverá conter o anexo de metas fiscais.

Gabarito: A

83. CEBRASPE - Ana Leg (ALECE)/Ciências Econômicas/2021

O sistema de planejamento e orçamento brasileiro prevê a elaboração compulsória de três instrumentos básicos: o plano plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Acerca desses instrumentos, assinale a opção que apresenta corretamente suas funções e características.

a) A LOA deverá conter a previsão da dívida pública.

b) A LOA pode ser alterada de acordo com a discricionariedade do presidente da República.

c) O PPA é o documento de mais alta hierarquia no sistema de planejamento do ente público, razão pela qual os demais planos e programas devem subordinar-se às diretrizes, às metas e aos objetivos nele estabelecidos.

d) O governo, ao decidir conceder renúncias fiscais, deverá registrar no orçamento a dedução de receitas correspondentes.

e) A LDO tem por finalidade precípua administrar o equilíbrio entre receitas estimadas e despesas públicas fixadas, de modo a autorizar a realização de gastos públicos em determinado exercício financeiro.

Comentário: Conforme os termos da CF/88 temos que:

Art. 165,§ 1°: " A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá de forma Regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada".

https://t.me/kakashi_copiador

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

Gabarito: C

84. CEBRASPE - AnDR (CODEVASF)/Administração/2021

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue o item subsequente.

Vigente por um período de quatro anos, o plano plurianual deve estabelecer, em âmbito nacional, as diretrizes, os objetivos e as metas para as despesas de capital e os programas de duração continuada.

Comentário: Perceba o erro sutil ao mencionar em âmbito nacional. O PPA dispõe de forma Regionalizada.

O conceito de PPA – Plano Plurianual é extraído da Constituição Federal, Art. 165,§ 1º: " A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá de forma Regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada".

Gabarito: Errado

85. CEBRASPE - AnDR (CODEVASF)/Administração/2021

Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos. Esse planejamento é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelos poderes. A respeito desse assunto, julgue o próximo item.

O plano plurianual é o documento que traz as diretrizes, os objetivos e as metas de médio prazo da administração pública, no qual são previstas, por exemplo, as grandes obras públicas a serem realizadas nos quatro anos seguintes à elaboração do plano.

Comentário: O conceito de PPA – Plano Plurianual é extraído da Constituição Federal, Art. 165,§ 1º: " A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá de forma Regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada".

Gabarito: Certo.

https://t.me/kakashi_copiador

86. CEBRASPE - ACE TCE RJ/Controle Externo/Ciências Contábeis/2021

A respeito dos mecanismos utilizados na elaboração, execução e controle do orçamento, julgue o item que se segue.

No âmbito do plano plurianual, os produtos compreendem as consequências das atividades realizadas em cada programa, enquanto os resultados são as mudanças na realidade social

Comentário: Questão baseada no Manual Técnico do Plano Plurianual 2020-2023. Vejamos:

• Produtos: compreendem as consequências diretas e quantificáveis das atividades e projetos realizados no âmbito do programa, que podem ser entregues à sociedade. Nesta categoria, inserem-se bens, serviços, medidas normativas ou qualquer outra intervenção cuja entrega contribua para a consecução dos objetivos da política;

• Resultados: são mudanças na realidade social observadas no curto prazo, como efeito dos produtos entregues. Estas alterações devem ser observáveis e mensuráveis, tendo por referência os problemas diagnosticados e os beneficiários da política pública;

Gabarito: Certo.

87. CEBRASPE - AFRE CE/SEFAZ-CE/2021

O modelo de planejamento e orçamento brasileiro é definido na Constituição Federal de 1988 e composto de três instrumentos: o plano plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A esse respeito, julgue o item que se segue.

Os valores que possam vir a desequilibrar as contas públicas, a exemplo dos passivos contingentes, assim como as ações e programas necessários para saná-los, devem constar no PPA.

Comentário: Passivos contingentes estão previstos no anexo de riscos fiscais e por isso, constam na LDO.

Gabarito: Errado

88. CEBRASPE - ACE TCE RJ/Controle Externo/Direito/2021

Com relação a aspectos constitucionais, legais, doutrinários e jurisprudenciais do direito financeiro, julgue o item subsequente.

https://t.me/kakashi_copiador

Caso o Poder Executivo estadual discorde da proposta orçamentária encaminhada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que obedece aos limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias, o governador não poderá alterar essa proposta ao encaminhar o projeto de lei orçamentária anual à Assembleia Legislativa.

Comentário: Não pode mexer. Vejamos a CF/88.

Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 1º Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º Se as propostas orçamentárias de que trata este artigo forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados na forma do § 1º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

Gabarito: Certo

89. CEBRASPE - AJ (PGDF)/Administração/2021

Com relação ao orçamento público, julgue o item a seguir.

A alteração da alíquota de determinado tributo pode entrar em vigor ainda que não tenha sido autorizada pela lei de diretrizes orçamentárias.

Comentário: Pode sim. Galera, a LDO apenas dispõe sobre assuntos de alteração na legislação tributária. Logo, não guarda qualquer interferência na vigência ou extinção ou modificação de um tributo.

Gabarito: Certo

90. CEBRASPE - AFRE CE/SEFAZ-CE/2021

O modelo de planejamento e orçamento brasileiro é definido na Constituição Federal de 1988 e composto de três instrumentos: o plano plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A esse respeito, julgue o item que se segue.

A LDO deverá conter anexo no qual se indica o valor e onde gastar o dinheiro público cearense no período de um ano.

Comentário: A LOA que indica que indica o valor a onde gastar o dinheiro público, pois é este instrumento que realiza previsão de receita e fixação da despesa.

Gabarito: Errado.

https://t.me/kakashi_copiador

91. CEBRASPE - Proc (PGE AL)/2021

A lei de diretrizes orçamentárias deve prever

a) a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

b) diretrizes, objetivos e metas de longo prazo para as despesas relativas aos programas de duração continuada.

c) reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

d) demonstrativo regionalizado de efeitos de isenções e anistias.

e) o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Comentário: Conforme a CF/88:

Art. 165, § 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

Gabarito: A

92. CEBRASPE - AnDR (CODEVASF)/Administração/2021

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue o item subsequente.

O orçamento da seguridade social dos fundos e das fundações mantidos pelo Poder Executivo integram a lei orçamentária anual.

Comentário: Conforme a CF/88:

Art. 165, § 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

https://t.me/kakashi_copiador

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Gabarito: Certo

93. CEBRASPE - ACE TCE RJ/Controle Externo/Ciências Contábeis/2021

Com relação aos recursos de acompanhamento e modificação do orçamento governamental, julgue o item subsecutivo.

É vedado ao presidente da República propor modificação integral da proposta de lei orçamentária anual, se uma parte da referida proposta tiver sido aprovada na comissão mista de orçamentos.

Comentário: O Presidente pode propor modificações do que ainda não foi para a votação. Vejamos o texto da CF/88:

Art. 166 § 5º O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

Gabarito: Certo

94. CEBRASPE - Proc (MPTC-DF)/2021

Considerando a legislação e o entendimento jurisprudencial acerca de direito financeiro e econômico, julgue o item a seguir.

Ao longo da tramitação do projeto de lei orçamentária anual e dos projetos que a modifiquem, podem ser apresentadas emendas, as quais, para serem aprovadas, devem ser compatíveis com o plano plurianual.

Comentário: Sobre as emendas, um dos requisitos de aprovação é ser compatível com PPA e LDO.

CF/88, art.166, § 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

https://t.me/kakashi_copiador

I - Sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

Gabarito: Certo

95. CEBRASPE - AFRE CE/SEFAZ-CE/2021

O Orçamento público é o instrumento utilizado pelo governo para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos(impostos, taxas, contribuições de melhoria, entre outros). Esse planejamento é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelos poderes. A respeito desse assunto, julgue o item a seguir.

O crédito orçamentário inicial ou ordinário é aquele aprovado pela lei orçamentária anual, constante dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais.

Comentário: Vejamos o Mcasp 9ª edição: Por crédito orçamentário inicial, entende-se aquele aprovado pela lei orçamentária anual, constante dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais não dependentes.

Gabarito: Certo

96. CEBRASPE - AF (SEFAZ CE)/Jurídico da Receita Estadual/2021

Acerca das normas orçamentárias, julgue o item subsequente.

Caso o orçamento do ano subsequente não seja aprovado no prazo legal, a programação orçamentária do projeto de lei orçamentária pendente de aprovação poderá ser executada

https://t.me/kakashi_copiador

mensalmente até o limite de 1/12 do total de cada dotação, até que seja promulgada a respectiva lei orçamentária.

Comentário: Conforme dispõe o Senado Federal temos que Pela legislação em vigor, no início de um ano sem que o Orçamento tenha sido aprovado, o Executivo conta apenas com a liberação mensal de 1/12 (um doze avos ou um duodécimo) do valor previsto para o custeio da máquina pública.

Conforme a LDO 2021 no art 65 temos que:

Art. 65. Na hipótese de a Lei Orçamentária de 2021 não ser publicada até 31 de dezembro de 2020, a programação constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2021 poderá ser executada para o atendimento de:

(...)

V - outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2021, multiplicado pelo número de meses total ou parcialmente decorridos até a data de publicação da respectiva Lei;

Gabarito: Certo

97. CEBRASPE - AUD (TC-DF)/Conselheiro-Substituto/2021

Quanto às normas constitucionais sobre direito financeiro, julgue o item a seguir.

Aos governos estaduais é admissível a apresentação de emendas ao orçamento federal, desde que em benefício do respectivo estado ou do interesse nacional.

Comentário: Galera, cada uma cuida do seu! Até porque cada um deve possuir a sua própria LOA em obediência ao princípio da unidade ou totalidade.

Gabarito: Errado

98. CEBRASPE - AUD (TC-DF)/Conselheiro-Substituto/2021

Com relação ao orçamento público, julgue o item a seguir.

Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes correrão à conta de resultados de exercícios futuros.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário: Vejamos a Cf/88:

Art. 166 § 8º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Gabarito: Errado

99. CEBRASPE - Ana Leg (ALECE)/Direito/2021

Com referência ao mecanismo constitucional da desvinculação de receitas, assinale a opção correta relativa à sua aplicação aos estados.

a) O mecanismo aplica-se somente à União, não incidindo nos estados.

b) São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 20% das receitas relativas a impostos, taxas, multas e outras receitas correntes, excetuados os recursos expressamente indicados na CF.

c) São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% das receitas relativas a impostos, taxas, multas e outras receitas correntes, sem exceções.

d) São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 20% das receitas relativas a impostos, taxas, multas e outras receitas correntes, sem exceções.

e) São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% das receitas relativas a impostos, taxas, multas e outras receitas correntes, excetuados os recursos expressamente indicados na CF.

Comentário: Tipo de questão nada comum em prova. Vejamos o art. 76 da ADCT:

Art. 76-A.

São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas dos Estados e do Distrito Federal relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

Gabarito: E

100. CEBRASPE - Proc (PGE CE)/2021

https://t.me/kakashi_copiador

Segundo o STF, uma norma orçamentária estadual com previsão de orçamento de execução obrigatória, editada antes do advento das Emendas Constitucionais n.°86/2015 e n.° 100/2019, é

a) constitucional, porque a CF estabelece a competência legislativa concorrente sobre direito financeiro.

b) inconstitucional, porque as emendas constitucionais somente autorizam o orçamento impositivo na esfera federal.

c) constitucional de modo superveniente, tendo em vista que as referidas emendas constitucionais convalidaram a norma estadual.

d) inconstitucional, porque o legislador estadual não pode dispor de modo diferente do previsto na CF sobre a matéria.

Comentário: É só pensar de modo bem objetivo com base no princípio da simetria. Se pensarmos com esse olhar, já conseguimos ver que será inconstitucional e que deverá ser nos mesmos moldes da União.

Vejamos o julgado:

A Emenda Constitucional 86/2015 alterou a redação do art. 166 da Constituição e tornou parcela do orçamento de execução financeira e orçamentária obrigatória. Por sua vez, a Emenda Constitucional 100/2019 passou a determinar que todas as emendas de iniciativa da bancada de parlamentares, no montante de 1% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, também seriam impositivas.

(...)

Conforme aponta a Procuradoria-Geral da República, verifico, neste exame preliminar da matéria, que o constituinte estadual parece violar os artigos 24, I, §1°; 25, caput; 163, I; 165, §9° e 166, §§9° a 12, todos da Constituição Federal, uma vez que a norma estadual estabelece limites para aprovação de emendas parlamentares impositivas em patamar diferente do imposto pelo art. 166 da Constituição Federal.

Nos termos da jurisprudência desta Corte, não é permitido ao legislador estadual dispor em sentido contrário ao determinado pela Constituição Federal na matéria.

Lembrando que é uma questão para o Procurador, logo o foco dessa área é diferente.

Gabarito: D

101. CEBRASPE - Proc (PGE CE)/2021

Proposição legislativa estadual que criar renúncia de receita a título de desconto do pagamento de aluguel de imóveis públicos no ano de 2021, com o escopo de abrandar os efeitos econômicos adversos da pandemia de covid-19, deverá ser acompanhada de estimativa de

https://t.me/kakashi_copiador

impacto orçamentário e financeiro. Abstraindo-se a sua previsão em normas orçamentárias, essa obrigação

a) não tem previsão constitucional ou legal.

b) está prevista somente em norma constitucional.

c) está prevista somente em lei complementar.

d) tem previsão em norma constitucional e em lei complementar.

Comentário: A EC 95/2016 incluiu na ADCT o seguinte texto:

Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Sem esquecer de mencionar que a LRF dispõe dos elementos necessários para a renúncia da receita em seu art.14.

Gabarito: B

102. CEBRASPE - Ass Jur (CODEVASF)/2021

Considerando as normas de direito financeiro, julgue o item a seguir.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a instituição de fundos de natureza contábil depende de prévia autorização legislativa.

Comentário: Questão certinha com base na CF/88 art. 167. São vedados, IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

Gabarito: Certo

103. CEBRASPE - PGE PB/2021

De acordo com as normas de direito financeiro previstas na Constituição Federal de 1988, é possível a

a) transposição, sem prévia autorização legislativa, de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência e tecnologia, desde que o objetivo seja viabilizar os resultados de projetos dessas funções.

b) realização de operação de crédito em valor superior ao montante total das despesas de capital do exercício, ainda que a operação não esteja autorizada por créditos suplementares ou especiais.

https://t.me/kakashi_copiador

c) criação de fundo público cujos objetivos possam ser alcançados mediante a execução direta por programação orçamentária e financeira de órgão da administração pública.

d) utilização, sem autorização legislativa, de recursos do orçamento fiscal que sejam necessários para cobrir o déficit de empresas estatais prestadoras de serviço público.

e) concessão de empréstimos a estados e municípios que descumpram as regras gerais de organização ou de funcionamento de regime próprio de previdência social, se concedidos por instituição financeira federal.

Comentário: O Cebraspe cobra bastante este item em prova, pois se trata de uma exceção à vedação prevista no art. 167 da CF/88. Vejamos:

Art. 167. São vedados:

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

§ 5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

a) Certo. Conforme explicação acima
b) Errado. Em obediência à regra do ouro é proibido realizar operações de crédito acima da despesa de capital.
c) Errado. A criação de fundos depende de autorização legislativa.
d) Errado. É necessário autorização legislativa.
e) Errado. Trata-se de uma vedação. Art.167 são vedados, XIII - a transferência voluntária de recursos, a concessão de avais, as garantias e as subvenções pela União e a concessão de empréstimos e de financiamentos por instituições financeiras federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na hipótese de descumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento de regime próprio de previdência social.

Gabarito: A

104. CEBRASPE - Proc (PGE CE)/2021

A denominada “regra de ouro das finanças públicas”

a) determina o equilíbrio entre receitas e despesas.

b) impõe que a administração pública realize suas atividades de acordo com as previsões das leis orçamentárias.

https://t.me/kakashi_copiador

c) veda a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

d) estabelece que a lei orçamentária contenha todas as receitas e despesas do Estado em um só documento.

Comentário: VEjamos a regra do ouro:

Conforme art. 167, III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Gabarito: C

105. CESPE/Analista de Controle Externo/TCE RJ/2021

A vigência da lei orçamentária anual deve coincidir com a vigência da respectiva lei de diretrizes orçamentárias.

O prazo para encaminhamento da LDO ao Legislativo é de oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (15 de abril) e a devolução ao Executivo deve ser realizada até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa (17 de julho). A LDO é anual no sentido de que a cada ano teremos uma LDO (LDO-2020, LDO-2021, LDO-2022 etc). Todavia, a vigência (duração) da LDO extrapola o exercício financeiro, uma vez que ela é aprovada até o encerramento do primeiro período legislativo e orienta a elaboração da LOA no segundo semestre, bem como estabelece regras orçamentárias a serem executadas ao longo do exercício financeiro subsequente.

Comentário: Por outro lado, o projeto da lei orçamentária anual deverá ser encaminhado ao Legislativo quatro meses antes do término do exercício financeiro (31 de agosto), e devolvido ao executivo até o encerramento da sessão legislativa (22 de dezembro) do exercício de sua elaboração.

Gabarito: Errada

106. CESPE/Auditor de Finanças e Controle/SEFAZ AL/2020

Nenhum investimento poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei que autorize a sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Comentário: Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade (art. 167, § 1º, da CF/1988). Assim, a questão está errada porque não

https://t.me/kakashi_copiador

cita que a regra se aplica apenas aos investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro.

Gabarito: Errada

107. CESPE/Procurador/Pref. de Campo Grande MS/2019

O PPA traça o planejamento de longo prazo, estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas correntes e para as despesas relativas aos programas de duração continuada.

Comentário: A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1º, da CF/1988). Além disso, o PPA traça o planejamento de médio prazo.

Gabarito: Errada

108. CESPE/Procurador/Pref. de Campo Grande MS/2019

Constitui crime de responsabilidade fiscal o início de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, sem prévia inclusão no PPA ou sem autorização de sua inclusão mediante lei.

Comentário: Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade (art. 167, § 1º, da CF/1988).

Gabarito: Certa

109. CESPE/Analista Judiciário/TJ AM/2019

A lei de diretrizes orçamentárias deve obedecer unicamente ao plano plurianual aprovado no mandato do presidente da República que estiver em exercício.

Comentário: O PPA não se confunde com o mandato do chefe do Executivo. O PPA é elaborado no primeiro ano de governo e entra em vigor no segundo ano. A partir daí, tem sua vigência até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Assim, a LDO irá obedecer ao PPA referente ao mesmo exercício financeiro, independentemente do mandato em que foi elaborado.

Gabarito: Errada

https://t.me/kakashi_copiador

110. CESPE/Técnico Municipal de Controle Interno/ CGM JP/2018

As diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas relativas aos programas de duração continuada serão fixados no plano plurianual.

Comentário: A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1º, da CF/1988).

Gabarito: Certa

111. CESPE/Oficial Técnico de Inteligência/ABIN/2018

Obras públicas somente podem ser realizadas quando as despesas de capital correspondentes estiverem previstas no plano plurianual, ao passo que as despesas correntes necessárias à manutenção predial podem ser realizadas ao final da obra, sem necessidade de inclusão no plano plurianual.

Comentário: A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1º, da CF/1988). O termo "e outras delas decorrentes" se relaciona às despesas correntes que esta mesma despesa de capital irá gerar após sua realização, mas ainda dentro do período de vigência do plano plurianual.

Gabarito: Errada

112. CESPE/Analista Judiciário/Área Administrativa/STJ/2018

Determinada alteração na legislação tributária somente poderá entrar em vigor depois de regularmente autorizada pela LDO.

Comentário: A CF/1988 determina que a LDO considere as alterações na legislação tributária, mas a LDO não pode criar, aumentar, suprimir, diminuir ou autorizar tributos, o que deve ser feito por outras leis. Também não existe regra determinando que tais leis sejam aprovadas antes da LDO.

Gabarito: Errada

113. CESPE/Técnico Municipal de Controle Interno/CGM JP/2018

https://t.me/kakashi_copiador

A lei de diretrizes orçamentárias é o instrumento que regula a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre as prioridades da administração pública.

Comentário: A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

Gabarito: Certa

114. CESPE/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM JP/2018

A lei orçamentária anual compõe-se de três peças orçamentárias: o orçamento fiscal, o de investimento das estatais e o da seguridade social.

Comentário: A LOA conterá o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas (ou investimentos das estatais).

Gabarito: Certa

115. CESPE/ Técnico Municipal de Controle Interno/CGM JP/2018

A lei orçamentária anual deve compreender, além do orçamento fiscal e da seguridade social, o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Comentário: A LOA compreende o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Gabarito: Certa

116. CESPE/Técnico Municipal de Controle Interno/CGM JP/2018

O plano plurianual é estabelecido por lei de iniciativa do Poder Legislativo.

Comentário: O plano plurianual é estabelecido por lei de iniciativa do Poder Executivo.

Gabarito: Errada

https://t.me/kakashi_copiador

117. CESPE/Técnico Municipal de Controle Interno/CGM JP/2018

O orçamento de investimento de determinada empresa somente deve ser incluído na lei orçamentária anual se a União detiver a maioria do capital social com direito a voto dessa empresa.

Comentário: A LOA compreende o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Gabarito: Certa

118. CESPE/Oficial Técnico de Inteligência/ABIN/2018

No caso de a União conceder benefício tributário a determinado setor da economia, o efeito regionalizado de tal benefício deverá ser demonstrado no projeto de lei orçamentária do exercício financeiro subsequente.

Comentário: O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia (art. 165, § 6º, da CF/1988).

Gabarito: Certa

119. CESPE/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM JP/2018

No âmbito do plano plurianual, as metas devem expressar as escolhas de políticas públicas para a transformação de determinada realidade.

Comentário: As metas correspondem à quantificação dos objetivos. Os objetivos devem expressar as escolhas de políticas públicas para a transformação de determinada realidade.

Gabarito: Errada

120. CESPE/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM JP/2018

A duração do plano plurianual é de quatro anos: inicia-se no primeiro ano do mandato presidencial e encerra-se no último ano do mesmo mandato.

Comentário: O PPA não se confunde com o mandato do chefe do Executivo. O PPA é elaborado no primeiro ano de governo e entra em vigor no segundo ano. A partir daí, tem sua vigência até o final do primeiro ano do mandato seguinte.

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito: Errada

121. CESPE/ Auditor de Contas Públicas/TCE PB/2018

A LOA compreende o orçamento da seguridade social das entidades e órgãos vinculados à União, inclusive de todas as fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Comentário: A lei orçamentária anual compreenderá, entre outros, orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (art. 165, § 5°, III, da CF/1988).

Gabarito: Errada

122. CESPE/ Auditor de Contas Públicas/TCE PB/2018

O plano plurianual tem por objetivo estabelecer a previsão da receita e a fixação da despesa para o período de quatro anos.

Comentário: Apesar da vigência de quatro anos, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1°, da CF/1988).

Gabarito: Errada

123. CESPE/ Auditor de Contas Públicas/TCE PB/2018

As eventuais alterações na legislação tributária com impacto na previsão de receita devem ser incorporadas à LOA.

Comentário: A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2°, da CF/1988).

Gabarito: Errada

124. CESPE/ Auditor de Contas Públicas/TCE PB/2018

https://t.me/kakashi_copiador

O objetivo constitucional de construir um programa geoeconômico e social visando à redução das desigualdades regionais deve ser contemplado, prioritariamente, na LDO.

Comentário: Os orçamentos fiscal e de investimentos, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional (art. 165, § 7°, da CF/1988).

Gabarito: Errada

125. CESPE/ Auditor de Contas Públicas/TCE PB/2018

A LDO deve anteceder a edição da LOA, independentemente da esfera federativa, em virtude do seu caráter anual.

Comentário: Como compete à LDO orientar a elaboração da LOA, em tese deve ser encaminhada antes do envio da LOA para que o planejamento orçamentário fique coerente.

Gabarito: Certa

126. CESPE/ Auditor de Contas Públicas/TCE PB/2017

Além de apresentar harmonia com o plano plurianual e estar voltado para a redução de desigualdades entre as diversas regiões brasileiras, o orçamento federal de investimento deve conter as previsões de receitas e despesas de todas as empresas nas quais a União detenha participação societária.

Comentário: O orçamento de investimentos contempla os recursos destinados às empresas cuja maioria do capital social com direito a voto pertença à União e não qualquer participação societária.

Gabarito: Errada

127. CESPE/Analista de Controle Externo/Contas Públicas/TCE PE/2017

Integram o orçamento fiscal, previsto na lei orçamentária anual, os fundos de incentivos fiscais e o orçamento das empresas públicas independentes.

Comentário: Os investimentos das empresas públicas não dependentes (ou independentes) integram o orçamento de investimentos das estatais.

Gabarito: Errada

128. CESPE/Analista de Controle Externo/Contas Públicas/TCE PE/2017

https://t.me/kakashi_copiador

Se determinado projeto não for incluído na relação de prioridades e metas da lei de diretrizes orçamentárias, sua inclusão na lei orçamentária anual será vedada.

Comentário: É fato que a LDO estabelece as metas e prioridades, bem como orienta a elaboração da LOA; porém, mesmo que não esteja na LDO, a LOA poderá conter outros projetos a serem executados. As metas e prioridades da LDO orientam sobre o que é mais importante, mas a LOA contém também diversas despesas não classificadas como metas ou prioridades.

Gabarito: Errada

129. CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/TRE PE/2017

O orçamento anual deve incorporar os orçamentos fiscal, de investimentos, da seguridade social e das empresas nas quais o poder público tenha participação.

Comentário: A LOA compreende o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

A questão está errada porque menciona que, além do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social, há o orçamento de investimentos e ainda outro orçamento das empresas nas quais o poder público tenha participação.

Gabarito: Errada

130. CESPE/Procurador do Município de Fortaleza/ 2017

Na LDO será estabelecida a política de aplicação a ser executada pelas agências oficiais de fomento.

Comentário: A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

Gabarito: Certa

131. CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/TRE PE/2017

O plano plurianual estabelece diretrizes nacionais para as despesas de capital e para os programas de duração continuada.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário: As diretrizes, os objetivos e as metas são da administração pública federal (e não nacional), ou seja, aqueles referentes à gestão pública no âmbito do Governo Federal (e não de todos os entes). O PPA federal não inclui as diretrizes, objetivos e metas dos demais entes públicos, pois cada ente possui seu próprio PPA.

Gabarito: Errada

132. CESPE/ Analista Judiciário/ Administrativa/TRT 8/2016

O chefe do Poder Executivo exercerá seu primeiro ano de mandato executando programas e ações de governo de seu antecessor, visto que o PPA a que ele se reporta foi desenvolvido pela equipe do gestor governamental anterior.

Comentário: O PPA não se confunde com o mandato do chefe do Executivo. O PPA é elaborado no primeiro ano de governo e entra em vigor no segundo ano. A partir daí, tem sua vigência até o final do primeiro ano do mandato seguinte. A ideia é manter a continuidade dos programas.

Gabarito: Certa

133. CESPE/Agente Administrativo/DPU/ 2016

A LDO compreende o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos das empresas com capital inicial pertencente à União.

Comentário: A LOA compreende o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Gabarito: Errada

134. CESPE/ Analista Judiciário/Contabilidade/TRT 8 – 2016

As alterações na legislação tributária somente podem vigorar após serem incluídas na lei de diretrizes orçamentárias.

Comentário: A CF/1988 determina que a lei de diretrizes orçamentárias considere as alterações na legislação tributária, mas a LDO não pode criar, aumentar, suprimir, diminuir ou autorizar tributos, o que deve ser feito por outras leis. Também não existe regra determinando que tais leis sejam aprovadas antes da LDO, nem que só possam vigorar após serem incluídas na LDO.

Gabarito: Errada

https://t.me/kakashi_copiador

135. CESPE/Analista Judiciário/ Administrativa/TRE PI/2016

O PPA deve estabelecer como uma de suas despesas os recursos de operação e manutenção de investimentos em bens de capital.

Comentário: A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1º, da CF/1988).

Gabarito: Certa

136. CESPE/Agente Administrativo/DPU/ 2016

As diretrizes orçamentárias são estabelecidas por leis de iniciativa do Poder Executivo.

Comentário: Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão (art. 165, *caput*, da CF/1988):

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais".

Gabarito: Certa

137. CESPE/Analista Judiciário/TRT 8/2016

A lei orçamentária anual é composta pelos orçamentos fiscal, de investimento das empresas estatais e da seguridade social.

Comentário: Integram a LOA os orçamentos fiscal, de investimento das empresas estatais e da seguridade social.

Gabarito: Certa

138. CESPE/Analista Judiciário/TRT 8/2016

A LOA prevê as despesas para o decurso do exercício financeiro e, após aprovada, garante aos entes públicos que suas necessidades de recursos financeiros serão plenamente atendidas.

Comentário: Os recursos são escassos e as necessidades da sociedade são ilimitadas. Logo, são necessárias escolhas no momento da elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento e naturalmente alguns setores serão mais beneficiados, de acordo com as ideias dominantes dos

https://t.me/kakashi_copiador

governantes daquele momento. Logo, não é possível garantir aos entes públicos que suas necessidades de recursos financeiros serão plenamente atendidas

Gabarito: Errada

139. CESPE/Analista Judiciário/TRT 8/2016

Conforme a CF, os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais deverão ser apreciados, na forma do regimento comum, pela Câmara Federal e pelo Senado Federal.

Comentário: De acordo com o art. 166 da CF/1988, os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), na forma do regimento comum.

Gabarito: Certa

140. CESPE/Analista Judiciário/TRT 8/2016

A lei orçamentária anual é desvinculada do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

Comentário: No âmbito de cada ente, PPA, LDO e LOA constituem etapas distintas, porém integradas, de forma que permitam um planejamento estrutural das ações governamentais.

Gabarito: Errada

141. CESPE/Agente Administrativo/DPU/ 2016

O PPA e a LDO devem ser aprovados pelo Poder Legislativo.

Comentário: De acordo com o art. 166 da CF/1988, os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum. Ou seja, devem ser analisados e votados pelo Poder Legislativo.

Gabarito: Certa

142. CESPE/Agente Administrativo/DPU/ 2016

https://t.me/kakashi_copiador

Considere que determinado investimento não esteja previsto no PPA. Nesse caso, quando da elaboração da LOA, não poderá ser consignada dotação para o referido investimento.

Comentário: Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade (art. 167, § 1°, da CF/1988).

Assim, não podemos afirmar categoricamente que um investimento fora do PPA não possa estar previsto na LOA, sem antes sabermos se ultrapassa ou não um exercício financeiro.

Gabarito: Errada

143. CESPE/Agente Administrativo/DPU/ 2016

A LDO é o instrumento legal e normatizador que orienta a elaboração e execução do orçamento anual e dispõe sobre o planejamento governamental de longo prazo.

Comentário: A LDO orienta a elaboração e execução do orçamento anual, mas é de curto prazo.

Gabarito: Errada

144. CESPE/Auditor/Conselheiro Substituto/TCE PR /2016

O projeto de LOA da União para o exercício seguinte deve ser enviado ao Congresso Nacional até o final do exercício corrente.

Comentário: O projeto da Lei Orçamentária anual deverá ser encaminhado ao Legislativo quatro meses antes do término do exercício financeiro (31 de agosto), e devolvido ao executivo até o encerramento da sessão legislativa (22 de dezembro) do exercício de sua elaboração.

Gabarito: Errada

145. CESPE/Analista Judiciário/TRT 8/2016

A lei de diretrizes orçamentárias fundamenta e orienta a elaboração do plano plurianual.

Comentário: A lei de diretrizes orçamentárias fundamenta e orienta a elaboração da lei orçamentária anual.

Gabarito: Errada

https://t.me/kakashi_copiador

146. CESPE/Analista Judiciário/TRT 8/2016

Conforme dispositivo legal, a LOA compreende o orçamento de investimento das estatais, limitado às empresas em que a União detenha, de forma direta, a maioria do capital social.

Comentário: Conforme dispositivo constitucional, a LOA compreende o orçamento de investimento das estatais, limitado às empresas em que a União detenha, de forma direta ou indireta, a maioria do capital social com direito a voto.

Gabarito: Errada

147. CESPE/Analista Judiciário/TRT 8/2016

O orçamento fiscal, é um instrumento da LDO que determina as metas e prioridades para a administração pública.

Comentário: O orçamento fiscal integra a LOA.

Gabarito: Errada

148. (CESPE – Auditor - Conselheiro Substituto – TCE/PR – 2016) De acordo com a CF, alterações na legislação tributária da União devem ser processadas em conformidade com princípios e determinações contidos na LOA.

Comentário: A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

Gabarito: Errada

149. CESPE/Auditor/Conselheiro Substituto/TCE PR/2016

Sob pena de ser considerado inválido, o decreto que estabelece o PPA não pode deixar de especificar, de forma regionalizada, as metas e as prioridades do governo para os quatro anos seguintes à sua aprovação, relativamente às despesas de capital e outras delas decorrentes, e também as despesas de duração continuada.

Comentário: A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, §1º, da CF/1988). Assim, o PPA deve ser instituído por lei e não pode ser estabelecido por decreto.

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito: Errada

150. CESPE/Agente Penitenciário Nacional/DEPEN/2015

Será inconstitucional a lei de iniciativa da Câmara dos Deputados que estabelecer as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro subsequente.

Comentário: Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão (art. 165, caput, da CF/1988):

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

Assim, será inconstitucional a lei de iniciativa de outro Poder que estabelecer as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro subsequente.

Gabarito: Certa

151. CESPE/Técnico de Nível Superior/ENAP/2015

Conforme determinação da CF, o plano plurianual deve ser elaborado em consonância com os planos e programas nacionais, regionais e setoriais. A explicação para essa vinculação reside no fato de que tais planos e programas apresentam maior duração e são mais específicos.

Comentário: Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional (art. 165, § 4º, da CF/1988).

Gabarito: Errada

152. CESPE/Agente Penitenciário Nacional/DEPEN/2015

A norma legal que institui o orçamento público anual deve definir, de forma regionalizada, as despesas para custear os investimentos em programas de duração continuada.

Comentário: A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1º, da CF/1988).

Gabarito: Errada

https://t.me/kakashi_copiador

153. (CESPE – Analista – Finanças e Controle - MPU – 2015) De acordo com a Constituição Federal, os planos e os programas nacionais, regionais e setoriais devem ser elaborados em consonância com o plano plurianual (PPA) e apreciados pelo Congresso Nacional. Devido à sua relação com o PPA, os programas nacionais, regionais e setoriais não podem ter duração superior a quatro anos.

Comentário: Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional (art. 165, § 4º, da CF/1988).

Entretanto, os programas nacionais, regionais e setoriais muitas vezes têm duração superior ao PPA, porque são de longo prazo, como o Plano Nacional de Educação (10 anos).

Gabarito: Errada

154. CESPE/Auditor Governamental/CGE PI/2015

A lei de diretrizes orçamentárias, instrumento de planejamento da atividade financeira para o exercício financeiro subsequente, objetiva dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Comentário: A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

Gabarito: Certa

155. (CESPE – Auditor – FUB - 2015) A lei orçamentária anual é composta dos orçamentos: fiscal, seguridade social e investimento das estatais.

Comentário: Segundo a CF/1988, a LOA conterá o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas (ou investimentos das estatais).

Gabarito: Certa

156. CESPE/Administrador/FUB/2015

https://t.me/kakashi_copiador

O processo orçamentário brasileiro é direcionado principalmente por três leis distintas: o plano plurianual com maior vigência, a lei de diretrizes orçamentárias em conjunto com o anexo de metas e riscos fiscais e, por fim, a lei orçamentária anual, na qual se incluem o orçamento fiscal, o de seguridade social e o de investimentos das empresas.

Comentário: O processo orçamentário brasileiro é direcionado principalmente por três leis distintas: PPA, LDO e LOA. O plano plurianual tem maior vigência, a qual é de quatro anos; a lei de diretrizes orçamentárias em conjunto com o anexo de metas e riscos fiscais conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal e, por fim, a lei orçamentária anual, na qual se incluem o orçamento fiscal, o de seguridade social e o de investimentos das empresas.

Gabarito: Certa

157. CESPE/Técnico de Nível Superior/ENAP/2015

A função de reduzir desigualdades inter-regionais, atribuída aos orçamentos, orienta a elaboração do orçamento da seguridade social no sentido de destinar proporcionalmente maiores números e valores de benefícios previdenciários para as regiões mais pobres do país.

Comentário: Segundo o § 7º do art. 165 da CF/1988, os orçamentos fiscais e de investimentos das estatais, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional. Assim, o orçamento da seguridade social não tem tal função.

Gabarito: Errada

158. CESPE/Técnico de Nível Superior/ENAP/2015

Ações e serviços públicos de saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), são financiados pelas três esferas da administração e integram uma rede regionalizada e hierarquizada, razões pelas quais seus recursos e aplicações estão englobados no orçamento da seguridade social, no âmbito da União.

Comentário: Segundo o art. 195 da CF/1988, a proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

No entanto, as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

Gabarito: Errada

https://t.me/kakashi_copiador

159. CESPE/Analista Técnico-Administrativo/SUFRAMA/2014

A vigência das diretrizes orçamentárias é restrita ao exercício financeiro correspondente à lei orçamentária anual a que elas se refiram.

Comentário: Parte da doutrina afirma que a vigência da LDO é de um ano. Todavia, a LDO extrapola o exercício financeiro, uma vez que ela é aprovada até o encerramento do primeiro período legislativo e orienta a elaboração da LOA no segundo semestre, bem como estabelece regras orçamentárias a serem executadas ao longo do exercício financeiro subsequente. Por exemplo, a LDO elaborada em 2013 terá vigência já em 2013 para que oriente a elaboração da LOA e também durante todo o ano de 2014, quando ocorrerá a execução orçamentária.

Gabarito: Errada

160. CESPE/Técnico Judiciário/Administrativo/ TJ CE / 2014

Os planos e programas regionais e setoriais previstos na Constituição Federal são elaborados em consonância com a LDO.

Comentário: Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional (art. 165, § 4°, da CF/1988).

Gabarito: Errada

161. CESPE/Agente Administrativo / Polícia Federal/ 2014

Na CF, é prevista, para áreas específicas, a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, que, por sua importância, seguem uma dinâmica própria, independentemente de adequação ao PPA.

Comentário: Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional (art. 165, § 4°, da CF/1988).

Gabarito: Errada

162. CESPE/ Técnico Judiciário/ Administrativo / TJ CE/2014

A LDO federal compreende o orçamento das empresas estatais nas quais a União detém a maioria do capital social com direito a voto.

https://t.me/kakashi_copiador

A LOA federal compreende o orçamento das empresas estatais nas quais a União detém a maioria do capital social com direito a voto.

Gabarito: Errada

163. CESPE /Analista Administrativo/ANTAQ/ 2014

De acordo com as normas constitucionais vigentes, o plano plurianual (PPA) deve ser elaborado em consonância com os planos e programas nacionais, regionais e setoriais.

Comentário: Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição é que serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional (art. 165, § 4º, da CF/1988).

Gabarito: Errada

164. CESPE/Analista Técnico-Administrativo / SUFRAMA /2014

Se determinada empresa for criada em decorrência de acordo internacional do Brasil com outros dois países vizinhos, sendo o capital social com direito a voto distribuído em parcelas iguais entre os integrantes do acordo, e se essa empresa desejar realizar obra de qualquer natureza, o respectivo projeto deverá ser incluído no orçamento de investimento das empresas estatais.

Comentário: A lei orçamentária anual deve compreender, entre outros, o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Gabarito: Errada

165. CESPE/Técnico Judiciário/ Administrativo/TJ CE /2014

A LDO tem a função constitucional de reduzir desigualdades inter-regionais.

Comentário: Segundo o § 7º do art. 165 da CF/1988, os orçamentos fiscais e de investimentos das estatais, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Gabarito: Errada

https://t.me/kakashi_copiador

166. CESPE / Agente Administrativo / Polícia Federal / 2014

No Brasil, a LOA é, de fato, composta por três orçamentos: o fiscal, o da seguridade social e o de investimento das empresas estatais.

Comentário: Segundo a CF/1988, a LOA conterá o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas (ou investimentos das estatais).

Gabarito: Certa

167. CESPE/Técnico Judiciário/ Administrativo/TJ CE /2014

A LDO trata das alterações da legislação tributária com impacto nas receitas previstas.

Comentário: A LDO dispõe sobre as alterações na legislação tributária, permitindo a elaboração da LOA com as estimativas mais precisas dos recursos e, ainda, informa aos agentes econômicos as possíveis modificações, a fim de que não ocorram mudanças bruscas fora de suas expectativas.

Gabarito: Certa

168. CESPE / Agente Administrativo / CADE/2014

O papel desempenhado pela lei de diretrizes orçamentárias é de fundamental importância para a integração entre o plano plurianual e o orçamento anual.

Comentário: A LDO surgiu por meio da Constituição Federal de 1988, almejando ser o elo entre o planejamento estratégico (Plano Plurianual, médio prazo, quatro anos) e o planejamento operacional (Lei Orçamentária Anual, curto prazo, 1 ano). Sua relevância reside no fato de ter conseguido diminuir a distância entre o plano estratégico e as LOAs, as quais dificilmente conseguiam incorporar as diretrizes dos planejamentos estratégicos existentes antes da CF/1988.

Gabarito: Certa

169. CESPE / Agente Administrativo / Polícia Federal / 2014

A LDO orienta a elaboração da LOA e auxilia na coerência entre o PPA e a LOA.

Comentário: A LDO surgiu almejando ser o elo entre o PPA e a LOA. Sua relevância reside no fato de ter conseguido diminuir a distância entre o plano plurianual e as LOAs, as quais dificilmente conseguiam incorporar as diretrizes dos planejamentos estratégicos existentes antes da CF/1988.

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito: Certa

170. CESPE/ Agente Administrativo/ MDIC/2014

Uma obra cuja execução esteja limitada a um exercício financeiro poderá ser iniciada sem a sua prévia inclusão no plano plurianual.

Comentário: Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade (art. 167, § 1°, da CF/1988). Logo, os investimentos cuja execução esteja restrita a um único exercício financeiro estão dispensados de serem discriminadas no PPA.

Gabarito: Certa

171. CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/ CNJ/ 2013

Considere que os Poderes Executivo e Judiciário tenham firmado convênio para expandir a presença da justiça no interior do país, em Gabarito ao aumento da criminalidade, ficando o Poder Executivo responsável pela construção de novas edificações para o funcionamento conjunto de órgãos do Poder Judiciário e da defensoria pública. Nessa situação, apesar de o convênio ter sido firmado durante a vigência de um PPA que não previa essas despesas, cuja duração seria superior a um exercício financeiro, não é necessária a alteração imediata do PPA, bastando a inclusão desse novo item de gasto na LOA em vigência.

Comentário: Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade (art. 167, § 1°, da CF/1988).

Assim, no caso em tela, tem-se como opção não proceder à alteração imediata do PPA, desde que haja a edição de lei específica autorizando a inclusão no plano plurianual. Não basta incluir apenas na LOA, por se tratar de uma despesa que ultrapassa um exercício financeiro.

Gabarito: Errada

172. CESPE/ Técnico Judiciário/Administrativa/ TRT 10 /2013

Dada a realização, no Brasil, de eventos como a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, cogitou-se a imediata necessidade de investimentos com execução superior a único exercício financeiro. Assim, para que projetos relativos a esses eventos possam ser imediatamente iniciados, é suficiente a alteração da LOA vigente mediante cláusula que preveja inclusão desses investimentos nas leis orçamentárias posteriores.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário: Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade (art. 167, § 1°, da CF/1988).

Assim, para que projetos relativos aos eventos mencionados possam ser imediatamente iniciados, é necessária a alteração do PPA vigente ou de uma lei que autorize a inclusão. Não basta incluir apenas na LOA, por se tratar de uma despesa que ultrapassa um exercício financeiro.

Gabarito: Errada

173. CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/ CNJ/ 2013

Considerando que João seja responsável pela elaboração da proposta orçamentária de um tribunal federal, que irá compor o projeto de lei orçamentária anual (LOA) para 2014. Se o tribunal pretende inserir na LOA uma despesa com benefício médico destinado aos servidores, João deverá classificá-la como constante no orçamento da seguridade social.

Comentário: A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

O orçamento da seguridade social é aplicado a todos os órgãos que possuem receitas e despesas públicas relacionadas à seguridade social (previdência, assistência e saúde) e não apenas àqueles diretamente relacionados à seguridade social, como os hospitais que atendem ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Assim, o tribunal federal possui despesas de assistência médica relativa aos seus servidores e essa despesa faz parte do orçamento da seguridade social.

Gabarito: Certa

174. CESPE/ Analista Judiciário/Administrativa/ TRT 10 /2013

Em virtude das fortes diferenças regionais existentes no país, a CF impôs a regionalização do PPA com base na divisão tradicional das cinco regiões brasileiras.

Comentário: A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1°, da CF/1988).

Entretanto, a CF/1988 não determina que deva ser adotada a tradicional divisão em cinco regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

Gabarito: Errada

https://t.me/kakashi_copiador

175. CESPE/Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial – Gestão Financeira/INPI/2013

No PPA, os objetivos e as metas da administração para as despesas de capital devem ser apresentados de forma regionalizada.

Comentário: A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1º, da CF/1988).

Gabarito: Certa

176. CESPE/ Técnico Judiciário/Administrativa/ TRT 10 /2013

A fim de reduzir as desigualdades socioeconômicas entre as cinco regiões geográficas brasileiras, o PPA deve ser apresentado de forma regionalizada, necessariamente segundo o padrão tradicional de divisão regional: Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Comentário: A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1º, da CF/1988).

Entretanto, a CF/1988 não determina que deva ser adotada necessariamente a tradicional divisão em cinco regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

Gabarito: Errada

177. CESPE/Técnico Judiciário/Administrativa/ CNJ/ 2013

A elaboração do orçamento compreende o estabelecimento de plano de médio prazo (quatro anos) ou PPA; lei orientadora ou lei de diretrizes orçamentárias (LDO); e orçamento propriamente dito ou LOA.

Comentário: O PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo (quatro anos) do Governo Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

A LDO surgiu almejando ser o elo entre o planejamento estratégico (PPA) e o planejamento operacional (LOA).

A LOA é um instrumento que expressa a alocação de recursos públicos, sendo operacionalizada por meio de diversas ações. É o orçamento propriamente dito.

Gabarito: Certa

https://t.me/kakashi_copiador

178. CESPE/Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial – Gestão Financeira/INPI /2013

O planejamento de médio prazo do governo, 4 anos, é traduzido por meio do PPA, cuja integração com a LOA é realizada pela LDO.

Comentário: A LDO surgiu por meio da Constituição Federal de 1988, almejando ser o elo entre o planejamento estratégico (Plano Plurianual, médio prazo, quatro anos) e o planejamento operacional (Lei Orçamentária Anual, curto prazo, 1 ano). Sua relevância reside no fato de ter conseguido diminuir a distância entre o plano estratégico e as LOAs, as quais dificilmente conseguiam incorporar as diretrizes dos planejamentos estratégicos existentes antes da CF/1988.

Gabarito: Certa

179. CESPE/Analista Administrativo/Administrador/TRE MS/2013

O orçamento anual constitui princípio orientador para a elaboração das diretrizes orçamentárias.

Comentário: As diretrizes orçamentárias constituem princípios orientadores para a elaboração do orçamento anual.

Gabarito: Errada

180. CESPE/Analista Administrativo/Direito/ANTT/2013

No orçamento fiscal, devem constar todos os investimentos das empresas e autarquias cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, à União.

Comentário: No orçamento de investimento, devem constar todos os investimentos das empresas cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, à União.

Gabarito: Errada

181. CESPE/Técnico Judiciário/Administrativa/ CNJ/ 2013

O PPA é adotado como referência para a elaboração dos demais planos previstos na Constituição Federal, a fim de garantir a coerência do planejamento orçamentário.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário: Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional (art. 165, § 4º, da CF/1988).

O PPA é adotado como referência para os demais planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na CF/1988. A regionalização prevista na CF/1988 considera, na formulação, na apresentação, na implantação e na avaliação do Plano Plurianual, as diferenças e desigualdades existentes no território brasileiro.

Gabarito: Certa

182. CESPE/Técnico Administrativo/ANTT/2013

Uma notável modificação introduzida pela CF no processo orçamentário foi a integração entre plano e orçamento, por meio da criação do plano plurianual (PPA) e da lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

Comentário: A Constituição Federal de 1988 recuperou a figura do planejamento na Administração Pública brasileira, com a integração entre plano e orçamento por meio da criação do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias. O PPA, assim como a LDO, é uma inovação da CF/1988.

Gabarito: Certa

183. CESPE/Analista Ambiental/IBAMA/2013

Pode-se autorizar, mediante edição de lei específica, a inclusão, no plano plurianual, de investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro.

Comentário: Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade (art. 167, § 1º, da CF/1988).

Logo, um investimento que ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado mediante edição de lei específica que autorize a inclusão no plano plurianual.

Gabarito: Certa

184. CESPE/Analista Judiciário/ Administrativa/CNJ/2013

Considerando que João seja responsável pela elaboração da proposta orçamentária de um tribunal federal, que irá compor o projeto de lei orçamentária anual (LOA) para 2014. Com vistas a assegurar a execução do orçamento proposto, após o envio da proposta orçamentária destinada a compor a lei orçamentária para 2014, o tribunal deverá inserir todas as metas e prioridades no projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2014.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário: A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

Assim, o tribunal deverá inserir todas as metas e prioridades no projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2014. Entretanto, a LDO é um instrumento prévio à LOA.

Logo, não será após o envio da proposta orçamentária que as metas e prioridades serão inseridas no projeto da LDO.

Gabarito: Errada

185. CESPE/Analista Judiciário/ Administrativa/CNJ/2013

Caso a União tenha concedido subsídios às empresas instaladas em uma região cujo desenvolvimento econômico seja foco de atenção do país, será necessário que, no projeto de LOA, conste o demonstrativo regionalizado com os efeitos dessa política sobre as receitas e as despesas.

Comentário: O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia (art. 165, § 6º, da CF/1988).

Gabarito: Certa

186. CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/CNJ/2013

O orçamento fiscal e o de investimento, compatibilizados com o Plano Plurianual, têm entre suas funções a redução de desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Comentário: Segundo o § 7º do art. 165 da CF/1988, os orçamentos fiscais e de investimentos das estatais, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Gabarito: Certa

187. CESPE/Técnico Administrativo/ANTT/2013

Ao realizar-se a integração entre o sistema de planejamento e o orçamento federal, o instrumento legal que explicita as metas e prioridades para cada ano, além das alterações na legislação tributária, é a lei orçamentária anual.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário: Ao realizar-se a integração entre o sistema de planejamento e o orçamento federal, o instrumento legal que explicita as metas e prioridades para cada ano, além das alterações na legislação tributária, é a lei de diretrizes orçamentárias.

Gabarito: Errada

188. CESPE/Analista Administrativo/Administrador/ANP/2013

Os gastos realizados pelos órgãos públicos não podem ser desviados do que está autorizado no orçamento público, nem conflitar com o interesse público.

Comentário: A Lei Orçamentária Anual é o instrumento pelo qual o Poder Público prevê a arrecadação de receitas e fixa a realização de despesas para o período de um ano. A LOA é o orçamento por excelência ou o orçamento propriamente dito. As despesas executadas pelos diversos órgãos públicos não podem ser desviadas do que está autorizado na LOA, tampouco podem conflitar com o interesse público.

Gabarito: Certa

189. CESPE/Técnico Judiciário/Administrativa/CNJ/2013

No PPA, as diretrizes, metas e objetivos dos programas de duração continuada são apresentados de forma regionalizada.

Comentário: A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1º, da CF/1988).

Gabarito: Certa

190. CESPE/Analista Administrativo/Administrativa/ANTT/2013

Apesar de ser um guia para a elaboração da LDO e para a LOA, o PPA não condiciona outros planos constitucionais que tenham duração superior ao período de quatro anos, tais como o plano decenal da educação.

Comentário: Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional (art. 165, § 4º, da CF/1988).

Logo, o PPA é adotado como referência para os demais planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição Federal.

Gabarito: Errada

https://t.me/kakashi_copiador

191. CESPE/Analista Técnico-Administrativo/Ministério da Integração/2013

O teor da lei de diretrizes orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública federal, orienta a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

Comentário: A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

Gabarito: Certa

192. CESPE /Técnico Administrativo/ANTT/ 2013

De acordo com a CF, a lei orçamentária anual compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento-programa.

Comentário: De acordo com a CF/1988, a lei orçamentária anual compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social.

Gabarito: Errada

193. CESPE/Técnico Administrativo/Contábeis/ANTT/2013

O PPA é o instrumento de planejamento utilizado no setor público. Nele devem ser estabelecidas, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

Comentário: O PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo do Governo Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Gabarito: Certa

194. CESPE/Analista Judiciário/ Contabilidade /TRT 10 – Prova cancelada/ 2013

A LOA inclui o orçamento de investimento das empresas de que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário: A lei orçamentária anual compreenderá (art. 165, § 5°, da CF/1988):

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Gabarito: Certa

195. CESPE/Analista Administrativo/Contábeis/ANTT/2013

O plano plurianual deve ser elaborado com vistas ao fortalecimento da unidade federativa, sendo, portanto, vedada qualquer forma de regionalização de objetivos ou de diretrizes governamentais.

Comentário: A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1°, da CF/1988).

Gabarito: Errada

196. CESPE/Contábeis/ANTT/2013

A lei orçamentária anual (LOA) compreende o orçamento de investimento referente aos órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

Comentário: A lei orçamentária anual (LOA) compreende o orçamento fiscal referente aos órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

Gabarito: Errada

197. CESPE/Administrativa/ANTT/2013

Para que as desigualdades regionais sejam combatidas de forma mais eficiente, é útil a apresentação do PPA de forma regionalizada; assim, seus impactos esperados podem ser vistos

https://t.me/kakashi_copiador

de forma mais clara, o que auxilia o melhor planejamento e controle. Apesar de a Constituição Federal trazer a obrigação de regionalização do PPA, a falta de lei complementar que defina esse conceito termina por desobrigar a regionalização desse plano, o que reduz sua eficácia.

Comentário: A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1°, da CF/1988). Não há nenhuma desobrigação quanto à regionalização desse plano. Ela permanece obrigatória.

Gabarito: Errada

198. CESPE/Administrativa/ANTT/2013

Caso a falência de uma empresa concessionária de serviços rodoviários tenha originado uma série de necessidades financeiras para a ANTT, incluindo alguns investimentos que ultrapassem um exercício financeiro, nesse caso, por se tratar de situação emergencial e inerente ao ramo de atividade do órgão, não será necessária a inclusão desses investimentos no PPA nem na lei que autorize tal inclusão.

Comentário: Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade (art. 167, § 1°, da CF/1988).

Gabarito: Errada

199. CESPE/Auditor de Controle Externo/TCU/2013

Os orçamentos anuais, as diretrizes orçamentárias e o plano plurianual são disciplinados por leis cuja iniciativa é do Poder Executivo.

Comentário: Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão (art. 165, *caput*, da CF/1988):

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

Gabarito: Certa

200. CESPE/Auditor de Controle Externo/TCU/2013

https://t.me/kakashi_copiador

A existência de dispositivos constitucionais, tais como a exigência de demonstrativos regionalizados do efeito das renúncias fiscais, é uma evidência da preocupação dos constituintes de 1988 com a redução das desigualdades inter-regionais.

Comentário: O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia (art. 165, § 6°, da CF/1988).

Tal dispositivo se coaduna com o § 7° do art. 165 da CF/1988, o que determina que os orçamentos fiscais e de investimentos das estatais, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Gabarito: Certa

201. CESPE/Planejamento e Orçamento/MPU/2013

O orçamento fiscal engloba os impostos e as despesas da administração pública, incluindo as fundações mantidas pelo Estado e pelos três poderes.

Comentário: A Lei Orçamentária Anual é o instrumento pelo qual o Poder Público prevê a arrecadação de receitas (como os impostos) e fixa a realização de despesas para o período de um ano.

A lei orçamentária anual compreenderá (art. 165, § 5°, da CF/1988):

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Gabarito: Certa

202. CESPE/Planejamento e Orçamento/MPU/2013

O PPA estabelece as diretrizes e os objetivos da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as despesas relativas aos programas de educação continuada.

Comentário: A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1°, da CF/1988).

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito: Errada

203. CESPE/Planejamento e Orçamento/MPU/2013

As funções do orçamento da seguridade social incluem a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Comentário: Segundo o § 7° do art. 165 da CF/1988, os orçamentos fiscais e de investimentos das estatais, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional. Note que o Orçamento da Seguridade Social não tem a função de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Gabarito: Errada

204. CESPE/Planejamento e Orçamento/MPU/2013

O orçamento de investimentos de empresas em que o Estado não detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto integrará a Lei Orçamentária Anual.

Comentário: A lei orçamentária anual compreenderá (art. 165, § 5°, da CF/1988):

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Gabarito: Errada

205. CESPE/Finanças e Controle/MPU/2013

O orçamento plurianual de investimento é a expressão financeira dos programas setoriais, incluídas as despesas correntes que sustentarão a execução dos projetos.

Comentário: Antes da atual Carta Magna, existiam outros instrumentos de planejamento, mas eles não têm relação com o Plano Plurianual. O PPA substituiu os Orçamentos Plurianuais de Investimentos.

Gabarito: Errada

https://t.me/kakashi_copiador

206. CESPE/Finanças e Controle/MPU/2013

A previsão expressa no PPA consigna regularidade a uma dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro.

Comentário: Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade (art. 167, § 1°, da CF/1988). Logo, a previsão expressa no PPA consigna regularidade a uma dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro.

Gabarito: Certa

207. CESPE/Auditor de Controle Externo/TCU/2013

Configura crime de responsabilidade a realização de investimento público cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, caso a inclusão desse investimento não tenha sido feita no plano plurianual e inexista lei que autorize essa inclusão.

Comentário: Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade (art. 167, § 1°, da CF/1988).

Gabarito: Certa

208. CESPE/Analista Administrativo/Administrador/TRE MS/2013

A disposição dos três orçamentos que constituem a lei orçamentária anual – fiscal, seguridade social e orçamento de investimento das empresas – é, da mesma forma, estabelecida nas leis de diretrizes orçamentárias.

Comentário: A disposição dos três orçamentos que constituem a LOA – fiscal, seguridade social e orçamento de investimento das empresas é prevista na CF/1988, logo todo o ordenamento jurídico deve segui-la.

Gabarito: Certa

https://t.me/kakashi_copiador

QUESTÕES COMENTADAS — VUNESP

1. VUNESP/TCM SP/Administração/2023

O orçamento público, representado em Lei Orçamentária Anual, LOA, pode ser bem conceituado como:

a) conjunto de valores para o equilíbrio da situação líquida do tesouro público.
b) alocação de receitas e despesas para atender às despesas de capital.
c) meio de previsões de valores em função do comportamento da economia.
d) demonstração das intenções de governantes nos atendimentos priorizados.
e) instrumento com previsibilidades e limites com vistas ao equilíbrio fiscal.

Comentário:
a) Errada. A LOA não representa um conjunto de valores, pelo contrário, é uma lei, é um instrumento de planejamento e um plano de governo atinente às receitas e despesas públicas.
b) Errada. O item foi bem restrito, uma vez que a alocação de recursos não se resume às despesas de capital.
c) Errada. A LOA não é um instrumento de previsão com base no comportamento da economia. O orçamento traz a estimativa da receita com base em estudos e previsões técnicas e fixa as despesas para determinado período.
d) Errada. A LOA não se resume a intenções de governo.
e) Certo. A LOA é um instrumento que expressa a alocação de recursos públicos, sendo operacionalizada por meio de diversas ações. É o orçamento propriamente dito. A LOA tem como objetivo principal garantir o equilíbrio fiscal, ou seja, a harmonização entre as receitas e as despesas públicas, evitando déficits excessivos e a deterioração das contas públicas.
Gabarito: E

2. VUNESP/CAMPREV/2023

O Plano Plurianual:

a) inicia-se no primeiro ano de mandato do presidente e tem vigência de 8 anos.
b) inicia-se no terceiro ano de mandato do presidente e tem vigência de 8 anos.
c) inicia-se no primeiro ano de mandato do presidente e tem vigência de 4 anos.
d) inicia-se no segundo ano de mandato do presidente e tem vigência de 4 anos.
e) inicia-se no terceiro ano de mandato do presidente e tem vigência de 2 anos.

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

a) Errado. Inicia-se no segundo ano e tem vigência de 4 anos.
b) Errado. Inicia-se no segundo ano e tem vigência de 4 anos.
c) Errado. Inicia-se no segundo ano e tem vigência de 4 anos.
d) Certo. Com relação à vigência do PPA, o art. 35, § 2o, das Disposições Constitucionais Transitórias assim estabelece: até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9o, I e 11 (ainda não elaborada). O PPA será enviado ao Congresso Nacional para aprovação no primeiro ano do mandato, passando a vigorar, então, a partir do segundo ano do mandato presidencial atual até o final do primeiro ano do mandato presidencial seguinte. É de quatro anos o período de sua vigência. É no primeiro ano do mandato do Presidente da República que é elaborado seu PPA e seu planejamento para os quatro anos seguintes. O PPA deve ser encaminhado ao Congresso Nacional no 1° ano do mandato presidencial até 31 de agosto e devolvido para sanção até 22 de dezembro do mesmo ano. Assim, no primeiro ano de mandato Presidencial, é utilizado o PPA elaborado pelo presidente anterior (e também a LDO e a LOA).
e) Errado. Inicia-se no segundo ano e tem vigência de 4 anos.

Gabarito: D

3. VUNESP/Pref. GRU/2023
A vigência do Plano Plurianual (PPA) inicia-se no segundo ano do mandato do chefe do Poder Executivo e termina:

a) no último dia do quarto ano do mandato.
b) no terceiro ano de mandato.
c) quando o chefe do poder executivo publicar o decreto de encerramento.
d) no último dia do primeiro exercício financeiro do mandato seguinte.
e) no último dia do primeiro ano de vigência do PPA.

Comentário:
a) Errado. Inicia-se no segundo ano, encerra-se no primeiro ano do mandato seguinte e tem vigência de 4 anos.
b) Errado. Inicia-se no segundo ano, encerra-se no primeiro ano do mandato seguinte e tem vigência de 4 anos.
c) Errado. Inicia-se no segundo ano, encerra-se no primeiro ano do mandato seguinte e tem vigência de 4 anos.
d) Com relação à vigência do PPA, o art. 35, § 2o, das Disposições Constitucionais Transitórias assim
estabelece: até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9o, I e 11 (ainda
não elaborada). O PPA será enviado ao Congresso Nacional para aprovação no primeiro ano do mandato, passando a vigorar, então, a partir do segundo ano do mandato presidencial atual até o final do primeiro ano do mandato presidencial seguinte. É de quatro anos o período de sua

https://t.me/kakashi_copiador

vigência. É no primeiro ano do mandato do Presidente da República que é elaborado seu PPA e seu planejamento para os quatro anos seguintes. O PPA deve ser encaminhado ao Congresso Nacional no 1° ano do mandato presidencial até 31 de agosto e devolvido para sanção até 22 de dezembro do mesmo ano. Assim, no primeiro ano de mandato Presidencial é utilizado o PPA elaborado pelo presidente anterior (e também a LDO e a LOA).
e) Errado. Inicia-se no segundo ano, encerra-se no primeiro ano do mandato seguinte e tem vigência de 4 anos.

Gabarito: D

4. VUNESP/Pref. GRU/2023

As metas e prioridades da administração pública para o exercício seguinte devem integrar o documento denominado:
a) Plano Estratégico Situacional.
b) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
c) Lei Orçamentária Anual.
d) Plano Plurianual.
e) Lei de Responsabilidade Fiscal.

Comentário:
O conceito da LDO também é fornecido pela Constituição Federal de 1988. Segundo o art. 165, § 2°, "A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal,
estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável
da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento".
(*Redação dada pela Emenda Constitucional n° 109, de 2021*). Portanto, temos como gabarito o item B.
Gabarito: B

5. VUNESP/Pref. Sertãozinho/2023

A Lei Orçamentária Anual (LOA):

a) não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, a exemplo da autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

https://t.me/kakashi_copiador

b) poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

c) orientará a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

d) compreenderá o orçamento de investimento referente aos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

e) compreenderá o orçamento da seguridade social, que terá entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Comentário:
a) Errado. Conforme a CF, em seu art. 165:
"§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei."
Veja que o item traz "a exemplo da autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita", o que torna o item errado, pois ele inclui na proibição o que a CF traz como exceção.

b) Certo. Conforme a CF, em seu art. 165:
"§ 14. A lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento."

c) Errado. Na verdade, é a LDO que orienta a elaboração da LOA (art. 165, §2º).

d) Errado. Conforme o art. 165, §5º:
"*II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;*". Perceba que o item trouxe a definição do Orçamento Fiscal.

e) Errado. Conforme a CF, § 7º, são os orçamentos fiscal e de investimentos que têm tal atribuição, vejamos:
"*§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.*"
Gabarito: B

6. VUNESP/TCM SP/Ciências Jurídicas/2023

https://t.me/kakashi_copiador

Determinada Prefeitura encaminhou à Câmara Municipal a Lei Orçamentária para aprovação. A forma resumida está na tabela a seguir.

Receitas		Despesas	
1 Receitas correntes	4.530	3 Despesas correntes	3.332
1.1 Tributária	1.500	3.1 Pessoal	3.200
1.2 Patrimonial	230	3.2 Material de consumo	120
1.3 Transferências	2.800	3.3 Transferências	12
2 Receitas de capital	330	4 Despesas de capital	1.528
2.1 Operações de crédito	10	4.1 Investimentos	1.400
2.2 Alienações de bens	230	4.2 Inversões financeiras	80
2.3 Amortização de empréstimos	90	4.3 Transferências	48
Total	4.860	Total	4.860

https://t.me/kakashi_copiador

Com relação ao valores discriminados, em mil reais, é correto afirmar que:

a) a aquisição de imóveis em uso será de até 80.
b) a venda de ativos irá compor o total de 460.
c) o valor que se espera obter por meio de dívidas será de 100.
d) a incorporação líquida de ativos totalizará 1.320.
e) o endividamento do município será reduzido em 90.

Comentário:
a) Certo. Conforme a Lei nº 4.320/64:

"§ 5º Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a:

I - aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;"

O valor para inversões financeiras na tabela é de R$80.

b) Errado. O valor das alienações na tabela foi de R$ 230.

c) Errado. Na lei nº 4.320/64 (art. 11), as operações de crédito (o valor que se espera obter por meio de dívidas) é de R$10.

d) Errado. A incorporação líquida de ativos é de R$1250 [investimentos (1.400) + inversões (80) - alienações (230)] = R$1.250.

e) Errado. Há um aumento do endividamento de R$10 (operações de crédito).

Gabarito: A

7. VUNESP/TCM SP/Administração/2023

O Plano Plurianual, PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, e a Lei Orçamentária Anual, LOA, atendem a requisitos legais específicos. É possível delimitar o que é atribuído a cada um dada a inter-relação existente entre esses instrumentos de planejamento. Sendo assim, é correto afirmar que:

a) ao PPA, cabe oferecer metas e indicadores gerais que posteriormente estarão especificados na LDO e na LOA.
b) é comum aos três instrumentos de planejamento, PPA, LDO e LOA, a determinação de metas fiscais.
c) serão metas passíveis de mensuração as presentes no PPA e na LDO; na LOA, haverá tão somente alocação de recursos.
d) ao PPA, cabe apresentar apenas metas, à LDO, exclusivamente indicadores e, à LOA, a alocação de recursos anual.

https://t.me/kakashi_copiador

e) o PPA abrangerá quadriênios, a LDO e a LOA, triênios, devendo o PPA ser revisto a cada início de mandato.

Comentário:
a) Errado. No PPA, são definidas as metas e os indicadores gerais que nortearão as ações do governo nos próximos anos. Entretanto, o PPA define as metas e indicadores de maneira expressa na própria lei do Plano Plurianual.
b) Errado. O Plano Plurianual elenca metas estratégicas para o governo, ao passo que a LDO traz as metas fiscais, conforme dispõem a CF e a LRF.
c) Certo. De fato, o Plano Plurianual elenca metas estratégicas para o governo, ao passo que a LDO traz as metas fiscais, conforme dispõem a CF e a LRF, cabendo ao orçamento (LOA) a execução das metas do PPA e da LDO.
d) Errado. Cabe ao PPA elencar diretrizes, objetivos, metas e indicadores. Já à LDO compete trazer metas fiscais e prioridades que devem ser executadas pela LOA no exercício seguinte.
e) Errado. O PPA vale para um período de 4 anos, e a LDO e LOA são instrumentos anuais.
Gabarito: C

8. VUNESP/TCM SP/Ciências Jurídicas/2023

Em relação às Finanças Públicas, dispõe a Constituição Federal que:

a) o banco central poderá comprar e vender títulos de emissão de governos estrangeiros, com o objetivo de reduzir a taxa de juros e amortizar dívidas, vedada a aquisição de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional.
b) a qualquer tempo, o Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, para a Comissão de Constituição e Justiça, da parte cuja alteração é proposta.
c) os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.
d) as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central, e as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das autarquias por ele controladas, em instituições financeiras públicas ou privadas, mediante autorização do Poder Executivo.
e) o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo generalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, imunidades, subsídios e benefícios de natureza financeira e tributária, vedadas as de ordem creditícia.

Comentário:
a) Errado. Conforme o art. 164, §2º, da CF:

https://t.me/kakashi_copiador

"*O banco central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.*"

b) Errado. Conforme o art. 166, §3º, da CF:
"*O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.*"

c) Certo. Conforme o art. 166, §8º, da CF:
"*Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.*"

d) Errado. Conforme o art. 164, §3º, da CF:
"*As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.*"

e) Errado. Conforme o art. 165, §6º, da CF:
"*O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.*"
Gabarito: C

9. VUNESP/PRUDENCO/2022

Sobre a chamada Lei Orçamentária Anual, é correto afirmar que:
a) em que pese seu nome, não se trata verdadeiramente de lei em sentido estrito, visto não deter o Poder Legislativo, no presidencialismo brasileiro, poder pleno de emendar a proposta submetida pelo Poder Executivo.
b) compreenderá as metas e prioridades da administração pública e estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
c) deverá obedecer ao quórum de aprovação das leis complementares, ou seja, maioria absoluta do Congresso Nacional, reunido em assembleia.
d) o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
e) a administração não tem o dever de executar as programações orçamentárias contidas na Lei Orçamentária Anual, mas apenas a faculdade de assim proceder, conforme a autorização conferida pelo Poder Legislativo.

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

a) Errado. O orçamento público (LOA) é lei em sentido formal e cabe, no modelo moderno de ciclo orçamentário, ao Legislativo o poder de emendar, alterar e discutir alterações na proposta orçamentária.
b) Errado. Essa é uma atribuição da LDO (art. 165, §2º, CF).
c) Errado. A LOA é lei ordinária, assim como a LDO e o PPA, logo não exigem quórum de aprovação de lei complementar, conforme dispõe o *caput* do art. 165 da CF.
d) Certo. Conforme o art. 165, §6º, da CF:
"*O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.*"
e) Errado. Conforme o art. 165 da CF:
"*§ 10. A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade. (incluído pela Emenda Constitucional nº 100, de 2019) (Produção de efeito)*"
Gabarito: D

10. VUNESP/ALESP/2022

As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem podem ser aprovadas, entre outras situações, caso:

a) se destinem a ampliar os recursos dedicados a áreas prioritárias.
b) sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões.
c) sejam incompatíveis com o Plano Plurianual.
d) indiquem como contrapartida para a criação de nova despesa a anulação da previsão de gastos com a dívida pública.
e) se destinem ao cumprimento do teto constitucional de despesas.

Comentário:
Conforme a CF em seu art. 166:
"§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:
I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;
II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:
a) dotações para pessoal e seus encargos;
b) serviço da dívida;
c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou
III - sejam relacionadas:
a) com a correção de erros ou omissões; ou
b) com os dispositivos do texto do projeto de lei."

https://t.me/kakashi_copiador

Analisando item a item, temos:
a) Errado. Destinem-se a ampliar os recursos dedicados a áreas prioritárias.
b) Certo. Sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões.
c) Errado. Sejam incompatíveis com o Plano Plurianual.
d) Errado. Indiquem como contrapartida para a criação de nova despesa a anulação da previsão de gastos com a dívida pública.
e) Errado. Destinem-se ao cumprimento do teto constitucional de despesas.

Gabarito: B

11. VUNESP/ALESP/Finanças/2022

Sobre o processo orçamentário na esfera federal, assinale a alternativa correta.

a) São de, no mínimo, 15 e, no máximo, 20 as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e deverão atender às disposições contidas na LDO e na legislação aplicável.
b) A Constituição Federal concedeu aos autores a prerrogativa de apontar novos recursos, tais como aumento de arrecadação ou realização de empréstimos, como meio de propor emendas.
c) As emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual não devem ser aprovadas se, entre outros aspectos, forem compatíveis com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
d) Atualmente, compete à União, aos Estados e Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre orçamento, limitando-se a União a estabelecer normas específicas e a Assembleia Legislativa Estadual a exercer competência suplementar.
e) Poderá ser apresentada emenda de renúncia de receita, e essa só pode ser aprovada caso indique os recursos compensatórios necessários. Em relação às despesas, remanejamento, apropriação e cancelamento são modalidades de emendas ao projeto de lei orçamentária.

Comentário:
a) Errado. Conforme o art. 166, § 9º, da CF, não há quantidade especificada para a quantidade de emendas individuais. Essas quantidades são especificadas em normativos internos do Congresso Nacional e de cada Casa.
b) Errado. Conforme o art. 166, § 3º, da CF, a única fonte de recursos admitida é a anulação de despesas.
c) Errado. Conforme o art. 166, § 3º, I, da CF, as emendas só podem ser aprovadas quando compatíveis com o Plano Plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
d) Errado. Conforme o art. 24, CF, compete à União, aos Estados e ao DF legislar de maneira concorrente. A competência concorrente não inclui os Municípios.
e) Certo. Conforme a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a saber:
"As disposições gerais sobre emendas individuais e coletivas estão contidas na Resolução no 1, de 2006-CN, incluindo alterações posteriores, em especial nos arts. 37 a 50.

https://t.me/kakashi_copiador

O prazo para apresentação de emendas à despesa e à receita, inclusive renúncia de receita, independe de prévia apresentação do relatório preliminar, e será de 10 de fevereiro a 1o de março de 2021.

A emenda à despesa (arts. 37 a 40, 45 e 48) classifica-se nos seguintes tipos:
*a) emenda de **apropriação** – é a que propõe acréscimo de dotação em programação existente no PLOA ou inclusão de nova programação e, como fonte de recursos , a anulação de dotações da Reserva de Recursos e/ou de outras definidas no Parecer Preliminar;*
*b) emenda de **remanejamento** – é a que propõe acréscimo de dotação em programação existente no PLOA ou inclusão de nova programação e, como fonte exclusiva de recursos, a anulação de dotações constantes do projeto de lei, exceto as da Reserva de Contingência; e*
*c) emenda de **cancelamento** – é a que propõe, exclusivamente, a redução de dotações constantes do projeto."*
Gabarito: E

12. VUNESP/ALESP/Finanças/2022

Acerca do orçamento público, assinale a alternativa correta.

a) Compreenderá as alterações na legislação tributária e as metas e prioridades da administração pública para o exercício subsequente.
b) É constituído por três orçamentos, e um deles, o de investimentos em empresas, compreende os investimentos realizados pelas empresas em que o poder público, direta ou indiretamente, detenha a maioria de capital com direito a voto.
c) Dispõe sobre metas e riscos fiscais, equilíbrio entre receitas e despesas e demonstrações contábeis trimestrais apresentadas ao banco central.
d) É um instrumento de médio prazo que estabelece os princípios relativos aos programas setoriais e regionais de longo prazo.
e) Orienta a elaboração dos demais planos e programas de governo, assim como a própria Lei de Diretrizes Orçamentárias, de forma regionalizada.

Comentário:
a) Errado. É uma atribuição da LDO (art. 165, §2º, CF).
b) Certo. Conforme art. 165, §5º, da Constituição Federal.
c) Errado. É uma atribuição da LDO (art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal).
d) Errado. A LOA é um instrumento de curto prazo (1 ano).
e) Errado. Essa é uma alternativa que mais se alinha com o Plano Plurianual, e não ao Orçamento. Quem traz diretrizes, objetivos e metas de maneira regionalizada é o PPA, e não a LDO ou LOA.
Gabarito: B

https://t.me/kakashi_copiador

13. VUNESP - Adm (DAE Bauru)/DAE Bauru/2022

A respeito das empresas estatais não dependentes, é correto afirmar que:

a) a totalidade de suas receitas e despesas integra o orçamento público do ente controlador.
b) não se sujeitam aos princípios da administração pública em matéria de licitações e contratos.
c) a Lei Orçamentária Anual do ente controlador compreenderá o orçamento de investimentos dessas empresas.
d) não está autorizada a realização de operações de crédito.

Comentário:
a) Errado. Apenas os investimentos das estatais independentes integram a LOA, dentro do orçamento de investimentos (conforme a CF, art. 165, §5º).
b) Errado. Os princípios válidos em matéria orçamentária são aplicáveis a toda a administração pública direta e indireta, incluindo as empresas controladas.
c) Certo. As estatais dependentes estão inclusas no Orçamento Fiscal. As sociedades de economia mista, em regra, são estatais independentes: integram o orçamento de investimentos; se forem dependentes, integrarão o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
d) Errado. Não há óbice constitucional acerca da possibilidade de contratação de operação de crédito por parte das estatais não dependentes.
Gabarito: C

14. VUNESP/Pref. Piracicaba/2022

"Orçamento secreto" ganhou essa denominação pela dificuldade de identificar o real autor da emenda parlamentar, que é uma importante modalidade de transferência voluntária a municípios, prejudicando a transparência no uso do dinheiro público e possibilitando barganhas políticas entre os Poderes Executivo e Legislativo. Os recursos do chamado "orçamento secreto" são destinados por meio de emendas parlamentares:

a) individuais.
b) de bancada.
c) de comissão.
d) da relatoria.
e) coletivas.

Comentário:
O termo "orçamento secreto" ficou conhecido como um mecanismo utilizado para destinar recursos públicos a projetos e obras específicas sem divulgação prévia, gerando polêmica e questionamentos sobre sua legalidade e transparência. Nesse contexto, as emendas de relator desempenharam um papel importante ao permitir que o relator do orçamento direcionasse

https://t.me/kakashi_copiador

recursos para determinadas obras e projetos, muitas vezes sem conhecimento amplo da sociedade ou do próprio parlamento. Portanto, temos como gabarito o item D.
Gabarito: D

15. VUNESP/Pref. Jundiaí/2022

Assinale a alternativa correta sobre a lei que institui o orçamento anual.
a) Constitui um instrumento de longo prazo que operacionaliza os programas setoriais e regionais de curto prazo.
b) Deve ter, como anexos, as metas e os riscos fiscais e atuariais das despesas de capital estabelecidas no exercício.
c) Dispõe sobre alterações na legislação tributária e previdenciária e apresenta as metas da administração pública federal.
d) É formada por três orçamentos: fiscal, de seguridade social e de investimentos das empresas.
e) Estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para os programas de duração continuada.
Comentário:
a) Errado. A LOA é um instrumento de curto prazo (1 ano).
b) Errado. É a LDO que contém os anexos de metas fiscais, de riscos fiscais e anexo específico, conforme elenca a LRF em seu art. 4º.
c) Errado. É a LDO que dispõe acerca de alterações na legislação tributária e previdenciária e apresenta as metas da administração pública federal (art. 165, §2º, CF).
d) Certo. A Constituição Federal de 1988, art. 165, §5º, determina que a Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento fiscal, o de investimento das empresas estatais e o da seguridade social.
e) Errado.Essa é uma atribuição do Plano Plurianual (PPA), conforme art. 165, §1º, CF.
Gabarito: D

16. VUNESP/ALESP/2022

A Lei de Orçamento:

a) não poderá conter autorização ao Executivo para realizar operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

b) poderá conter autorização ao Executivo para operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa, desde que tal antecipação seja realizada após o término do primeiro semestre do exercício financeiro, atendidas as exigências legais.

https://t.me/kakashi_copiador

c) poderá conter autorização ao Executivo para realizar, em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa, atendidas as exigências legais.

d) não poderá conter autorização ao Executivo para realizar operações de crédito por antecipação da receita, exceto para a constituição de créditos complementares no primeiro trimestre do exercício financeiro.

e) poderá conter autorização ao Executivo para operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa, desde que tal antecipação seja realizada até o término do primeiro semestre do exercício financeiro, atendidas as exigências legais.

Comentário:

a) Errado. Conforme a Lei nº 4.320/64:

"Art. 7º A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:

II - Realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa."

b) Errado. Conforme a LRF:

"Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes:

I - realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício;

II - deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano;"

c) Certo. Conforme a Lei nº 4.320/64:

"Art. 7º A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:

II - Realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa."

d) Errado. Conforme a Lei nº 4.320/64:

"Art. 7º A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:

II - Realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa."

e) Errado. Conforme a LRF:

https://t.me/kakashi_copiador

"Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes:

I - realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício;

II - deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano;"

Gabarito: C

17. VUNESP/PRUDENCO/Fiscal Júnior/2022

A Lei de Diretrizes Orçamentárias ganhou destaque ainda maior no Brasil após os anos 2000 como peça de planejamento financeiro e orçamentário. Isso se deve, entre outros fatores, à(aos):

a) aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), trazendo a previsão de diversos itens de planejamento obrigatórios para as leis de diretrizes orçamentárias.

b) repetidos escândalos de corrupção envolvendo a execução do orçamento público, beneficiados pela pouca transparência dos mecanismos de controle e acompanhamento orçamentários.

c) previsão dessa lei como instrumento normativo adequado para a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

d) condição de que investimentos públicos que superem um exercício fiscal apenas possam ser iniciados se incluídos prévia e expressamente na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

e) obrigatoriedade de enumeração exaustiva nessa lei da lista de impostos a serem cobrados dos contribuintes no exercício fiscal seguinte, como condição para a validade da cobrança.

Comentário:

a) Certo. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) aumentou consideravelmente o conteúdo da LDO, atribuindo-lhe a responsabilidade de tratar de outras matérias. Segundo o art. 4º, a Lei de Diretrizes Orçamentárias atenderá ao disposto no § 2o do art. 165 da Constituição, além das atribuições trazidas pela própria LRF.

b) Errado. De fato, há escândalos envolvendo a aplicação dos recursos públicos, entretanto isso não se dá pelo fato de a LDO ter ganhado destaque.

c) Errado. Os créditos suplementares e especiais são autorizados por lei e abertos por decreto (art. 42 da Lei nº 4.320/64). Essa lei é lei específica, e não a LDO.

https://t.me/kakashi_copiador

d) Errado. É um requisito constitucional, mas se relaciona ao PPA, e não à LDO. Vejamos o que traz a CF:

"Art. 167

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade."

e) Errado. A LDO apenas dispõe sobre alterações na legislação tributária e não elenca quais tributos devem ou não ser alterados, (conforme art. 165, §2º, CF).

Gabarito: A

18. VUNESP/Pref. Guaratinguetá/Administração/2022

O Plano Plurianual:

a) tem como finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscais, da seguridade social e de investimento do poder público.

b) é elaborado pelo Poder Executivo e estabelece as despesas e receitas que serão realizadas no próximo exercício.

c) é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto na Constituição Federal, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública.

d) busca sintonizar a LOA — Lei Orçamentária Anual com as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

e) deve incluir a solicitação de créditos suplementares, quando necessário.

Comentário:

a) Errado. Essa é uma atribuição da LDO (conforme art. 165, §2º, CF).

b) Errado. De fato, é elaborado pelo Executivo, mas não estabelece as despesas e receitas para o ano seguinte, pois essa é uma atribuição da LOA.

c) Certo. O PPA é um instrumento desse planejamento que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

d) Errado. É a LDO que busca sintonizar o que dispõe o PPA e a execução do orçamento na LOA.

https://t.me/kakashi_copiador

e) Errado. É a LOA que pode trazer autorização para abertura de créditos suplementares (art. 165, §8°, CF).

Gabarito: C

19. VUNESP/Docas PB/2022

A respeito do Plano Plurianual — PPA, é correto afirmar que cabe ao(à):

a) Congresso Nacional, independentemente de sanção do Presidente da República, dispor do PPA por meio de decreto legislativo.

b) Presidente da República, por meio de decreto presidencial, tratar do PPA.

c) Senado Federal, privativamente por meio de resolução, dispor do PPA.

d) Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre o PPA.

e) Câmara dos Deputados, por meio de resolução e com a sanção do Presidente da República, dispor sobre o PPA.

Comentário:

Segundo o art. 165 da CF/1988:

"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais."

Ainda conforme a Constituição, temos:

"Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;"

Portanto, temos como gabarito o item D.

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito: D

20. VUNESP/Pref. Jundiaí/2022

É objetivo do Plano Plurianual, entre outros:

a) estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital.

b) estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

c) fixar o teto, regionalizado, do efeito sobre as receitas e despesas de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

d) autorizar a abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

e) dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

Comentário:

a) Certo. O PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo do Governo Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, §1°, CF).

b) Errado. Atribuição da LDO (art. 165, §2°, CF).

c) Errado. Esse demonstrativo acompanha o PLOA (art. 165, §6°, CF).

d) Errado. Atribuição da LOA (art. 165, §8°, CF).

e) Errado. Essa é uma atribuição destinada à Lei Complementar, vejamos:

"Art. 165

§ 9° Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;"

Gabarito: A

https://t.me/kakashi_copiador

21. VUNESP/Pref. Jundiaí/Direito/2022

Assinale que instituto a seguir estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

a) A lei que institui o Plano Plurianual.

b) A lei que estabelece as diretrizes orçamentárias.

c) A lei que aprova os orçamentos anuais.

d) O decreto que regulamenta a execução orçamentária.

e) O decreto que regulamenta as políticas públicas de investimento.

Comentário:

O PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo do Governo Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1°, CF). O PPA possui duração de quatro anos e, nesse período, serão elaboradas uma LDO e uma LOA a cada ano, de forma que sejam consoantes compatíveis e coerentes com o PPA a que se referem.

Portanto, temos como gabarito o item A.

Gabarito: A

22. VUNESP/Pref. Piracicaba/2022

O Plano Plurianual:

a) tem como princípios básicos a identificação clara dos objetivos e das prioridades do governo.

b) estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte.

c) traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes.

d) estabelece os orçamentos da União, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal.

e) não é avaliado pelo Poder Legislativo.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:

a) Certo. O PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo do Governo Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1º, CF). O PPA possui duração de quatro anos e, nesse período, serão elaboradas uma LDO e uma LOA a cada ano, de forma que sejam consoantes compatíveis e coerentes com o PPA a que se referem.

b) Errado. Atribuição da LDO (art. 165, § 2º, CF).

c) Errado. É uma atribuição da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 20).

d) Errado. Atribuição da LOA (art. 165, § 5º, CF).

e) Errado. Todos os instrumentos (PPA, LDO e LOA) são discutidos, aprovados e avaliados pelo Poder Legislativo, conforme dispõe a CF:

"Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum."

Portanto, temos como gabarito o item A.

Gabarito: A

23. VUNESP/Pref. Jundiaí/2022

A respeito das funções do orçamento público, é correto afirmar que:

a) a função política do orçamento consiste em conferir consistência ao planejamento da política fiscal diante das demais variáveis macroeconômicas do país, permitindo aos demais agentes econômicos conhecer o impacto da ação do Estado sobre a economia nacional.

b) a função contábil do orçamento consiste em permitir o registro útil, tempestivo e íntegro das informações relativas à previsão e arrecadação das receitas e à autorização e execução das despesas públicas.

c) a função jurídica do orçamento consiste em dotar o Estado de uma peça de planejamento, por meio da qual se permita avaliar a adequação dos recursos devotados a cada linha de ação e sua respectiva conexão com metas, objetivos e programas.

d) a função administrativa do orçamento é representada pela natureza de lei do orçamento público, assegurada pelo devido processo legislativo que deve ser observado, conforme mandamento constitucional.

https://t.me/kakashi_copiador

e) a função econômica do orçamento consiste no papel de legitimação política da arrecadação das receitas e da escolha das despesas públicas, diante do dilema decorrente da escassez de recursos em uma sociedade democrática e plural.

Comentário:

DIMENSÕES DO ORÇAMENTO	JURÍDICA	O orçamento público tem caráter e FORÇA DE LEI, e sua elaboração e aprovação seguem o PROCESSO LEGISLATIVO de discussão, emenda, votação e sanção presidencial como qualquer outra lei.
	ECONÔMICA	O orçamento público é basicamente o instrumento por meio do qual o governo extrai recursos da sociedade e os injeta em áreas selecionadas. Além disso, há o estudo do orçamento como lei de meios, a qual propicia a geração de emprego e renda em função de investimentos públicos.
	POLÍTICA	É corolário da dimensão econômica. Se o orçamento público tem um inequívoco caráter redistributivo, o processo de elaboração, aprovação e gestão do orçamento embute, necessariamente, perspectivas e interesses conflitantes que se resolvem em última instância no âmbito da ação política dos agentes públicos e dos inúmeros segmentos sociais.
	FINANCEIRA	Representa o fluxo financeiro gerado pelas entradas de recursos obtidos com a arrecadação de receitas e os dispêndios com as saídas de recursos proporcionado pelas despesas, evidenciando a execução orçamentária.

https://t.me/kakashi_copiador

	TÉCNICA	É o estudo do conjunto de regras e formalidades técnicas e legais exigidas na elaboração, aprovação, execução e controle do orçamento.

Já segundo Giacomoni, temos as *naturezas do orçamento*, conforme tabela a seguir.

POLÍTICA	Orçamento como resultado do processo de avaliação de demandas e de escolhas entre alternativas
ECONÔMICA	Quando destacadas as questões fiscais — receitas, despesas, déficits e dívidas.
JURÍDICA	Orçamento como lei que estima a receita e autoriza tetos de despesa
ADMINISTRATIVA	Orçamento como o plano das realizações da administração pública, ou seja, é enfatizar seu importante papel como instrumento de gestão
FINANCEIRA	Orçamento como iniciativa de antecipação de fluxos de arrecadação e de pagamentos
CONTÁBIL	Quando, por meio das contas, antecipa o resultado patrimonial e global da gestão.

Analisando item a item, temos:

a) Errado. Aqui, teríamos a função econômica do orçamento.

b) Certo. De fato, a função contábil do orçamento consiste em permitir o registro útil, tempestivo e íntegro das informações relativas à previsão e arrecadação das receitas e à autorização e execução das despesas públicas.

c) Errado. É a natureza administrativa do orçamento que o tem como o plano das realizações da administração pública, ou seja, é enfatizar seu importante papel como instrumento de gestão.

d) Errado. A natureza jurídica do orçamento é que elenca que o orçamento público tem caráter e FORÇA DE LEI, e sua elaboração e aprovação seguem o PROCESSO LEGISLATIVO de discussão, emenda, votação e sanção presidencial como qualquer outra lei.

https://t.me/kakashi_copiador

e) Errado. É a função política do orçamento que consiste no papel de legitimação política da arrecadação das receitas e da escolha das despesas públicas, diante do dilema decorrente da escassez de recursos em uma sociedade democrática e plural.

Gabarito: B

24. VUNESP/ALESP/2022

A melhora do desempenho público passa pelo compromisso pelo alcance dos resultados, a partir de estruturas administrativas e condições para que os instrumentos de controle e responsabilização sejam, de fato, efetivados. Do ponto de vista do processo orçamentário brasileiro, uma das formas de se alcançar isso é por meio da(o):

a) desvinculação entre programas, objetivos e resultados, desengessando as peças orçamentárias.

b) maior seletividade do controle externo, averiguando apenas unidades administrativas com alto risco.

c) centralização da execução orçamentária, com controles procedimentais mais rígidos.

d) flexibilização da execução orçamentária acompanhada de controles seletivos mais estritos.

e) fim da necessidade de prévia autorização legislativa para remanejamento de recursos entre órgãos.

Comentário:

a) Errado. Há, no orçamento moderno, uma vinculação entre programas, objetivos e resultados, desengessando, assim, as peças orçamentárias.

b) Errado. O controle externo deve ser o mais amplo possível e deve incidir sobre todos os órgãos da administração pública direta e indireta, e não apenas nas unidades administrativas com alto risco.

c) Errado. O orçamento moderno já trabalha com base no princípio da descentralização. Dessa forma, é preferível que a execução das ações ocorra no nível mais próximo de seus beneficiários. Com essa prática, a cobrança dos resultados tende a ser favorecida, dada a proximidade entre o cidadão, beneficiário da ação, e a unidade administrativa que a executa.

d) Certo. De fato, o orçamento utiliza-se da flexibilidade, pois admite a possibilidade de ajustes na execução do orçamento público às contingências operacionais e à disponibilidade efetiva de recursos.

https://t.me/kakashi_copiador

e) Errado. O fim da autorização legislativa? O orçamento público tem força de lei e nasce como uma lei. É justamente a dimensão jurídica do orçamento. Os três instrumentos de planejamento são previstos por lei.

Gabarito: D

25. VUNESP - Adv (Docas PB)/Docas PB/2022

Assinale a alternativa que relaciona corretamente uma das dimensões do orçamento público a sua explicação.

a) Dimensão jurídica: o orçamento público como mecanismo de planejamento e execução da política fiscal nacional, com impactos sobre os níveis de demanda agregada, permitindo inferir seus impactos sobre renda, emprego, taxa de juros e de câmbio.

b) Dimensão política: o orçamento público como instrumento de controle das receitas e dos gastos públicos, mediante registro preciso do planejamento e sua posterior execução, de forma a assegurar a geração de informações úteis e tempestivas aos diversos usuários da peça orçamentária.

c) Dimensão contábil: o orçamento público como instrumento normativo dotado de força de lei, resultante de processo legislativo formal sujeito a controle jurisdicional.

d) Dimensão econômica: o orçamento público como arena para debate acerca das prioridades para a ação estatal e limites ao exercício do poder tributário do Estado, formando-se os consensos e as maiorias necessários à legitimidade do gasto público e arrecadação das receitas.

e) Dimensão administrativa: o orçamento público como processo de planejamento por meio do qual se estabelecem os indicadores, metas, programas, ações, atividades e projetos necessários à solução de problemas coletivos e atendimento de necessidades públicas.

Comentário:

Segundo Giacomoni, temos as *naturezas do orçamento*, conforme tabela a seguir.

POLÍTICA	Orçamento como resultado do processo de avaliação de demandas e de escolhas entre alternativas

https://t.me/kakashi_copiador

ECONÔMICA	Quando destacadas as questões fiscais — receitas, despesas, déficits e dívidas.
JURÍDICA	Orçamento como lei que estima a receita e autoriza tetos de despesa
ADMINISTRATIVA	Orçamento como o plano das realizações da administração pública, ou seja, é enfatizar seu importante papel como instrumento de gestão
FINANCEIRA	Orçamento como iniciativa de antecipação de fluxos de arrecadação e de pagamentos
CONTÁBIL	Quando, por meio das contas, antecipa o resultado patrimonial e global da gestão.

Analisando item a item, temos:

a) Errado. Essa é a dimensão econômica.

b) Errado. Essa é a dimensão contábil.

c) Errado. Essa é a dimensão jurídica.

d) Errado. Essa é a dimensão política.

e) Certo. A função administrativa tem o orçamento como o plano das realizações da administração pública, ou seja, é enfatizar seu importante papel como instrumento de gestão.

Gabarito: E

26. VUNESP/PC RR/2022

Tipo de orçamento em que existe a coparticipação do Executivo e Legislativo na elaboração dos orçamentos e a transparência dos critérios e informações que nortearão a tomada de decisões:

a) teto fixo.

b) base-zero.

c) funcional.

d) tradicional.

https://t.me/kakashi_copiador

e) participativo.

Comentário:

O orçamento participativo é uma técnica orçamentária em que a alocação de alguns recursos contidos no orçamento público é decidida com a participação direta da população, ou por meio de grupos organizados da sociedade civil, como a associação de moradores. Há, na verdade, uma participação popular no processo de elaboração dos orçamentos, e não uma substituição à atribuição devida pelo poder público. Nesse modelo, ocorre a coparticipação entre o Executivo e o Legislativo, bem como a transparência na definição dos critérios e informações que orientarão as decisões orçamentárias.

> *BIDERMAN, Ciro; ARRETCHE, Marta. Orçamento Participativo e o Desenvolvimento de Governos Locais no Brasil. Revista de Administração Pública, v. 39, n. 3, p. 615-640, 2005.*
>
> *AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. Lua Nova, v. 58, p. 67-96, 2003.*

Portanto, temos como gabarito o item E.

Gabarito: E

27. VUNESP/Docas PB/2022

Assinale a alternativa correta.

a) A lei que instituir as diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

b) A lei que instituir o Plano Plurianual compreenderá as metas e prioridades da administração pública, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e as metas, tudo em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

c) Integrará a Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 (dois) exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na Lei Orçamentária Anual para a continuidade daqueles em andamento.

d) A Lei Orçamentária Anual deverá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

https://t.me/kakashi_copiador

e) Admite-se a realização de despesas e a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários, sempre que a medida se mostrar adequada ao atendimento do interesse público.

Comentário:

a) Errado. Essa é a atribuição do Plano Plurianual, conforme art. 165, §1°, CF.

b) Errado. Essa é a atribuição da LDO, conforme art. 165, §2°, CF.

c) Certo. Conforme art. 165, §12°, CF.

d) Errado. Conforme art. 165, §14°, CF.

*"§ 14. A lei orçamentária anual **poderá** conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento."*

e) Errado. Conforme art. 167, II, CF:

"São vedados

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;"

Gabarito: C

28. VUNESP/ALESP/2022

"Pensemos no _____ como incorporando a compreensão horizontal – comparando pacotes de despesas alternativos para decidir qual melhor contribui para o atingimento de objetivos programáticos. O _____, por outro lado, pode ser pensado como incorporando a compreensão vertical – a cada ano alternativas de despesas são consideradas sem pré-condições para todas atividades governamentais ou objetivos tratados como entidades discretas."

(WILDAVSKY, Aaron. A. Budget for All Seasons? Why the Traditional Budget Lasts, Public Administration Review, Vol. 38, No. 6, Nov. – Dec., 1978, pp. 501-509. Adaptado).

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas, referentes às espécies de orçamento.

a) orçamento-programa ... orçamento por desempenho.

b) orçamento tradicional ... orçamento incremental.

c) orçamento por desempenho ... orçamento incremental.

https://t.me/kakashi_copiador

d) orçamento-programa ... orçamento base-zero.

e) orçamento base-zero ... orçamento-programa.

Comentário:

Conforme os ensinamentos de Daniela Monteiro Alves, em sua obra "Orçamento por Resultados e Capacidade Institucional no Brasil", no contexto do orçamento-programa, a ideia de incorporar a compreensão horizontal refere-se à abordagem que busca uma visão mais abrangente e integrada das políticas públicas e suas interconexões. Ao invés de uma estrutura verticalizada e fragmentada, o orçamento-programa busca uma perspectiva horizontal, promovendo uma visão sistêmica e transversal das ações governamentais. Essa visão horizontal no orçamento-programa é importante para promover a integração das políticas públicas, a coerência das ações governamentais e a maximização dos resultados. Ao considerar os impactos e as conexões entre os diferentes programas, é possível evitar duplicações, identificar sinergias e alcançar uma maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

Já em relação ao orçamento base-zero, pode-se dizer que o OBZ incorpora uma compreensão vertical, pois busca analisar individualmente cada despesa, independentemente de sua existência no orçamento anterior. Conforme a obra "Governança Brasil. Orçamento Base Zero (OBZ)", a compreensão vertical no orçamento base-zero está relacionada à revisão minuciosa e individualizada das despesas, o que possibilita uma análise em camadas, partindo do zero para cada item orçamentário. Ao invés de partir de uma base pré-estabelecida, o orçamento base-zero busca questionar cada despesa e considerar alternativas, priorizando uma alocação mais criteriosa e alinhada com os objetivos estratégicos do governo. Portanto, temos o item D como gabarito.

Gabarito: D

29. VUNESP/IPSM SJC/Direito/2022

Selecione a alternativa que completa adequadamente a lacuna existente no trecho a seguir.

"O _____ apresenta os propósitos, os objetivos e as metas para os quais a administração solicita os recursos necessários. Além disso, identifica os custos dos programas propostos para alcançar tais objetivos e os dados quantitativos que medem as realizações e o trabalho realizado dentro de cada programa." (Adaptado de NUNES, A.; OLIVEIRA, R.; BÉU, R., 2015)

a) orçamento base-zero.

b) orçamento por desempenho.

c) orçamento inercial.

https://t.me/kakashi_copiador

d) orçamento-programa.

e) orçamento empresarial.

Comentário:

Conforme James Giacomoni em sua obra "Orçamento Público", doutrina mais utilizada pelas bancas, o orçamento-programa apresenta os propósitos, os objetivos e as metas para os quais a administração solicita os recursos necessários. O orçamento-programa é uma abordagem orçamentária que se baseia na vinculação dos recursos financeiros às finalidades e aos objetivos das ações governamentais. Nele, as solicitações de recursos são justificadas e alinhadas aos propósitos, objetivos e metas estabelecidos pela administração pública. A partir desses propósitos e objetivos, são estabelecidas metas que delimitam as entregas e os indicadores de desempenho que serão utilizados para monitorar o progresso e avaliar os resultados alcançados. Essas metas e indicadores estão diretamente relacionados aos propósitos e objetivos estabelecidos no orçamento-programa. Portanto, nosso gabarito é o item D.

Gabarito: D

30. VUNESP/ALESP/Finanças/2022

Uma das grandes dificuldades do poder público é conseguir elaborar bons processos de planejamento, levando em consideração a multiplicidade e complexidade dos problemas públicos existentes em uma localidade. Do ponto de vista do Plano Plurianual (PPA), que baliza as políticas públicas e provê diretrizes para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei de Orçamento Anual (LOA), é correto afirmar que:

a) o PPA pode ser revisto e alterado sempre que necessário, adequando-se às realidades dos problemas públicos existentes.

b) um PPA em que o componente político das ações é marginalizado oferece maiores chances de sucesso, uma vez que abordará tão somente aspectos econômicos.

c) o PPA materializa as políticas públicas, de modo que sua elaboração deve ser estritamente técnica e blindada de interferências políticas.

d) um bom PPA deve ter características deterministas, para que assim consiga controlar as variáveis e não sejam necessárias revisões e alterações.

e) como o PPA orienta a confecção de outros instrumentos, não deve ser alterado ou revisto, mantendo a coerência do que foi idealizado.

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

O PPA é um instrumento de médio prazo que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas do governo para um período de quatro anos. Ele serve como referência para a elaboração dos orçamentos anuais e orienta as ações governamentais. No entanto, é comum que surjam mudanças nas realidades dos problemas públicos, seja por questões emergenciais, alterações nas demandas da sociedade, avanços tecnológicos, entre outros fatores. Nessas situações, é importante que o PPA seja revisado e atualizado para garantir sua adequação às novas circunstâncias. A revisão e a alteração do PPA podem ocorrer por meio de um processo de planejamento estratégico, que envolve a análise dos objetivos e das metas estabelecidos, a avaliação dos resultados alcançados até o momento e a identificação das necessidades e desafios atuais. A revisão do PPA pode resultar na inclusão de novas metas, na modificação de objetivos existentes, na realocação de recursos entre programas ou na inclusão de novos programas, de acordo com as demandas e prioridades identificadas. Dessa forma, a flexibilidade do PPA permite que ele seja um instrumento dinâmico e adaptável, capaz de responder às mudanças e desafios enfrentados pelo governo ao longo do período de sua vigência. O art. 21 da Lei nº 13.971/2019 (PPA 2020-2023) elenca as possibilidades de alteração. Analisemos os demais itens.

b) Errado. Um PPA em que o componente político das ações é marginalizado oferece menores chances de sucesso.

c) Errado. O PPA traz as políticas públicas de maneira estratégica, de modo que sua elaboração deve ser ampla e deve abordar os programas de governo.

d) Errado. A lei do PPA deve comportar a possibilidade de revisões e alterações, com vistas ao melhor monitoramento e à avaliação dos programas e ajustes à realidade social.

e) Errado. A lei do PPA deve comportar a possibilidade de revisões e alterações, com vistas ao melhor monitoramento e à avaliação dos programas e ajustes à realidade social.

Portanto, temos que nosso gabarito é a letra A.

Gabarito: A

31. VUNESP/Pref. Sorocaba/I/2022

Com duração de quatro anos, começando no início do segundo ano do mandato do chefe do Poder Executivo e terminando no fim do primeiro ano de seu sucessor, é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública.

Esse enunciado se refere:

a) à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

b) ao Plano Plurianual.

https://t.me/kakashi_copiador

c) à Lei Orçamentária Anual.

d) ao Plano Diretor.

e) ao Plano Nacional de Desenvolvimento.

Comentário:

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento governamental de médio prazo, estabelecido no artigo 165 da Constituição Federal brasileira. Ele tem duração de quatro anos, começando no início do segundo ano do mandato do chefe do poder executivo e terminando no fim do primeiro ano de seu sucessor. O PPA tem como objetivo estabelecer as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para um período de quatro anos, orientando a elaboração dos orçamentos anuais. Ele é elaborado pelo poder executivo e submetido ao Legislativo para aprovação. Portanto, nosso gabarito é o item B.

Gabarito: B

32. VUNESP/Pref. Jundiaí/2022

A secretaria de planejamento e orçamento reuniu os analistas de planejamento e orçamento do quadro da prefeitura e deu início à elaboração do Plano Plurianual (PPA) referente à nova gestão municipal. Sobre o PPA, a equipe verificou corretamente que:

a) por ser uma lei orçamentária, a iniciativa da lei cabe ao chefe da Câmara de Vereadores.

b) é um plano estratégico de longo prazo, cuja vigência se inicia no segundo ano de mandato do prefeito em exercício e termina no segundo ano do mandato posterior.

c) define as metas e prioridades da administração pública para os próximos quatro anos.

d) planos e programas nacionais, regionais e setoriais, previstos constitucionalmente, e emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA), em regra, não precisam estar em consonância com o PPA.

e) investimentos que ultrapassem um exercício financeiro não podem ser iniciados sem prévia inclusão no PPA ou em lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Comentário:

No PPA, são definidas as políticas públicas prioritárias, as metas a serem alcançadas e as estratégias para atingir tais objetivos. Ele abrange tanto as despesas de investimento quanto as despesas de custeio, buscando promover o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade. O PPA é um instrumento fundamental para o planejamento e a gestão governamental, pois permite uma

https://t.me/kakashi_copiador

visão de médio prazo, alinhando as ações do governo aos objetivos estratégicos e facilitando o acompanhamento e a avaliação dos resultados alcançados. Analisemos item a item.

a) Errado. É lei de iniciativa do Poder Executivo (art. 165, *caput*, CF).

b) Errado. É instrumento de médio prazo.

c) Errado. A LDO define as metas e prioridades (art. 165, §2º, CF).

d) Errado. Conforme a CF, art. 165:

"§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional."

e) Certo. Conforme a CF, art. 167:

"§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade."

Gabarito: E

33. VUNESP/ALESP/2022

Leia o texto para responder à questão.

"(...) é preciso notar que um dos argumentos em defesa da regra de ouro consiste na ideia de que a perda financeira e patrimonial decorrente do endividamento público seria compensada pelo aumento do patrimônio público, mantendo-se neutro o efeito sobre o endividamento neste caso. Contudo, é importante verificar que o capital privado e o capital público raramente apresentam a mesma produtividade, seja em termos econômicos, seja em termos sociais. Assim, a composição do patrimônio não é de nenhuma forma neutra como se sustentaria.

Finalmente, é preciso levar em consideração igualmente o fato de que não apenas as despesas com a geração de nova infraestrutura devem ser consideradas relevantes, mas igualmente as despesas necessárias à manutenção da infraestrutura existente contra os efeitos da depreciação e também as despesas necessárias à adequada utilização da infraestrutura instalada. Contudo, nem sempre se consideram as despesas com manutenção como despesas de investimentos, de maneira que se deixa de levar em consideração essa importante característica. (...)"

(ARELLANO, Luis Felipe Vidal. Teoria jurídica do crédito público e operações estruturadas: empréstimos públicos, securitizações, PPPs, garantias e outras operações estruturadas no direito financeiro. São Paulo: Blucher Open Access, 2020, p. 77)

https://t.me/kakashi_copiador

Com base no trecho transcrito e na legislação nacional, é correto afirmar que o autor faz crítica ao alcance do seguinte dispositivo constitucional e que veicula a chamada "regra de ouro das finanças públicas" no Brasil.

a) "Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos".

b) "Art. 167. São vedados: (...) III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta".

c) "Art. 167. São vedados: (...) VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados".

d) "Art. 167. (...) § 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública".

e) "Art. 167. São vedados: (...) I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual".

Comentário:

O próprio texto traz o gabarito da questão, vejamos:

"(...) é preciso notar que um dos argumentos em defesa da regra de ouro consiste na ideia de que a perda financeira e patrimonial decorrente do endividamento público seria compensada pelo aumento do patrimônio público, mantendo-se neutro o efeito sobre o endividamento neste caso."

A CF traz um dispositivo acerca dessa temática:

"Art. 167. São vedados: (...)

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta".

Portanto, temos o gabarito na alternativa B.

Gabarito: B

34. VUNESP/Pref. Santos/2021

https://t.me/kakashi_copiador

Em relação ao orçamento, dispõe a Constituição Federal que:

a) é permitida a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

b) os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

c) os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos seis meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

d) a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo-se na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

e) a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, devendo o Poder Executivo publicar, até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada trimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Comentário:

Questão que aborda o texto literal da Constituição. Vejamos:

a) Errado. Vedação expressa:

Art. 167

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

b) Certo.

Art.165

§ 8º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

https://t.me/kakashi_copiador

c) Errado.

Art. 167

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

d) Errado.

Art. 165

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

e) Errado.

Art. 165

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Gabarito: B

35. VUNESP/Pref. Guarujá/2021

Assinale a alternativa que está em consonância com o disposto na Constituição Federal no que se refere aos orçamentos.

a) A Lei Orçamentária Anual não poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

b) A lei orçamentária de diretrizes orçamentárias compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e as fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

https://t.me/kakashi_copiador

c) O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

d) A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, exceto as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

e) Os orçamentos fiscais e de investimento, compatibilizados com a lei do orçamento anual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades regionais, segundo critério populacional.

Comentário:

Questão que aborda o texto literal da Constituição. Vejamos:

a) Errado.

Art. 165

§ 14. A lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

b) Errado. Essa é uma atribuição da LOA.

c) Certo. Conforme art. 165, §6°, CF.

d) Errado. Conforme a CF:

Art. 165

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Perceba que o item trouxe "exceto as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente". Apesar de esse trecho ter sido retirado após a EC nº109/2021, não se pode afirmar que essas despesas serão excluídas.

e) Errado. Conforme a CF:

Art. 165

https://t.me/kakashi_copiador

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Gabarito: C

36. VUNESP/Pref. Santos/2021

Em relação à Lei de Orçamento, é correto afirmar que:

a) A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo, excetuando-se as da administração centralizada, das autarquias e empresas públicas.

b) Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento por seus totais, admitidas eventuais deduções, desde que autorizadas.

c) A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para, dentre outras situações, realizar, até o primeiro mês do exercício financeiro seguinte, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

d) Em casos de déficit, a Lei de Orçamento indicará as fontes de recursos que o Poder Executivo fica autorizado a utilizar para atender a sua cobertura.

e) A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei, sendo consideradas como operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros.

Comentário:

a) Errado. Conforme a Lei nº 4.320/64:

Art. 4º A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar, observado o disposto no artigo 2º.

b) Errado. Conforme a Lei nº 4.320/64:

Art. 6º Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

c) Errado. Conforme a Lei nº 4.320/64:

Art. 7º A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:

https://t.me/kakashi_copiador

II - Realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

d) Certo. Conforme a Lei nº 4.320/64:

Art. 7º

§ 1º Em casos de déficit, a Lei de Orçamento indicará as fontes de recursos que o Poder Executivo fica autorizado a utilizar para atender a sua cobertura.

e) Errado. Conforme a Lei nº 4.320/64:

Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros.

Gabarito: D

37. VUNESP/CODEN/2021

A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas Leis Orgânicas dos Municípios, compor-se-á de tabelas explicativas, entre as quais se destaca:

a) a receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta.

b) a receita realizada ou executada no exercício em que se elabora a proposta.

c) a despesa fixada no exercício imediatamente anterior.

d) o histórico do superávit/déficit do exercício anterior.

e) o equilíbrio financeiro das receitas e despesas propostas para os três exercícios imediatamente anteriores à proposta orçamentária, bem como para o exercício corrente.

Comentário:

Questão literal da Lei nº 4.320/64, vejamos:

Art. 22. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas Leis Orgânicas dos Municípios, compor-se-á:

https://t.me/kakashi_copiador

III - Tabelas explicativas, das quais, além das estimativas de receita e despesa, constarão, em colunas distintas e para fins de comparação:

a) A receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta;

b) A receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

c) A receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;

d) A despesa realizada no exercício imediatamente anterior;

e) A despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta; e

f) A despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.

Portanto, nosso gabarito é o item A.

Gabarito: A

38. VUNESP/EsFCEx/2021

Os programas do Plano Plurianual consistem em instrumento de organização da atuação governamental, e os programas de serviços ao Estado representam aqueles que:

a) correspondem ao conjunto de despesas de natureza tipicamente administrativa e outras que não são passíveis de apropriação a esses programas.

b) abrangem as ações de gestão de Governo.

c) resultam em bens e serviços ofertados diretamente ao Estado, por instituições criadas para esse fim específico.

d) resultam em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade.

e) correspondem ao conjunto de despesas de natureza tipicamente administrativa e outras, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos programas finalísticos e de gestão de políticas públicas, que são passíveis de apropriação desses programas.

Comentário:

Questão polêmica e problemática. De fato, dentro dos programas do PPA, podem ser incluídas tanto ações de prestação de serviços ao Estado quanto ações voltadas para a oferta de bens e serviços à população. O foco dos programas é direcionado para a consecução de resultados e impactos esperados, sendo o Estado o agente responsável pela implementação das ações. Portanto, embora existam programas de serviços ao Estado que resultem em bens e serviços

https://t.me/kakashi_copiador

ofertados diretamente ao Estado, essa definição não abrange todos os programas do PPA. Os programas do PPA englobam um conjunto mais amplo de ações e políticas públicas voltadas para o atendimento das demandas da sociedade. Dessa forma, tanto a alternativa C como a D representam gabarito para a questão, se levarmos em conta que o "os programas de serviços ao Estado" se referem aos programas finalísticos. Se o examinador usou "os programas de serviços ao Estado" como programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado, teríamos gabarito nos itens A, B e E. Questão que deveria ser anulada, mas a banca manteve o gabarito no item C.

Gabarito: C

39. VUNESP/EsFCEx/2021

A Constituição Federal de 1988 introduziu um processo integrado de alocação de recursos, compreendendo as atividades de planejamento e orçamento, que passaram a ser executadas a partir do exercício de 2000. Até essa data, vigorava, no Brasil, o orçamento da seguinte espécie:

a) de desempenho, em que se evidenciava a preocupação com o resultado dos gastos e não apenas com o gasto em si.

b) base-zero, caracterizado por dar ênfase aos aspectos contábeis de gestão, e o controle visava avaliar a honestidade dos agentes governamentais.

c) tradicional, que tinha por característica ser dissociado dos processos de planejamento e programação.

d) orçamento-programa, que representava o elo entre o planejamento e as funções executivas.

e) de realizações em que se buscava a definição dos propósitos e objetivos para os quais os créditos se faziam necessários.

Comentário:

O orçamento-programa foi determinado pela Lei nº 4.320/1964, reforçado pelo Decreto-lei nº 200/1967 e teve a primeira classificação funcional-programática em 1974, mas foi apenas com a edição do Decreto nº 2.829/1998 e com o primeiro PPA 2000-2003 que se tornou realidade. O orçamento-programa é o atual e mais moderno Orçamento Público. Está intimamente ligado ao planejamento e representa o maior nível de classificação das ações governamentais. É a única técnica que integra planejamento e orçamento e, como o planejamento começa pela definição de objetivos, não há orçamento-programa sem definição clara de objetivos. Essa integração é feita por meio dos "programas", que são os ''elos de união" entre planejamento e orçamento. Levem para a prova que, atualmente, diz-se que o orçamento-programa é o elo entre planejamento, orçamento e gestão, portanto, nele, a ênfase é no que se realiza, e não no que se gasta. Portanto, nosso gabarito é o item D.

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito: D

40. VUNESP/CM Potim/2021

Um determinado investimento, que não fora previamente incluído no plano plurianual e cuja execução estava prevista para o período de dois exercícios financeiros, foi iniciado no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do Executivo. Considerando que não havia lei que autorizasse sua inclusão na Lei Orçamentária Anual, é possível afirmar, sobre este investimento, que:

a) a alocação dos recursos para sua realização é lícita, pois seu início coincide com o início de vigência do PPA.

b) a alocação dos recursos para sua realização é lícita, pois a previsão de seu término está contida na vigência do PPA, que se iniciou no primeiro ano do mandato do chefe do executivo.

c) a alocação dos recursos para sua realização é lícita, pois a previsão de seu término está contida na vigência do PPA, que se iniciou no segundo ano do mandato do chefe do executivo.

d) a alocação dos recursos para sua realização é lícita, pois a previsão de seu término está contida na vigência da LDO, que se iniciou em 30 de junho do exercício anterior.

e) pode implicar pena de crime de responsabilidade de acordo com o parágrafo 1° do art. 167 da Constituição Federal.

Comentário:

Mais uma questão literal da Constituição. Essa vedação é incidente em provas. Vejamos:

Art. 167

§ 1° Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Portanto, temos o gabarito no item E.

Gabarito: E

41. VUNESP/EsFCEx/2020

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 167, inciso III, e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu art. 44, vedam o uso de receitas de capital para financiamento de despesas correntes. Tal procedimento é comumente conhecido como:

https://t.me/kakashi_copiador

a) comprometimento da receita.

b) remanejamento de dotação.

c) alterações extraorçamentárias.

d) regra de ouro.

e) pedalada fiscal.

Comentário:

Conforme a Constituição Federal:

"Art. 167. São vedados: (...) III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta".

Essa é a definição da regra de ouro. Além disso, a LRF também elenca um dispositivo acerca dessa regra, vejamos:

"Art. 44. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos."

Portanto, nosso gabarito é o item D.

Gabarito: D

42. VUNESP/CM Boituva/2020

De acordo com a Portaria MOG no 42/1999, o modelo de orçamento público que identifica as despesas em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais é conhecido como orçamento:

a) base-zero.

b) participativo.

c) por desempenho.

d) programa.

e) incremental.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:

De fato, conforme a doutrina consolidada e os Manuais Técnicos, o modelo de orçamento público que identifica as despesas em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais é conhecido como orçamento-programa. Esse modelo busca relacionar as despesas do governo a suas finalidades e objetivos, permitindo uma melhor compreensão e controle dos recursos públicos. No orçamento-programa, as despesas são estruturadas em programas, que representam conjuntos de ações que visam alcançar objetivos específicos. Os programas são desdobrados em projetos, atividades e operações especiais, que representam os componentes das ações governamentais. As funções e subfunções são categorias que agrupam as despesas de acordo com a natureza das atividades realizadas pelo governo. Elas permitem uma classificação mais abrangente das despesas, facilitando a análise e o planejamento das políticas públicas.

Portanto, nosso gabarito é o item D.

Gabarito: D

43. VUNESP/CM Boituva/2020

Sobre os tipos de orçamento público, a correlação correta é:

a) orçamento impositivo — técnica de orçamentação que distribui os recursos disponíveis entre diferentes órgãos conforme a distância entre o desempenho esperado e o realizado e os indicadores previamente estabelecidos.

b) orçamento clássico — pressupõe a rediscussão do mérito de cada item de despesa a cada ciclo orçamentário, permitindo a realização de planejamento pleno, desde as premissas da política pública até a fixação de objetivos estratégicos.

c) orçamento-programa — instrumento de organização para implementação das ações do governo, vinculando o planejamento de médio prazo às despesas anuais por meio de programas que contenham ações agrupadas em objetivos e metas.

d) orçamento desempenho — contempla a participação popular na definição dos orçamentos, reservando-se uma parcela específica dos recursos orçamentários para alocação mediante decisão direta da população.

e) orçamento base-zero — técnica de orçamentação que distribui os recursos disponíveis com base no orçamento realizado no ano anterior, admitindo mudanças marginais na forma de repartição dos recursos.

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

Analisemos item a item

a) Errado. Orçamento impositivo é uma técnica de orçamentação que exige a execução das dotações constantes na programação orçamentária do governo.
b) Errado. É o orçamento base-zero que pressupõe a rediscussão do mérito de cada item de despesa a cada ciclo orçamentário, permitindo a realização de planejamento pleno, desde as premissas da política pública até a fixação de objetivos estratégicos.
c) Certo. O orçamento-programa tem como objetivo principal promover uma gestão orientada por resultados, em que as despesas são planejadas e executadas de forma a alcançar os objetivos e metas estabelecidos. Ele proporciona uma visão mais clara das ações governamentais e permite uma melhor alocação de recursos de acordo com as prioridades e necessidades da sociedade.
d) Errado. Essa é a definição de orçamento participativo.
e) Errado. Esse é o orçamento incremental.

Gabarito: C

44. VUNESP/Pref. Morro Agudo/2020

O orçamento-programa é caracterizado por ser:

a) uma técnica que tem por objetivo verificar o que o Governo realiza e compra, mas que não está vinculado ao processo de planejamento.

b) um processo operacional que exige que o administrador justifique continuamente as despesas, impedindo que ele simplesmente justifique as variações destas em relação ao orçamento anterior.

c) uma técnica cujo objetivo maior é permitir o controle dos gastos do Poder Executivo pelo Poder Legislativo, que tem o poder de aprovar ou não o projeto de lei orçamentária anual.

d) um processo operacional que permite ao Governo interligar o planejamento previsto no Plano Plurianual com os programas de governo que serão contemplados pelas dotações orçamentárias.

e) um instrumento cujo principal objetivo é permitir analisar se os gastos foram feitos com a maior economicidade possível, evitando o desperdício de recursos governamentais.

Comentário:

O modelo de orçamento público que identifica as despesas em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais é conhecido como orçamento-programa. Esse modelo busca relacionar as despesas do governo a suas finalidades e objetivos, permitindo uma melhor compreensão e controle dos recursos públicos. No orçamento-programa, as despesas são estruturadas em programas, que representam conjuntos de ações que visam alcançar objetivos específicos. Os programas são desdobrados em projetos, atividades e

https://t.me/kakashi_copiador

operações especiais, que representam os componentes das ações governamentais. As funções e subfunções são categorias que agrupam as despesas de acordo com a natureza das atividades realizadas pelo governo. Elas permitem uma classificação mais abrangente das despesas, facilitando a análise e o planejamento das políticas públicas. O orçamento-programa tem como objetivo principal promover uma gestão orientada por resultados, em que as despesas são planejadas e executadas de forma a alcançar os objetivos e metas estabelecidos. Ele proporciona uma visão mais clara das ações governamentais e permite uma melhor alocação de recursos de acordo com as prioridades e necessidades da sociedade.

Portanto, nosso gabarito é o item D.

Gabarito: D

45. VUNESP/CM Boituva/2020

Dos diferentes instrumentos de planejamento que integram a gestão orçamentária pública no Brasil, principalmente a partir de 1988, cabe a função de fixar as prioridades e metas da administração pública, bem como os critérios para limitação de empenho e movimentação financeira, à:

a) Lei que institui o Plano Plurianual — PPA.

b) Lei de Orçamento Anual — LOA.

c) Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF.

d) Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO.

e) Lei de Planejamento Estratégico — LPE.

Comentário:

Conforme a Constituição Federal:

Art. 165

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Portanto, nosso gabarito é o item D.

Gabarito: D

https://t.me/kakashi_copiador

46. VUNESP/Pref. Ilhabela/2020

Uma das fases da gestão orçamentária é a da execução.

Essa, por sua vez, é orientada por determinada programação, expressa em decreto ao início do exercício fiscal. É objetivo dessa programação:

a) garantir que os programas e suas metas sejam realizados.

b) evitar que o uso dos recursos financeiros seja desviado.

c) respeitar a autonomia entre os poderes constituídos.

d) prover de recursos, em tempo hábil, as unidades gestoras ou similares.

e) atender ao estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO.

Comentário:

Conforme as últimas LDOs, entende-se como programação orçamentária o detalhamento da despesa por função, subfunção, unidade orçamentária, programa, ação e subtítulo. Em resumo, os objetivos desse mecanismo são:

estabelecer normas específicas de execução orçamentária e financeira para o exercício;
estabelecer um cronograma de compromissos (empenhos) e de liberação (pagamento) dos recursos financeiros para o governo;
cumprir a legislação orçamentária (LRF, LDO etc.);
assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas ao longo do exercício financeiro e proporcionar o cumprimento da meta de resultado primário.

Já Albuquerque, Feijó e Medeiros (2008) descrevem os objetivos e o propósito da programação financeira:

https://t.me/kakashi_copiador

OBJETIVOS	assegurar recursos financeiros às unidades orçamentárias, em tempo hábil à melhor execução de seus programas orçamentários;
	manter o equilíbrio entre a receita e a despesa, de forma a prevenir insuficiências de caixa;
PROPÓSITO	ajustar o ritmo de execução da despesa ao fluxo de caixa do Tesouro.

Portanto, nosso gabarito é o item D.

Gabarito: D

47. VUNESP/FUMEC/2020

No contexto do Planejamento Público, o processo orçamentário inclui o Plano Plurianual — PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO e a Lei Orçamentária Anual — LOA e é algo fundamental e obrigatório aos governos. Assinale a alternativa que indica o(s) instrumento(s) orçamentário(s) que define(m) como as despesas e as receitas serão realizadas num determinado ano.

a) Plano Plurianual — PPA.

b) Lei Orçamentária Anual — LOA.

c) Lei Orçamentária Anual — LOA e Plano Plurianual — PPA.

d) Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO.

e) Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO e Plano Plurianual — PPA.

Comentário:

De fato, a Lei Orçamentária Anual (LOA) não apenas define como as despesas e as receitas serão realizadas em um determinado ano, mas também estabelece a previsão das receitas e a autorização para as despesas do governo para o exercício financeiro. A LOA é o instrumento por meio do qual o governo estabelece as prioridades e define como serão alocados os recursos públicos durante o ano. Ela contém a discriminação da receita estimada e da despesa fixada, detalhando as fontes de recursos e as destinações específicas.

Logo, nosso gabarito é o item B.

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito: B

48. VUNESP/Pref. São Roque/2020

Com relação às leis que veiculam o planejamento orçamentário, é correto afirmar que:

a) os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

b) a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual são de iniciativa do Poder Legislativo, ao passo que o Plano Plurianual é de iniciativa do Poder Legislativo.

c) o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias será acompanhado de demonstrativo global do efeito sobre as receitas e despesas decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

d) a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo-se, na proibição, a autorização para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

e) o Plano Plurianual compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

Comentário:

Questão literal acerca da Constituição Federal, vejamos:

a) Certo.

Art. 165 § 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

b) Errado.

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

c) Errado.

https://t.me/kakashi_copiador

Art. 165

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

d) Errado.

Art. 165

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

e) Errado.

Art. 165 § 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Gabarito: A

49. VUNESP/Pref. Cananéia/2020

Em relação aos orçamentos elaborados pelos entes públicos, a Constituição Federal de 1988 dispõe que:

a) o Poder Executivo publicará, até noventa dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

b) o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

c) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas, mesmo que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, podem ser feitas, desde que autorizadas pelo Poder Judiciário.

d) a abertura de crédito suplementar ou especial poderá ser feita sem prévia autorização legislativa, desde que indicados os recursos correspondentes para financiá-los.

https://t.me/kakashi_copiador

e) a lei das diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Comentário:

Questão literal acerca da Constituição Federal, vejamos:

a) Errado.

Art. 165

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

b) Certo.

Art. 165

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

c) Errado.

Art. 167. São vedados:

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

d) Errado.

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

e) Errado.

Art. 165

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Gabarito: B

https://t.me/kakashi_copiador

50. VUNESP/CM Boituva/2020

O Estado "X" vem passando há meses por situação financeira muito grave, acumulando obrigações vencidas com servidores públicos, fornecedores e outros credores do Estado. Nesse contexto, o Estado vem sendo diariamente surpreendido por seguidos sequestros promovidos judicialmente em suas contas bancárias em decorrência de ações promovidas por credores, sobretudo na Justiça do Trabalho, o que contribui para o agravamento do quadro de crise financeira. Alguns desses sequestros chegam inclusive a atingir recursos com destinação vinculada mediante lei ou contrato a finalidades específicas. Sobre a situação hipotética descrita e com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito do controle jurisdicional do orçamento, é correto afirmar que:

a) os créditos decorrentes da Justiça do Trabalho não se submetem ao regime de pagamento mediante precatórios, de maneira que os sequestros realizados são corretos e têm por objetivo apenas assegurar a plenitude dos direitos sociais dos credores do Estado.

b) em casos específicos de crise, a Constituição Federal expressamente autoriza a moratória das obrigações financeiras do Estado, que deve ser previamente aprovada pelo Poder Judiciário na forma de plano de recuperação fiscal, suspendendo a totalidade das ações de cobrança contra o ente público.

c) não é possível, nesse contexto, ao Estado alegar judicialmente a "reserva do possível" como justificativa para o descumprimento de eventuais obrigações legais, uma vez que essa tese apenas tem aplicação nos casos de ausência de prejuízos aos direitos fundamentais da população.

d) sequestros existentes nas contas do Estado que alcancem recursos com vinculação orçamentária específica implicam alteração da destinação orçamentária de recursos públicos e remanejamento de recursos entre categorias de programação sem prévia autorização legislativa, o que representa usurpação de competências constitucionais reservadas ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo.

e) na situação descrita, é possível ao Estado reduzir a jornada de trabalho dos servidores públicos efetivos com correspondente redução dos salários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), de maneira a permitir o menor impacto sobre a continuidade dos serviços públicos possível.

Comentário:

a) Errado.

CF, art. 100:

§ 6º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o

https://t.me/kakashi_copiador

pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva.

b) Errado.

Art. 100

§ 15. Sem prejuízo do disposto neste artigo, lei complementar a esta Constituição Federal poderá estabelecer regime especial para pagamento de crédito de precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios, dispondo sobre vinculações à receita corrente líquida e forma e prazo de liquidação.

Além disso, no art. 97 do ADCT, são regulados alguns aspectos do regime especial de forma transitória, até que seja editada a lei complementar de que trata o § 15 do art. 100 da Constituição Federal. Assim, os regimes especiais até então publicados em nenhum momento suspenderam a totalidade das ações de cobrança contra o ente público.

c) Errado. O STF já reconheceu, durante o julgamento da IF 470 SP, a alegação da reserva do financeiramente possível para concluir pelo não cabimento da intervenção federal decorrente do não pagamento de precatórios.

d) Certo. A alternativa está de acordo com o posicionamento adotado pelo STF no julgamento da ADPF 405/RJ:

EMENTA: BLOQUEIO, ARRESTO, PENHORA, SEQUESTRO E LIBERAÇÃO DE VALORES EM CONTAS DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES POLÍTICAS NA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS. ALTERAÇÃO DA DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE RECURSOS PÚBLICOS. VEDAÇÃO. ARTS. 2º, 84, II, e 167, VI e X, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.

(...) 2. A efetividade do modelo de organização da Administração Pública preconizado pela Constituição Federal supõe a observância dos princípios e regras do sistema orçamentário (arts. 167, VI e X, da CF), do regime de repartição de receitas tributárias (arts. 34, V, 158, III e IV, e 159, §§ 3º e 4º, e 160, da CF) e da garantia de paramentos devidos pela Fazenda Pública em ordem cronológica de apresentação de precatórios (art. 100 da CF). Expropriações de numerário existente nas contas do Estado do Rio de Janeiro, para saldar os valores fixados nas decisões judiciais, que alcancem recursos de terceiros, escriturados contabilmente, individualizados ou com vinculação orçamentária específica implicam alteração da destinação orçamentária de recursos públicos e remanejamento de recursos entre categorias de programação sem prévia autorização legislativa, o que não se concilia com o art. 167, VI e X, da Constituição da República. A aparente usurpação de competências constitucionais reservadas ao Poder Executivo – exercer a direção da Administração – e ao Poder Legislativo – autorizar a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para

https://t.me/kakashi_copiador

outro – sugere lesão aos arts. 2º, 84, II, e 167, VI e X, da Carta Política. [...] (ADPF 405 MC, rel. min. Rosa Weber, j. 14-6-2017, P, DJE de 5-2-2018).

e) Errado. Em junho de 2020 (após a realização da prova), o STF declarou inconstitucional a redução de vencimentos de servidores públicos para a adequação de despesas com pessoal (ADI 2238/DF). É inconstitucional qualquer interpretação de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal que permita a redução de vencimentos de servidores públicos para a adequação de despesas com pessoal.

É inconstitucional o § 2º do art. 23 da LRF, que faculta a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária, caso sejam ultrapassados os limites definidos na lei para despesas com pessoal nas diversas esferas do poder público. Essa possibilidade de redução fere o princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos (art. 37, XV, da CF/88).

STF. Plenário ADI 2238/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 24/6/2020 (Info 983).

Gabarito: D

51. VUNESP/CM Boituva/2020

Autoriza-se, pelo art. 167 da Constituição Federal, desde que mediante prévia autorização legislativa:

a) a vinculação da receita de impostos a fundo, despesa ou órgão.

b) a concessão ou utilização de créditos orçamentários ilimitados.

c) a transferência voluntária de recursos pelo Governo Federal para pagamento de despesas com pessoal dos Estados e Municípios.

d) o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual.

e) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

Comentário:

Conforme a CF:

Art. 167

https://t.me/kakashi_copiador

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

Acerca dos demais itens, vejamos:

a) Errado. Vai de encontro ao princípio da não vinculação das receitas de impostos. Art. 167, IV, CF.

b) Errado. Vai de encontro ao princípio da não vinculação das receitas de impostos. Art. 167, VII, CF.

c) Errado. Vai de encontro ao princípio da não vinculação das receitas de impostos. Art. 167, X, CF.

d) Errado. Vai de encontro ao princípio da não vinculação das receitas de impostos. Art. 167, I, CF.

e) Certo. *Art. 167, VI, CF.*

Gabarito: E

52. VUNESP/Pref. Ilhabela/2020

É autorizado(a) pela Constituição Federal

a) a concessão de empréstimos por instituições financeiras federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, exceto para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista ou na hipótese de descumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento de regime próprio de previdência social.

b) a abertura de crédito suplementar ou especial sem indicação dos recursos correspondentes e prévia justificativa, em caso de calamidade pública devidamente decretada pelo Presidente da República.

c) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem necessidade de prévia autorização legislativa.

d) a instituição de fundos especiais formados pela vinculação da receita de impostos, sem prévia autorização legislativa, desde que por meio de decreto de vigência temporária, voltados à implementação de política pública na área de assistência social.

e) o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual, desde que incluídos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

Questão literal em que se questiona o que pode ser autorizado, ou seja, temos 4 itens com vedações e um item que apresenta permissão constitucional. Vejamos:

a) Certo.

"Art. 167. São vedados: [...]

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. [...]

XIII - a transferência voluntária de recursos, a concessão de avais, as garantias e as subvenções pela União e a concessão de empréstimos e de financiamentos por instituições financeiras federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na hipótese de descumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento de regime próprio de previdência social".

b) Errado.

"Art. 167. São vedados: [...]

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes".

c) Errado.

"Art. 167. São vedados: [...]

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa".

d) Errado.

"Art. 167. São vedados: [...]

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa".

e) Errado.

"Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual".

Gabarito: A

53. VUNESP/TJ SP/2019/Adaptada

https://t.me/kakashi_copiador

Em termos legais, conforme a Constituição Federal de 1988, art. 165, os planos orçamentários serão estabelecidos pelo Poder Executivo. Nesse sentido, a Lei que compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, é a:

a) do Plano Plurianual.
b) de Diretrizes Orçamentárias
c) de Responsabilidade Fiscal.
d) do Orçamento Anual.
e) do Plano de Diretrizes e Planejamento.

Comentário:
A **lei de diretrizes orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).
Gabarito: B

54. VUNESP/Pref. de Campinas/2019

É característica do Plano Plurianual (PPA) da União:

a) ser encaminhado ao Poder Legislativo até 30 de junho do primeiro ano do mandato do chefe do Poder Executivo.
b) impedir a interrupção da sessão legislativa, enquanto o Poder Legislativo não o aprovar.
c) ter vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato do Chefe do Poder Executivo subsequente.
d) ser devolvido para sanção do Poder Executivo até 31 de agosto do primeiro ano do mandato do Chefe do Poder Executivo.
e) estabelecer os prazos para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios elaborem seus respectivos Planos Plurianuais.

Comentário:

A) Errada. O PPA deve ser encaminhado ao Poder Legislativo até **31 de agosto** do primeiro ano do mandato do chefe do Poder Executivo.

https://t.me/kakashi_copiador

B) Errada. Somente a LDO impede a interrupção da sessão legislativa enquanto o Poder Legislativo não a aprovar.

C) Correta. O PPA deve ter vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato do chefe do Poder Executivo subsequente.

D) Errada. O PPA deve ser devolvido para sanção do Poder Executivo até 22 de dezembro do primeiro ano do mandato do chefe do Poder Executivo.

E) Errado. Os prazos para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios elaborem seus respectivos Planos Plurianuais estão nas legislações de cada um deles.
Gabarito: C

55. VUNESP/Pref. de São José do Rio Preto/2019

Compreende as metas e prioridades da Administração Pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, a lei:

a) do Plano Plurianual.
b) Geral do Orçamento.
c) de Diretrizes Orçamentárias.
d) de Responsabilidade Fiscal.
e) de Política Orçamentária Nacional.

Comentário:
A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

Gabarito: C

56. VUNESP/Pref. de Campinas/2019

Assinale a alternativa correta.

a) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) orientará a elaboração da Lei Orçamentária Nacional para estados, Distrito Federal e municípios.

https://t.me/kakashi_copiador

b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) disporá sobre alterações na legislação trabalhista e estabelecerá a política de execução das agências financeiras oficiais de fomento.
c) A Lei Orçamentária Anual (LOA) compreenderá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública nacional para as despesas de capital e as decorrentes delas e para os programas de duração continuada.
d) A Lei Orçamentária Anual (LOA) compreenderá, também, o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
e) O Plano Plurianual (PPP) compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

Comentário:
A) Errada. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) orientará a elaboração da Lei Orçamentária **Federal**, ou seja, da União. Cada estado, o Distrito Federal e cada município possuem seus próprios PPA, LDO e LOA.

B) Errada. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) disporá sobre alterações na legislação **tributária** e estabelecerá a política de **aplicação** das agências financeiras oficiais de fomento.

C) Errada. O **Plano Plurianual** compreenderá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública nacional para as despesas de capital e as decorrentes delas e para os programas de duração continuada.

D) Correta. A Lei Orçamentária Anual (LOA) compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e, também, o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

E) Errada. A **Lei de Diretrizes Orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal.
Gabarito: D

57. VUNESP/TJ SP/2019

A lei que compreenderá as metas e prioridades da administração pública estadual é a:

a) lei que instituir o Plano Plurianual.
b) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
c) Lei Orgânica.
d) Lei de Responsabilidade Fiscal.
e) Lei Orçamentária Anual.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:
A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

Gabarito: B

58. VUNESP/IPSM – Pref. de São José dos Campos/2018

Assinale a alternativa na qual constem os produtos do Processo de Planejamento e Orçamento no Setor Público.

a) Lei nº 4320/64; Lei nº 101/2000; e Planejamento Anual.
b) Controle Plurianual do Planejamento; Orçamento Realizado; e Lei da Responsabilidade Fiscal.
c) Plano Plurianual; Lei das Diretrizes Orçamentárias; e Lei Orçamentária Anual.
d) Controle Anual; Planejamento Partidário; e Diretrizes Partidárias.
e) Plano de Metas do Governo; Lei da Responsabilidade Fiscal; e Lei Orçamentária Anual.

Comentário:
O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são as leis que regulam o planejamento e o orçamento dos entes públicos federal, estaduais e municipais. No âmbito de cada ente, essas leis constituem etapas distintas, porém integradas, de forma que permitem um planejamento estrutural das ações governamentais.
Gabarito: C

59. VUNESP/Câmara de Campo Limpo Paulista/2018

Em conformidade com a Constituição Federal, a lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, além das diretrizes:

a) os projetos relativos ao Plano Plurianual.
b) os objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital.
c) o orçamento anual e os créditos adicionais.
d) o orçamento fiscal.
e) o orçamento de investimento em consonância com o Plano Plurianual a ser apreciado pelo Congresso Nacional.

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1°, da CF/1988).
Gabarito: B

60. VUNESP/Pref. de Sertãozinho/2018

O instrumento de planejamento pelo qual devem ser previstos os objetivos, as diretrizes e as metas da administração pública para as despesas relativas aos programas de duração continuada é

a) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
b) a Lei Orçamentária Anual.
c) o Plano Plurianual.
d) o Plano de Equilíbrio Fiscal.
e) o Relatório de Execução Orçamentária.

Comentário:
A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1°, da CF/1988).
Gabarito: C

61. VUNESP/Pref. de Sertãozinho/2018

A partir da Constituição Federal, de 1988, passa a ser determinante estabelecer, de forma regionalizada, objetivos e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes por intermédio:

a) da LDO.
b) do Orçamento Anual.
c) da Lei de Responsabilidade Fiscal.
d) do Plano Plurianual.
e) do Orçamento Base-Zero.

Comentário:
A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1°, da CF/1988).

Gabarito: D

https://t.me/kakashi_copiador

62. VUNESP/Câmara Municipal de Indaiatuba/2018

Em matéria orçamentária, determina a Constituição Federal que os orçamentos fiscal, de investimento e da seguridade social são compreendidos na lei:

a) do Plano Plurianual.
b) de Diretrizes Orçamentárias.
c) Orçamentária Anual.
d) de Responsabilidade Fiscal.
e) Geral das Finanças.

Comentário:
A Lei Orçamentária Anual conterá o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas (ou investimentos das estatais).
Gabarito: C

63. VUNESP/IPSM – Pref. de São José dos Campos/2018

Na Lei Orçamentária Anual (LOA), a Receita Pública é:

a) equilibrada.
b) maximizada.
c) contabilizada em regime de competência.
d) fixada.
e) prevista.

Comentário:
A Lei Orçamentária Anual é o instrumento pelo qual o Poder Público prevê a arrecadação de receitas e fixa a realização de despesas para o período de um ano.
Gabarito: E

64. VUNESP/IPSM – Pref. de São José dos Campos/2018

Já a Despesa Pública é:

a) minimizada.
b) prevista.
c) fixada.
d) equilibrada.
e) contabilizada em regime de caixa.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:
A Lei Orçamentária Anual é o instrumento pelo qual o Poder Público prevê a arrecadação de receitas e fixa a realização de despesas para o período de um ano.
Gabarito: C

65. VUNESP/Pref. de Bauru/2018/Adaptada

Sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, é correto afirmar que:

a) a Lei de Diretrizes Orçamentárias vige pelo período de doze meses, e sua vigência coincide com o ano civil.
b) a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
c) o projeto de lei relativo às diretrizes orçamentárias será apreciado por apenas uma das Casas do Congresso Nacional.
d) a aprovação das emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias independe de sua compatibilidade com o Plano Plurianual.
e) o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas da Administração Pública federal, estadual e municipal e obedecerá ao estabelecido na Lei Orçamentária Anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

Comentário:
a) Errada. A Lei Orçamentária Anual vige pelo período de doze meses, e sua vigência coincide com o ano civil. Todavia, a vigência (duração) da LDO extrapola o exercício financeiro, uma vez que ela é aprovada até o encerramento do primeiro período legislativo e orienta a elaboração da LOA no segundo semestre, bem como estabelece regras orçamentárias a serem executadas ao longo do exercício financeiro subsequente.

b) Correta. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

c) Errada. De acordo com o art. 166 da CF/1988, os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

https://t.me/kakashi_copiador

d) Errada. A aprovação das emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias depende de sua compatibilidade com o Plano Plurianual.

e) Errada. A Lei de Diretrizes Orçamentárias orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

Gabarito: B

66. VUNESP/APOFP/2017

O chefe do Poder Executivo de um determinado Estado pretende construir uma escola, sendo que a execução iniciar-se-á em abril de 2018, com conclusão prevista para setembro de 2019. Todavia, tal dispêndio não consta no Plano Plurianual vigente. De acordo com a Constituição Federal de 1988, para que a construção da escola possa ser realizada, o Poder:

a) Executivo deve encaminhar ao Poder Legislativo um projeto de lei para alteração do Plano Plurianual, por se tratar de uma despesa de inversão financeira cuja execução está prevista para finalizar no primeiro ano do mandato seguinte.
b) Executivo deve encaminhar ao Poder Legislativo um projeto de lei para alteração do Plano Plurianual, por se tratar de uma despesa de investimento cuja execução ultrapassa um exercício financeiro.
c) Executivo deve encaminhar ao Poder Judiciário um projeto de lei para alteração do Plano Plurianual, por se tratar de uma despesa de investimento cuja execução ultrapassa um exercício financeiro.
d) Legislativo deve encaminhar ao Poder Executivo um projeto de lei para alteração do Plano Plurianual, por se tratar de despesa de inversão financeira cuja execução ultrapassa um exercício financeiro.
e) Legislativo deve encaminhar ao Poder Executivo um projeto de lei para alteração do Plano Plurianual, por se tratar de uma despesa de inversão financeira cuja execução está prevista para finalizar no primeiro ano do mandato seguinte.

Comentário:
Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade (art. 167, § 1°, da CF/1988). Logo, o Poder Executivo, o qual possui a iniciativa dos instrumentos de planejamento e orçamento, deve encaminhar ao Poder Legislativo um projeto de lei para alteração do PPA, por se tratar de uma despesa de investimento cuja execução ultrapassa um exercício financeiro.
Gabarito: B

67. VUNESP/TJ RJ/2016

https://t.me/kakashi_copiador

O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público está compreendido na Lei:

a) do Orçamento Anual.
b) Orgânica.
c) de Responsabilidade Fiscal.
d) de Diretrizes Orçamentárias.
e) do Plano Diretor.

Comentário:
A Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
Gabarito: A

68. VUNESP/Câmara de Pirassununga/2016

A respeito do Plano Plurianual, é correto afirmar que:

a) o plano estabelece metas e prioridades de gastos para o ano subsequente na LOA.
b) o plano estabelece, de forma estratégica e regionalizada, os objetivos e as metas da administração pública.
c) o plano é o primeiro momento nas alterações da legislação tributária.
d) o plano é a fase principal do processo de elaboração do orçamento anual.
e) o plano aloca recursos correntes e de capital nos diferentes setores da administração pública.

Comentário:

a) Errada. De acordo com o art. 165, § 2º, da CF/88, a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

b) Correta. De acordo com o art. 165, § 1º, da CF/88, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

https://t.me/kakashi_copiador

c) Errada. Cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias dispor sobre a alteração na legislação tributária.

d) Errada. O PPA consiste na referência para a elaboração da LOA, porém não consiste em sua fase principal.

e) Errada. A Lei Orçamentária Anual é que deve estabelecer a alocação de receitas correntes e de capital para o custeio das despesas do exercício financeiro.
Gabarito: B

69. VUNESP/Câmara de Pradópolis/2016

Os orçamentos fiscais, de investimento e de seguridade social são compreendidos na lei:

a) Orçamentária Anual.
b) de Diretrizes Orçamentárias.
c) do Programa de Metas.
d) do Plano Plurianual.
e) Geral do Orçamento.

Comentário:
A Lei Orçamentária Anual conterá o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas (ou investimentos das estatais).
Gabarito: A

70. VUNESP/Câmara de Pradópolis/2016

No que diz respeito às leis orçamentárias, é correto afirmar que:

a) os projetos das leis do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual são de iniciativa reservada do Poder Legislativo.
b) a Lei do Plano Plurianual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
c) a Lei Orçamentária Anual não poderá conter dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesas, incluindo-se na proibição a contratação de operações de crédito.
d) o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

https://t.me/kakashi_copiador

e) a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

Comentário:
a) Errada. Os projetos das leis do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual são de iniciativa do Poder Executivo.

b) Errada. A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

c) Errada. A Lei Orçamentária Anual não poderá conter dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesas, não se incluindo, na proibição, a contratação de operações de crédito.

d) Correta. O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

e) Errada. A lei do Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes.
Gabarito: D

71. VUNESP/Pref. de São José dos Campos/2015

A associação da atividade de planejamento ao orçamento público, passando este a ser elaborado não mais apenas por uma lei, conforme previa a Lei nº 4.320/1964, mas por meio de um conjunto de três leis distintas, porém harmônicas entre si, é determinada pelo art. 165 da CF, de 1988. O nome das leis e a sequência correta em que ocorrem é:

a) Plano Plurianual; Diretrizes Orçamentárias; Orçamentos Anuais.
b) Diretrizes Orçamentárias; Plano Plurianual; Orçamentos Anuais.
c) Plano Plurianual; Responsabilidade Fiscal; Diretrizes Orçamentárias.
d) Diretrizes Orçamentárias; Responsabilidade Fiscal; Plano Plurianual.
e) Diretrizes Orçamentárias; Orçamentos Anuais; Plano Plurianual.

Comentário:
Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais (art. 165, *caput*, da CF/1988).

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito: A

72. VUNESP/Câmara de Jaboticabal/2015

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado.
Conforme o art. 165 da CF de 1988, o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, bem como os orçamentos anuais serão estabelecidos pelos poderes executivos. No caso da lei de diretrizes orçamentárias, esta compreenderá as metas e prioridades da administração pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política _____ .

a) de movimentação financeira
b) monetária
c) financeira, incluindo as de direito creditório
d) econômica e social
e) de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento

Comentário:
A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).
Gabarito: E

73. VUNESP/Câmara de Jaboticabal/2015

Os tipos de orçamentos públicos iniciais, de acordo com a Lei do Orçamento, são:

a) receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias, e os Planos Plurianuais.
b) o Plano Plurianual, plano orçamentário e extraorçamentário.
c) o plano de metas e diretrizes orçamentárias e a Lei de Diretrizes Plurianuais.
d) o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os orçamentos anuais.
e) as Diretrizes de Metas Orçamentárias, o Plano Plurianual e o de quatro anos.

Comentário:

Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão (art. 165, *caput*, da CF/1988):

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

https://t.me/kakashi_copiador

III - os orçamentos anuais.

Gabarito: D

74. VUNESP/DESENVOLVE SP/2014/Adaptada

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreenderá:

a) os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos no orçamento e que serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.
b) o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e as entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
c) o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
d) as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
e) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Comentário:
A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

Gabarito: D

75. VUNESP/TJ PA/2014

Segundo a Constituição Federal, nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no(a) _____, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade. A lacuna da frase será corretamente preenchida por:

a) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
b) Orçamento Anual.
c) Plano de Ação Governamental.

https://t.me/kakashi_copiador

d) Plano de Aceleração do Crescimento.
e) Plano Plurianual.

Comentário:
Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no **plano plurianual**, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade (art. 167, § 1°, da CF/1988).
Gabarito: E

76. VUNESP/Unifesp/2014/Adaptada

As metas e prioridades da administração pública federal são compreendidas:

a) pelos orçamentos anuais.
b) pelo Plano Plurianual.
c) pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
d) pela constituição de cada estado e Federação.
e) por medidas provisórias.

Comentário:
A **Lei de Diretrizes Orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2°, da CF/1988).
Gabarito: C

77. VUNESP/Pref. Estância Hidromineral de Poá/2014/Adaptada

_____ Compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de fomento. Nos termos da Lei Orgânica do Município de Poá, completa corretamente a lacuna a expressão:

a) O Plano Diretor.
b) O Plano Regional.
c) A lei geral do orçamento.
d) A lei do Plano Plurianual.
e) A Lei de Diretrizes Orçamentárias.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:
É uma questão de âmbito municipal, mas que mostra que, muitas vezes, o que ocorre nas Leis Orgânicas e nas Constituições Estaduais é uma adaptação do que já está previsto na CF/1988.

A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).
Gabarito: E

78. VUNESP/FPMSC/Prefeitura de São Carlos/2012

O instrumento de gestão que se torna plano de governo expresso em forma de lei, no qual se faz a estimativa de receita a arrecadar e fixa-se a despesa para um período determinado de tempo, em geral de um ano, em que o Estado deve demonstrar suas ideologias e ações político-partidárias, as quais se materializam por meio do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias, denomina-se Lei:

a) do Plano Plurianual — PPA.
b) de Diretrizes Orçamentárias — LDO.
c) do Plano Nacional de Desenvolvimento — PND.
d) do Orçamento Anual — LOA.
e) do Plano de Aceleração do Crescimento — PAC.

Comentário:
A Lei Orçamentária Anual é o instrumento pelo qual o Poder Público prevê a arrecadação de receitas e fixa a realização de despesas para o período de um ano. A LOA é o orçamento por excelência ou o orçamento propriamente dito. Ela deve conter apenas matérias atinentes à previsão das receitas e à fixação das despesas, sendo liberadas, em caráter de exceção, as autorizações para créditos suplementares e operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária. Trata-se do princípio orçamentário constitucional da exclusividade.

A finalidade da LOA é a concretização dos objetivos e metas estabelecidos no PPA. É o cumprimento, ano a ano, das etapas do PPA, em consonância com o que foi estabelecido na LDO. Portanto, orientada pelas diretrizes, pelos objetivos e pelas metas do PPA, compreende as ações a serem executadas, seguindo as metas e prioridades estabelecidas na LDO.
Gabarito: D

79. VUNESP/FESC/2012

https://t.me/kakashi_copiador

A Lei Orçamentária Anual compreenderá: (I) o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; (II) o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e:

a) o orçamento da previdência social e privada, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
b) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
c) o orçamento da previdência social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público e Privado.
d) o orçamento da previdência social, sem abrangência a todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público e Privado.
e) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, inclusive fundações privadas, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Comentário:
Segundo o § 5°, I, II e III, do art. 165 da CF/1988, a LOA conterá o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas (ou investimentos das estatais):
"§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:
I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público".

Gabarito: B

80. VUNESP/Prefeitura de São Carlos/2012

A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I. o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

https://t.me/kakashi_copiador

II. o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
III. o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público;
IV. os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição Federal a serem elaborados em consonância com o Plano Plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.
Está correto o contido em:

a) I, II, III e IV.
b) II, III e IV, apenas.
c) I, II, e IV, apenas.
d) I, II e III, apenas.
e) III e IV, apenas.

Comentário:
Segundo o § 5º, I, II e III, do art. 165 da CF/1988, a LOA conterá o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas (ou investimentos das estatais):
"§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:
I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público".

Logo, está correto o contido em I, II e III.

O item IV dispõe que "os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional" (art. 165, § 4º, da CF/1988).

A questão pede o que "a Lei Orçamentária Anual compreenderá". Assim, apesar do item IV estar de acordo com a CF/1988, ele é considerado errado por não responder ao pedido da questão.
Gabarito: D

81. VUNESP/IAMSPE/2012/Adaptada

https://t.me/kakashi_copiador

A Lei de Diretrizes Orçamentárias:

a) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
b) compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
c) compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
d) estabelecerá o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
e) dispõe sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do Plano Plurianual, e estabelece normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta.

Comentário:
a) Errada. O Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

b) Errada. A LOA compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e as entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

c) Correta. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2°, da CF/1988).

d) Errada. A LOA compreenderá o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

e) Errada. Tal tema é visto em aula sobre o Ciclo ou Processo Orçamentário. A Lei Complementar irá dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do

https://t.me/kakashi_copiador

Plano Plurianual, e estabelecerá normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta.

Gabarito: C

82. VUNESP/FESC/2012

Conforme a classificação dos orçamentos públicos no Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 165, estabeleceu que as leis, de iniciativa do Poder Executivo, estabelecerão o:

a) Plano Bianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos anuais.
b) Plano Trianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos anuais.
c) Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos anuais.
d) Plano Trianual, as Diretrizes Extraorçamentárias e as Orçamentárias.
e) Plano Plurianual, as Diretrizes Extraorçamentárias e as Orçamentárias.

Comentário:

Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão (art. 165, *caput*, da CF/1988):

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

Gabarito: C

83. VUNESP/Prefeitura de São Carlos/2012

A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para:

a) estabelecer políticas de aplicação das agências financeiras oficiais.
b) as receitas correntes e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
c) o quadriênio do exercício financeiro subsequente.
d) as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
e) orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:
A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para **as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada** (art. 165, § 1°, da CF/1988).
Gabarito: D

84. VUNESP/FESC/2012/Adaptada

A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das:

a) autarquias públicas.
b) agências reguladoras.
c) agências governamentais orçamentárias.
d) finanças públicas.
e) agências financeiras oficiais de fomento.

Comentário:
A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das **agências financeiras oficiais de fomento** (art. 165, § 2°, da CF/1988).
Gabarito: E

85. VUNESP/Prefeitura de São José do Rio Preto/2011/Adaptada
De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá:

a) as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
b) o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e as entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
c) o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

https://t.me/kakashi_copiador

d) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e as fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
e) as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro vigente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Comentário:
A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).
Gabarito: A

86. VUNESP/Prefeitura de São Carlos/2011

A Lei Orçamentária Anual é constituída por três orçamentos:

a) físico, fiscal e tributário.
b) físico, fiscal e de seguridade social.
c) de seguridade social, de investimentos das empresas e físico.
d) de investimento das empresas, físico e tributário.
e) fiscal, de seguridade social e de investimento das empresas.

Comentário:
A LOA conterá o **orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas** (ou investimentos das estatais).
Gabarito: E

87. VUNESP/Prefeitura de São José do Rio Preto/2011

As Leis de iniciativas do Poder Executivo, quando relacionadas com o orçamento público, estabelecerão:

a) o Plano Plurianual e as Diretrizes Orçamentárias, apenas.
b) o Plano Plurianual e os Orçamentos Anuais, apenas.
c) as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais, apenas.
d) as Diretrizes Orçamentárias, apenas.
e) o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:
Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão (art. 165, *caput*, da CF/1988):

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

Gabarito: E

88. VUNESP/Prefeitura de São Carlos/2011

O Plano Plurianual é uma síntese dos esforços de planejamento da administração pública, e sua obrigatoriedade:

a) foi estabelecida em 2005, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
b) foi estipulada somente para a União.
c) foi implementada a partir da Lei nº 4.320/64.
d) foi estabelecida pela Constituição de 1988.
e) não existe para os estados.

Comentário:
A Constituição Federal de 1988 recuperou a figura do planejamento na administração pública brasileira, com a integração entre plano e orçamento por meio da criação do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias. O PPA, assim como a LDO, é uma inovação da CF/1988. Antes dele e da CF/1988, existiam outros instrumentos de planejamento estratégico, como o Orçamento Plurianual de Investimentos (OPI), com três anos de duração, o qual não se confunde com o PPA, que possui quatro anos de duração.

Em nosso estudo, a referência é a CF/1988, por isso sempre tratamos dos instrumentos de planejamento e orçamento na esfera federal. No entanto, assim como a União, cada estado, cada município e o Distrito Federal também têm seus próprios PPAs, LDOs e LOAs.

Gabarito: D

89. VUNESP/Prefeitura de São Carlos/2011

É correto afirmar que, no processo orçamentário brasileiro, a(o):

a) Lei de Diretrizes Orçamentárias é elaborada a cada três anos, com metas fiscais para 3 anos (receitas, despesas, resultado primário e nominal e dívida pública).

https://t.me/kakashi_copiador

b) Lei de Diretrizes Orçamentárias é elaborada a cada dois anos, com metas fiscais para 3 anos, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
c) Plano Plurianual tem duração de 8 anos e apresenta as metas fiscais para o período e sua relação custo/benefício.
d) Plano Plurianual tem duração de 4 anos e apresenta as metas físicas para o período e sua relação custo/benefício.
e) Lei de Diretrizes Orçamentárias é elaborada anualmente, com metas físicas para 3 anos (receitas, despesas, resultado primário e nominal e dívida pública).

Comentário:
a) b) e e) Erradas. Itens que tratam da Lei de Responsabilidade Fiscal, não estudada nesta aula. A Lei de Diretrizes Orçamentárias é elaborada **anualmente**, e o anexo de metas **fiscais** conterá metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

c) Errada. O PPA tem duração de **quatro** anos e apresenta metas **físicas**.

d) Correta. O PPA tem duração de 4 anos e apresenta as metas físicas para o período e sua relação custo/benefício. As metas são medidas do alcance do objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa, a depender das especificidades de cada caso. Quando qualitativa, a meta também deverá ser passível de avaliação. Cada objetivo deverá ter uma ou mais metas associadas.

Gabarito: D

90. VUNESP/CREMESP/2011/Adaptada

Segundo a Constituição Federal de 1988, o (a) _____ compreenderá, entre outras, as metas e prioridades da administração pública federal. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna da frase.

a) Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).
b) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
c) Plano de Metas.
d) Plano Plurianual.
e) Orçamento Anual.

Comentário:
A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá

https://t.me/kakashi_copiador

sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

Gabarito: B

91. VUNESP/UNESP/2010

De acordo com a Constituição de 1988, o Poder Público elaborará orçamentos com base em três instrumentos legais: o Plano Plurianual — PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO e a Lei do Orçamento Anual — LOA. Nesse sentido, pode-se dizer que o PPA conterá:

a) orçamento financeiro e patrimonial referente aos Poderes da União, seus fundos privados, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
b) as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
c) as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de patrimônio para o exercício financeiro anterior; orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
d) as diretrizes, os objetivos e as metas da administração privada federal para as despesas de patrimônio e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
e) o orçamento de investimento das empresas público-privadas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, ou mesmo mediante as autarquias que formam o investimento.

Comentário:
A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1°, da CF/1988).
Gabarito: B

92. VUNESP/CETESB/2009

Estabelecerá as diretrizes, os objetivos e as metas da administração federal, estadual ou municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas continuados. Deve ser elaborado pelo Executivo durante o primeiro ano do mandato de seu chefe, encaminhado, discutido e aprovado pelo Poder Legislativo até o fim desse primeiro ano. Esta definição refere-se:

a) ao Plano Plurianual.

https://t.me/kakashi_copiador

b) à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
c) ao Orçamento Participativo.
d) à parceria público-privada.
e) ao Tribunal de Contas.

Comentário:
A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (art. 165, § 1°, da CF/1988).

Segundo o ADCT, a vigência do PPA é de quatro anos, iniciando-se no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no primeiro exercício financeiro do mandato subsequente. Ele deve ser encaminhado do Executivo ao Legislativo até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício, ou seja, até 31 de agosto. A devolução ao Executivo deve ser feita até o encerramento do segundo período da sessão legislativa (22 de dezembro) do exercício em que foi encaminhado.

Em nosso estudo, a referência é a CF/1988, por isso sempre tratamos dos instrumentos de planejamento e orçamento na esfera federal. No entanto, assim como a União, cada estado, cada município e o Distrito Federal também têm seus próprios PPAs, LDOs e LOAs.

Gabarito: A

93. VUNESP/CETESB/2009

Por força da Constituição Federal de 1988, o Brasil adota uma estrutura orçamentária baseada em três documentos. Entre eles está:

a) o Orçamento Cambial e Monetário.
b) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
c) o Plano Bienal.
d) a Política de Metas Inflacionárias.
e) a Ata da Reunião do Conselho de Política Monetária.

Comentário:

Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão (art. 165, *caput*, da CF/1988):

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

https://t.me/kakashi_copiador

III – os orçamentos anuais.

Assim, por força da Constituição Federal de 1988, o Brasil adota uma estrutura orçamentária baseada em três documentos. Entre eles está a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Gabarito: B

94. VUNESP/CESP/2009

As receitas e as despesas de todos os poderes da administração pública, as dotações relativas aos investimentos das empresas, bem como das entidades e órgãos de seguridade social fazem parte da Lei:

a) do Plano Plurianual.
b) de Diretrizes Orçamentárias.
c) Orçamentária Anual.
d) de Metas Prioritárias.
e) de Desenvolvimento Nacional.

Comentário:
Segundo o § 5°, I, II e III, do art. 165 da CF/1988, a LOA conterá o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas (ou investimentos das estatais):
"§ 5° A lei orçamentária anual compreenderá:
I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público".
Gabarito: C

95. VUNESP/CRF SP/2009

As receitas e despesas dos poderes do Estado, as dotações relativas aos investimentos das empresas estatais, bem como o orçamento das entidades e órgãos do sistema de seguridade social devem fazer parte da:

a) LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias.
b) PPA — Lei do Plano Plurianual.
c) LOA — Lei do Orçamento Anual.
d) LRF — Lei da Responsabilidade Fiscal.
e) LIF — Lei de Incentivos Fiscais.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:
Segundo o § 5º, I, II e III, do art. 165 da CF/1988, a LOA conterá o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas (ou investimentos das estatais):
"§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:
I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público".

Gabarito: C

96. VUNESP/ITESP/2008

Assinale a alternativa que corretamente traduz uma afirmação acerca da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

a) Compreende os orçamentos de investimento e de seguridade social.
b) Compreende os orçamentos fiscal e de investimentos.
c) Estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração federal para as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada.
d) Orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.
e) Não poderá, entre suas disposições, estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Comentário:
a) e b) Erradas. A Lei Orçamentária Anual conterá o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas (ou investimentos das estatais).

c) Errada. O Plano Plurianual estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração federal para as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada.
d) Correta. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (art. 165, § 2º, da CF/1988).

https://t.me/kakashi_copiador

e) Errada. Estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento é uma das atribuições da LDO.
Gabarito: D

97. VUNESP/Câmara Municipal de São Paulo/2007

O Plano Plurianual consiste em planejamento estratégico de médio prazo, que contém os projetos e atividades que o governo pretende realizar, ordenando suas ações e visando à consecução de objetivos e metas a serem atingidas nos quatro anos de mandato. Relacione os conceitos apresentados.

a. Diretrizes.
b. Despesas de capital.
c. Despesas correntes.
d. Duração continuada.
e. Programas.

I. Despesas utilizadas para classificar os gastos com investimentos.
II. Programas cuja execução ultrapassam um exercício financeiro.
III. Instrumento de organização da atuação governamental, articulando um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido e mensurado por indicadores previstos no PPA.
IV. Orientações gerais ou critérios de ação que nortearão a captação, gestão e os gastos de recursos ao longo do período, visando ao alcance dos objetivos programados.
V. Despesas de custeio ou com a manutenção das atividades governamentais.

Indique qual é a combinação adequada.

a) a-II; b-V; c-I; d-IV; e-III.
b) a-IV; b-I; c-V; d-II; e-III.
c) a-III; b-V; c-I; d-II; e-IV.
d) a-II; b-I; c-V; d-IV; e-III.
e) a-II; b-V; c-III; d-IV; e-I.

Comentário:
Fazendo a correlação:

a. Diretrizes.
IV. Orientações gerais ou critérios de ação que nortearão a captação, gestão e gastos de recursos ao longo do período, visando ao alcance dos objetivos programados.

https://t.me/kakashi_copiador

b. Despesas de capital.
I. Despesas utilizadas para classificar os gastos com investimentos.

c. Despesas correntes.
V. Despesas de custeio ou com a manutenção das atividades governamentais.

d. Duração continuada.
II. Programas cuja execução ultrapassam um exercício financeiro.

e. Programas.
III. Instrumento de organização da atuação governamental, articulando um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido e mensurado por indicadores previstos no PPA.

Logo, a combinação adequada é a-IV; b-I; c-V; d-II; e-III.

Gabarito: B

https://t.me/kakashi_copiador

Lista de questões

1. CEBRASPE (CESPE)/SEPLAN RR/Planejamento e Orçamento/2023

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue o item seguinte.

Programas que não geram um bem ou serviço no processo produtivo de cada exercício devem, obrigatoriamente, ser incluídos no plano plurianual.

2. CEBRASPE (CESPE)/SEPLAN RR/Planejamento e Orçamento/2023

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue o item seguinte.

O plano plurianual é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma unificada em nível nacional, diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos.

3. CEBRASPE (CESPE)/TJ ES/2023

Em relação às normas que regem o sistema orçamentário brasileiro, julgue o item subsequente.

As metas, os objetivos e as diretrizes da administração pública federal relacionados às despesas de capital e outras delas decorrentes, além das despesas relativas aos programas de duração continuada, devem constar, de forma regionalizada, na lei que instituir o plano plurianual.

4. CEBRASPE (CESPE)/TJ ES/2023

Acerca das características da economia brasileira e do orçamento público, julgue o item seguinte.

Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição brasileira são elaborados em consonância com o plano plurianual — um instrumento de planejamento governamental de médio prazo, instituído por lei, com vigência de quatro anos, que se inicia no primeiro ano de mandato do chefe do Poder Executivo.

5. CEBRASPE (CESPE)/CG DF/Planejamento e Orçamento/2023

Acerca dos ciclos orçamentários estabelecidos no plano plurianual (PPA) e dos requisitos legais pertinentes ao PPA, assinale a opção correta.

a) O PPA tem vigência de quatro anos e o seu período coincide com o mandato do Poder Executivo.

https://t.me/kakashi_copiador

b) A inclusão ou exclusão de objetivos definidos no PPA é considerada revisão.

c) Investimentos militares que ultrapassem o período de um ano não precisam constar no PPA.

d) O PPA deve estabelecer, de forma centralizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal.

6. CEBRASPE (CESPE)/SEPLAN RR/Tecnologia da Informação/2023

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue o item seguinte.

O conteúdo da lei de diretrizes orçamentárias está previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei Complementar n.º 101/2000.

7. CEBRASPE (CESPE)/TCE RJ/2023

Conforme as disposições da CF e da Lei n.º 4.320/1964, bem como a jurisprudência do STF, julgue o item a seguir, referente às leis orçamentárias.

A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, assim como a concessão de aumento ou reajuste, está condicionada, de forma cumulativa, à existência de dotação na lei orçamentária anual e de previsão na lei de diretrizes orçamentárias.

8. CEBRASPE (CESPE)/TJ ES/Administrativa/2023

Em relação às normas que regem o sistema orçamentário brasileiro, julgue o item subsequente.

As atribuições constitucionais conferidas à lei de diretrizes orçamentárias incluem dispor sobre as alterações na legislação tributária.

9. CEBRASPE (CESPE)/AGER MT/Administração/2023

Acerca do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), julgue os itens a seguir.

I Integra a LDO o anexo de agregados fiscais e a proporção de recursos para investimentos a serem alocados na lei orçamentária anual para a continuidade dos investimentos que estiverem em andamento.

https://t.me/kakashi_copiador

II Integra a LDO o demonstrativo regionalizado de efeito sobre as receitas e as despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

III A LDO conterá o valor da reserva de contingência, destinada ao atendimento dos passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais imprevistos que podem afetar negativamente as contas públicas.

IV A LDO apresenta as previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e dos investimentos em andamento.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens II e III estão certos.

d) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

10. CEBRASPE (CESPE)/AGER MT/2023

O elo entre os planejamentos de médio e curto prazo dos entes públicos se dá por meio

a) do balanço orçamentário.

b) do plano plurianual.

c) da lei orçamentária anual.

d) da lei de diretrizes orçamentárias.

e) do balanço patrimonial.

11. CEBRASPE (CESPE)/SEPLAN RR/Planejamento e Orçamento/2023

Relativamente ao orçamento público, julgue o item que se segue.

Os requisitos para que emenda a projeto de lei orçamentária possa ser aprovada incluem o fato de a referida emenda ser compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

https://t.me/kakashi_copiador

12. CEBRASPE (CESPE)/TCE RJ/2023

De acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência dos tribunais superiores a respeito das finanças públicas, julgue o item a seguir.

É possível a inserção, na lei orçamentária anual, de previsões de despesas para exercícios seguintes.

13. CEBRASPE (CESPE)/TCE RJ/2023

Conforme as disposições da CF e da Lei n.º 4.320/1964, bem como a jurisprudência do STF, julgue o item a seguir, referente às leis orçamentárias.

As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos aos estados somente por meio de transferência com finalidade definida, considerado o princípio da publicidade, que deve nortear a elaboração do orçamento.

14. CEBRASPE (CESPE)/TCE RJ/2023

Conforme as disposições da CF e da Lei n.º 4.320/1964, bem como a jurisprudência do STF, julgue o item a seguir, referente às leis orçamentárias.

Em atenção ao princípio da autonomia dos entes federados, é válida a previsão, nas Constituições estaduais, de limites para aprovação de emendas parlamentares impositivas em patamar diferente daquele imposto pela CF no tocante ao orçamento federal.

15. CEBRASPE (CESPE)/TJ ES/Administrativa/2023

Em relação às normas que regem o sistema orçamentário brasileiro, julgue o item subsequente.
É vedado à lei orçamentária anual contemplar previsões de despesas para exercícios seguintes.

16. CEBRASPE (CESPE) /TJ ES/Apoio Especializado/Contabilidade/2023

Relativamente às classificações orçamentárias e às diretrizes para elaboração da proposta orçamentária, julgue o item a seguir.

A execução provisória do orçamento é admitida nos casos em que a sanção do projeto de lei orçamentária anual não ocorrer até o dia 31 de dezembro do exercício anterior.

https://t.me/kakashi_copiador

17. CEBRASPE (CESPE)/CG DF/Planejamento e Orçamento/2023

À luz dos princípios orçamentários pertinentes às receitas e despesas públicas, assinale a opção correta. Nesse sentido, considere que a sigla LOA, sempre que empregada, se refere à lei orçamentária anual.

a) As despesas e receitas são registradas pelo regime de competência.

b) As despesas irrelevantes não precisam de estimativa na peça orçamentária pública.

c) As despesas rotineiras e ordinárias da administração pública, já previstas no orçamento, são dispensadas de estimativas de impacto orçamentário e financeiro.

d) As despesas com as emissões de papel moeda devem constar na LOA.

18. CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Jurídico/Direito/2023

Julgue o item a seguir, a respeito do orçamento público, do ciclo orçamentário e dos princípios orçamentários.

No orçamento da União, a estimativa total de imposto de renda deve ser registrada como receita e a respectiva parte destinada aos municípios deve ser registrada como despesa.

19. CEBRASPE (CESPE/CNMP/Apoio Técnico Especializado/Contabilidade/2023

Com base na Lei n.º 4.320/1964 e suas alterações, julgue o item a seguir.

No projeto de lei do orçamento, será admitida emenda para dotação de serviço que ainda não tenha sido criado.

20. CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

Em relação ao orçamento da União, julgue o item que se segue.

O estado democrático de direito determina que a lei orçamentária deve abarcar todos os programas governamentais e que nenhum deles pode ser executado sem ter passado pelo rito tradicional de tramitação e aprovação da referida lei.

21. CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

Em relação ao orçamento da União, julgue o item que se segue.

https://t.me/kakashi_copiador

Atualmente, por força do orçamento impositivo, observadas as ressalvas da lei, o Poder Executivo é obrigado a executar a programação das emendas individuais dos parlamentares encartadas na peça orçamentária da União.

22. CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

No que diz respeito ao processo orçamentário, julgue o item a seguir.

O orçamento público é uma peça contábil que, depois de aprovada, é utilizada pelo governo para registrar as despesas e autorizar as receitas que serão utilizadas para pagar os gastos consignados.

23. CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

No que diz respeito ao processo orçamentário, julgue o item a seguir.

O Poder Legislativo, ao votar o texto da lei orçamentária anual, pode revisar, incluir e até mesmo excluir as metas e os programas já planejados ou aprovados pelo Poder Executivo.

24. CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

No que diz respeito ao processo orçamentário, julgue o item a seguir.

O prazo de vigência do orçamento público equivale a um exercício financeiro.

25. CEBRASPE (CESPE) - TJ TRT8/TRT 8/Administrativa/2023

Acerca do ciclo orçamentário no Brasil e de aspectos relativos ao plano plurianual (PPA), à lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e à lei orçamentária anual (LOA), assinale a opção correta.

a) Durante o ciclo orçamentário, os projetos de lei relativos ao PPA, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados exclusivamente pela Câmara dos Deputados, com consulta ao Senado Federal, por meio da comissão mista permanente de senadores e deputados, e a anuência do sistema de justiça ao relatório final.

b) O PPA, em consonância com as metas e prioridades da LDO, estabelece as receitas e despesas que integram a LOA.

https://t.me/kakashi_copiador

c) A LDO, que orienta a elaboração da LOA, compreende as metas e prioridades da administração pública, bem como estabelece as diretrizes da política fiscal, de acordo com a trajetória da dívida pública.

d) A LOA estima a receita disponível e a despesa para o orçamento do ano seguinte, distribuindo os recursos para cada um dos programas e ações do orçamento fiscal e da seguridade social, enquanto o PPA estabelece a alocação das despesas do orçamento de investimentos.

e) O PPA marca o início do ciclo orçamentário, com o planejamento das contas públicas para o período de quatro anos, entrando em vigor no primeiro dia do mandato do chefe do Poder Executivo e encerrando-se no último dia desse mandato, servindo como guia para a elaboração da LOA em cada ano de governo.

26. CEBRASPE (CESPE)/CG DF/Finanças e Controle/2023

O modelo orçamentário brasileiro é composto basicamente de três instrumentos: plano plurianual (PPA), lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e lei orçamentária anual (LOA). A respeito desses instrumentos, julgue os itens seguintes.

I A LDO disporá sobre normas relativas ao controle legislativo e à avaliação da eficiência e da moralidade dos projetos de lei encaminhados ao Poder Executivo pelo Congresso Nacional.

II O projeto de LOA, elaborado de forma compatível com o PPA, com a LDO e com as normas da Lei complementar n.° 101/2000, conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas.

III O PPA é um plano de longo prazo, por meio do qual se procura ordenar as ações do governo que levem ao atingimento dos objetivos e metas fixados para um período de quatro anos.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas o item III está certo.

d) Todos os itens estão certos.

https://t.me/kakashi_copiador

27. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/2022

Um município editou lei orçamentária anual na qual foram fixadas medidas de fiscalização tributária para aumento da receita orçamentária de imposto sobre serviços de qualquer natureza — ISS, tendo atualizado suas bases de cálculo. Na referida lei, também é prevista autorização para abertura de crédito suplementar. Com base no disposto na Constituição Federal de 1988, conclui-se que essa lei é

a) constitucional no que diz respeito à atualização da base de cálculo por lei orçamentária anual.

b) inconstitucional apenas em relação à parte que prevê dispositivo estranho à previsão de receita e fixação de despesa.

c) constitucional no tocante às receitas orçamentárias de ISS e à autorização de crédito suplementar.

d) inconstitucional, pois não pode prever abertura de crédito suplementar nem dispositivo estranho à previsão de receita e fixação de despesa.

e) constitucional no que se refere ao dispositivo referente à previsão de receita de ISS, mas inconstitucional quanto à previsão de abertura de crédito suplementar.

28. CEBRASPE (CESPE/ApexBrasil/Processos de Gestão Corporativa/2022

Assinale a opção que apresenta o instrumento para a alocação de recursos públicos que pode ser operacionalizado por meio de diversas ações.

a) Plano Diretor

b) Lei de Diretrizes Orçamentárias

c) Plano Plurianual

d) Lei Orçamentária Anual

29. CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT8/TRT 8/Apoio Especializado/Estatística/2022

Entre as peças orçamentárias que compõem a LOA, elaboradas em consonância e compatibilidade com as leis que instituíram o PPA e as diretrizes orçamentárias, a função de reduzir desigualdades inter- regionais, segundo o critério populacional, é exercida

a) pelo orçamento fiscal, somente.

b) pelo orçamento da seguridade social, somente.

c) pelo orçamento fiscal e pelo orçamento de investimento das empresas estatais.

d) pelo orçamento fiscal e pelo orçamento da seguridade social.

https://t.me/kakashi_copiador

e) pelo orçamento da seguridade social e pelo orçamento de investimento das empresas estatais.

30. CEBRASPE - Tec Amb (IBAMA)/2022

Acerca de uma hipotética entidade da administração pública indireta responsável por fiscalização ambiental, julgue o item seguinte.

As despesas e receitas dessa entidade integram o orçamento fiscal da pessoa política à qual a entidade esteja vinculada.

31. CEBRASPE - Tec Amb (IBAMA)/2022

No que diz respeito ao conceito de orçamento público, às suas técnicas, aos seus princípios e ao seu ciclo, julgue o item a seguir.

Na etapa de elaboração do orçamento público, os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os tribunais de contas elaboram as suas propostas parciais em relação às suas despesas, a serem encaminhadas ao Poder Executivo, para consolidação na proposta de orçamento público.

32. CEBRASPE - Tec Amb (IBAMA)/2022

Quanto ao orçamento público no Brasil, julgue o item a seguir.

É vedada a previsão, na lei orçamentária anual, de despesas de investimentos plurianuais para os exercícios seguintes.

33. CEBRASPE - ADP (DPE RO)/Administração/2022

Lei Orçamentária Anual (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

Acerca do orçamento público brasileiro e seus princípios, assinale a opção correta.

a) É permitida a transferência de receitas entre unidades governamentais. Desse modo, as cotas de receita que uma entidade pública deva transferir a outra deverão ser incluídas, como dedução da receita, no orçamento da entidade obrigada à transferência e, como receita, no orçamento da que a receber.

b) Os orçamentos fiscal e da seguridade social compõem o orçamento da União e são apresentados em anexo programático consolidado, sob a mesma estrutura das demais peças orçamentárias, contemplando receitas e despesas no mesmo nível de detalhamento das estatais não dependentes.

c) O caráter impositivo da execução do orçamento importa tanto para as despesas discricionárias quanto para as despesas obrigatórias — aquelas cujos orçamentação, empenho e pagamento decorrem da existência de legislação anterior, justamente pelo fato de constarem na lei orçamentária.

https://t.me/kakashi_copiador

d) A realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital só pode ser admitida para a realização de investimentos, mas não para abatimento da dívida. Ou seja, é vedado tomar dinheiro emprestado para despesa corrente, mas é permitido déficit para despesa de capital em casos específicos.

e) As empresas estatais e de economia mista bem como as agências oficiais de fomento e os fundos constitucionais têm a inclusão de seus investimentos no orçamento da União justificada à medida que tais aplicações contam com o apoio do orçamento fiscal e da seguridade.

34. CEBRASPE - AAAJ (DP DF)/Administração/2022

Sabendo que o orçamento público é o principal documento de políticas públicas do governo, julgue o item a seguir.

No orçamento, as despesas são estimadas e as receitas são fixadas, devendo-se manter o equilíbrio entre ambas.

35. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Contador/2022

Julgue o seguinte item no que concerne a fundamentos, princípios e técnicas relacionados ao orçamento público e ao orçamento-programa.

O produto estimado de alienação de bens imóveis pode ser incluído na Lei de Orçamento somente se a operação for especificamente autorizada e em forma que juridicamente possa ser realizada no exercício.

36. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Contador/2022

Acerca das ações envolvidas no ciclo orçamentário, julgue o item subsequente.

Caso o projeto de determinada obra não esteja aprovado pelos órgãos competentes, a dotação para seu início não pode ser objeto de emenda ao projeto de Lei de Orçamento.

37. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Contador/2022

Acerca das ações envolvidas no ciclo orçamentário, julgue o item subsequente.

A execução orçamentária não será iniciada no exercício enquanto não houver a sanção do projeto de LOA.

38. CEBRASPE - Tec (PGE RJ)/Processual/2022

Julgue o item seguinte, relativo ao orçamento público no Brasil.

As metas da administração pública federal que servirão de base para a elaboração do orçamento anual integram a lei de diretrizes orçamentárias.

39. CEBRASPE - Tec (PGE RJ)/Processual/2022

https://t.me/kakashi_copiador

Julgue o item seguinte, relativo ao orçamento público no Brasil.

O orçamento anual estima as despesas e autoriza as receitas para o próximo exercício anual.

40. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

Quanto aos documentos e dispositivos legais que integram o orçamento público, julgue o item a seguir.

Os fundos de incentivos fiscais e as empresas que recebam recursos governamentais sob a forma, exclusivamente, de participação acionária estão excluídos do orçamento fiscal.

41. CEBRASPE - Del Pol (PC PB)/2022

Na tramitação de um projeto de lei de orçamento, admite-se a inclusão de despesas não previstas na proposta inicial. Para fazer face a tal inclusão, é necessária a redução ou a eliminação de outra(s) despesa(s). Conforme a Constituição Federal, é admissível, para tanto, a eliminação de despesa com

a) pessoal.

b) transferências tributárias constitucionais para municípios.

c) encargos da despesa com pessoal.

d) serviços da dívida.

e) investimentos.

42. CEBRASPE - Tec (FUB)/Contabilidade/2022

Em relação ao orçamento público, julgue o item a seguir.

A lei orçamentária da União compreende o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

43. CEBRASPE - Tec (FUB)/Contabilidade/2022

Em relação ao orçamento público, julgue o item a seguir.

O orçamento público deve ser compatível com o plano plurianual, que é elaborado a cada quatro anos para entrar em vigor conjuntamente com o mandato do chefe do Poder Executivo.

44. CEBRASPE - Proc (MP TCE-SC)/2022

Em relação a orçamento público, julgue o item que se segue.

O denominado orçamento impositivo, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, pode ser descrito como um princípio – o da vinculação da execução orçamentária.

https://t.me/kakashi_copiador

45. CEBRASPE - TAA (MP TCE-SC)/2022

A respeito do orçamento público no Brasil e das leis de natureza orçamentária, julgue o item a seguir.

A exemplo do orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social tem a função de reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

46. CEBRASPE - Ana (APEX)/Processos de Gestão Corporativa/2022

Assinale a opção que apresenta o instrumento para a alocação de recursos públicos que pode ser operacionalizado por meio de diversas ações.

a) Plano Diretor

b) Lei de Diretrizes Orçamentárias

c) Plano Plurianual

d) Lei Orçamentária Anual

47. CEBRASPE - Tec Amb (IBAMA)/2022

Quanto ao orçamento público no Brasil, julgue o item a seguir.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a lei de diretrizes orçamentárias deve compreender as metas e prioridades da administração pública federal e estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

48. CEBRASPE - Proc (PGE RO)/2022

A lei de diretrizes orçamentárias

I compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal.

II estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

III orientará a elaboração da lei orçamentária anual.

IV disporá sobre as alterações na legislação tributária.

V estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e IV estão certos.

https://t.me/kakashi_copiador

b) Apenas os itens II e IV estão certos.

c) Apenas os itens I, III e V estão certos.

d) Apenas os itens II, III e V estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

49. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Contador/2022

Julgue o item subsequente sobre a elaboração dos projetos de lei do plano plurianual (PPA), das diretrizes orçamentárias (LDO) e do orçamento anual (LOA) no âmbito do governo federal.

As prioridades e metas a serem observadas no momento de elaboração e execução dos orçamentos são definidas na LDO.

50. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

Quanto aos documentos e dispositivos legais que integram o orçamento público, julgue o item a seguir.

A lei de diretrizes orçamentárias foi instituída pela Constituição Federal de 1988, mas sua amplitude foi reduzida a partir da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal.

51. CEBRASPE - Sub Proc (MPCM PA)/TCM PA/2022

Conforme a CF, a lei de diretrizes orçamentárias deverá estabelecer

a) o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

b) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados.

c) demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

d) a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

e) a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.

52. CEBRASPE - TAA (MP TCE-SC)/2022

A respeito do orçamento público no Brasil e das leis de natureza orçamentária, julgue o item a seguir.

Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados devem examinar e emitir pareceres sobre o projeto de lei de diretrizes orçamentárias antes da sua apreciação em cada uma das referidas casas.

https://t.me/kakashi_copiador

53. CEBRASPE - TCP (MP TCE-SC)/2022

Julgue o item a seguir, referentes a orçamento público, programação e execução orçamentária e financeira.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias e suas emendas devem ser compatíveis com o plano plurianual.

54. CEBRASPE - AFCE (TCE-SC)/Administração/2022

Julgue o próximo item, a respeito das práticas na administração pública brasileira.

Ao se instituir o plano plurianual como estratégia para implementar a gestão por resultados, previram-se decisões orçamentárias submetidas a planejamento de longo prazo, em ciclos de seis anos.

55. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Acerca dos ciclos orçamentários e dos requisitos legais impostos pelo Plano Plurianual (PPA), julgue o item que se segue.

O PPA possui vigência quadrienal não coincidente com o mandato do chefe do Poder Executivo.

56. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Acerca dos ciclos orçamentários e dos requisitos legais impostos pelo Plano Plurianual (PPA), julgue o item que se segue.

Deve ser enquadrada como revisão a exclusão de objetivos definidos em programas do PPA.

57. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Acerca dos ciclos orçamentários e dos requisitos legais impostos pelo Plano Plurianual (PPA), julgue o item que se segue.

As despesas de programas de duração continuada não fazem parte do PPA, mas, sim, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

58. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Acerca dos ciclos orçamentários e dos requisitos legais impostos pelo Plano Plurianual (PPA), julgue o item que se segue.

Investimentos com amplo prazo de maturação precisam constar no PPA.

59. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Acerca dos ciclos orçamentários e dos requisitos legais impostos pelo Plano Plurianual (PPA), julgue o item que se segue.

https://t.me/kakashi_copiador

A lei do plano plurianual deve estabelecer, de forma centralizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal.

60. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Contador/2022

Julgue o item subsequente sobre a elaboração dos projetos de lei do plano plurianual (PPA), das diretrizes orçamentárias (LDO) e do orçamento anual (LOA) no âmbito do governo federal.

O projeto do PPA deve observar, em uma perspectiva de longo prazo, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal que foram estabelecidos na LDO.

61. CEBRASPE - Ana (PGE RJ)/Processual/2022

Considerando os princípios e regras constitucionais relativos ao orçamento público federal, julgue o item.

A competência para o envio ao Congresso Nacional do projeto de plano plurianual é exclusiva dos chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

62. CEBRASPE - Tec (PGE RJ)/Processual/2022

Julgue o item seguinte, relativo ao orçamento público no Brasil.

O plano plurianual apresenta, de forma centralizada, as metas, os objetivos e as diretrizes da administração federal para o país.

63. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

Com relação ao planejamento orçamentário segundo o modelo orçamentário brasileiro, julgue o próximo item.

O plano plurianual deve conter o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

64. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

Quanto aos documentos e dispositivos legais que integram o orçamento público, julgue o item a seguir.

No plano plurianual devem-se estabelecer metas e objetivos da administração pública para as despesas de capital associadas aos programas de duração continuada.

65. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

Quanto aos documentos e dispositivos legais que integram o orçamento público, julgue o item a seguir.

Suponha que um investimento em infraestrutura tenha se tornado urgente no estado do Rio de Janeiro, contudo sua duração seja superior a um exercício financeiro e ele não esteja previsto no

https://t.me/kakashi_copiador

plano plurianual vigente. Nessa situação hipotética, esse investimento deverá ser adiado até a aprovação do próximo plano plurianual.

66. CEBRASPE - Arqt e Urb (FUB)/2022

Julgue o item subsequente, relativo ao orçamento público.

O primeiro ano de um governo eleito é regido pelo último ano de vigência do plano plurianual do governo imediatamente anterior.

67. CEBRASPE - Proc (MP TCE-SC)/2022

Em relação a orçamento público, julgue o item que se segue.

O plano plurianual, por não ser veiculado em lei no sentido material, não integra o chamado ciclo orçamentário, previsto na Constituição Federal de 1988.

68. CEBRASPE - TCP (MP TCE-SC)/2022

Julgue o item a seguir, referentes a orçamento público, programação e execução orçamentária e financeira.

O plano plurianual é elaborado pela União e seguido por todos os entes da Federação.

69. CEBRASPE - Of (CBM RO)/Combatente/2022

De acordo com a Constituição Federal, eventual diretriz, objetivo ou meta da administração pública federal para as despesas relativas aos programas de duração continuada deve constar do(a)

a) anexo da lei de diretrizes orçamentárias.

b) lei que instituir o plano plurianual.

c) lei de responsabilidade fiscal.

d) lei orçamentária anual.

e) lei de diretrizes orçamentárias.

70. CEBRASPE - AA (IBAMA)/2022

No que diz respeito a políticas públicas, julgue o item seguinte.

No que se refere aos aspectos orçamentários e financeiros, para que uma política pública seja implementada, devem ser respeitados os procedimentos disciplinados nos principais instrumentos orçamentários, quais sejam: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual.

https://t.me/kakashi_copiador

71. CEBRASPE - ADP (DPE RO)/Administração/2022

O Orçamento público brasileiro possui três peças base: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Plano Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Acerca dessas peças, assinale a opção correta.

a) O PPA engloba as diretrizes, objetivos e metas da administração pública e inclui as despesas correntes e os programas de curta duração.

b) A LDO engloba as metas e prioridades da administração pública e inclui as despesas de capital para os dois exercícios financeiros subsequentes.

c) As políticas das agências oficiais de fomento e a criação de novos cargos públicos devem ser estabelecidas na LOA.

d) Além de prever a receita e fixar a despesa, a LOA contempla os orçamentos fiscal, de investimentos e de seguridade social.

e) No orçamento de investimentos da LOA, há a inclusão apenas das empresas que a União detém, de maneira direta, a maioria do capital social com ou sem direito a voto.

72. CEBRASPE - ADP (DPE RO)/Contabilidade/2022

Conforme legislação brasileira, a estrutura fundamental do orçamento público compreende o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual.

A respeito desse tema, julgue os itens a seguir.

I. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) disporá sobre alterações na legislação financeira e estabelecerá a política de execução das agências financeiras oficiais de fomento.

II. A LDO serve como um ajuste anual das metas colocadas pelo plano plurianual, prevendo aspectos como as grandes obras públicas a serem realizadas no próximo exercício financeiro, bem como estabelecendo a meta de superávit primário do governo para aquele ano e ajustes nas cobranças de tributos.

III. O PPA é peça fundamental na intermediação entre o planejamento de longo prazo, presente na LDO, e a ação de curto prazo, prevista na LOA, na medida em que dispõe sobre as prioridades e metas para as despesas de capital no próximo exercício e nos dois seguintes.

Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas o item I está certo.

https://t.me/kakashi_copiador

c) Apenas o item II está certo.

d) Apenas o item III está certo.

e) Apenas os itens I e III estão certos.

73. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

A respeito do orçamento público, julgue o item subsequente.

O programa de atuação do poder público, em suas várias esferas, é expresso por meio do orçamento público.

74. CEBRASPE - Eng (FUB)/Civil/2022

Julgue o próximo item, relativo ao orçamento público.

O plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual são instrumentos de planejamento do setor público previstos na Constituição Federal de1988 e elaborados por iniciativa do Poder Executivo.

75. CEBRASPE - AFCE (TCE-SC)/Administração/2022

Quanto à programação e à execução orçamentária e financeira, julgue o próximo item.

É permitida, mediante ato do Poder Executivo e independentemente de autorização legislativa, a transposição de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções.

76. CEBRASPE - ACP (MP TCE-SC)/Administração, Contabilidade, Economia ou Engenharia/2022

Acerca da abertura de créditos adicionais e do remanejamento de recursos no setor público, julgue o seguinte item.

Caso haja prévia autorização legislativa, pode haver o remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra.

77. CEBRASPE - Proc DF/2022

A respeito do direito financeiro, observada a Constituição Federal de 1988 (CF), a Lei n.º 4.320/1964 e a jurisprudência do STF, julgue o item a seguir.

Será inconstitucional norma que direcione a fundo voltado ao pagamento de despesas do Poder Judiciário, em caráter automático e compulsório, saldo orçamentário positivo, pois a CF veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.

78. CEBRASPE - AFRE CE/SEFAZ-CE/2021

https://t.me/kakashi_copiador

A despesa pública possui classificações quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos. Os aspectos qualitativos são formados pelas classificações por esfera, institucional, funcional e programática. Com relação a esse assunto, julgue o item que se segue.

De acordo com a atual estrutura programática, baseada no modelo de gerenciamento de programas adotado no último PPA, é possível definir os programas finalísticos como sendo aqueles que estão relacionados a bens e serviços ofertados à sociedade.

79. CEBRASPE - ACE TCE RJ/Controle Externo/Ciências Contábeis/2021

Acerca de orçamento público, julgue o item a seguir.

A vigência da lei orçamentária anual deve coincidir com a vigência da respectiva lei de diretrizes orçamentárias.

80. CEBRASPE - ACE (TC-DF)/2021

O modelo orçamentário brasileiro, definido na Constituição Federal de 1988, compõe-se de três instrumentos: o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias(LDO) e a LOA. Quanto a esse assunto, julgue o item a seguir.

Todos os projetos de lei relacionados a orçamento devem ser apresentados conjuntamente, ou seja, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, o de orçamento anual e, quando for o caso, o de plano plurianual devem ser apresentados na mesma data ao Poder Legislativo, para discussão e votação.

81. CEBRASPE - AFRE CE/SEFAZ-CE/2021

O orçamento público é o instrumento de planejamento que estima as receitas que o governo espera arrecadar ao longo do próximo ano e, com base nelas, autoriza um limite de gastos a ser realizado com tais recursos. Sobre este assunto, julgue o próximo item.

O processo orçamentário brasileiro está baseado em instrumentos de curto prazo (PPA, LOA e LDO). Todos perfeitamente integrados entre si.

82. CEBRASPE - Ana Leg (ALECE)/Administração/2021

Julgue os próximos itens, no que se refere ao planejamento orçamentário da administração pública brasileira.

I O instrumento de planejamento governamental em que consta a fixação das despesas da administração pública em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas é a Lei Orçamentária Anual.

II A Lei de Diretrizes Orçamentárias materializa a realização das políticas públicas adotadas pelo governo.

III O Plano Plurianual deverá conter o anexo de metas fiscais.

https://t.me/kakashi_copiador

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas o item III está certo.

d) Apenas os itens I e II estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

83. CEBRASPE - Ana Leg (ALECE)/Ciências Econômicas/2021

O sistema de planejamento e orçamento brasileiro prevê a elaboração compulsória de três instrumentos básicos: o plano plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Acerca desses instrumentos, assinale a opção que apresenta corretamente suas funções e características.

a) A LOA deverá conter a previsão da dívida pública.

b) A LOA pode ser alterada de acordo com a discricionariedade do presidente da República.

c) O PPA é o documento de mais alta hierarquia no sistema de planejamento do ente público, razão pela qual os demais planos e programas devem subordinar-se às diretrizes, às metas e aos objetivos nele estabelecidos.

d) O governo, ao decidir conceder renúncias fiscais, deverá registrar no orçamento a dedução de receitas correspondentes.

e) A LDO tem por finalidade precípua administrar o equilíbrio entre receitas estimadas e despesas públicas fixadas, de modo a autorizar a realização de gastos públicos em determinado exercício financeiro.

84. CEBRASPE - AnDR (CODEVASF)/Administração/2021

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue o item subsequente.

Vigente por um período de quatro anos, o plano plurianual deve estabelecer, em âmbito nacional, as diretrizes, os objetivos e as metas para as despesas de capital e os programas de duração continuada.

85. CEBRASPE - AnDR (CODEVASF)/Administração/2021

Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos. Esse planejamento é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelos poderes. A respeito desse assunto, julgue o próximo item.

https://t.me/kakashi_copiador

O plano plurianual é o documento que traz as diretrizes, os objetivos e as metas de médio prazo da administração pública, no qual são previstas, por exemplo, as grandes obras públicas a serem realizadas nos quatro anos seguintes à elaboração do plano.

86. CEBRASPE - ACE TCE RJ/Controle Externo/Ciências Contábeis/2021

A respeito dos mecanismos utilizados na elaboração, execução e controle do orçamento, julgue o item que se segue.

No âmbito do plano plurianual, os produtos compreendem as consequências das atividades realizadas em cada programa, enquanto os resultados são as mudanças na realidade social

87. CEBRASPE - AFRE CE/SEFAZ-CE/2021

O modelo de planejamento e orçamento brasileiro é definido na Constituição Federal de 1988 e composto de três instrumentos: o plano plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A esse respeito, julgue o item que se segue.

Os valores que possam vir a desequilibrar as contas públicas, a exemplo dos passivos contingentes, assim como as ações e programas necessários para saná-los, devem constar no PPA.

88. CEBRASPE - ACE TCE RJ/Controle Externo/Direito/2021

Com relação a aspectos constitucionais, legais, doutrinários e jurisprudenciais do direito financeiro, julgue o item subsequente.

Caso o Poder Executivo estadual discorde da proposta orçamentária encaminhada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que obedece aos limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias, o governador não poderá alterar essa proposta ao encaminhar o projeto de lei orçamentária anual à Assembleia Legislativa.

89. CEBRASPE - AJ (PGDF)/Administração/2021

Com relação ao orçamento público, julgue o item a seguir.

A alteração da alíquota de determinado tributo pode entrar em vigor ainda que não tenha sido autorizada pela lei de diretrizes orçamentárias.

90. CEBRASPE - AFRE CE/SEFAZ-CE/2021

O modelo de planejamento e orçamento brasileiro é definido na Constituição Federal de 1988 e composto de três instrumentos: o plano plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A esse respeito, julgue o item que se segue.

A LDO deverá conter anexo no qual se indica o valor e onde gastar o dinheiro público cearense no período de um ano.

https://t.me/kakashi_copiador

91. CEBRASPE - Proc (PGE AL)/2021

A lei de diretrizes orçamentárias deve prever

a) a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

b) diretrizes, objetivos e metas de longo prazo para as despesas relativas aos programas de duração continuada.

c) reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

d) demonstrativo regionalizado de efeitos de isenções e anistias.

e) o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

92. CEBRASPE - AnDR (CODEVASF)/Administração/2021

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue o item subsequente.

O orçamento da seguridade social dos fundos e das fundações mantidos pelo Poder Executivo integram a lei orçamentária anual.

93. CEBRASPE - ACE TCE RJ/Controle Externo/Ciências Contábeis/2021

Com relação aos recursos de acompanhamento e modificação do orçamento governamental, julgue o item subsecutivo.

É vedado ao presidente da República propor modificação integral da proposta de lei orçamentária anual, se uma parte da referida proposta tiver sido aprovada na comissão mista de orçamentos.

94. CEBRASPE - Proc (MPTC-DF)/2021

Considerando a legislação e o entendimento jurisprudencial acerca de direito financeiro e econômico, julgue o item a seguir.

Ao longo da tramitação do projeto de lei orçamentária anual e dos projetos que a modifiquem, podem ser apresentadas emendas, as quais, para serem aprovadas, devem ser compatíveis com o plano plurianual.

95. CEBRASPE - AFRE CE/SEFAZ-CE/2021

O Orçamento público é o instrumento utilizado pelo governo para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos(impostos, taxas, contribuições de melhoria, entre outros). Esse planejamento é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelos poderes. A respeito desse assunto, julgue o item a seguir.

https://t.me/kakashi_copiador

O crédito orçamentário inicial ou ordinário é aquele aprovado pela lei orçamentária anual, constante dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais.

96. CEBRASPE - AF (SEFAZ CE)/Jurídico da Receita Estadual/2021

Acerca das normas orçamentárias, julgue o item subsequente.

Caso o orçamento do ano subsequente não seja aprovado no prazo legal, a programação orçamentária do projeto de lei orçamentária pendente de aprovação poderá ser executada mensalmente até o limite de 1/12 do total de cada dotação, até que seja promulgada a respectiva lei orçamentária.

97. CEBRASPE - AUD (TC-DF)/Conselheiro-Substituto/2021

Quanto às normas constitucionais sobre direito financeiro, julgue o item a seguir.

Aos governos estaduais é admissível a apresentação de emendas ao orçamento federal, desde que em benefício do respectivo estado ou do interesse nacional.

98. CEBRASPE - AUD (TC-DF)/Conselheiro-Substituto/2021

Com relação ao orçamento público, julgue o item a seguir.

Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes correrão à conta de resultados de exercícios futuros.

99. CEBRASPE - Ana Leg (ALECE)/Direito/2021

Com referência ao mecanismo constitucional da desvinculação de receitas, assinale a opção correta relativa à sua aplicação aos estados.

a) O mecanismo aplica-se somente à União, não incidindo nos estados.

b) São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 20% das receitas relativas a impostos, taxas, multas e outras receitas correntes, excetuados os recursos expressamente indicados na CF.

c) São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% das receitas relativas a impostos, taxas, multas e outras receitas correntes, sem exceções.

d) São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 20% das receitas relativas a impostos, taxas, multas e outras receitas correntes, sem exceções.

e) São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% das receitas relativas a impostos, taxas, multas e outras receitas correntes, excetuados os recursos expressamente indicados na CF.

https://t.me/kakashi_copiador

100. CEBRASPE - Proc (PGE CE)/2021

Segundo o STF, uma norma orçamentária estadual com previsão de orçamento de execução obrigatória, editada antes do advento das Emendas Constitucionais n.°86/2015 e n.° 100/2019, é

a) constitucional, porque a CF estabelece a competência legislativa concorrente sobre direito financeiro.

b) inconstitucional, porque as emendas constitucionais somente autorizam o orçamento impositivo na esfera federal.

c) constitucional de modo superveniente, tendo em vista que as referidas emendas constitucionais convalidaram a norma estadual.

d) inconstitucional, porque o legislador estadual não pode dispor de modo diferente do previsto na CF sobre a matéria.

101. CEBRASPE - Proc (PGE CE)/2021

Proposição legislativa estadual que criar renúncia de receita a título de desconto do pagamento de aluguel de imóveis públicos no ano de 2021, com o escopo de abrandar os efeitos econômicos adversos da pandemia de covid-19, deverá ser acompanhada de estimativa de impacto orçamentário e financeiro. Abstraindo-se a sua previsão em normas orçamentárias, essa obrigação

a) não tem previsão constitucional ou legal.

b) está prevista somente em norma constitucional.

c) está prevista somente em lei complementar.

d) tem previsão em norma constitucional e em lei complementar.

102. CEBRASPE - Ass Jur (CODEVASF)/2021

Considerando as normas de direito financeiro, julgue o item a seguir.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a instituição de fundos de natureza contábil depende de prévia autorização legislativa.

103. CEBRASPE - PGE PB/2021

De acordo com as normas de direito financeiro previstas na Constituição Federal de 1988, é possível a

a) transposição, sem prévia autorização legislativa, de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência e tecnologia, desde que o objetivo seja viabilizar os resultados de projetos dessas funções.

https://t.me/kakashi_copiador

b) realização de operação de crédito em valor superior ao montante total das despesas de capital do exercício, ainda que a operação não esteja autorizada por créditos suplementares ou especiais.

c) criação de fundo público cujos objetivos possam ser alcançados mediante a execução direta por programação orçamentária e financeira de órgão da administração pública.

d) utilização, sem autorização legislativa, de recursos do orçamento fiscal que sejam necessários para cobrir o déficit de empresas estatais prestadoras de serviço público.

e) concessão de empréstimos a estados e municípios que descumpram as regras gerais de organização ou de funcionamento de regime próprio de previdência social, se concedidos por instituição financeira federal.

104. CEBRASPE - Proc (PGE CE)/2021

A denominada "regra de ouro das finanças públicas"

a) determina o equilíbrio entre receitas e despesas.

b) impõe que a administração pública realize suas atividades de acordo com as previsões das leis orçamentárias.

c) veda a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

d) estabelece que a lei orçamentária contenha todas as receitas e despesas do Estado em um só documento.

105. CESPE/Analista de Controle Externo/TCE RJ/2021

A vigência da lei orçamentária anual deve coincidir com a vigência da respectiva lei de diretrizes orçamentárias.

106. CESPE/Auditor de Finanças e Controle/SEFAZ AL/2020

Nenhum investimento poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei que autorize a sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

107. CESPE/Procurador/Pref. de Campo Grande MS/2019

O PPA traça o planejamento de longo prazo, estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas correntes e para as despesas relativas aos programas de duração continuada.

https://t.me/kakashi_copiador

108. CESPE/Procurador/Pref. de Campo Grande MS/2019

Constitui crime de responsabilidade fiscal o início de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, sem prévia inclusão no PPA ou sem autorização de sua inclusão mediante lei.

109. CESPE/Analista Judiciário/TJ AM/2019

A lei de diretrizes orçamentárias deve obedecer unicamente ao plano plurianual aprovado no mandato do presidente da República que estiver em exercício.

110. CESPE/Técnico Municipal de Controle Interno/ CGM JP/2018

As diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas relativas aos programas de duração continuada serão fixados no plano plurianual.

111. CESPE/Oficial Técnico de Inteligência/ABIN/2018

Obras públicas somente podem ser realizadas quando as despesas de capital correspondentes estiverem previstas no plano plurianual, ao passo que as despesas correntes necessárias à manutenção predial podem ser realizadas ao final da obra, sem necessidade de inclusão no plano plurianual.

112. CESPE/Analista Judiciário/Área Administrativa/STJ/2018

Determinada alteração na legislação tributária somente poderá entrar em vigor depois de regularmente autorizada pela LDO.

113. CESPE/Técnico Municipal de Controle Interno/CGM JP/2018

A lei de diretrizes orçamentárias é o instrumento que regula a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre as prioridades da administração pública.

114. CESPE/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM JP/2018

A lei orçamentária anual compõe-se de três peças orçamentárias: o orçamento fiscal, o de investimento das estatais e o da seguridade social.

115. CESPE/ Técnico Municipal de Controle Interno/CGM JP/2018

A lei orçamentária anual deve compreender, além do orçamento fiscal e da seguridade social, o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

116. CESPE/Técnico Municipal de Controle Interno/CGM JP/2018

O plano plurianual é estabelecido por lei de iniciativa do Poder Legislativo.

117. CESPE/Técnico Municipal de Controle Interno/CGM JP/2018

https://t.me/kakashi_copiador

O orçamento de investimento de determinada empresa somente deve ser incluído na lei orçamentária anual se a União detiver a maioria do capital social com direito a voto dessa empresa.

118. CESPE/Oficial Técnico de Inteligência/ABIN/2018

No caso de a União conceder benefício tributário a determinado setor da economia, o efeito regionalizado de tal benefício deverá ser demonstrado no projeto de lei orçamentária do exercício financeiro subsequente.

119. CESPE/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM JP/2018

No âmbito do plano plurianual, as metas devem expressar as escolhas de políticas públicas para a transformação de determinada realidade.

120. CESPE/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM JP/2018

A duração do plano plurianual é de quatro anos: inicia-se no primeiro ano do mandato presidencial e encerra-se no último ano do mesmo mandato.

121. CESPE/ Auditor de Contas Públicas/TCE PB/2018

A LOA compreende o orçamento da seguridade social das entidades e órgãos vinculados à União, inclusive de todas as fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

122. CESPE/ Auditor de Contas Públicas/TCE PB/2018

O plano plurianual tem por objetivo estabelecer a previsão da receita e a fixação da despesa para o período de quatro anos.

123. CESPE/ Auditor de Contas Públicas/TCE PB/2018

As eventuais alterações na legislação tributária com impacto na previsão de receita devem ser incorporadas à LOA.

124. CESPE/ Auditor de Contas Públicas/TCE PB/2018

O objetivo constitucional de construir um programa geoeconômico e social visando à redução das desigualdades regionais deve ser contemplado, prioritariamente, na LDO.

125. CESPE/ Auditor de Contas Públicas/TCE PB/2018

A LDO deve anteceder a edição da LOA, independentemente da esfera federativa, em virtude do seu caráter anual.

126. CESPE/ Auditor de Contas Públicas/TCE PB/2017

https://t.me/kakashi_copiador

Além de apresentar harmonia com o plano plurianual e estar voltado para a redução de desigualdades entre as diversas regiões brasileiras, o orçamento federal de investimento deve conter as previsões de receitas e despesas de todas as empresas nas quais a União detenha participação societária.

127. CESPE/Analista de Controle Externo/Contas Públicas/TCE PE/2017

Integram o orçamento fiscal, previsto na lei orçamentária anual, os fundos de incentivos fiscais e o orçamento das empresas públicas independentes.

128. CESPE/Analista de Controle Externo/Contas Públicas/TCE PE/2017

Se determinado projeto não for incluído na relação de prioridades e metas da lei de diretrizes orçamentárias, sua inclusão na lei orçamentária anual será vedada.

129. CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/TRE PE/2017

O orçamento anual deve incorporar os orçamentos fiscal, de investimentos, da seguridade social e das empresas nas quais o poder público tenha participação.

130. CESPE/Procurador do Município de Fortaleza/ 2017

Na LDO será estabelecida a política de aplicação a ser executada pelas agências oficiais de fomento.

131. CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/TRE PE/2017

O plano plurianual estabelece diretrizes nacionais para as despesas de capital e para os programas de duração continuada.

132. CESPE/ Analista Judiciário/ Administrativa/TRT 8/2016

O chefe do Poder Executivo exercerá seu primeiro ano de mandato executando programas e ações de governo de seu antecessor, visto que o PPA a que ele se reporta foi desenvolvido pela equipe do gestor governamental anterior.

133. CESPE/Agente Administrativo/DPU/ 2016

A LDO compreende o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos das empresas com capital inicial pertencente à União.

134. CESPE/ Analista Judiciário/Contabilidade/TRT 8 – 2016

As alterações na legislação tributária somente podem vigorar após serem incluídas na lei de diretrizes orçamentárias.

https://t.me/kakashi_copiador

135. CESPE/Analista Judiciário/ Administrativa/TRE PI/2016

O PPA deve estabelecer como uma de suas despesas os recursos de operação e manutenção de investimentos em bens de capital.

136. CESPE/Agente Administrativo/DPU/ 2016

As diretrizes orçamentárias são estabelecidas por leis de iniciativa do Poder Executivo.

137. CESPE/Analista Judiciário/TRT 8/2016

A lei orçamentária anual é composta pelos orçamentos fiscal, de investimento das empresas estatais e da seguridade social.

138. CESPE/Analista Judiciário/TRT 8/2016

A LOA prevê as despesas para o decurso do exercício financeiro e, após aprovada, garante aos entes públicos que suas necessidades de recursos financeiros serão plenamente atendidas.

139. CESPE/Analista Judiciário/TRT 8/2016

Conforme a CF, os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais deverão ser apreciados, na forma do regimento comum, pela Câmara Federal e pelo Senado Federal.

140. CESPE/Analista Judiciário/TRT 8/2016

A lei orçamentária anual é desvinculada do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

141. CESPE/Agente Administrativo/DPU/ 2016

O PPA e a LDO devem ser aprovados pelo Poder Legislativo.

142. CESPE/Agente Administrativo/DPU/ 2016

Considere que determinado investimento não esteja previsto no PPA. Nesse caso, quando da elaboração da LOA, não poderá ser consignada dotação para o referido investimento.

143. CESPE/Agente Administrativo/DPU/ 2016

A LDO é o instrumento legal e normatizador que orienta a elaboração e execução do orçamento anual e dispõe sobre o planejamento governamental de longo prazo.

144. CESPE/Auditor/Conselheiro Substituto/TCE PR /2016

O projeto de LOA da União para o exercício seguinte deve ser enviado ao Congresso Nacional até o final do exercício corrente.

https://t.me/kakashi_copiador

145. CESPE/Analista Judiciário/TRT 8/2016

A lei de diretrizes orçamentárias fundamenta e orienta a elaboração do plano plurianual.

146. CESPE/Analista Judiciário/TRT 8/2016

Conforme dispositivo legal, a LOA compreende o orçamento de investimento das estatais, limitado às empresas em que a União detenha, de forma direta, a maioria do capital social.

147. CESPE/Analista Judiciário/TRT 8/2016

O orçamento fiscal, é um instrumento da LDO que determina as metas e prioridades para a administração pública.

148. (CESPE – Auditor - Conselheiro Substituto – TCE/PR – 2016) De acordo com a CF, alterações na legislação tributária da União devem ser processadas em conformidade com princípios e determinações contidos na LOA.

149. CESPE/Auditor/Conselheiro Substituto/TCE PR/2016

Sob pena de ser considerado inválido, o decreto que estabelece o PPA não pode deixar de especificar, de forma regionalizada, as metas e as prioridades do governo para os quatro anos seguintes à sua aprovação, relativamente às despesas de capital e outras delas decorrentes, e também as despesas de duração continuada.

150. CESPE/Agente Penitenciário Nacional/DEPEN/2015

Será inconstitucional a lei de iniciativa da Câmara dos Deputados que estabelecer as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro subsequente.

151. CESPE/Técnico de Nível Superior/ENAP/2015

Conforme determinação da CF, o plano plurianual deve ser elaborado em consonância com os planos e programas nacionais, regionais e setoriais. A explicação para essa vinculação reside no fato de que tais planos e programas apresentam maior duração e são mais específicos.

152. CESPE/Agente Penitenciário Nacional/DEPEN/2015

A norma legal que institui o orçamento público anual deve definir, de forma regionalizada, as despesas para custear os investimentos em programas de duração continuada.

153. (CESPE – Analista – Finanças e Controle - MPU – 2015) De acordo com a Constituição Federal, os planos e os programas nacionais, regionais e setoriais devem ser elaborados em consonância com o plano plurianual (PPA) e apreciados pelo Congresso Nacional. Devido à sua relação com o PPA, os programas nacionais, regionais e setoriais não podem ter duração superior a quatro anos.

https://t.me/kakashi_copiador

154. CESPE/Auditor Governamental/CGE PI/2015

A lei de diretrizes orçamentárias, instrumento de planejamento da atividade financeira para o exercício financeiro subsequente, objetiva dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

155. (CESPE – Auditor – FUB - 2015) A lei orçamentária anual é composta dos orçamentos: fiscal, seguridade social e investimento das estatais.

156. CESPE/Administrador/FUB/2015

O processo orçamentário brasileiro é direcionado principalmente por três leis distintas: o plano plurianual com maior vigência, a lei de diretrizes orçamentárias em conjunto com o anexo de metas e riscos fiscais e, por fim, a lei orçamentária anual, na qual se incluem o orçamento fiscal, o de seguridade social e o de investimentos das empresas.

157. CESPE/Técnico de Nível Superior/ENAP/2015

A função de reduzir desigualdades inter-regionais, atribuída aos orçamentos, orienta a elaboração do orçamento da seguridade social no sentido de destinar proporcionalmente maiores números e valores de benefícios previdenciários para as regiões mais pobres do país.

158. CESPE/Técnico de Nível Superior/ENAP/2015

Ações e serviços públicos de saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), são financiados pelas três esferas da administração e integram uma rede regionalizada e hierarquizada, razões pelas quais seus recursos e aplicações estão englobados no orçamento da seguridade social, no âmbito da União.

159. CESPE/Analista Técnico-Administrativo/SUFRAMA/2014

A vigência das diretrizes orçamentárias é restrita ao exercício financeiro correspondente à lei orçamentária anual a que elas se refiram.

160. CESPE/Técnico Judiciário/Administrativo/ TJ CE / 2014

Os planos e programas regionais e setoriais previstos na Constituição Federal são elaborados em consonância com a LDO.

161. CESPE/Agente Administrativo / Polícia Federal/ 2014

Na CF, é prevista, para áreas específicas, a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, que, por sua importância, seguem uma dinâmica própria, independentemente de adequação ao PPA.

162. CESPE/ Técnico Judiciário/ Administrativo / TJ CE/2014

A LDO federal compreende o orçamento das empresas estatais nas quais a União detém a maioria do capital social com direito a voto.

https://t.me/kakashi_copiador

163. CESPE /Analista Administrativo/ANTAQ/ 2014

De acordo com as normas constitucionais vigentes, o plano plurianual (PPA) deve ser elaborado em consonância com os planos e programas nacionais, regionais e setoriais.

164. CESPE/Analista Técnico-Administrativo / SUFRAMA /2014

Se determinada empresa for criada em decorrência de acordo internacional do Brasil com outros dois países vizinhos, sendo o capital social com direito a voto distribuído em parcelas iguais entre os integrantes do acordo, e se essa empresa desejar realizar obra de qualquer natureza, o respectivo projeto deverá ser incluído no orçamento de investimento das empresas estatais.

165. CESPE/Técnico Judiciário/ Administrativo/TJ CE /2014

A LDO tem a função constitucional de reduzir desigualdades inter-regionais.

166. CESPE / Agente Administrativo / Polícia Federal / 2014

No Brasil, a LOA é, de fato, composta por três orçamentos: o fiscal, o da seguridade social e o de investimento das empresas estatais.

167. CESPE/Técnico Judiciário/ Administrativo/TJ CE /2014

A LDO trata das alterações da legislação tributária com impacto nas receitas previstas.

168. CESPE / Agente Administrativo / CADE/2014

O papel desempenhado pela lei de diretrizes orçamentárias é de fundamental importância para a integração entre o plano plurianual e o orçamento anual.

169. CESPE / Agente Administrativo / Polícia Federal / 2014

A LDO orienta a elaboração da LOA e auxilia na coerência entre o PPA e a LOA.

170. CESPE/ Agente Administrativo/ MDIC/2014

Uma obra cuja execução esteja limitada a um exercício financeiro poderá ser iniciada sem a sua prévia inclusão no plano plurianual.

171. CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/ CNJ/ 2013

Considere que os Poderes Executivo e Judiciário tenham firmado convênio para expandir a presença da justiça no interior do país, em Gabarito ao aumento da criminalidade, ficando o Poder Executivo responsável pela construção de novas edificações para o funcionamento conjunto de órgãos do Poder Judiciário e da defensoria pública. Nessa situação, apesar de o convênio ter sido firmado durante a vigência de um PPA que não previa essas despesas, cuja

https://t.me/kakashi_copiador

duração seria superior a um exercício financeiro, não é necessária a alteração imediata do PPA, bastando a inclusão desse novo item de gasto na LOA em vigência.

172. CESPE/ Técnico Judiciário/Administrativa/ TRT 10 /2013

Dada a realização, no Brasil, de eventos como a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, cogitou-se a imediata necessidade de investimentos com execução superior a único exercício financeiro. Assim, para que projetos relativos a esses eventos possam ser imediatamente iniciados, é suficiente a alteração da LOA vigente mediante cláusula que preveja inclusão desses investimentos nas leis orçamentárias posteriores.

173. CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/ CNJ/ 2013

Considerando que João seja responsável pela elaboração da proposta orçamentária de um tribunal federal, que irá compor o projeto de lei orçamentária anual (LOA) para 2014. Se o tribunal pretende inserir na LOA uma despesa com benefício médico destinado aos servidores, João deverá classificá-la como constante no orçamento da seguridade social.

174. CESPE/ Analista Judiciário/Administrativa/ TRT 10 /2013

Em virtude das fortes diferenças regionais existentes no país, a CF impôs a regionalização do PPA com base na divisão tradicional das cinco regiões brasileiras.

175. CESPE/Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial – Gestão Financeira/INPI/2013

No PPA, os objetivos e as metas da administração para as despesas de capital devem ser apresentados de forma regionalizada.

176. CESPE/ Técnico Judiciário/Administrativa/ TRT 10 /2013

A fim de reduzir as desigualdades socioeconômicas entre as cinco regiões geográficas brasileiras, o PPA deve ser apresentado de forma regionalizada, necessariamente segundo o padrão tradicional de divisão regional: Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

177. CESPE/Técnico Judiciário/Administrativa/ CNJ/ 2013

A elaboração do orçamento compreende o estabelecimento de plano de médio prazo (quatro anos) ou PPA; lei orientadora ou lei de diretrizes orçamentárias (LDO); e orçamento propriamente dito ou LOA.

178. CESPE/Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial – Gestão Financeira/INPI /2013

O planejamento de médio prazo do governo, 4 anos, é traduzido por meio do PPA, cuja integração com a LOA é realizada pela LDO.

179. CESPE/Analista Administrativo/Administrador/TRE MS/2013

https://t.me/kakashi_copiador

O orçamento anual constitui princípio orientador para a elaboração das diretrizes orçamentárias.

180. CESPE/Analista Administrativo/Direito/ANTT/2013

No orçamento fiscal, devem constar todos os investimentos das empresas e autarquias cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, à União.

181. CESPE/Técnico Judiciário/Administrativa/ CNJ/ 2013

O PPA é adotado como referência para a elaboração dos demais planos previstos na Constituição Federal, a fim de garantir a coerência do planejamento orçamentário.

182. CESPE/Técnico Administrativo/ANTT/2013

Uma notável modificação introduzida pela CF no processo orçamentário foi a integração entre plano e orçamento, por meio da criação do plano plurianual (PPA) e da lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

183. CESPE/Analista Ambiental/IBAMA/2013

Pode-se autorizar, mediante edição de lei específica, a inclusão, no plano plurianual, de investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro.

184. CESPE/Analista Judiciário/ Administrativa/CNJ/2013

Considerando que João seja responsável pela elaboração da proposta orçamentária de um tribunal federal, que irá compor o projeto de lei orçamentária anual (LOA) para 2014. Com vistas a assegurar a execução do orçamento proposto, após o envio da proposta orçamentária destinada a compor a lei orçamentária para 2014, o tribunal deverá inserir todas as metas e prioridades no projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2014.

185. CESPE/Analista Judiciário/ Administrativa/CNJ/2013

Caso a União tenha concedido subsídios às empresas instaladas em uma região cujo desenvolvimento econômico seja foco de atenção do país, será necessário que, no projeto de LOA, conste o demonstrativo regionalizado com os efeitos dessa política sobre as receitas e as despesas.

186. CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/CNJ/2013

O orçamento fiscal e o de investimento, compatibilizados com o Plano Plurianual, têm entre suas funções a redução de desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

187. CESPE/Técnico Administrativo/ANTT/2013

Ao realizar-se a integração entre o sistema de planejamento e o orçamento federal, o instrumento legal que explicita as metas e prioridades para cada ano, além das alterações na legislação tributária, é a lei orçamentária anual.

https://t.me/kakashi_copiador

188. CESPE/Analista Administrativo/Administrador/ANP/2013

Os gastos realizados pelos órgãos públicos não podem ser desviados do que está autorizado no orçamento público, nem conflitar com o interesse público.

189. CESPE/Técnico Judiciário/Administrativa/CNJ/2013

No PPA, as diretrizes, metas e objetivos dos programas de duração continuada são apresentados de forma regionalizada.

190. CESPE/Analista Administrativo/Administrativa/ANTT/2013

Apesar de ser um guia para a elaboração da LDO e para a LOA, o PPA não condiciona outros planos constitucionais que tenham duração superior ao período de quatro anos, tais como o plano decenal da educação.

191. CESPE/Analista Técnico-Administrativo/Ministério da Integração/2013

O teor da lei de diretrizes orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública federal, orienta a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

192. CESPE /Técnico Administrativo/ANTT/ 2013

De acordo com a CF, a lei orçamentária anual compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento-programa.

193. CESPE/Técnico Administrativo/Contábeis/ANTT/2013

O PPA é o instrumento de planejamento utilizado no setor público. Nele devem ser estabelecidas, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

194. CESPE/Analista Judiciário/ Contabilidade /TRT 10 – Prova cancelada/ 2013

A LOA inclui o orçamento de investimento das empresas de que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

195. CESPE/Analista Administrativo/Contábeis/ANTT/2013

O plano plurianual deve ser elaborado com vistas ao fortalecimento da unidade federativa, sendo, portanto, vedada qualquer forma de regionalização de objetivos ou de diretrizes governamentais.

196. CESPE/Contábeis/ANTT/2013

A lei orçamentária anual (LOA) compreende o orçamento de investimento referente aos órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

https://t.me/kakashi_copiador

197. CESPE/Administrativa/ANTT/2013

Para que as desigualdades regionais sejam combatidas de forma mais eficiente, é útil a apresentação do PPA de forma regionalizada; assim, seus impactos esperados podem ser vistos de forma mais clara, o que auxilia o melhor planejamento e controle. Apesar de a Constituição Federal trazer a obrigação de regionalização do PPA, a falta de lei complementar que defina esse conceito termina por desobrigar a regionalização desse plano, o que reduz sua eficácia.

198. CESPE/Administrativa/ANTT/2013

Caso a falência de uma empresa concessionária de serviços rodoviários tenha originado uma série de necessidades financeiras para a ANTT, incluindo alguns investimentos que ultrapassem um exercício financeiro, nesse caso, por se tratar de situação emergencial e inerente ao ramo de atividade do órgão, não será necessária a inclusão desses investimentos no PPA nem na lei que autorize tal inclusão.

199. CESPE/Auditor de Controle Externo/TCU/2013

Os orçamentos anuais, as diretrizes orçamentárias e o plano plurianual são disciplinados por leis cuja iniciativa é do Poder Executivo.

200. CESPE/Auditor de Controle Externo/TCU/2013

A existência de dispositivos constitucionais, tais como a exigência de demonstrativos regionalizados do efeito das renúncias fiscais, é uma evidência da preocupação dos constituintes de 1988 com a redução das desigualdades inter-regionais.

201. CESPE/Planejamento e Orçamento/MPU/2013

O orçamento fiscal engloba os impostos e as despesas da administração pública, incluindo as fundações mantidas pelo Estado e pelos três poderes.

202. CESPE/Planejamento e Orçamento/MPU/2013

O PPA estabelece as diretrizes e os objetivos da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as despesas relativas aos programas de educação continuada.

203. CESPE/Planejamento e Orçamento/MPU/2013

As funções do orçamento da seguridade social incluem a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

204. CESPE/Planejamento e Orçamento/MPU/2013

O orçamento de investimentos de empresas em que o Estado não detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto integrará a Lei Orçamentária Anual.

205. CESPE/Finanças e Controle/MPU/2013

https://t.me/kakashi_copiador

O orçamento plurianual de investimento é a expressão financeira dos programas setoriais, incluídas as despesas correntes que sustentarão a execução dos projetos.

206. CESPE/Finanças e Controle/MPU/2013

A previsão expressa no PPA consigna regularidade a uma dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro.

207. CESPE/Auditor de Controle Externo/TCU/2013

Configura crime de responsabilidade a realização de investimento público cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, caso a inclusão desse investimento não tenha sido feita no plano plurianual e inexista lei que autorize essa inclusão.

208. CESPE/Analista Administrativo/Administrador/TRE MS/2013

A disposição dos três orçamentos que constituem a lei orçamentária anual – fiscal, seguridade social e orçamento de investimento das empresas – é, da mesma forma, estabelecida nas leis de diretrizes orçamentárias.

https://t.me/kakashi_copiador

GABARITO

1	E	30	C	59	E	88	C	117	C	146	E	175	C	204	E
2	E	31	C	60	E	89	C	118	C	147	E	176	E	205	E
3	C	32	E	61	E	90	E	119	E	148	E	177	C	206	C
4	E	33	E	62	E	91	A	120	E	149	E	178	C	207	C
5	B	34	E	63	E	92	C	121	E	150	C	179	E	208	C
6	C	35	C	64	C	93	C	122	E	151	E	180	E		
7	C	36	C	65	E	94	C	123	E	152	E	181	C		
8	C	37	E	66	C	95	C	124	E	153	E	182	C		
9	A	38	C	67	E	96	C	125	C	154	C	183	C		
10	D	39	E	68	E	97	E	126	E	155	C	184	E		
11	C	40	C	69	B	98	E	127	E	156	C	185	C		
12	C	41	E	70	C	99	E	128	E	157	E	186	C		
13	E	42	C	71	D	100	D	129	E	158	E	187	E		

https://t.me/kakashi_copiador

14	E	43	E	72	A	101	B	130	C	159	E	188	C		
15	E	44	E	73	C	102	C	131	E	160	E	189	C		
16	C	45	E	74	C	103	A	132	C	161	E	190	E		
17	C	46	D	75	C	104	C	133	E	162	E	191	C		
18	C	47	C	76	C	105	E	134	E	163	E	192	E		
19	E	48	E	77	C	106	E	135	C	164	E	193	C		
20	E	49	C	78	C	107	E	136	C	165	E	194	C		
21	C	50	E	79	E	108	C	137	C	166	C	195	E		
22	E	51	D	80	E	109	E	138	E	167	C	196	E		
23	E	52	E	81	E	110	C	139	C	168	C	197	E		
24	C	53	C	82	A	111	E	140	E	169	C	198	E		
25	C	54	E	83	C	112	E	141	C	170	C	199	C		
26	B	55	C	84	E	113	C	142	E	171	E	200	C		
27	B	56	C	85	C	114	C	143	E	172	E	201	C		

https://t.me/kakashi_copiador

28	D	57	E	86	C	115	C	144	E	173	C	202	E		
29	C	58	C	87	E	116	E	145	E	174	E	203	E		

https://t.me/kakashi_copiador

LISTA DE QUESTÕES - VUNESP

1. VUNESP /TCM SP/Administração/2023

O Orçamento Público, representado em Lei Orçamentária Anual, LOA, pode ser bem conceituado como:

a) conjunto de valores para o equilíbrio da situação líquida do tesouro público.
b) alocação de receitas e despesas para atender as despesas de capital.
c) meio de previsões de valores em função do comportamento da economia.
d) demonstração das intenções de governantes nos atendimentos priorizados.
e) instrumento com previsibilidades e limites com vistas ao equilíbrio fiscal.

2. VUNESP/CAMPREV/2023

O Plano Plurianual:

a) se inicia no primeiro ano de mandato do presidente e tem vigência de 8 anos.
b) se inicia no terceiro ano de mandato do presidente e tem vigência de 8 anos.
c) se inicia no primeiro ano de mandato do presidente e tem vigência de 4 anos.
d) se inicia no segundo ano de mandato do presidente e tem vigência de 4 anos.
e) se inicia no terceiro ano de mandato do presidente e tem vigência de 2 anos.

3. VUNESP /Pref GRU/2023

A vigência do Plano Plurianual (PPA) inicia-se no segundo ano do mandato do Chefe do Poder Executivo e termina

a) no último dia do quarto ano do mandato.
b) no terceiro ano de mandato.
c) quando o chefe do poder executivo publicar o decreto de encerramento.
d) no último dia do primeiro exercício financeiro do mandato seguinte.
e) no último dia do primeiro ano de vigência do PPA.

4. VUNESP /Pref GRU/2023

As metas e prioridades da administração pública para o exercício seguinte devem integrar o documento denominado:

a) Plano Estratégico Situacional.

https://t.me/kakashi_copiador

b) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
c) Lei Orçamentária Anual.
d) Plano Plurianual.
e) Lei de Responsabilidade Fiscal.

5. VUNESP /Pref Sertãozinho/2023

A Lei Orçamentária Anual (LOA)

a) não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, a exemplo da autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

b) poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

c) orientará a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

d) compreenderá o orçamento de investimento referente aos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

e) compreenderá o orçamento da seguridade social, que terá entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

6. VUNESP -/TCM SP/Ciências Jurídicas/2023

Determinada Prefeitura encaminhou à Câmara Municipal a Lei Orçamentária para aprovação. A forma resumida está na tabela a seguir:

Receitas	Despesas

https://t.me/kakashi_copiador

1 Receitas Correntes	4.530	3 Despesas Correntes	3.332
1.1 Tributária	1.500	3.1 Pessoal	3.200
1.2 Patrimonial	230	3.2 Material de consumo	120
1.3 Transferências	2.800	3.3 Transferências	12
2 Receitas de Capital	330	4 Despesas de Capital	1.528
2.1 Operações de Crédito	10	4.1 Investimentos	1.400
2.2 Alienações de bens	230	4.2 Inversões financeiras	80
2.3 Amortização de Empréstimos	90	4.3 Transferências	48
Total	**4.860**	**Total**	**4.860**

Com relação ao valores discriminados, em mil Reais, é correto afirmar que

a) a aquisição de imóveis em uso será de até 80.
b) a venda de ativos irá compor o total de 460.
c) o valor que se espera obter por meio de dívidas será de 100.
d) a incorporação líquida de ativos totalizará 1.320.

https://t.me/kakashi_copiador

e) o endividamento do município será reduzido em 90.

7. VUNESP/TCM SP/Administração/2023

O Plano Plurianual, PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, e a Lei Orçamentária Anual, LOA, atendem a requisitos legais específicos. É possível delimitar o que é atribuído a cada um dada a inter-relação existente entre esses instrumentos de planejamento. Sendo assim, é correto afirmar que

a) ao PPA cabe oferecer metas e indicadores gerais que posteriormente estarão especificados na LDO e na LOA.
b) é comum aos três instrumentos de planejamento, PPA, LDO e LOA, a determinação de metas fiscais.
c) serão metas passíveis de mensuração as presentes no PPA e na LDO, na LOA haverá tão somente alocação de recursos.
d) ao PPA cabe apresentar apenas metas, à LDO exclusivamente indicadores e à LOA a alocação de recursos anual.
e) irá o PPA abranger quadriênios, a LDO e a LOA triênios, devendo o PPA ser revisto a cada início de mandato.

8. VUNESP/TCM SP/Ciências Jurídicas/2023

Em relação às Finanças Públicas, dispõe a Constituição Federal:

a) o banco central poderá comprar e vender títulos de emissão de governos estrangeiros, com o objetivo de reduzir a taxa de juros e amortizar dívidas, vedada a aquisição de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional.
b) a qualquer tempo, o Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, para a Comissão de Constituição e Justiça, da parte cuja alteração é proposta.
c) os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.
d) as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central e as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das autarquias por ele controladas, em instituições financeiras públicas ou privadas, mediante autorização do Poder Executivo.
e) o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo generalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, imunidades, subsídios e benefícios de natureza financeira e tributária, vedadas as de ordem creditícia.

9. VUNESP /PRUDENCO/2022

https://t.me/kakashi_copiador

Sobre a chamada lei orçamentária anual, é correto afirmar:

a) em que pese o seu nome, não se trata verdadeiramente de lei em sentido estrito, visto não deter o Poder Legislativo, no presidencialismo brasileiro, poder pleno de emendar a proposta submetida pelo Poder Executivo.

b) compreenderá as metas e prioridades da administração pública e estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

c) deverá obedecer ao quorum de aprovação das leis complementares, ou seja, maioria absoluta do Congresso Nacional, reunido em Assembleia.

d) o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

e) a Administração não tem o dever de executar as programações orçamentárias contidas na lei orçamentária anual, mas apenas a faculdade de assim proceder, conforme a autorização conferida pelo Poder Legislativo.

10. VUNESP/ALESP/2022

As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem podem ser aprovadas, dentre outras situações, caso

a) se destinem a ampliar os recursos dedicados a áreas prioritárias.
b) sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões.
c) sejam incompatíveis com o plano plurianual.
d) indiquem como contrapartida para a criação de nova despesa a anulação da previsão de gastos com a dívida pública.
e) se destinem ao cumprimento do teto constitucional de despesas.

11. VUNESP/ALESP/Finanças/2022

Sobre o processo orçamentário na esfera federal, assinale a alternativa correta.

a) São de, no mínimo, 15 e, no máximo, 20 as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e deverão atender às disposições contidas na LDO e na legislação aplicável.

b) A Constituição Federal concedeu aos autores a prerrogativa de apontar novos recursos, tais como aumento de arrecadação ou realização de empréstimos por exemplo, como meio de propor emendas.

c) As emendas ao projeto de lei orçamentária anual não devem ser aprovadas se, entre outros aspectos, forem compatíveis com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias.

https://t.me/kakashi_copiador

d) Atualmente, compete à União, aos Estados e Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre orçamento, limitando-se à União estabelecer normas específicas e à assembleia legislativa estadual exercer competência suplementar.

e) Poderá ser apresentada emenda de renúncia de receita, e esta só pode ser aprovada caso indique os recursos compensatórios necessários. Em relação às despesas, remanejamento, apropriação e cancelamento são modalidades de emendas ao projeto de lei orçamentária.

12. VUNESP/ALESP/Finanças/2022

Acerca do Orçamento Público, assinale a alternativa correta.

a) Compreenderá as alterações na legislação tributária e as metas e prioridades da administração pública para o exercício subsequente.

b) É constituído por três orçamentos, e um deles, o de investimentos em empresas, compreende os investimentos realizados pelas empresas em que o poder público, direta ou indiretamente, detenha maioria de capital com direito a voto.

c) Dispõe sobre metas e riscos fiscais, equilíbrio entre receitas e despesas e demonstrações contábeis trimestrais apresentadas ao banco central.

d) É um instrumento de médio prazo que estabelece os princípios relativos aos programas setoriais e regionais de longo prazo.

e) Orienta a elaboração dos demais planos e programas de governo, assim como a própria lei de diretrizes orçamentárias, de forma regionalizada.

13. VUNESP - Adm (DAE Bauru)/DAE Bauru/2022

A respeito das empresas estatais não dependentes, é correto afirmar que

a) a totalidade das suas receitas e despesas integram o orçamento público do ente controlador.

b) não se sujeitam aos princípios da Administração Pública em matéria de licitações e contratos.

c) a lei orçamentária anual do ente controlador compreenderá o orçamento de investimentos dessas empresas.

d) não está autorizada a realização de operações de crédito.

14. VUNESP /Pref Piracicaba/2022

"Orçamento secreto" ganhou essa denominação pela dificuldade de identificar o real autor da emenda parlamentar, que é uma importante modalidade de transferência voluntária a municípios, prejudicando a transparência no uso do dinheiro público e possibilitando barganhas políticas entre os poderes executivo e legislativo. Os recursos do chamado "orçamento secreto" são destinados por meio de emendas parlamentares

https://t.me/kakashi_copiador

a) individuais.
b) de bancada.
c) de comissão.
d) da relatoria.
e) coletivas.

15. VUNESP/Pref Jundiaí/2022

Assinale a alternativa correta sobre a lei que institui o orçamento anual.

a) Constitui um instrumento de longo prazo que operacionaliza os programas setoriais e regionais de curto prazo.

b) Deve ter como anexos as metas e riscos fiscais e atuariais das despesas de capital estabelecidas no exercício.

c) Dispõe sobre alterações na legislação tributária e previdenciária e apresenta as metas da administração pública federal.

d) É formada por três orçamentos: fiscal, seguridade social e investimentos das empresas.

e) Estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para os programas de duração continuada.

16. VUNESP/ALESP/2022

A Lei de Orçamento

a) não poderá conter autorização ao Executivo para realizar operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

b) poderá conter autorização ao Executivo para operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa, desde que tal antecipação seja realizada após o término do primeiro semestre do exercício financeiro, atendidas as exigências legais.

c) poderá conter autorização ao Executivo para realizar, em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa, atendidas as exigências legais.

d) não poderá conter autorização ao Executivo para realizar operações de crédito por antecipação da receita, exceto para a constituição de créditos complementares no primeiro trimestre do exercício financeiro.

e) poderá conter autorização ao Executivo para operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa, desde que tal antecipação seja realizada até o término do primeiro semestre do exercício financeiro, atendidas as exigências legais.

https://t.me/kakashi_copiador

17. VUNESP /PRUDENCO/Fiscal Júnior/2022

A Lei de Diretrizes Orçamentárias ganhou destaque ainda maior no Brasil após os anos 2000 como peça de planejamento financeiro e orçamentário. Isto se deve, entre outros fatores, a:

a) aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar no 101/2000), trazendo a previsão de diversos itens de planejamento obrigatórios para as leis de diretrizes orçamentárias.

b) repetidos escândalos de corrupção envolvendo a execução do orçamento público, beneficiados pela pouca transparência dos mecanismos de controle e acompanhamento orçamentários.

c) previsão desta lei como instrumento normativo adequado para a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

d) condição de que investimentos públicos que superem um exercício fiscal apenas possam ser iniciados se incluídos prévia e expressamente na lei de diretrizes orçamentárias.

e) obrigatoriedade de enumeração exaustiva nesta lei da lista de impostos a serem cobrados dos contribuintes no exercício fiscal seguinte, como condição para a validade da cobrança.

18. VUNESP/Pref Guaratinguetá/Administração/2022

O Plano Plurianual

a) tem como finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscais, da seguridade social e de investimento do poder público.

b) é elaborado pelo Poder Executivo e estabelece as despesas e receitas que serão realizadas no próximo exercício.

c) é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto na Constituição Federal, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública.

d) busca sintonizar a LOA – Lei Orçamentária Anual com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

e) deve incluir a solicitação de créditos suplementares, quando necessário.

19. VUNESP/Docas PB/2022

https://t.me/kakashi_copiador

A respeito do Plano Plurianual – PPA, é correto afirmar que cabe ao(à)

a) Congresso Nacional, independentemente de sanção do Presidente da República, dispor do PPA por meio de decreto legislativo.

b) Presidente da República, por meio de decreto presidencial, tratar do PPA.

c) Senado Federal, privativamente, por meio de resolução, dispor do PPA.

d) Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre o PPA.

e) Câmara dos Deputados, por meio de resolução, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre o PPA.

20. VUNESP /Pref Jundiaí/2022

É objetivo do Plano Plurianual, entre outros:

a) estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital.

b) estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

c) fixar o teto, regionalizado, do efeito sobre as receitas e despesas de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

d) autorizar a abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

e) dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

21. VUNESP /Pref Jundiaí/Direito/2022

Assinale qual dos institutos a seguir estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

a) A lei que institui o plano plurianual.

b) A lei que estabelece as diretrizes orçamentárias.

https://t.me/kakashi_copiador

c) A lei que aprova os orçamentos anuais.

d) O decreto que regulamenta a execução orçamentária.

e) O decreto que regulamenta as políticas públicas de investimento.

22. VUNESP /Pref Piracicaba/2022

O Plano Plurianual

a) tem como princípios básicos a identificação clara dos objetivos e prioridades do governo.

b) estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte.

c) traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes.

d) estabelece os Orçamentos da União, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal.

e) não é avaliado pelo poder legislativo.

23. VUNESP/Pref Jundiaí/2022

A respeito das funções do orçamento público, é correto afirmar que

a) a função política do orçamento consiste em conferir consistência ao planejamento da política fiscal diante das demais variáveis macroeconômicas do país, permitindo aos demais agentes econômicos conhecer o impacto da ação do Estado sobre a economia nacional.

b) a função contábil do orçamento consiste em permitir o registro útil, tempestivo e íntegro das informações relativas à previsão e arrecadação das receitas e à autorização e execução das despesas públicas.

c) a função jurídica do orçamento consiste em dotar o Estado de uma peça de planejamento, por meio da qual se permita avaliar a adequação dos recursos devotados a cada linha de ação e a sua respectiva conexão com metas, objetivos e programas.

d) a função administrativa do orçamento é representada pela natureza de lei do orçamento público, assegurada pelo devido processo legislativo que deve ser observado, conforme mandamento constitucional.

https://t.me/kakashi_copiador

e) a função econômica do orçamento consiste no papel de legitimação política da arrecadação das receitas e da escolha das despesas públicas, diante do dilema decorrente da escassez de recursos em uma sociedade democrática e plural.

24. VUNESP /ALESP/2022

A melhora do desempenho público passa pelo compromisso pelo alcance dos resultados, a partir de estruturas administrativas e condições para que os instrumentos de controle e responsabilização sejam, de fato, efetivados. Do ponto de vista do processo orçamentário brasileiro, uma das formas de se alcançar isso é

a) a desvinculação entre programas, objetivos e resultados, desengessando as peças orçamentárias.

b) a maior seletividade do controle externo, averiguando apenas unidades administrativas com alto risco.

c) a centralização da execução orçamentária, com controles procedimentais mais rígidos.

d) a flexibilização da execução orçamentária acompanhada de controles seletivos mais estritos.

e) o fim da necessidade de prévia autorização legislativa para remanejamento de recursos entre órgãos.

25. VUNESP - Adv (Docas PB)/Docas PB/2022

Assinale a alternativa que relaciona corretamente uma das dimensões do orçamento público à sua explicação.

a) Dimensão jurídica: o orçamento público como mecanismo de planejamento e execução da política fiscal nacional, com impactos sobre os níveis de demanda agregada, permitindo inferir seus impactos sobre renda, emprego, taxa de juros e de câmbio.

b) Dimensão política: o orçamento público como instrumento de controle das receitas e gastos públicos, mediante registro preciso do planejamento e sua posterior execução, de forma a assegurar a geração de informações úteis e tempestivas aos diversos usuários da peça orçamentária.

c) Dimensão contábil: o orçamento público como instrumento normativo dotado de força de lei, resultante de processo legislativo formal sujeito a controle jurisdicional.

d) Dimensão econômica: o orçamento público como arena para debate acerca das prioridades para a ação estatal e limites ao exercício do poder tributário do Estado, formando-se os consensos e as maiorias necessários à legitimidade do gasto público e arrecadação das receitas.

https://t.me/kakashi_copiador

e) Dimensão administrativa: o orçamento público como processo de planejamento por meio do qual se estabelecem os indicadores, metas, programas, ações, atividades e projetos necessários à solução de problemas coletivos e atendimento de necessidades públicas.

26. VUNESP/PC RR/2022

Tipo de orçamento em que existe: a coparticipação do Executivo e Legislativo na elaboração dos orçamentos, e a transparência dos critérios e informações que nortearão a tomada de decisões:

a) Teto fixo.

b) Base-zero.

c) Funcional.

d) Tradicional.

e) Participativo.

27. VUNESP/Docas PB/2022

Assinale a alternativa correta.

a) A lei que instituir as diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

b) A lei que instituir o plano plurianual compreenderá as metas e prioridades da administração pública, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e as metas, tudo em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

c) Integrará a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 (dois) exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.

d) A lei orçamentária anual deverá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

e) Admite-se a realização de despesas e a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários, sempre que a medida se mostra adequada ao atendimento do interesse público.

28. VUNESP /ALESP/2022

https://t.me/kakashi_copiador

"Pensemos no _____ como incorporando a compreensão horizontal – comparando pacotes de despesas alternativos para decidir qual melhor contribui para o atingimento de objetivos programáticos. O _____, por outro lado, pode ser pensado como incorporando a compreensão vertical – a cada ano alternativas de despesas são consideradas sem pré-condições para todas atividades governamentais ou objetivos tratados como entidades discretas."

(Aaron Wildavsky, A. Budget for All Seasons? Why the Traditional Budget Lasts, Public Administration Review, Vol. 38, No. 6, Nov. – Dec., 1978, pp. 501-509. Adaptado)

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas, referentes às espécies de orçamento.

a) orçamento programa ... orçamento por desempenho

b) orçamento tradicional ... orçamento incremental

c) orçamento por desempenho ... orçamento incremental

d) orçamento programa ... orçamento base zero

e) orçamento base zero ... orçamento programa

29. VUNESP/IPSM SJC/Direito/2022

Selecione a alternativa que completa adequadamente a lacuna existente no trecho a seguir.

"O _____ apresenta os propósitos, os objetivos e as metas para os quais a administração solicita os recursos necessários. Além disso, identifica os custos dos programas propostos para alcançar tais objetivos e os dados quantitativos que medem as realizações e o trabalho realizado dentro de cada programa." (Adaptado de NUNES, A.; OLIVEIRA, R.; BÉU, R., 2015)

a) orçamento base-zero

b) orçamento por desempenho

c) orçamento inercial

d) orçamento programa

e) orçamento empresarial

30. VUNESP/ALESP/Finanças/2022

https://t.me/kakashi_copiador

Uma das grandes dificuldades do poder público é conseguir elaborar bons processos de planejamento, levando em consideração a multiplicidade e complexidade dos problemas públicos existentes em uma localidade. Do ponto de vista do Plano Plurianual (PPA), que baliza as políticas públicas e provê diretrizes para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei de Orçamento Anual (LOA), é correto afirmar que

a) o PPA pode ser revisto e alterado sempre que necessário, adequando-se às realidades dos problemas públicos existentes.

b) um PPA no qual o componente político das ações é marginalizado oferece maiores chances de sucesso, uma vez que abordará tão somente aspectos econômicos.

c) o PPA materializa as políticas públicas, de modo que sua elaboração deve ser estritamente técnica e blindada de interferências políticas.

d) um bom PPA deve ter características deterministas, para que assim consiga controlar as variáveis e não sejam necessárias revisões e alterações.

e) como o PPA orienta a confecção de outros instrumentos, não deve ser alterado ou revisto, mantendo a coerência do que foi idealizado.

31. VUNESP/Pref Sorocaba/I/2022

Com duração de quatro anos, começando no início do segundo ano do mandato do chefe do poder executivo e terminando no fim do primeiro ano de seu sucessor, é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública.

Este enunciado se refere

a) à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

b) ao Plano Plurianual.

c) à Lei Orçamentária Anual.

d) ao Plano Diretor.

e) ao Plano Nacional de Desenvolvimento.

32. VUNESP /Pref Jundiaí/2022

https://t.me/kakashi_copiador

A secretaria de planejamento e orçamento reuniu os analistas de planejamento e orçamento do quadro da prefeitura e deu início à elaboração do plano plurianual (PPA) referente à nova gestão municipal. Sobre o PPA, a equipe verificou corretamente que

a) por ser uma lei orçamentária, a iniciativa da lei cabe ao chefe da Câmara de Vereadores.

b) é um plano estratégico de longo prazo, cuja vigência se inicia no segundo ano de mandato do prefeito em exercício e termina no segundo ano do mandato posterior.

c) define as metas e prioridades da administração pública para os próximos quatro anos.

d) planos e programas nacionais, regionais e setoriais, previstos constitucionalmente, e emendas à lei orçamentária anual (LOA), em regra, não precisam estar em consonância com o PPA.

e) investimentos que ultrapassem um exercício financeiro não podem ser iniciados sem prévia inclusão no PPA, ou em lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

33. VUNESP/ALESP/2022

Leia o texto para responder à .

"(...) é preciso notar que um dos argumentos em defesa da regra de ouro consiste na ideia de que a perda financeira e patrimonial decorrente do endividamento público seria compensada pelo aumento do patrimônio público, mantendo-se neutro o efeito sobre o endividamento neste caso. Contudo, é importante verificar que o capital privado e o capital público raramente apresentam a mesma produtividade, seja em termos econômicos, seja em termos sociais. Assim, a composição do patrimônio não é de nenhuma forma neutra como se sustentaria.

Finalmente, é preciso levar em consideração igualmente o fato de que não apenas as despesas com a geração de nova infraestrutura devem ser consideradas relevantes, mas igualmente as despesas necessárias à manutenção da infraestrutura existente contra os efeitos da depreciação e também as despesas necessárias à adequada utilização da infraestrutura instalada. Contudo, nem sempre se consideram as despesas com manutenção como despesas de investimentos, de maneira que se deixa de levar em consideração essa importante característica. (...)"

(Luis Felipe Vidal Arellano. Teoria jurídica do crédito público e operações estruturadas: empréstimos públicos, securitizações, PPPs, garantias e outras operações estruturadas no direito financeiro. São Paulo:

Blucher Open Access, 2020, p. 77)

https://t.me/kakashi_copiador

Com base no trecho transcrito e na legislação nacional, é correto afirmar que o autor faz crítica ao alcance do seguinte dispositivo constitucional e que veicula a chamada "regra de ouro das finanças públicas" no Brasil.

a) "Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos".

b) "Art. 167. São vedados: (...) III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta".

c) "Art. 167. São vedados: (...) VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados".

d) "Art. 167. (...) § 3° A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública".

e) "Art. 167. São vedados: (...) I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual".

34. VUNESP/Pref Santos/2021

Em relação ao orçamento, dispõe a Constituição Federal:

a) é permitida a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

b) os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

c) os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos seis meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

d) a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo-se na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

https://t.me/kakashi_copiador

e) a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, devendo o Poder Executivo publicar, até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada trimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

35. VUNESP /Pref Guarujá/2021

Assinale a alternativa que está em consonância com o disposto na Constituição Federal no que se refere aos orçamentos.

a) A lei orçamentária anual não poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

b) A lei orçamentária de diretrizes orçamentárias compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

c) O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

d) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, exceto as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

e) Os orçamentos fiscais e de investimento, compatibilizados com a lei do orçamento anual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades regionais, segundo critério populacional

36. VUNESP /Pref Santos/2021

Em relação à Lei de Orçamento, é correto afirmar:

a) A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo, excetuando-se as da administração centralizada, das autarquias e empresas públicas.

https://t.me/kakashi_copiador

b) Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, admitidas eventuais deduções, desde que autorizadas.

c) A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para, dentre outras situações, realizar até o primeiro mês do exercício financeiro seguinte, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

d) Em casos de déficit, a Lei de Orçamento indicará as fontes de recursos que o Poder Executivo fica autorizado a utilizar para atender a sua cobertura.

e) A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei, sendo consideradas como operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros.

37. VUNESP /CODEN/2021

A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas Leis Orgânicas dos Municípios, compor-se-á de tabelas explicativas, entre as quais se destaca:

a) a receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta.

b) a receita realizada ou executada no exercício em que se elabora a proposta.

c) a despesa fixada no exercício imediatamente anterior.

d) o histórico do superavit / deficit do exercício anterior.

e) o equilíbrio financeiro das receitas e despesas propostas para os três exercícios imediatamente anteriores à proposta orçamentária, bem como para o exercício corrente.

38. VUNESP /EsFCEx/2021

Os programas do Plano Plurianual consistem em instrumento de organização da atuação governamental, e os programas de serviços ao Estado representam aqueles que

a) correspondem ao conjunto de despesas de natureza tipicamente administrativa e outras que não são passíveis de apropriação a esses programas.

b) abrangem as ações de gestão de Governo.

https://t.me/kakashi_copiador

c) resultam em bens e serviços ofertados diretamente ao Estado, por instituições criadas para esse fim específico.

d) resultam em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade.

e) correspondem ao conjunto de despesas de natureza tipicamente administrativa e outras, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos programas finalísticos e de gestão de políticas públicas, que são passíveis de apropriação a esses programas.

39. VUNESP /EsFCEx/2021

A Constituição Federal de 1988 introduziu um processo integrado de alocação de recursos, compreendendo as atividades de planejamento e orçamento, que passaram a ser executados a partir do exercício de 2000. Até esta data, vigorava no Brasil o orçamento da seguinte espécie:

a) De desempenho, em que se evidenciava a preocupação com o resultado dos gastos e não apenas com o gasto em si.

b) Base-zero, caracterizado por dar ênfase aos aspectos contábeis de gestão, e o controle visava avaliar a honestidade dos agentes governamentais.

c) Tradicional, que tinha por característica ser dissociado dos processos de planejamento e programação.

d) Orçamento-programa, que representava o elo entre o planejamento e as funções executivas.

e) De realizações em que se buscava a definição dos propósitos e objetivos para os quais os créditos se faziam necessários.

40. VUNESP/CM Potim/2021

Um determinado investimento, que não fora previamente incluído no plano plurianual, cuja execução estava prevista para o período de dois exercícios financeiros, foi iniciado no segundo exercício financeiro do mandato do Chefe do Executivo. Considerando que não havia lei que autorizasse a sua inclusão na Lei Orçamentária Anual, é possível afirmar, sobre este investimento, que

a) a alocação dos recursos para a sua realização é lícita, pois seu início coincide com o início de vigência do PPA.

https://t.me/kakashi_copiador

b) a alocação dos recursos para a sua realização é lícita, pois a previsão do seu término está contida na vigência do PPA, que se iniciou no primeiro ano do mandato do chefe do executivo.

c) a alocação dos recursos para a sua realização é lícita, pois a previsão do seu término está contida na vigência do PPA, que se iniciou no segundo ano do mandato do chefe do executivo.

d) a alocação dos recursos para a sua realização é lícita, pois a previsão do seu término está contida na vigência da LDO, que se iniciou em 30 de Junho do exercício anterior.

e) pode implicar pena de crime de responsabilidade de acordo com o parágrafo 1° do art. 167 da Constituição Federal.

41. VUNESP /EsFCEx/2020

A Constituição Federal de 1988, no seu art. 167, inciso III, e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu art. 44, vedam o uso de receitas de capital para financiamento de despesas correntes. Tal procedimento é comumente conhecido como

a) comprometimento da receita.

b) remanejamento de dotação.

c) alterações extraorçamentária.

d) regra de ouro.

e) pedalada fiscal.

42. VUNESP /CM Boituva/2020

De acordo com a Portaria MOG no 42/1999, o modelo de orçamento público que identifica as despesas em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais é conhecido como orçamento

a) base zero.

b) participativo.

c) por desempenho.

https://t.me/kakashi_copiador

d) programa.

e) incremental.

43. VUNESP /CM Boituva/2020

Sobre os tipos de orçamento público, a correlação correta é

a) orçamento impositivo – técnica de orçamentação que distribui os recursos disponíveis entre diferentes órgãos conforme a distância entre o desempenho esperado e o realizado e os indicadores previamente estabelecidos.

b) orçamento clássico – pressupõe a rediscussão do mérito de cada item de despesa a cada ciclo orçamentário, permitindo a realização de planejamento pleno, desde as premissas da política pública até a fixação de objetivos estratégicos.

c) orçamento programa – instrumento de organização para implementação das ações do governo, vinculando o planejamento de médio prazo às despesas anuais por meio de programas que contenham ações agrupadas em objetivos e metas.

d) orçamento desempenho – contempla a participação popular na definição dos orçamentos, reservando-se uma parcela específica dos recursos orçamentários para alocação mediante decisão direta da população.

e) orçamento base zero – técnica de orçamentação que distribui os recursos disponíveis com base no orçamento realizado no ano anterior, admitindo mudanças marginais na forma de repartição dos recursos.

44. VUNESP/Pref Morro Agudo/2020

O orçamento-programa é caracterizado por ser

a) uma técnica que tem por objetivo verificar o que o Governo realiza e o que compra, mas que não está vinculado ao processo de planejamento.

b) um processo operacional que exige que o administrador justifique continuamente as despesas, impedindo que ele simplesmente justifique as variações destas em relação ao orçamento anterior.

c) uma técnica cujo objetivo maior é permitir o controle dos gastos do Poder Executivo pelo Poder Legislativo, que tem o poder de aprovar ou não o projeto de lei orçamentária anual.

https://t.me/kakashi_copiador

d) um processo operacional que permite ao Governo interligar o planejamento previsto no plano plurianual com os programas de governo que serão contemplados pelas dotações orçamentárias.

e) um instrumento cujo principal objetivo é permitir analisar se os gastos foram feitos com a maior economicidade possível, evitando o desperdício de recursos governamentais.

45. VUNESP/ CM Boituva/2020

Dos diferentes instrumentos de planejamento que integram a gestão orçamentária pública no Brasil, principalmente a partir de 1988, cabe a função de fixar as prioridades e metas da administração pública, bem como dos critérios para limitação de empenho e movimentação financeira, à

a) Lei que institui o Plano Plurianual – PPA.

b) Lei de Orçamento Anual – LOA.

c) Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

d) Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

e) Lei de Planejamento Estratégico – LPE.

46. VUNESP/Pref Ilhabela/2020

Uma das fases da gestão orçamentária é a da execução.

Essa, por sua vez, é orientada por determinada programação, expressa em decreto ao início do exercício fiscal. É objetivo dessa programação

a) garantir que os programas em suas metas sejam realizados.

b) evitar que o uso dos recursos financeiros seja desviado.

c) respeitar a autonomia entre os poderes constituídos.

d) prover de recursos, em tempo hábil, as unidades gestoras ou similares.

e) atender ao estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO.

47. VUNESP/FUMEC/2020

https://t.me/kakashi_copiador

No contexto do Planejamento Público, o processo orçamentário inclui o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, e é algo fundamental e obrigatório aos governos. Assinale a alternativa que indica o(s) instrumento(s) orçamentário(s) que define(m) como as despesas e as receitas serão realizadas num determinado ano.

a) Plano Plurianual – PPA.

b) Lei Orçamentária Anual – LOA.

c) Lei Orçamentária Anual – LOA e Plano Plurianual – PPA.

d) Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

e) Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Plano Plurianual – PPA.

48. VUNESP/Pref São Roque/2020

Com relação às leis que veiculam o planejamento orçamentário, é correto afirmar que

a) os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

b) a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual são de iniciativa do Poder Legislativo, ao passo que o plano plurianual é de iniciativa do Poder Legislativo.

c) o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será acompanhado de demonstrativo global do efeito sobre as receitas e despesas decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

d) a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo-se na proibição a autorização para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

e) o plano plurianual compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

49. VUNESP /Pref Cananéia/2020

Em relação aos orçamentos elaborados pelos entes públicos, a Constituição Federal de 1988 dispõe que

https://t.me/kakashi_copiador

a) o Poder Executivo publicará, até noventa dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

b) o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

c) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas, mesmo que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, podem ser feitas, desde que autorizadas pelo Poder Judiciário.

d) a abertura de crédito suplementar ou especial poderá ser feita sem prévia autorização legislativa, desde que indicados os recursos correspondentes para financiá-los.

e) a lei das diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, os objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

50. VUNESP/CM Boituva/2020

O Estado "X" vem passando há meses por situação financeira muito grave, acumulando obrigações vencidas com servidores públicos, fornecedores e outros credores do Estado. Neste contexto, o Estado vem sendo diariamente surpreendido por seguidos sequestros promovidos judicialmente em suas contas bancárias em decorrência de ações promovidas por credores, sobretudo na Justiça do Trabalho, o que contribui para o agravamento do quadro de crise financeira. Alguns desses sequestros chegam inclusive a atingir recursos com destinação vinculada mediante lei ou contrato a finalidades específicas. Sobre a situação hipotética descrita e com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito do controle jurisdicional do orçamento, é correto afirmar que

a) os créditos decorrentes da Justiça do Trabalho não se submetem ao regime de pagamento mediante precatórios, de maneira que os sequestros realizados são corretos e têm por objetivo apenas assegurar a plenitude dos direitos sociais dos credores do Estado.

b) em casos específicos de crise, a Constituição Federal expressamente autoriza a moratória das obrigações financeiras do Estado, que deve ser previamente aprovada pelo Poder Judiciário na forma de plano de recuperação fiscal, suspendendo a totalidade das ações de cobrança contra o ente público.

c) não é possível neste contexto ao Estado alegar judicialmente a "reserva do possível" como justificativa para o descumprimento de eventuais obrigações legais, uma vez que essa tese apenas tem aplicação nos casos de ausência de prejuízos aos direitos fundamentais da população.

https://t.me/kakashi_copiador

d) sequestros existentes nas contas do Estado que alcancem recursos com vinculação orçamentária específica implicam alteração da destinação orçamentária de recursos públicos e remanejamento de recursos entre categorias de programação sem prévia autorização legislativa, o que representa usurpação de competências constitucionais reservadas ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo.

e) na situação descrita, é possível ao Estado reduzir a jornada de trabalho dos servidores públicos efetivos com correspondente redução dos salários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), de maneira a permitir o menor impacto sobre a continuidade dos serviços públicos possível.

51. VUNESP /CM Boituva/2020

Autoriza-se pelo art. 167 da Constituição Federal, desde que mediante prévia autorização legislativa:

a) a vinculação da receita de impostos a fundo, despesa ou órgão.

b) a concessão ou utilização de créditos orçamentários ilimitados.

c) a transferência voluntária de recursos pelo Governo Federal para pagamento de despesas com pessoal dos Estados e Municípios.

d) o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.

e) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

52. VUNESP /Pref Ilhabela/2020

É autorizado(a) pela Constituição Federal

a) a concessão de empréstimos por instituições financeiras federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, exceto para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista ou na hipótese de descumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento de regime próprio de previdência social.

b) a abertura de crédito suplementar ou especial sem indicação dos recursos correspondentes e prévia justificativa, em caso de calamidade pública devidamente decretada pelo Presidente da República.

c) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem necessidade de prévia autorização legislativa.

https://t.me/kakashi_copiador

d) a instituição de fundos especiais formados pela vinculação da receita de impostos, sem prévia autorização legislativa, desde que por meio de decreto de vigência temporária, voltados à implementação de política pública na área de assistência social.

e) o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, desde que incluídos na lei de diretrizes orçamentárias.

53. VUNESP/ TJ SP/2019 /Adaptada

Em termos legais, conforme a Constituição Federal de 1988, art. 165, os planos orçamentários serão estabelecidos pelo Poder Executivo. Nesse sentido, a Lei que compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, é a

A) do Plano Plurianual.
B) de Diretrizes Orçamentárias
C) de Responsabilidade Fiscal.
D) do Orçamento Anual.
E) do Plano de Diretrizes e Planejamento.

54. VUNESP/Pref. de Campinas/2019

É característica do Plano Plurianual (PPA) da União:

A) ser encaminhado ao Poder Legislativa até 30 de junho do primeiro ano do mandato do Chefe do Poder Executivo.

B) impedir a interrupção da sessão legislativa, enquanto o Poder Legislativo não o aprovar.
C) ter vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato do Chefe do Poder Executivo subsequente.
D) ser devolvido para sanção do Poder Executivo até 31 de agosto do primeiro ano do mandato do Chefe do Poder Executivo.

https://t.me/kakashi_copiador

55. VUNESP/Pref. de São José do Rio Preto/2019

Compreende as metas e prioridades da Administração Pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, a lei

A) do plano plurianual.
B) geral do orçamento.
C) de diretrizes orçamentárias.
D) de responsabilidade fiscal.
E) de política orçamentária nacional.

56. VUNESP/ Pref. de Campinas/2019

Assinale a alternativa correta.

A) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) orientará a elaboração da Lei Orçamentária Nacional para estados, distrito federal e municípios.
B) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) disporá sobre alterações na legislação trabalhista e estabelecerá a política de execução das agências financeiras oficiais de fomento.
C) A Lei Orçamentária Anual (LOA) compreenderá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública nacional para as despesas de capital e as decorrentes delas e para os programas de duração continuada.
D) A Lei Orçamentária Anual (LOA) compreenderá, também, o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
E) O Plano Plurianual (PPP) compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

57. VUNESP/TJ SP/2019

A lei que compreenderá as metas e prioridades da administração pública estadual é a

A) lei que instituir o Plano Plurianual.
B) lei de diretrizes orçamentárias.
C) lei orgânica.
D) lei de responsabilidade fiscal.

https://t.me/kakashi_copiador

E) lei orçamentária anual.

58. VUNESP / IPSM – Pref. de São José dos Campos/2018

Assinale a alternativa na qual constem os produtos do Processo de Planejamento e Orçamento no Setor Público.

a) Lei nº 4320/64; Lei nº 101/2000; e Planejamento Anual.
b) Controle Plurianual do Planejamento; Orçamento Realizado; e Lei da Responsabilidade Fiscal.
c) Plano Plurianual; Lei das Diretrizes Orçamentárias; e Lei Orçamentária Anual.
d) Controle Anual; Planejamento Partidário, Diretrizes Partidárias.
e) Plano de Metas do Governo; Lei da Responsabilidade Fiscal; e Lei Orçamentária Anual.

59. VUNESP/Câmara de Campo Limpo Paulista/2018

Em conformidade com a Constituição Federal, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá de forma regionalizada, além das diretrizes,

a) os projetos relativos ao plano plurianual.
b) os objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital.
c) o orçamento anual e os créditos adicionais.
d) o orçamento fiscal.
e) o orçamento de investimento em consonância com o plano plurianual a ser apreciado pelo Congresso Nacional.

Gabarito: B

60. VUNESP/Pref. de Sertãozinho/2018

O instrumento de planejamento pelo qual devem ser previstos os objetivos, diretrizes e metas da Administração Pública para as despesas relativas aos programas de duração continuada é

a) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
b) a Lei Orçamentária Anual.
c) o Plano Plurianual.
d) o Plano de Equilíbrio Fiscal.

https://t.me/kakashi_copiador

e) o Relatório de Execução Orçamentária.

61. VUNESP/Pref. de Sertãozinho/2018

A partir da Constituição Federal, de 1988, passa a ser determinante estabelecer, de forma regionalizada, objetivos e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes por intermédio

a) da LDO.
b) do Orçamento Anual.
c) da Lei de Responsabilidade Fiscal.
d) do Plano Plurianual.
e) do Orçamento Base Zero.

62. VUNESP/Câmara Municipal de Indaiatuba/2018

Em matéria orçamentária, determina a Constituição Federal que os orçamentos fiscal, de investimento e da seguridade social são compreendidos na lei

a) do plano plurianual.
b) de diretrizes orçamentárias.
c) orçamentária anual.
d) de responsabilidade fiscal.
e) geral das finanças.

63. VUNESP/IPSM – Pref. de São José dos Campos/2018

Na Lei Orçamentária Anual (LOA), a Receita Pública é

a) equilibrada.
b) maximizada.
c) contabilizada em regime de competência.
d) fixada.
e) prevista.

64. VUNESP/IPSM – Pref. de São José dos Campos/2018

Já a Despesa Pública é

https://t.me/kakashi_copiador

a) minimizada.
b) prevista.
c) fixada.
d) equilibrada.
e) contabilizada em regime de caixa.

65. VUNESP/Pref. de Bauru/2018 /Adaptada

Sobre a lei de diretrizes orçamentárias, é correto afirmar:

a) a lei de diretrizes orçamentárias vige pelo período de doze meses e sua vigência coincide com o ano civil.
b) a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
c) o projeto de lei relativo às diretrizes orçamentárias será apreciado por apenas uma das Casas do Congresso Nacional.
d) a aprovação das emendas ao projeto da lei de diretrizes orçamentárias independe de sua compatibilidade com o plano plurianual.
e) o projeto de lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas da Administração Pública federal, estadual e municipal e obedecerá ao estabelecido na lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

66. VUNESP/APOFP/2017

O chefe do Poder Executivo de um determinado Estado pretende construir uma escola, sendo que a execução iniciar-se-á em abril de 2018 com conclusão prevista para setembro de 2019. Todavia, tal dispêndio não consta no Plano Plurianual vigente. De acordo com a Constituição Federal de 1988, para que a construção da escola possa ser realizada, o Poder

a) Executivo deve encaminhar ao Poder Legislativo um projeto de lei para alteração do Plano Plurianual, por se tratar de uma despesa de inversão financeira cuja execução está prevista para finalizar no primeiro ano do mandato seguinte.
b) Executivo deve encaminhar ao Poder Legislativo um projeto de lei para alteração do Plano Plurianual, por se tratar de uma despesa de investimento cuja execução ultrapassa um exercício financeiro.

https://t.me/kakashi_copiador

c) Executivo deve encaminhar ao Poder Judiciário um projeto de lei para alteração do Plano Plurianual, por se tratar de uma despesa de investimento cuja execução ultrapassa um exercício financeiro.
d) Legislativo deve encaminhar ao Poder Executivo um projeto de lei para alteração do Plano Plurianual, por se tratar de despesa de inversão financeira, cuja execução ultrapassa um exercício financeiro.
e) Legislativo deve encaminhar ao Poder Executivo um projeto de lei para alteração do Plano Plurianual, por se tratar de uma despesa de inversão financeira cuja execução está prevista para finalizar no primeiro ano do mandato seguinte.

67. VUNESP/TJ RJ/2016

O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público está compreendido na lei

a) do orçamento anual.
b) orgânica.
c) de responsabilidade fiscal.
d) de diretrizes orçamentárias.
e) do plano diretor.

68. VUNESP /Câmara de Pirassununga/2016

A respeito do Plano Plurianual, é correto afirmar que

a) o plano estabelece metas e prioridades de gastos para o ano subsequente na LOA.
b) o plano estabelece de forma estratégica e regionalizada, os objetivos e as metas da administração pública.
c) o plano é o primeiro momento nas alterações da legislação tributária.
d) o plano é a fase principal do processo de elaboração do orçamento anual.
e) o plano aloca recursos correntes e de capital nos diferentes setores da administração pública.

69. VUNESP/Câmara de Pradópolis/2016

Os orçamentos fiscais, de investimento e de seguridade social são compreendidos na lei:

a) orçamentária anual.
b) de diretrizes orçamentárias.
c) do programa de metas.
d) do plano plurianual.

https://t.me/kakashi_copiador

e) geral do orçamento.

70. VUNESP/Câmara de Pradópolis/2016

No que diz respeito às leis orçamentárias, é correto afirmar que

a) os projetos das leis do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual são de iniciativa reservada do Poder Legislativo.
b) a lei do plano plurianual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
c) a lei orçamentária anual não poderá conter dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesas, incluindo-se na proibição a contratação de operações de crédito.
d) o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
e) a lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

71. VUNESP/Pref. de São José dos Campos/2015

A associação da atividade de planejamento ao orçamento público, passando este a ser elaborado não mais apenas por uma lei, conforme previa a Lei nº 4.320/1964, mas por meio de um conjunto de três leis distintas, porém harmônicas entre si, é determinada pelo art. 165 da CF, de 1988. O nome das leis e a sequência correta em que ocorrem é:

a) plano plurianual; diretrizes orçamentárias; orçamentos anuais.
b) diretrizes orçamentárias; plano plurianual; orçamentos anuais.
c) plano plurianual; responsabilidade fiscal; diretrizes orçamentárias.
d) diretrizes orçamentárias; responsabilidade fiscal; plano plurianual.
e) diretrizes orçamentárias; orçamentos anuais; plano plurianual.

72. VUNESP/Câmara de Jaboticabal/2015

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado. Conforme o Art. 165 da CF de 1988, o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, bem como os orçamentos anuais serão

https://t.me/kakashi_copiador

estabelecidos pelos poderes executivos. No caso da lei de diretrizes orçamentárias, esta compreenderá as metas e prioridades da administração pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política _____ .

a) de movimentação financeira
b) monetária
c) financeira, incluindo as de direito creditório
d) econômica e social
e) de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento

73. VUNESP/Câmara de Jaboticabal/2015

Os tipos de orçamentos públicos iniciais, de acordo com a Lei do orçamento, são

a) receitas e despesas orçamentárias e extra orçamentárias, e os planos plurianuais.
b) o plano plurianual, plano orçamentário e extra orçamentário.
c) o plano de metas e diretrizes orçamentárias e a lei de diretrizes plurianuais.
d) o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
e) as diretrizes de metas orçamentárias, o plano plurianual e o de quatro anos.

74. VUNESP/DESENVOLVE SP/2014 /Adaptada

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreenderá

a) os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos no orçamento e serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.
b) o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
c) o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
d) as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
e) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

https://t.me/kakashi_copiador

75. VUNESP/TJ PA/2014

Segundo a Constituição Federal, nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no(a) _____ , ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade. A lacuna da frase será corretamente preenchida por:

a) Lei de Diretrizes Orçamentárias
b) Orçamento Anual
c) Plano de Ação Governamental
d) Plano de Aceleração do Crescimento
e) Plano Plurianual

76. VUNESP/Unifesp/2014 /Adaptada

As metas e prioridades da administração pública federal são compreendidas

a) pelos orçamentos anuais.
b) pelo plano plurianual.
c) pela lei de diretrizes orçamentárias.
d) pela constituição de cada estado e federação.
e) por medidas provisórias.

77. VUNESP/Pref. Estância Hidromineral de Poá/2014 /Adaptada

Compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública municipal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de fomento. Nos termos da Lei Orgânica do Município de Poá, completa corretamente a lacuna a expressão

a) O Plano Diretor
b) O Plano Regional
c) A lei geral do orçamento
d) A lei do Plano Plurianual
e) A lei de diretrizes orçamentárias

https://t.me/kakashi_copiador

78. VUNESP/ FPMSC/Prefeitura de São Carlos/2012

O instrumento de gestão que se torna plano de governo expresso em forma de lei, no qual se faz a estimativa de receita a arrecadar e fixa-se a despesa para um período determinado de tempo, em geral de um ano, em que o Estado deve demonstrar suas ideologias e ações político-partidárias, as quais se materializam por meio do plano plurianual e das diretrizes orçamentárias, denomina-se Lei:

a) do Plano Plurianual – PPA.
b) de Diretrizes Orçamentárias – LDO.
c) do Plano Nacional de Desenvolvimento – PND.
d) do Orçamento Anual – LOA.
e) do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC.

79. VUNESP/FESC/2012

A lei orçamentária anual compreenderá: (I) o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; (II) o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e:

a) o orçamento da previdência social e privada, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
b) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
c) o orçamento da previdência social, abrangendo todas asentidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público e Privado.
d) o orçamento da previdência social, sem abrangência a todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público e Privado.
e) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, inclusive fundações privadas, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

https://t.me/kakashi_copiador

80. VUNESP /Prefeitura de São Carlos/2012

A lei orçamentária anual compreenderá:

I. o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
II. o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
III. o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público;
IV. os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição Federal a serem elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.
Está correto o contido em

a) I, II, III e IV.
b) II, III e IV, apenas.
c) I, II, e IV, apenas.
d) I, II e III, apenas.
e) III e IV, apenas.

81. VUNESP/IAMSPE /2012 /Adaptada

A lei de diretrizes orçamentárias

a) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
b) compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
c) compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
d) estabelecerá o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

https://t.me/kakashi_copiador

e) dispõe sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, e estabelece normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta.

82. VUNESP/FESC/2012

Conforme a classificação dos orçamentos públicos no Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 165, estabeleceu que as leis, de iniciativa do Poder Executivo, estabelecerão o

a) Plano Bianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos anuais.
b) Plano Trianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos anuais.
c) Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos anuais.
d) Plano Trianual, as Diretrizes Extra-Orçamentárias e as Orçamentárias.
e) Plano Plurianual, as Diretrizes Extra-Orçamentárias e as Orçamentárias.

83. VUNESP/Prefeitura de São Carlos/2012

A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para:

a) estabelecer políticas de aplicação das agências financeiras oficiais.
b) as receitas correntes e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
c) o quadriênio do exercício financeiro subsequente.
d) as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
e) orientar a elaboração da lei orçamentária anual.

84. VUNESP /FESC/2012 /Adaptada

A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das:

a) autarquias públicas.
b) agências reguladoras.
c) agências governamentais orçamentárias.
d) finanças públicas.
e) agências financeiras oficiais de fomento.

https://t.me/kakashi_copiador

85. VUNESP/Prefeitura de São José do Rio Preto/2011/Adaptada

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá

a) as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
b) o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
c) o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
d) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
e) as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro vigente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

86. VUNESP/Prefeitura de São Carlos/2011

A lei orçamentária anual é constituída por três orçamentos:

a) físico, fiscal e tributário.
b) físico, fiscal e seguridade social.
c) seguridade social, investimentos das empresas e físico.
d) investimento das empresas, físico e tributário.
e) fiscal, seguridade social e investimento das empresas.

87. VUNESP/Prefeitura de São José do Rio Preto/2011

As Leis de iniciativas do Poder Executivo, quando relacionadas com o orçamento público, estabelecerão

a) o Plano Plurianual e as Diretrizes Orçamentárias, apenas.
b) o Plano Plurianual e os Orçamentos Anuais, apenas.
c) as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais, apenas.
d) as Diretrizes Orçamentárias, apenas.
e) o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais.

https://t.me/kakashi_copiador

88. VUNESP /Prefeitura de São Carlos/2011

O Plano Plurianual é uma síntese dos esforços de planejamento da administração pública, e sua obrigatoriedade

a) foi estabelecida em 2005, durante o governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva.
b) foi estipulada somente para a União.
c) foi implementada a partir da Lei n.° 4.320/64.
d) foi estabelecida pela Constituição de 1988.
e) não existe para os estados.

89. VUNESP/Prefeitura de São Carlos/2011

É correto afirmar que, no processo orçamentário brasileiro, a(o)

a) Lei de Diretrizes Orçamentárias é elaborada a cada três anos, com metas fiscais para 3 anos (receitas, despesas, resultado primário e nominal e dívida pública).
b) Lei de Diretrizes Orçamentárias é elaborada a cada dois anos, com metas fiscais para 3 anos, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
c) Plano Plurianual tem duração de 8 anos e apresenta as metas fiscais para o período e sua relação custo/benefício.
d) Plano Plurianual tem duração de 4 anos e apresenta as metas físicas para o período e sua relação custo/benefício.
e) Lei de Diretrizes Orçamentárias é elaborada anualmente, com metas físicas para 3 anos (receitas, despesas, resultado primário e nominal e dívida pública).

90. VUNESP/CREMESP/2011/Adaptada

Segundo a Constituição Federal de 1988, o (a) _____ compreenderá, entre outras, as metas e prioridades da administração pública federal. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna da frase.

a) Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)
b) Lei de Diretrizes Orçamentárias
c) Plano de Metas

https://t.me/kakashi_copiador

d) Plano Plurianual
e) Orçamento Anual
A lei de diretrizes orçamentárias

91. VUNESP/UNESP/2010

De acordo com Constituição de 1988, o Poder Público elaborará orçamentos com base em três instrumentos legais: o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei do Orçamento Anual – LOA. Nesse sentido, pode-se dizer que o PPA conterá:

a) orçamento financeiro e patrimonial referente aos Poderes da União, seus fundos privados, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
b) as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
c) as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de patrimônio para o exercício financeiro anterior; orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
d) as diretrizes, objetivos e metas da administração privada federal para as despesas de patrimônio e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
e) o orçamento de investimento das empresas público-privadas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, ou mesmo mediante as autarquias que formam o investimento.

92. VUNESP/CETESB/2009

Estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da Administração Federal, Estadual ou Municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas continuados. Deve ser elaborado pelo Executivo durante o primeiro ano do mandato do seu chefe, encaminhado, discutido e aprovado pelo Poder Legislativo até o fim desse primeiro ano. Esta definição refere-se
a) ao Plano Plurianual.

b) à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
c) ao Orçamento Participativo.
d) à Parceria Público-Privada.
e) ao Tribunal de Contas.

https://t.me/kakashi_copiador

93. VUNESP/CETESB/2009

Por força da Constituição Federal de 1988, o Brasil adota uma estrutura orçamentária baseada em três documentos. Entre eles está

a) o Orçamento Cambial e Monetário.
b) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
c) o Plano Bienal.
d) a Política de Metas Inflacionárias.
e) a Ata da Reunião do Conselho de Política Monetária.

Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão (art. 165, *caput*, da CF/1988):

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

94. VUNESP/CESP/2009

As receitas e as despesas de todos os poderes da Administração Pública, as dotações relativas aos investimentos das empresas, bem como das entidades e órgãos de seguridade social fazem parte da Lei:

a) do Plano Plurianual.
b) de Diretrizes Orçamentárias.
c) Orçamentária Anual.
d) de Metas Prioritárias.
e) de Desenvolvimento Nacional.

95. VUNESP /CRF SP/2009

As receitas e despesas dos poderes do Estado, as dotações relativas aos investimentos das empresas estatais, bem como o orçamento das entidades e órgãos do sistema de seguridade social devem fazer parte da:

https://t.me/kakashi_copiador

a) LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.
b) PPA – Lei do Plano Plurianual.
c) LOA – Lei do Orçamento Anual.
d) LRF – Lei da Responsabilidade Fiscal.
e) LIF – Lei de Incentivos Fiscais.

96. VUNESP/ITESP/2008

Assinale a alternativa que corretamente traduz uma afirmação acerca da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

a) Compreende os orçamentos de investimento e de seguridade social.
b) Compreende os orçamentos fiscal e de investimentos.
c) Estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração federal para as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada.
d) Orienta a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.
e) Não poderá, dentre suas disposições, estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

97. VUNESP /Câmara Municipal de São Paulo /2007

O Plano Plurianual consiste em planejamento estratégico de médio prazo, que contém os projetos e atividades que o governo pretende realizar, ordenando as suas ações e visando à consecução de objetivos e metas a serem atingidas nos quatro anos de mandato. Relacione os conceitos apresentados.

a. Diretrizes
b. Despesas de Capital
c. Despesas correntes
d. Duração continuada
e. Programas

I. despesas utilizadas para classificar os gastos com investimentos
II. programas cuja execução ultrapassam um exercício financeiro.
III. instrumento de organização da atuação governamental, articulando um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido e mensurado por indicadores previstos no PPA.

https://t.me/kakashi_copiador

IV. orientações gerais ou critérios de ação que nortearão a captação, gestão e gastos de recursos ao longo do período, visando ao alcance dos objetivos programados.
V. despesas de custeio ou com a manutenção das atividades governamentais.

Indique qual é a combinação adequada.

a) a-II; b-V; c-I; d-IV; e-III.
b) a-IV; b-I; c-V; d-II; e-III.
c) a-III; b-V; c-I; d-II; e-IV.
d) a-II; b-I; c-V; d-IV; e-III.
e) a-II; b-V; c-III; d-IV; e-I.

GABARITO

1	E	51	E
2	D	52	A
3	D	53	B
4	B	54	C
5	B	55	C
6	A	56	D
7	C	57	B

https://t.me/kakashi_copiador

8	C	58	C
9	D	59	B
10	B	60	C
11	E	61	D
12	B	62	C
13	C	63	E
14	D	64	C
15	D	65	B
16	C	66	B
17	A	67	A
18	C	68	B
19	D	69	A
20	A	70	D
21	A	71	A
22	A	72	E
23	B	73	D
24	D	74	D
25	E	75	E
26	E	76	C
27	C	77	E
28	D	78	D
29	D	79	B
30	A	80	D
31	B	81	C
32	E	82	C
33	B	83	D
34	B	84	E
35	C	85	A
36	D	86	E

https://t.me/kakashi_copiador

37	A	87	E
38	C	88	D
39	D	89	D
40	E	90	B
41	D	91	B
42	D	92	A
43	C	93	B
44	D	94	C
45	D	95	C
46	D	96	D
47	B	97	B
48	A		
49	B		
50	D		

https://t.me/kakashi_copiador

QUESTÕES COMENTADAS

1. CEBRASPE (CESPE)/AGER MT/Administração/2023

Um contribuinte pagou uma taxa cobrada por um determinado governo subnacional — taxa de fiscalização de obras —, cuja natureza jurídica relaciona-se ao exercício do poder de polícia. Nessa situação hipotética, a classificação correta da receita orçamentária é receita

a) de serviços.

b) de contribuição.

c) tributária.

d) patrimonial.

e) financeira.

Comentário:

De acordo com o art. 77 do CTN:

"As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição."

A origem "Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria": são decorrentes da arrecadação dos tributos previstos no art. 145 da Constituição Federal, que inclui as taxas.

Categoria Econômica (1º Dígito)	**Origem (2º Dígito)**
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

Gabarito: C

https://t.me/kakashi_copiador

2. CEBRASPE (CESPE)/TJ ES/Apoio Especializado/Contabilidade/2023

Relativamente às classificações orçamentárias e às diretrizes para elaboração da proposta orçamentária, julgue o item a seguir.

A classificação da receita orçamentária por natureza é utilizada para identificar a origem do recurso segundo o fato gerador da receita.

Comentário:

Conforme o MTO, a classificação orçamentária por natureza de receita é estabelecida pelo § 4º do art. 11 da Lei nº 4.320, de 1964. A estrutura comum da classificação, válida para todos os entes da federação, é estabelecida por Portaria Conjunta da STN e da SOF. No âmbito da União, a codificação é normatizada por meio de portaria da SOF, órgão do Ministério do Planejamento e Orçamento. A normatização da codificação válida para estados e municípios é feita por meio de portaria da STN. Importante destacar que a classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador: acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos.

Gabarito: Certo

3. CEBRASPE (CESPE)/CG DF/Finanças e Controle/2023

Texto 1A5-I

Determinada entidade do setor público apresentou alguns lançamentos de receitas e despesas referentes ao exercício de 2022, listadas na tabela a seguir.

receita/despesa	R$
receita patrimonial	1.500.000
pessoal ativo	20.000.000
receita industrial	500.000
operações de crédito	2.000.000
amortização de dívida de LP	2.000.000

https://t.me/kakashi_copiador

aquisição de material de expediente	500.000
alienação de bens	500.000
amortização de empréstimos	500.000
aquisição de equipamentos para postos de saúde	1.500.000
receita tributária	20.000.000
transferências de capital	2.000.000
obrigações patronais	5.000.000
transferências correntes	6.000.000
construção de escola	3.000.000
encargos sobre operações de credito	1.000.000
receita de serviços	2.000.000

De acordo com os dados da situação hipotética apresentada no texto 1A5-I, o valor das receitas de capital é igual a

a) R$ 6.500.000.

b) R$ 8.000.000.

c) R$ 5.000.000.

d) R$ 4.500.000.

Comentário:

Os códigos da Origem para as receitas correntes e de capital, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com alterações introduzidas pela Portaria Interministerial 163/2001 e atualizações posteriores, são:

https://t.me/kakashi_copiador

Categoria Econômica (1º Dígito)	Origem (2º Dígito)
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

Logo, pelos valores constantes da tabela, temos:

receita/despesa	R$
operações de crédito	2.000.000
alienação de bens	500.000
amortização de empréstimos	500.000
transferências de capital	2.000.000
Total	5.000.000

Gabarito: C

4. CEBRASPE (CESPE)/CG DF/Planejamento e Orçamento/2023

Com relação à classificação das receitas públicas por fonte/destinação, a alteração do grupo de fonte nos saldos financeiros

a) não pode ocorrer.

b) pode ocorrer se houver o aval do tribunal de contas a cuja jurisdição o ente federado esteja submetido.

c) pode ocorrer a qualquer tempo e sempre que houver necessidade.

d) pode ocorrer apenas quando e na medida da execução financeira dessas dotações.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:

Conforme o MTO, denomina-se "Fonte/Destinação de Recursos" cada agrupamento de receitas que possui as mesmas normas de aplicação. A fonte, nesse contexto, é instrumento de gestão da receita e da despesa ao mesmo tempo, pois tem como objetivo assegurar que determinadas receitas sejam direcionadas para financiar projetos e atividades (despesas) do governo em conformidade com leis que regem o tema. Importante ressaltar que o código de fonte/destinação é um marcador da receita [isso será cobrado nas próximas provas!]. Os recursos são classificados por fontes conforme os mandamentos legais, e tal classificação precede a execução das despesas. Inúmeras decisões que norteiam a alocação dos recursos orçamentários são tomadas somente no momento da execução da despesa, razão pela qual a codificação por fonte/destinação de recursos não pode ser utilizada com a finalidade de promover a classificação de despesas. O grupo de fonte tem por objetivo, na elaboração do Orçamento, identificar se os recursos advêm de propostas de alterações na legislação da receita que estejam em tramitação no Congresso Nacional; além disso, em observância ao inciso III do caput do art. 167 da Constituição Federal, na elaboração do Orçamento, identificar os recursos condicionados à autorização do Poder Legislativo por meio de lei de crédito suplementar, e na respectiva Lei e na execução da despesa, se os recursos se referem a operações de crédito autorizadas pelo Poder Legislativo em montante superior às despesas de capital; por fim, nas alterações orçamentárias, o grupo de fonte indica se os recursos pertencem ao exercício corrente ou a exercícios anteriores.

Nessa premissa, apenas quando e na medida da execução financeira dessas dotações, ocorre a alteração do grupo de fonte nos saldos financeiros, de maneira a haver a conciliação da execução orçamentária e financeira nesses créditos específicos.

Gabarito: D

5. CEBRASPE (CESPE) - AJE (TJ ES)/TJ ES/Judiciária/Contador/2023

Acerca do orçamento público e das classificações orçamentárias, julgue o item a seguir.

A classificação por fonte de recursos é obrigatória para a União e facultativa para os estados e municípios e deve ser aplicada tanto às despesas quanto às receitas públicas, sendo possível identificar, por meio dela, a origem e a destinação dos recursos públicos.

Comentário:
Segundo o MCASP 9ª Edição, conforme Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021, a padronização de fontes é obrigatória para todos os fins a partir do exercício financeiro

https://t.me/kakashi_copiador

de 2023, sendo facultativo o "de-para" para envio das informações no Siconfi no que diz respeito à execução orçamentária do exercício financeiro 2022. A estrutura de codificação da fonte de recursos, de utilização obrigatória para os entes da Federação, está definida em portaria conjunta da STN e SOF. Essa estrutura está definida com 3 dígitos, que correspondem à especificação da fonte de recursos, com a denominação da origem ou destinação de recursos. As fontes ou destinações de recursos a serem utilizadas pela União são definidas por meio de Portaria específica publicada pela Secretaria de Orçamento Federal, no intervalo de 000 a 499. Já as de Estados, Distrito Federal e Municípios são definidas por meio de Portaria específica publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, no intervalo de 500 a 999. Ressalta-se que os entes, de forma geral, poderão estabelecer detalhamentos adicionais aos códigos padronizados, não sendo necessário o envio desses detalhamentos à STN por meio da Matriz de Saldos Contábeis-MSC

Gabarito: Errado

6. CEBRASPE (CESPE)/TJ ES/Administrativa/2023

Julgue o próximo item, relativo às receitas e às despesas públicas.

A classificação da receita com base nas fontes de recursos não permite ao Estado identificar se os recursos por ele arrecadados estão, ou não, vinculados a gastos específicos.

Comentário:
A classificação por fontes ou destinações de recursos (FR) tem como objetivo agrupar receitas que possuam as mesmas normas de aplicação na despesa. Em regra, as fontes ou destinações de recursos reúnem recursos oriundos de determinados códigos da classificação por natureza da receita orçamentária, conforme regras previamente estabelecidas. Por meio do orçamento público, essas fontes ou destinações são associadas a determinadas despesas de forma a evidenciar os meios para atingir os objetivos públicos. Assim, a classificação permite aos entes identificar se os recursos por ele arrecadados estão, ou não, vinculados a gastos específicos

Gabarito: Errado

7. CEBRASPE (CESPE)/TJ ES/Administrativa/2023

Julgue o próximo item, relativo às receitas e às despesas públicas.

Os créditos da fazenda pública que se tornarem exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento deverão ser inscritos em dívida ativa, independentemente de prévia apuração da liquidez e da certeza desses créditos.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:
Para que uma dívida se torne "dívida ativa" é essencial que o crédito seja líquido e certo e esteja vencido. Embora sejam admitidos recurso e prova em contrário (PRESUNÇÃO RELATIVA), a certidão de dívida ativa possui caráter líquido e certo. A dívida ativa abrange todos os créditos da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido pagos nas datas em que venceram. São créditos a receber classificados no ativo e representam uma fonte potencial de fluxo de caixa.

Gabarito: Errado

8. CEBRASPE (CESPE)/CG DF/Planejamento e Orçamento/2023

Segundo as normas relativas à receita pública,

a) a receita pública é programada, autorizada e controlada por meio do orçamento.

b) os recursos financeiros de caráter temporário não integram a LOA.

c) todas as receitas arrecadadas são receita orçamentária, inclusive as provenientes de operações de crédito.

d) as operações de crédito não integram o orçamento público.

Comentário:
De fato, os recursos financeiros de caráter temporário não integram a LOA e são denominados ingressos extraorçamentários (item B). Entretanto, todas as receitas arrecadadas são receita orçamentária, inclusive as provenientes de operações de crédito, conforme os arts. 3º e 57 da Lei nº 4.320/1964 (item C). Por isso, a questão foi anulada.

Gabarito: Anulada

9. CEBRASPE (CESPE) - ACI (CGDF)/CG DF/Planejamento e Orçamento/2023

Tendo em vista aspectos pertinentes a receita orçamentária, ciclo orçamentário e créditos adicionais e considerando que as receitas públicas podem ser classificadas em ordinárias e extraordinárias, assinale a opção correta.

a) Os recursos financeiros, inclusive os de caráter temporário, devem integrar a LOA.

b) Os recursos advindos de depósitos de caução devem compor a receita orçamentária.

https://t.me/kakashi_copiador

c) Os recursos de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária são classificados como ingressos extraorçamentários.

d) Nas operações fiança, os recursos depositados são classificados como receitas orçamentárias.

Comentário:
Analisando item a item, temos:

a) Errada

Ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA).

b) Errada

São exemplos de ingressos extraorçamentários: os depósitos em caução, as fianças, as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO), a emissão de moeda, e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

c) Certa.

As receitas extraorçamentárias possuem caráter temporário, não se incorporando ao patrimônio público. Tais receitas não integram o Orçamento Público e constituem passivos exigíveis do ente, de tal forma que o seu pagamento não está sujeito à autorização legislativa. Ex.: depósito em caução, Antecipação de Receitas Orçamentárias (ARO), emissão de moeda e outras. Os ingressos extraorçamentários não alteram o patrimônio do ente público, não aumentam o saldo patrimonial: geram apenas um fato permutativo no patrimônio / entram recursos e geram-se obrigações.

d) Errada

Para a STN, os ingressos extraorçamentários são aqueles pertencentes a terceiros, arrecadados pelo ente público exclusivamente para fazer face às exigências contratuais pactuadas para posterior devolução. Esses ingressos não se encontram previstos no orçamento, e a STN os denomina de recursos de terceiros.

Gabarito: C

10. CEBRASPE (CESPE)/AGER MT/Ciências Contábeis/2023

Julgue os itens a seguir, relativos a receitas e despesas públicas.

I Em sentido estrito, são receitas públicas somente as que estiverem inscritas no orçamento público.

https://t.me/kakashi_copiador

II Constitui dívida ativa o crédito tributário regularmente inscrito no órgão competente após findo o prazo de pagamento fixado legalmente ou determinado em processo regular concluído.

III Na fase de arrecadação, entrega-se ao poder público a receita que lhe é devida.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentário:

Analisando item a item, temos:

I Em sentido estrito, são receitas públicas somente as que estiverem inscritas no orçamento público. (Errada)

A matéria pertinente à receita vem disciplinada no art. 3°, conjugado com o art.57, e no art. 35 da Lei n° 4.320/1964:

"Art. 3° A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
Art. 57. Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 3° desta lei serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento."

II Constitui dívida ativa o crédito tributário regularmente inscrito no órgão competente após findo o prazo de pagamento fixado legalmente ou determinado em processo regular concluído. (Certa)

A dívida ativa é composta por créditos tributários ou não tributários que foram regularmente inscritos na repartição fiscal competente após o vencimento do prazo de pagamento estabelecido legalmente ou determinado em processo regular concluído. Essa inscrição é um procedimento importante para que o governo possa buscar o seu recebimento e adotar medidas legais para efetivar a cobrança dos valores devidos.

III Na fase de arrecadação, entrega-se ao poder público a receita que lhe é devida. (Certa)

https://t.me/kakashi_copiador

A Arrecadação corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro Nacional pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente. A arrecadação corresponde ao momento em que o contribuinte comparece ao banco e efetua o pagamento da obrigação. Para a STN, é a entrega, realizada pelos contribuintes ou devedores, aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente, dos recursos devidos ao Tesouro.

Gabarito: D

11. CEBRASPE (CESPE)/SEPLAN RR/Planejamento e Orçamento/2023

Com relação ao relacionamento entre o regime orçamentário e o regime contábil no setor público, julgue o próximo item.

É efetiva a receita orçamentária que constitui obrigação correspondente, como é o caso das operações de crédito.

DESPENCA NA PROVA!

Comentário:
Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, a receita pode ser "efetiva" ou "não-efetiva":

RECEITA ORÇAMENTÁRIA EFETIVA aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA NÃO EFETIVA é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.

Perceba, portanto, que os conceitos estão invertidos.

Gabarito: Errado

12. CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

Quanto ao registro de ingressos e desembolsos de recursos públicos, julgue o próximo item.

O simples fato de uma receita não constar formalmente da previsão de arrecadação estabelecida na LOA não basta para que ela seja considerada extraorçamentária.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:

A matéria pertinente à receita vem disciplinada no art. 3º, conjugado com o art.57, e no art. 35 *da Lei nº 4.320/1964:*

"Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de credito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros. [...]

Art. 57. Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 3º desta lei serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento."

Além disso, o fato de uma receita não constar formalmente na previsão de arrecadação estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA) não é suficiente para classificá-la como extraorçamentária. A classificação de uma receita como extraorçamentária está relacionada a outros critérios, como a natureza da receita e o fato de não se enquadrar nas definições orçamentárias regulares.

Gabarito: Certo

13. CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

Quanto ao registro de ingressos e desembolsos de recursos públicos, julgue o próximo item.

Quando consignatário temporário dos ingressos de recursos, o Estado deverá devolvê-los ao consignante caso ele os reivindique, logo esses ingressos não podem integrar a LOA, sem prejuízo de todo o valor registrado como entrada ou saída contábil refletir no resultado financeiro da entidade.

Comentário:

Quando o Estado atua como consignatário temporário dos ingressos de recursos, não é necessária, em regra, a reivindicação por parte do consignante para que ocorra a devolução. A devolução é um procedimento automático, uma vez que a consignação é temporária e

https://t.me/kakashi_copiador

os recursos não pertencem ao Estado. Assim, quanto a esses recursos extra orçamentários, consistem na guarda e administração temporária de recursos, por solicitação do consignante, não se considerando esses recursos como ingressos nos cofres do consignatário. Os recursos permanecerão em nome do consignante e à sua disposição, sem necessidade, em geral, de reivindicação para sua devolução.

Gabarito: Errado

14. CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

Quanto ao registro de ingressos e desembolsos de recursos públicos, julgue o próximo item.

A doutrina classifica a receita pública em originária e derivada, contudo tal classificação não é recepcionada pela legislação, o que impede o poder público de utilizá-la como classificador oficial da receita.

Comentário:

Conforme o MCASP 9ª edição, a doutrina classifica as receitas públicas, quanto à procedência, em Originárias e Derivadas. Essa classificação possui uso acadêmico e não é normatizada; portanto, não é utilizada como classificador oficial da receita pelo Poder Público.

Gabarito: Certo

15. CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Apoio Especializado/Contabilidade/2023

De acordo com a estrutura e o fechamento das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue o item subsequente.

O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior pode ser considerado na receita orçamentária do balanço orçamentário do exercício de referência.

Comentário:

ATENÇÃO, DECORE! Conforme o MCASP 9ª edição

"Conforme previsto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior constitui fonte para

https://t.me/kakashi_copiador

abertura de crédito adicional. Tais valores não são considerados na receita orçamentária do exercício de referência nem serão considerados no cálculo do déficit ou superávit orçamentário já que foram arrecadados em exercícios anteriores."

Gabarito: Errado

16. CEBRASPE (CESPE)/TJ ES/Administrativa/2023

Julgue o próximo item, relativo às receitas e às despesas públicas.

As rendas provenientes de contratos de aluguel que tenham por objeto itens que compõem o patrimônio imobiliário do Estado são classificadas como receitas públicas originárias.

Comentário:

Receita Originária é a receita efetiva oriunda das rendas produzidas pelos ativos do Poder Público, pela cessão remunerada de bens e valores (aluguéis e ganhos em aplicações financeiras), ou aplicação em atividades econômicas (produção, comércio ou serviços). As receitas originárias são provenientes do patrimônio público (bens e direitos). O Estado obtém essas receitas colocando parte do seu patrimônio à disposição da sociedade, que paga pela sua utilização. São formadas por receitas correntes e também são denominadas receitas de economia privada. Ex.: receitas patrimoniais, receitas agropecuárias, receitas comerciais, receitas de serviço, participações e dividendos, receita de aluguel de imóveis etc.

Gabarito: Certo

17. CEBRASPE (CESPE)/TJ ES/Judiciária/Contador/2023

Acerca do orçamento público e das classificações orçamentárias, julgue o item a seguir.

Os depósitos judiciais de numerário representam ingresso financeiro que deve ser contabilizado como receita orçamentária.

Comentário:

Conforme disposto no MCASP, os valores restituíveis, tais como depósitos, cauções e consignações em poder de determinado órgão ou entidade poderão integrar o saldo de caixa e equivalentes de caixa, em contrapartida ao reconhecimento da respectiva obrigação de devolução ou recolhimento no passivo. A apropriação de tais recursos, entretanto, está

https://t.me/kakashi_copiador

condicionada a manutenção de um fundo de reserva que garanta liquidez às devoluções e não deve ser contabilizado como receita orçamentária. Não afetam o resultado orçamentário, uma vez que são recursos que aguardam o desfecho de processos judiciais para determinar seu destino final. Como exemplo de receitas extraorçamentária temos: valores consignados em folha de pagamento, INSS, depósitos judiciais e extrajudiciais, cauções, etc.

Gabarito: Errado

18. CEBRASPE (CESPE)/SEPLAN RR/Planejamento e Orçamento/2023

Quanto à receita pública, julgue o item subsequente.

Em sentido amplo, qualquer entrada de recurso nos cofres públicos é uma receita pública, ainda que exijam uma restituição futura.

Comentário:

RECEITAS PÚBLICAS	
STRICTO SENSU	São todas as entradas ou ingressos de bens ou direitos, em certo período de tempo, que se incorporam ao patrimônio público sem compromisso de devolução posterior. Exemplos: alienação de bens, receita de contribuições, receitas industriais etc.
LATO SENSU	São todas as entradas ou ingressos de bens ou direitos a qualquer título, em certo período de tempo, que o Estado utiliza para financiar seus gastos, podendo ou não se incorporar ao seu patrimônio e independente de haver contrapartida no passivo. Exemplos: receitas tributárias, operações de crédito, operações de crédito por antecipação de receita, cauções etc.

Qualquer entrada de recursos nos cofres públicos é considerada uma receita pública, mesmo que essa entrada de recursos exija uma restituição futura, como é o caso de depósitos judiciais, por exemplo. Essa definição abrange tanto as receitas que aumentam o patrimônio líquido do governo quanto aquelas que não geram acréscimo patrimonial, pois requerem devolução ou restituição posterior.

Gabarito: Certo

https://t.me/kakashi_copiador

19. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/2022

Relativamente à utilização da estrutura de codificação por fontes ou destinações de recursos (FR) nos entes federados locais, caso os entes federados municipais necessitem de classificações não contempladas na padronização, eles deverão

a) solicitar ao órgão central de contabilidade da União uma nova classificação.

b) criar uma nova classificação e informar ao tribunal de contas ao qual estejam jurisdicionados.

c) estabelecer detalhamentos nas classificações existentes.

d) solicitar a referida classificação ao tribunal de contas ao qual estejam jurisdicionados.

e) criar uma nova classificação e informar ao órgão central de contabilidade da União.

Comentário:

Conforme o MCASP 9ª edição, a estrutura de codificação da fonte de recursos, de utilização obrigatória para os entes da Federação, está definida em portaria conjunta da STN e SOF. Essa estrutura está definida com 3 dígitos, que correspondem à especificação da fonte de recursos, com a denominação da origem ou destinação de recursos. As fontes ou destinações de recursos a serem utilizadas pela União são definidas por meio de Portaria específica publicada pela Secretaria de Orçamento Federal, no intervalo de 000 a 499. Já as de Estados, Distrito Federal e Municípios são definidas por meio de Portaria específica publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, no intervalo de 500 a 999. Ressalta-se que os entes, de forma geral, poderão estabelecer detalhamentos adicionais aos códigos padronizados, não sendo necessário o envio desses detalhamentos à STN por meio da Matriz de Saldos Contábeis-MSC.

Gabarito: C

20. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/Contabilidade/2022

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, representam dívida ativa tributária os créditos

a) de preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos.

b) de contribuições estabelecidas em lei.

c) de imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

d) de empréstimos compulsórios.

https://t.me/kakashi_copiador

e) de foros, laudêmios, alugueis e taxas de ocupação.

Comentário:

A dívida ativa divide-se em tributária (oriunda de impostos, taxas e contribuições) e não tributária (oriunda dos demais direitos a receber). Ambas incluem juros, multas e atualizações, que formarão o valor principal. As receitas de dívida ativa incluem, além do valor principal, a atualização monetária, a multa e os juros de mora. Conforme a Lei nº 4.320/1964

"Art. 39. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.735, de 1979)
§ 2º - Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais."

Gabarito: C

21. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/2022

Na anulação da dívida ativa, o ente federado deverá registrar a baixa do crédito inscrito, tendo como contrapartida

a) a mesma conta do ativo, anulando seu efeito.

b) uma conta de passivo.

c) uma variação patrimonial diminutiva (VPD).

d) uma conta de ajustes de exercícios anteriores, no patrimônio líquido.

e) uma variação patrimonial aumentativa (VPA).

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

Na anulação da dívida ativa, o ente federado deverá registrar a baixa do crédito inscrito, o que resultará em uma variação patrimonial diminutiva (VPD). Isso ocorre porque a anulação da dívida ativa implica na diminuição dos créditos a receber pelo ente público. O próprio MCASP elenca a forma de contabilização

"Considera-se realizada a variação patrimonial diminutiva (VPD):

a. Quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;

b. Diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;

c. Pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo."

Gabarito: C

22. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/2022

De acordo com o previsto na Lei n.º 4.320/1964, são consideradas receitas orçamentárias todas as receitas arrecadadas, exceto

I as operações de crédito autorizadas por lei, ainda que não previstas no orçamento.

II as operações de crédito por antecipação de receita.

III as emissões de papel moeda.

IV outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I e III estão certos.

c) Apenas os itens III e IV estão certos.

d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

A matéria pertinente à receita vem disciplinada no art. 3º, conjugado com o art.57, e no art. 35 da Lei nº 4.320/1964:

"Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de credito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros. [...]

Art. 57. Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 3º desta lei serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento."

Logo, o gabarito é o item D.

Gabarito: D

23. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/Contabilidade/2022

A respeito das receitas públicas, assinale a opção correta.

a) As taxas de inscrição em concursos públicos visam remunerar o serviço prestado pelas instituições que elaboram e aplicam os certames; elas são classificadas como receitas orçamentárias.

b) Para a legislação brasileira, há distinção entre os denominados ingressos e a receita pública propriamente dita.

c) As receitas decorrentes da perda de fiança contratual por inadimplemento de contrato administrativo é classificada como despesa extraorçamentária.

d) Desde 2010 até o presente exercício, as doações realizadas ao Estado por grupos organizados são consideradas receitas ordinárias.

e) É exemplo de receita derivada a cobrança da tarifa de água potável fornecida por empresa pública estatal de saneamento básico.

Comentário:

Analisando item a item, temos:

https://t.me/kakashi_copiador

a) As taxas de inscrição em concursos públicos visam remunerar o serviço prestado pelas instituições que elaboram e aplicam os certames; elas são classificadas como receitas orçamentárias. (Certa)

O Ementário da Classificação por Natureza da Receita Orçamentária da Secretaria do Tesouro Nacional, evidencia conta específica para a escrituração destas receitas. Segundo o plano de contas, as receitas oriundas das taxas de inscrição em concurso público devem ser classificadas da seguinte forma:

1.6.1.0.02.11

1. Receitas correntes

6. Receitas de serviços

1. Serviços administrativos e comerciais gerais

0. Inscrição em processos seletivos

02. Inscrição em concursos e processos seletivos

11. Inscrição em concursos e processos seletivos - principal

b) Para a legislação brasileira, há distinção entre os denominados ingressos e a receita pública propriamente dita. (Errada)

O Ingresso (também denominado de receita pública em seu sentido amplo ou fluxo de caixa) compreende tanto as Receitas Públicas quanto os valores repassados à Administração Pública em decorrência de um instrumento contratual firmado entre as partes ou até mesmo por imposição legal, os quais entram nos cofres públicos de forma "temporária", pois é da sua própria essência sair após determinado período de tempo ou após o adimplemento/realização de alguma condição previamente pactuada. Nesse sentido, os valores repassados ao Estado sob a forma de ingressos "temporários" não podem ser utilizados para custear as despesas públicas, pois não são valores definitivamente atribuídos ao Estado. Já as Receitas em sentido estrito são todas as entradas ou ingressos de bens ou direitos, em certo período de tempo, que se incorporam ao patrimônio público sem compromisso de devolução posterior. Exemplos: alienação de bens, receita de contribuições, receitas industriais etc. O próprio MCASP 9ª edição elenca:

"Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, registradas como receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, ou ingressos extraorçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias."

https://t.me/kakashi_copiador

Em sentido estrito, chamam-se públicas apenas as receitas orçamentárias. Perceba que esse item também está CERTO e a questão deveria ter sido anulada! Entretanto, a banca não anulou. Infelizmente, questão polêmica e item também correto!

c) As receitas decorrentes da perda de fiança contratual por inadimplemento de contrato administrativo é classificada como despesa extraorçamentária. (Errada)

Pelo contrário, ss receitas decorrentes da perda de fiança contratual por inadimplemento de contrato administrativo passam a ser classificadas como Receitas Orçamentárias. Ingressaram como extraorçamentárias, mas se tornam orçamentárias quando executadas.

d) Desde 2010 até o presente exercício, as doações realizadas ao Estado por grupos organizados são consideradas receitas ordinárias. (Errada)

São receitas extraordinárias, visto que não há uma regularidade para as arrecadações. São esporádicas.

e) É exemplo de receita derivada a cobrança da tarifa de água potável fornecida por empresa pública estatal de saneamento básico. (Errada)

Receitas Públicas Originárias, segundo a doutrina, são aquelas arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública. Resultam, principalmente, de rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado (receita de aluguel), de preços públicos, de prestação de serviços comerciais e de venda de produtos industriais ou agropecuários.

Gabarito: A

24. CEBRASPE (CESPE) /Pref Maringá/2022

Os valores que um município recebe a título de caução, fiança ou depósito para garantia constituem receita

a) orçamentária e apta a financiar despesas públicas correntes.

b) que deve estar prevista no plano plurianual.

c) que aumenta a disponibilidade de gasto do estado.

d) que não causa impacto no saldo patrimonial líquido.

e) orçamentária, devendo constar na previsão de receita da lei de orçamento anual.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:

Ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis, os ingressos extraorçamentários, em geral, não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade. São exemplos de ingressos extraorçamentários: os depósitos em caução, as fianças, as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO), a emissão de moeda, e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

Gabarito: D

25. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/Contabilidade/2022

A espécie de receita pública que provoca aumento na situação patrimonial líquida de um ente da federação denomina-se

a) receita prevista.

b) receita extraorçamentária.

c) receita orçamentária não efetiva.

d) receita intraorçamentária.

e) receita orçamentária efetiva.

Comentário:

DESPENCA NA PROVA!

Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, a receita pode ser "efetiva" ou "não-efetiva":

RECEITA ORÇAMENTÁRIA EFETIVA aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes. Assim, é aquela que, no momento do reconhecimento do crédito, aumenta a situação líquida patrimonial da entidade. Constitui fato contábil modificativo aumentativo.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA NÃO EFETIVA é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito: E

26. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/Contabilidade/2022

Assinale a opção que indica o caso em que ocorre registro de receita e despesa intraorçamentárias.

a) recolhimento de contribuições de melhoria para construção de obra pública federal que resulte em valorização de imóveis da região

b) recolhimento de contribuições patronais ao RPPS

c) recolhimento de imposto sobre a importação de produtos estrangeiros

d) recolhimento de imposto sobre a exportação de produtos nacionais

e) recolhimento de tributos do próprio ente

Comentário:

A Portaria STN n 869, de 15 de dezembro de 2005, incluiu, no Anexo I da 2 edição do Manual o a de Procedimentos da Receita Pública (atualmente 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), as naturezas de receitas e suas respectivas funções das operações entre órgãos, fundos, autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos mesmos orçamentos fiscal e da seguridade social. As despesas e receitas intraorçamentárias devem ser identificadas para evitar a dupla contagem, quando ocorrerem dispêndios de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito do mesmo ente da Federação. Conforme o MCASP, alguns exemplos são:

- ☐ *Contratações de empresas estatais dependentes e demais entidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para publicações em Diário Oficial, para prestação de serviços de treinamento, realização de concursos públicos ou para fornecimentos de bens.*
- ☐ *Recolhimento de contribuições patronais ao RPPS.*

https://t.me/kakashi_copiador

- ☐ *Aportes mensais com valores preestabelecidos definidos em plano de amortização instituído para o equacionamento do déficit atuarial do RPPS.*
- ☐ *Recolhimento de contribuições patronais ao RGPS pelas empresas estatais da União.*
- ☐ *Recolhimento de tributos do próprio ente por empresas estatais dependentes.*

Gabarito: B

27. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/2022

Por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis, os ingressos extraorçamentários, em geral,

a) são computados em contas de resultado.

b) integram a Lei Orçamentária Anual (LOA).

c) têm a sua devolução sujeita a autorização legislativa.

d) não têm reflexos no patrimônio líquido da entidade.

e) representam disponibilidades de recursos.

Comentário:

Os ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis, os ingressos extraorçamentários, em geral, não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade. São exemplos de ingressos extraorçamentários: os depósitos em caução, as fianças, as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO), a emissão de moeda, e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

Gabarito: D

28. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/2022

As receitas de operações intraorçamentárias

a) representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente.

b) constituem novas categorias econômicas de receita.

https://t.me/kakashi_copiador

c) devem ser incluídas para fins de consolidação das demonstrações contábeis no âmbito de cada ente.

d) visam identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos.

e) possibilitam a anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

Comentário:

A Portaria STN n 869, de 15 de dezembro de 2005, incluiu, no Anexo I da 2 edição do Manual o a de Procedimentos da Receita Pública (atualmente 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), as naturezas de receitas e suas respectivas funções das operações entre órgãos, fundos, autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos mesmos orçamentos fiscal e da seguridade social. As despesas e receitas intraorçamentárias devem ser identificadas para evitar a dupla contagem, quando ocorrerem dispêndios de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito do mesmo ente da Federação.

Gabarito: E

29. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/2022

No que concerne às receitas intraorçamentárias e aos preceitos legais que suportam a gestão contábil-financeira dos restos a pagar, assinale a opção correta.

a) Para evitar a dupla contagem das novas entradas de recursos nos cofres públicos, objeto de operações intraorçamentárias, as quais integram a consolidação das contas públicas, a autoridade pública incluiu duas novas categorias econômicas: "7 / Receitas Correntes Intraorçamentárias" e "8 / Receitas de Capital Intraorçamentárias", sendo os códigos 7 e 8 representativos de suas categorias econômicas de receita.

b) É vedado ao titular de poder ou órgão, no final de seu mandato, contrair obrigação de despesa sem que haja suficiente disponibilidade de caixa (líquida dos encargos e das despesas compromissadas a pagar até o final do exercício) para cumprimento integral no exercício.

c) As receitas intraorçamentárias são a contrapartida das despesas classificadas na modalidade de aplicação direta, na qual as aplicações dos créditos orçamentários são realizadas diretamente

https://t.me/kakashi_copiador

pela unidade orçamentária detentora de crédito orçamentário ou mediante descentralização a outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

d) As liberações de recursos decorrentes de operações intraorçamentárias (ocorridas no âmbito do orçamento) se confundem com as das transferências intergovernamentais, em que um ente chamado de repassador entrega recursos correntes ou de capital para um ente denominado beneficiário ou recebedor.

e) Nas descentralizações financeiras para a execução do orçamento, deve ocorrer o registro de receitas e despesas intraorçamentárias quando se tratar de aquisição de materiais, bens e serviços ou pagamento de impostos, taxas e contribuições entre órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade.

Comentário:

Analisando item a item, temos:

a) Para evitar a dupla contagem das novas entradas de recursos nos cofres públicos, objeto de operações intraorçamentárias, as quais integram a consolidação das contas públicas, a autoridade pública incluiu duas novas categorias econômicas: "7 / Receitas Correntes Intraorçamentárias" e "8 / Receitas de Capital Intraorçamentárias", sendo os códigos 7 e 8 representativos de suas categorias econômicas de receita. (Errada).

A Portaria Interministerial STN/SOF nº 338, de 26 de abril de 2006, que alterou a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 2001, incluiu as Receitas Correntes Intraorçamentárias e Receitas de Capital Intraorçamentárias representadas, respectivamente, pelos códigos 7 e 8 em suas categorias econômicas. Essas classificações não constituem novas categorias econômicas de receita, mas apenas especificações das categorias econômicas Receitas Correntes e Receitas de Capital.

b) É vedado ao titular de poder ou órgão, no final de seu mandato, contrair obrigação de despesa sem que haja suficiente disponibilidade de caixa (líquida dos encargos e das despesas compromissadas a pagar até o final do exercício) para cumprimento integral no exercício. (Certa).

Conforme a LRF

"Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito."

https://t.me/kakashi_copiador

c) As receitas intraorçamentárias são a contrapartida das despesas classificadas na modalidade de aplicação direta, na qual as aplicações dos créditos orçamentários são realizadas diretamente pela unidade orçamentária detentora de crédito orçamentário ou mediante descentralização a outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social. (Errada).

As receitas intraorçamentárias são contrapartida de despesas classificadas na modalidade de aplicação 91- Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, que, devidamente identificadas, evitam a dupla contagem na consolidação das contas governamentais. As realizadas diretamente pela unidade orçamentária detentora de crédito orçamentário serão inseridas na modalidade 90 - aplicação direta.

d) As liberações de recursos decorrentes de operações intraorçamentárias (ocorridas no âmbito do orçamento) se confundem com as das transferências intergovernamentais, em que um ente chamado de repassador entrega recursos correntes ou de capital para um ente denominado beneficiário ou recebedor. (Errada).

Conforme o MCASP, as Transferências Intergovernamentais compreendem a entrega de recursos, correntes ou de capital, de um ente (chamado "transferidor") a outro (chamado "beneficiário", ou "recebedor"). Podem ser voluntárias, nesse caso destinadas à cooperação, auxílio ou assistência, ou decorrentes de determinação constitucional ou legal. Sobre o conceito de transferência intergovernamental, é importante destacar que, como seu próprio nome indica, essas transferências ocorrem entre esferas distintas de governo, não guardando relação, portanto, com as operações intraorçamentárias ocorridas no âmbito do orçamento de cada ente.

e) Nas descentralizações financeiras para a execução do orçamento, deve ocorrer o registro de receitas e despesas intraorçamentárias quando se tratar de aquisição de materiais, bens e serviços ou pagamento de impostos, taxas e contribuições entre órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade. (Errada).

Com base no disposto na legislação, deve ocorrer o registro de receita e despesa intraorçamentárias quando envolver aquisição de materiais, bens e serviços ou pagamento de impostos, taxas e contribuições entre órgãos, fundos e entidades que integram o mesmo orçamento fiscal e da seguridade.

Gabarito: B

30. CEBRASPE (CESPE)/SECONT ES/Administração/2022

https://t.me/kakashi_copiador

Considerando a estrutura orçamentária brasileira e a evolução da dívida pública, julgue o item a seguir.

Os recursos financeiros de caráter temporário não integram a lei orçamentária anual.

Comentário:

Ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis, os ingressos extraorçamentários, em geral, não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade. São exemplos de ingressos extraorçamentários: os depósitos em caução, as fianças, as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO), a emissão de moeda, e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

Gabarito: Certo

31. CEBRASPE (CESPE) - ATT (SEFAZ SE)/SEFAZ SE/2022

A respeito das receitas públicas, julgue o item a seguir.

A compensação financeira a ser paga a determinado Estado em decorrência da utilização de rio ali situado, para fins de geração de energia elétrica, é exemplo de receita originária patrimonial não tributária.

Comentário:

Conforme a CF

"Art. 20. São bens da União:
[...]
VIII - os potenciais de energia hidráulica;
[...]
§ 1º É assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 102, de 2019)"

https://t.me/kakashi_copiador

Conforme o MTO e MCASP, receitas patrimoniais são provenientes da fruição de patrimônio pertencente ao ente público, tais como as decorrentes de aluguéis, dividendos, compensações financeiras/royalties, concessões, entre outras.

Gabarito: Certo

32. CEBRASPE (CESPE)/SECONT ES/Administração/2022

Julgue o próximo item, relativos aos tipos de receitas da administração pública.

As multas são classificadas como receitas extraordinárias.

Comentário:

Conforme o MTO, classificam-se como Outras Receitas Correntes as receitas cujas características não permitam o enquadramento nas demais classificações da receita corrente, tais como indenizações, restituições, ressarcimentos, multas previstas em legislações específicas, entre outras. Em relação às classificações da receita pública quanto à sua regularidade, podem se desdobrar em receitas ordinárias e receitas extraordinárias. Receitas ordinárias são receitas provenientes de ingressos estáveis, com arrecadação regular em cada exercício. São perenes, contínuas, não dependem de uma ação extravagante do governo. Receitas extraordinárias representam receitas que fogem à rotina gerencial do governo, são instáveis, eventuais ou transitórias. São exemplos as doações, impostos extraordinários, etc. As multas são ordinárias.

Gabarito: Errado

33. CEBRASPE (CESPE) - ATT (SEFAZ SE)/SEFAZ SE/2022

A respeito das receitas públicas, julgue o item a seguir.

Os recursos financeiros recebidos por determinado município, por meio do Fundo de Participação dos Municípios, e destinados a atender despesas correntes são classificados como receita de capital.

Comentário:
Conforme os Manuais Técnicos, transferências correntes são provenientes do recebimento de recursos financeiros de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento que não impliquem contraprestação direta em bens

https://t.me/kakashi_copiador

e serviços a quem efetuou essa transferência. Por outro lado, a utilização dos recursos recebidos vincula-se à determinação constitucional ou legal, ou ao objeto pactuado. Tais transferências ocorrem entre entidades públicas de diferentes esferas ou entre entidades públicas e instituições privadas. Já as transferências de capital são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas com investimentos ou inversões financeiras, independentemente da contraprestação direta a quem efetuou essa transferência. Por outro lado, a utilização dos recursos recebidos vincula-se ao objeto pactuado.

Gabarito: Errado

34. CEBRASPE (CESPE)/SEFAZ SE/2022

A respeito das receitas públicas, julgue o item a seguir.

O superávit do orçamento corrente é exemplo de receita de capital.

Comentário:

Conforme a Lei nº 4.320/1964

"Art. 11 -A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

§ 1º - São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

§ 2º - São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente."

Gabarito: Certo

35. CEBRASPE (CESPE)/SEFAZ SE/2022

A respeito das receitas públicas, julgue o item a seguir.

https://t.me/kakashi_copiador

Os *royalties* a serem pagos aos entes federados em razão da exploração de petróleo no respectivo território são exemplo de receita pública tributária.

Comentário:

Conforme o MTO, as receitas patrimoniais são provenientes da fruição de patrimônio pertencente ao ente público, tais como as decorrentes de aluguéis, dividendos, compensações financeiras/royalties, concessões, entre outras.

Gabarito: Errado

36. CEBRASPE (CESPE)/SEFAZ SE/2022

Com relação às compensações financeiras pagas em decorrência da utilização de recursos naturais, julgue o próximo item.

As jazidas de gás natural são patrimônio dos estados nos quais estão situadas, razão pela qual a tais entes federados deverão ser pagos valores — *royalties* — a título de compensação financeira.

Comentário:

Conforme a CF
"Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra."
Assim, os royalties são receitas originárias da União, tendo em vista a propriedade federal dos recursos minerais, e obrigatoriamente transferidas aos Estados e Municípios.
Os royalties são receitas originárias decorrentes, quer da participação dos entes no resultado da exploração do recurso (petróleo, recursos hídricos, recursos minerais), quer da compensação financeira pela atividade da exploração em si. Possuirá, portanto, caráter participativo ou indenizatório. Ainda segundo a CF:
Art. 20. São bens da União:
[...]
VIII - os potenciais de energia hidráulica;
[...]

https://t.me/kakashi_copiador

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 102, de 2019)
Memorize o seguinte:

Exploração de Recursos Hídricos ou Minerais	Patrimônio da união → Receita Patrimonial
Exploração de Recursos Hídricos ou Minerais	Na transferência para Estados, DF e Municípios → Transferências Correntes

Destaca-se que esta tese, quanto à natureza jurídica da CFEM afirma não se tratar ela de um tributo, nem de uma obrigação de indenizar, tampouco de preço público, mas sim de uma receita pública corrente, ordinária, originária, patrimonial da União Federal e de transferência para Estados, Distrito Federal e Municípios.

Gabarito: Errado

37. CEBRASPE (CESPE) - ATT (SEFAZ SE)/SEFAZ SE/2022

Com relação às compensações financeiras pagas em decorrência da utilização de recursos naturais, julgue o próximo item.

Constitui fato gerador da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) a transformação industrial ou aquisição do produto mineral, bem como o seu consumo pelo minerador.

Comentário:

A Compensação Financeira é devida pelas mineradoras em decorrência da exploração de recursos minerais, para fins de aproveitamento econômico. A exploração de recursos minerais, consiste na retirada de substâncias minerais da jazida, mina, salina ou outro depósito mineral, para fins de aproveitamento econômico. Constitui fato gerador da Compensação Financeira devida pela exploração de recursos minerais a saída por venda do produto mineral das áreas da jazida, mina, salina ou outros depósitos minerais. Constitui, também, fato gerador da CFEM a transformação industrial do produto mineral ou mesmo o seu consumo por parte do minerador.

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito: Certo

38. CEBRASPE (CESPE)/SEFAZ SE/2022

Com relação às compensações financeiras pagas em decorrência da utilização de recursos naturais, julgue o próximo item.

Os *royalties* incidem sobre a produção mensal do campo de petróleo que foi concedido à exploração.

Comentário:

Os royalties são uma compensação financeira devida à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios beneficiários pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro: uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos não renováveis. Os royalties incidem sobre o valor da produção do campo e são recolhidos mensalmente pelas empresas concessionárias até o último dia do mês seguinte àquele em que ocorreu a produção.

Gabarito: Certo

39. CEBRASPE (CESPE) - ATT (SEFAZ SE)/SEFAZ SE/2022

Com relação às compensações financeiras pagas em decorrência da utilização de recursos naturais, julgue o próximo item.

Os recursos oriundos dos *royalties* podem ser destinados para as áreas da saúde, da educação, da segurança e até mesmo para o pagamento do quadro permanente de pessoal dos entes federados.

Comentário:

Essa prova da SEFAZ-SE foi literalmente uma bomba!
Segundo definição da Agência Nacional do Petróleo (ANP) os royalties do petróleo são uma compensação financeira devida ao Estado pelas empresas que exploram e produzem petróleo e gás natural. Eles foram criados como

https://t.me/kakashi_copiador

uma forma de remunerar a sociedade pela exploração desses recursos, que são escassos e não-renováveis. Os recursos originados da CFEM, não poderão ser aplicados em pagamento de dívida ou no quadro permanente de pessoal da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios. As respectivas receitas deverão ser aplicadas em projetos, que direta ou indiretamente revertam em prol da comunidade local, na forma de melhoria da infra-estrutura, da qualidade ambiental, da saúde e educação.

Veja um parecer técnico do TCE-ES

TCE-ES / parecer Consulta 03/2017
IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO PARA PAGAMENTO DE PESSOAL PERMANENTE, EXCETO QUANDO O CUSTEIO FOR RELATIVO A DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, ESPECIALMENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA EM TEMPO INTEGRAL, INCLUSIVE AS RELATIVAS A PAGAMENTO DE SALÁRIOS E OUTRAS VERBAS DE NATUREZA REMUNERATÓRIA A PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM EFETIVO EXERCÍCIO NA REDE PÚBLICA (ART. 5º DA LEI FEDERAL 12.858/2013).

A Lei dos Royalties obriga o governo federal, estados e municípios a aplicarem os recursos, obtidos como compensação ao Poder Público pela produção de petróleo, em duas áreas específicas: 75% para a educação e 25% para a saúde para os contratos a partir de 03/12/2012.

Gabarito: Errado

40. CEBRASPE (CESPE)/SEFAZ SE/2022

Com relação às compensações financeiras pagas em decorrência da utilização de recursos naturais, julgue o próximo item.

Os recursos da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) recolhida aos estados podem ser destinados para o pagamento de dívidas para com a União.

Comentário:

A Lei nº 7990/89, que criou a compensação financeira, proíbe a aplicação de recursos no abatimento de dívidas (a não ser que o credor seja a União e suas entidades) e no pagamento do quadro permanente de pessoal. Em 2001, com a Lei nº 10.195, passou a ser permitido o uso dos recursos para a capitalização dos fundos de previdência dos estados e municípios. A fiscalização da correta utilização do dinheiro proveniente da compensação financeira cabe ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público de cada Estado.

Gabarito: Certo

https://t.me/kakashi_copiador

41. CEBRASPE (CESPE)/SEFAZ SE/2022

No que concerne às receitas públicas não tributárias, julgue o item seguinte.

Os laudêmios são exemplos de receita pública não tributária agropecuária.

Comentário:

Os laudêmios, conforme o MTO, classificam-se na dotação
1.3.1.1.01.0.0 Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação

Isto é, é receita patrimonial. O laudêmio é um valor pago sobre a transmissão de imóveis em áreas pertencentes à União, ou seja, à Nação Brasileira. Essa taxa é cobrada principalmente sobre propriedades situadas em áreas da marinha - áreas litorâneas dentro de 33 metros da linha da maré alta. O laudêmio não é um imposto, mas sim uma "taxa" cobrada sobre a transação de um imóvel situado em área pertencente à União. Uma das espécies de receitas patrimoniais, o Laudêmio é a taxa paga previamente à venda de terreno pertencente à União, em quantia correspondente a 5% sobre o valor atualizado do domínio pleno do terreno, excluídas as benfeitorias. O pagamento é de responsabilidade do vendedor do imóvel (Decreto-Lei nº 2.398, de 1987, alterado pela Lei nº 13.240, de 2015).

Gabarito: Errado

42. CEBRASPE (CESPE/SEFAZ SE/2022

No que concerne às receitas públicas não tributárias, julgue o item seguinte.

Não compõem o rol de receitas públicas não tributárias os valores obtidos pelos entes federados como contraprestação pela realização de um serviço público de transporte, porque isso envolve a cobrança de taxas.

Comentário:

De fato, tais serviços são remunerados mediante preço público, também chamado de tarifa. Exemplos de naturezas orçamentárias de receita dessa origem são os seguintes: Serviços Comerciais; Serviços de Transporte; Serviços Portuários. A distinção entre taxa e preço público, também chamado de tarifa, está descrita na Súmula nº 545 do Supremo Tribunal Federal (STF): "Preços de serviços públicos e taxas não se confundem, porque estas, diferentemente daqueles, são

https://t.me/kakashi_copiador

compulsórias e têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária, em relação à lei que a instituiu".Assim, conforme afirmado anteriormente, preço público (ou tarifa) decorre da utilização de serviços públicos facultativos (portanto, não compulsórios) que a Administração Pública, de forma direta ou por delegação para concessionária ou permissionária, coloca à disposição da população, que poderá escolher se os contrata ou não. São serviços prestados em decorrência de uma relação contratual regida pelo direito privado.

Gabarito: Errado

43. CEBRASPE (CESPE)/SEFAZ SE/2022

Com relação à dívida pública e ao endividamento público, ao financiamento do gasto público, às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e à transferência de recursos, julgue o item seguinte.

As transferências obrigatórias e constitucionais, como o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), são de livre aplicação para o governo que as recebe.

Comentário:

A Constituição Federal define modalidades de repasses de recursos da União para Estados, Distrito Federal ou Municípios. O art. 159 trata das seguintes repartições tributárias: - Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) - Fundo de Participação dos Municípios (FPM) - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Combustíveis) - Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional ao valor das exportações (IPI-Exportação). O art. 161 da Constituição Federal estabelece que ao Tribunal de Contas da União compete calcular e fixar os coeficientes de participação na distribuição de recursos das referidas repartições tributárias. Compete, ainda, ao TCU, fiscalizar a entrega dos recursos aos beneficiários e acompanhar, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que dão origem às repartições. Em regra, pelo princípio da não afetação das receitas de impostos, não há vinculação específica para a aplicação desses recursos.

Gabarito: Certo

44. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/2022

https://t.me/kakashi_copiador

Uma receita ou despesa orçamentária foi classificada com o código "2.4.5.8.55.0.1", correspondente à estrutura "a.b.c.d.ee.f.g". Nessa situação hipotética, à luz da Lei n.º 4.320/1964, é correto afirmar que o número "2", correspondente a "a", indica uma

a) receita corrente.

b) transferência corrente.

c) receita de capital.

d) despesa corrente.

e) despesa de capital.

Comentário:
Os códigos da Origem para as receitas correntes e de capital, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com alterações introduzidas pela Portaria Interministerial 163/2001 e atualizações posteriores, são:

Categoria Econômica (1º Dígito)	Origem (2º Dígito)
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

A categoria econômica é o primeiro dígito.
2.4.5.8.55.0.1
Portanto, nosso gabarito é o item C.

Gabarito: C

45. CEBRASPE (CESPE) - ATT (SEFAZ SE)/SEFAZ SE/2022

https://t.me/kakashi_copiador

Julgue o item a seguir, referentes à transferência de recursos entre os entes da Federação.

As transferências constitucionais são obrigatórias, devendo os entes da Federação transferir os recursos nos montantes previamente determinados.

Comentário:

Parcelas das receitas federais arrecadadas pela União é repassada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio socioeconômico entre Estados e Municípios. Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos. As transferências intergovernamentais constituem repasses de recursos financeiros entre entes descentralizados de um estado, ou entre estes e o poder central, com base em determinações constitucionais ou legais. Segundo Prado, Quadros e Cavalcanti (2003, p. 23), as transferências legais "são aquelas nas quais os critérios que definem a origem dos recursos e os montantes a serem distribuídos para cada governo estão especificados em lei ou na Constituição".

Gabarito: Certo

46. CEBRASPE (CESPE) - ATT (SEFAZ SE)/SEFAZ SE/2022

Julgue o item a seguir, referentes à transferência de recursos entre os entes da Federação.

Devem ser formalizadas exclusivamente por meio de convênios as transferências voluntárias de recursos financeiros realizadas pela administração pública para organizações da sociedade civil com o objetivo de atender a finalidades de interesse público.

Comentário:
Conforme o Manual de Convênios do TCU, as transferências voluntárias realizadas mediante convênios e contratos de repasse constituem um robusto sistema de cooperação e atuação da União por intermédio de entidades dos demais entes da Federação e também de ONGs. Além disso, As transferências voluntárias realizadas mediante convênios, contratos de repasse e termos de parceria constituem um sistema de cooperação entre a União e as entidades governamentais dos demais entes da Federação, além das organizações não-governamentais, para execução de ações de interesse recíproco, financiadas com recursos do orçamento federal. Esse sistema de cooperação, no entanto, tem sido alvo de fundadas críticas quanto aos seus mais diversos aspectos. Esses recursos são repassados a Municípios, Estados, Entidades da administração

https://t.me/kakashi_copiador

pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e a Organizações da Sociedade Civil (OSC), mediante a celebração dos seguintes Instrumentos: convênio, termo de fomento, termo de colaboração, acordo de cooperação, termo de execução descentralizada ou contratos de repasse.

Gabarito: Errado

47. CEBRASPE (CESPE) - Cont (Maringá)/Pref Maringá/2022

Caso um órgão municipal realize atividade de fomento rural e venda produtos provenientes de sua atividade de exploração agropecuária com baixa margem de lucro, a receita do lucro dessa atividade é classificada como

a) outras receitas correntes.

b) receita patrimonial.

c) receita agropecuária.

d) receita de serviços.

e) receita de capital.

Comentário:
Conforme os manuais técnicos, as receitas agropecuárias são receitas correntes, constituindo, também, uma origem de receita específica na classificação orçamentária. Quanto à procedência, trata-se de uma receita originária, com o Estado atuando como empresário, em pé de igualdade como o particular. Decorrem da exploração econômica, por parte do ente público, de atividades agropecuárias, tais como a venda de produtos: agrícolas (grãos, tecnologias, insumos etc.); pecuários (sêmens, técnicas em inseminação, matrizes etc.); para reflorestamento e etc.

Gabarito: C

48. CEBRASPE (CESPE) - AnMun (Pref Maringá)/Pref Maringá/Contabilidade/2022

A amortização dos empréstimos concedidos pela União aos demais entes da federação deve ser classificada pela União como

a) receita orçamentária corrente.

b) dedução da receita orçamentária.

c) receita orçamentária de capital.

https://t.me/kakashi_copiador

d) receita extraorçamentária.

e) receita intraorçamentária.

Comentário:
Os códigos da Origem para as receitas correntes e de capital, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com alterações introduzidas pela Portaria Interministerial 163/2001 e atualizações posteriores, são:

Categoria Econômica (1º Dígito)	Origem (2º Dígito)
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

Portanto, nosso gabarito é o item C.
Gabarito: C

49. CEBRASPE (CESPE) - Of (CBM RO)/CBM RO/Combatente/2022

As receitas patrimoniais

a) são objetos de estudo tanto do direito tributário e do direito financeiro.

b) referem-se às receitas decorrentes da atividade industrial, quando praticadas pelo Estado por meio de estabelecimentos próprios.

c) podem ser classificadas como receitas não tributárias, objeto de estudo do direito financeiro.

d) não são objetos de estudo do direito financeiro.

e) são auferíveis de serviços de saúde prestados por hospitais públicos integrantes do SUS.

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

As receitas patrimoniais são provenientes da fruição de patrimônio pertencente ao ente público, tais como as decorrentes de aluguéis, dividendos, compensações financeiras/royalties, concessões, entre outras. Os bens da União pertencem a todos os brasileiros. Sendo assim, qualquer pessoa que se utiliza deles de maneira exclusiva, tem, de certa forma, posição privilegiada em relação aos demais cidadãos. É por isso que, em certos casos, a legislação estabelece uma cobrança pela utilização desses imóveis. Os recursos arrecadados dessa forma são conhecidos como "receitas patrimoniais". Tais receitas não são tributos, mas sim contraprestações devidas pelos particulares pelo uso privilegiado de bens que são de todos. São tipos de receitas patrimoniais:

- ☐ Taxa de Ocupação
- ☐ Foro
- ☐ Laudêmio
- ☐ Multa de Transferência
- ☐ Alienação
- ☐ Dívida Ativa da União (DAU)
- ☐ Juros e multas
- ☐ Locação
- ☐ Arrendamento

Gabarito: C

50. CEBRASPE - AA (IBAMA)/2022

Julgue o item subsequente, relativo à estrutura da codificação definida para as fontes ou destinações de recursos e sua utilização na previsão e execução orçamentárias.
Há a necessidade de identificação do exercício ao qual se referem os valores extraorçamentários, a exemplo do que acontece com os demais recursos financeiros.

Comentário: Conforme o site do Tesouro.gov há a necessidade de se demonstrar a identificação de recursos financeiros de exercícios anteriores e não do exercício de referência (atual). Ainda mais se tratando de recursos extraorçamentários, dado seu caráter temporário, não há necessidade de identificação do exercício aos quais se referem.

Gabarito: Errado

51. CEBRASPE - AAAJ (DP DF)/Administração/2022

Com relação aos aspectos técnicos e legais das receitas e despesas públicas, julgue o item a seguir.

https://t.me/kakashi_copiador

Se a administração pública deixar de reconhecer o direito a determinado ingresso de recursos orçamentários ou se a obrigação correspondente ao referido ingresso não for registrada, a receita será considerada não efetiva.

Comentário: Conforme o MCASP a receita será considerada efetiva. Vejamos:

Receita Orçamentária Efetiva aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

Gabarito: Errado

52. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Tendo em vista a classificação e a origem econômica da receita orçamentária, julgue o item a seguir. As taxas e tarifas são compulsórias, decorrentes de previsão legal.

Comentário: Conforme o MCASP as tarifas (preço público) são consideradas receitas originárias (não compulsórias).

Aos olhos da doutrina, receitas públicas originárias provém da arrecadação por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública. Resultam, principalmente, de rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado (receita de aluguel), de preços públicos , de prestação de serviços comerciais e de venda de produtos industriais ou agropecuários.

Gabarito: Errado

53. CEBRASPE - Tec (PGE RJ)/Processual/2022

Em relação a receitas e despesas públicas, julgue o item subsequente.

Em sentido amplo, todo ingresso de recursos nos cofres do Estado é uma receita pública.

Comentário: Questão literal do MCASP9ª edição: Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, registradas como receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, ou ingressos extraorçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias.

Gabarito: Certo

https://t.me/kakashi_copiador

54. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

A próxima tabela mostra dados referentes à execução orçamentária de um ente público.

Com base nos dados precedentes, julgue o próximo item.

O montante de recursos que não foram reconhecidos como receitas orçamentárias é igual a R$ 138.000.000.

Comentário: Os recursos não reconhecidos são considerados receita extraorçamentárias. Com isso e baseado na tabela temos:
Depósitos em garantia - R$ 1.000

Antecipação da receita orçamentária - R$ 1.000 Total: R$ 2.000
Gabarito: Errado.

55. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

Julgue o seguinte item, com relação aos procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação) das receitas públicas e das despesas públicas.

Os recursos financeiros oriundos de cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar não devem ser reconhecidos como receita orçamentária.

Comentário: Os restos a pagar constituem uma inscrição e pagamento de caráter extra orçamentário, pois pertencem ao exercício financeiro anterior. Com isso, o seu cancelamento realmente não deve ser reconhecido como receita orçamentária.

Vejamos o MCASP 9ª edição:

Não devem ser reconhecidos como receita orçamentária os recursos financeiros oriundos de:

b. Cancelamento de Despesas Inscritas em Restos a Pagar / consiste na baixa da obrigação constituída em exercícios anteriores, portanto, trata-se de restabelecimento de saldo de disponibilidade comprometida, originária de receitas arrecadadas em exercícios anteriores e não de uma nova receita a ser registrada. O cancelamento de restos a pagar não se confunde com o recebimento de recursos provenientes do ressarcimento ou da restituição de despesas pagas em exercícios anteriores que devem ser reconhecidos como receita orçamentária do exercício.

Gabarito: Certo.

https://t.me/kakashi_copiador

56. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

Julgue o seguinte item, com relação aos procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação) das receitas públicas e das despesas públicas.
Caso representem disponibilidade de recursos financeiros para o erário, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado são registrados como receitas orçamentárias.

Comentário: Com base no MCASP 9ª edição, as receitas públicas registradas como receitas orçamentárias quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário.

Gabarito: Certo.

57. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

Julgue o seguinte item, com relação aos procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação) das receitas públicas e das despesas públicas.
Uma receita pública será efetiva quando o ingresso da disponibilidade de recursos for precedido de registro do reconhecimento do direito ou constituir uma obrigação correspondente.

Comentário: Uma receita pública não efetiva quando o ingresso da disponibilidade de recursos for precedido de registro do reconhecimento do direito ou constituir uma obrigação correspondente.

A receita efetiva aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

Gabarito: Errado

58. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

Julgue o seguinte item, com relação aos procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação) das receitas públicas e das despesas públicas.
É originária a receita pública obtida pelo poder público por meio da soberania estatal.

Comentário: É DERIVADA a receita pública obtida pelo poder público por meio da soberania estatal.
Gabarito: Errado

59. CEBRASPE - Sub Proc (MPCM PA)/TCM PA/2022

https://t.me/kakashi_copiador

Considere que lei do município de Belém / PA tenha estabelecido obrigação de uso de máscaras em locais públicos, sob pena de pagamento de multa individual por descumprimento, com o objetivo de conter a transmissão de covid-19 no município. Nesse caso, o ingresso dessa multa nos cofres municipais, de acordo com a sua finalidade, se classifica como receita

a) extraorçamentária.

b) fiscal.

c) extrafiscal.

d) originária.

e) parafiscal.

Comentário: Por eliminação consegue-se chegar a letra C, pois a intenção da multa diverge do seu objetivo principal que é fomentar o ingresso de recursos para os cofres públicos. Neste contexto da questão, a multa está sendo direcionada para uma finalidade de saúde pública (extrafiscal)

Gabarito: C

60. CEBRASPE - Per Cri (POLITEC RO)/Ciências Contábeis, Ciências Econômicas ou Administração/2022

Caso uma entidade do setor público contraia um empréstimo cujos recursos sejam destinados a suprir uma insuficiência de caixa ocorrida durante o exercício financeiro, tal empréstimo, quando de sua efetivação pela instituição financeira contraparte da operação, se enquadrará na classificação orçamentária de uma

a) receita corrente.

b) receita de capital.

c) despesa extraorçamentária.

d) receita extraorçamentária.

e) despesa de capital.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário: A palavrinha chave da questão é "insuficiência de caixa", pois tal requisito caracteriza a operação de crédito por antecipação da receita orçamentária (ARO) prevista no art.38 da LRF. Galera, viu ARO na prova, sem medo de ser feliz, é receita extraorçamentária.
Em consonância com o MCASP 9ª edição:

São exemplos de ingressos extraorçamentários: os depósitos em caução, as fianças, as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO), a emissão de moeda, e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros
Em consonância com a LRF:

Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro

Gabarito: D

61. CEBRASPE - Aud Est (SECONT ES)/Administração/2022

Considerando a estrutura orçamentária brasileira e a evolução da dívida pública, julgue o item a seguir.
Os recursos financeiros de caráter temporário não integram a lei orçamentária anual.

Comentário: Os recursos financeiros de caráter temporário são classificados como extraorçamentários e realmente não integram a LOA.

Segundo o MCASP 9ª edição:

São exemplos de ingressos extraorçamentários: os depósitos em caução, as fianças, as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO), a emissão de moeda, e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros

Gabarito: Certo.

62. CEBRASPE - ACP (MP TCE-SC)/Direito/2022

Julgue o item seguinte, sobre receita e despesa públicas e sua execução orçamentária e financeira.

Os valores obtidos com a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não podem ser classificados como receita de capital.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário: A operação de crédito por antecipação de receita orçamentária constitui uma receita extraorçamentária e com isso, não pode ser uma receita de capital pois esta é uma receita orçamentária na categoria econômica receita de capital.
Segundo o MCASP 9ª edição:

São exemplos de ingressos extraorçamentários: os depósitos em caução, as fianças, as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO), a emissão de moeda, e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros

Gabarito: Certo

63. CEBRASPE - TCP (MP TCE-SC)/2022

Julgue o item subsecutivo, que versam sobre as atividades financeiras do Estado, receitas e despesas públicas.
As receitas extraorçamentárias consistem em disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e constituem elemento novo para o patrimônio público, sendo o seu uso destinado ao custeio de despesas públicas previstas na peça orçamentária.

Comentário: Como você já deve ter sacado, os ingressos extraorçamentários não constituem disponibilidade financeira, ou seja, não integram a LOA e por isso não podem ser usados para o custeio de despesa pública.
Segundo o MCASP 9ª edição:

Comentário:

São exemplos de ingressos extraorçamentários: os depósitos em caução, as fianças, as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO), a emissão de moeda, e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros

Gabarito: Errado

64. CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/TJ PA/2020

Em sentido estrito, a denominação receita pública inclui todo ingresso de recurso desprovido de caráter compensatório.

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

A receita pública em sentido estrito (stricto sensu) é definida como todas as entradas ou ingressos de bens ou direitos, em certo período de tempo, que se incorporam ao patrimônio público sem compromisso de devolução posterior (sem caráter compensatório).
Gabarito: Certa

65. CESPE / Auditor Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

A modificação do valor do patrimônio financeiro de um ente público por ocasião do seu registro contábil é uma das características das receitas extraorçamentárias.

Comentário:

As receitas extraorçamentárias não integram o orçamento público e constituem passivos exigíveis do ente, de tal forma que o seu pagamento não está sujeito à autorização legislativa. Logo, não altera o patrimônio financeiro.
Gabarito: Errada

66. CESPE / Auditor de Contas Públicas - TCE/PB / 2018

A definição de receita pública originária inclui a caução dada em garantia pelo particular que contrata com o poder público.

Comentário:
As cauções são receitas extraorçamentárias.

Gabarito: Errada

67. CESPE / Auditor Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

Se o Estado receber determinado recurso na condição de depositário, sem que a correspondente restituição se sujeite à autorização legislativa, o ingresso não será incluído na lei orçamentária anual.

Comentário:
As receitas extraorçamentárias não integram o orçamento público e constituem passivos exigíveis do ente, de tal forma que o seu pagamento não está sujeito à autorização legislativa. Isso ocorre porque possuem caráter temporário, não se incorporando ao patrimônio público. São chamadas de ingressos extraorçamentários. Trata-se do caso em tela, em que o Estado é depositário, sem que a correspondente restituição se sujeite à autorização legislativa.
Gabarito: Certa

https://t.me/kakashi_copiador

68. CESPE / Analista / IPHAN / 2018

Os recursos recebidos em caução por determinado tribunal no curso de processos judiciais devem ser incluídos no total de receitas orçamentárias.

Comentário:
As cauções são receitas extraorçamentárias.
Gabarito: Errada

69. CESPE / Auditor Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

As receitas agropecuárias e industriais são exemplos típicos de receitas extraorçamentárias.

Comentário:
As receitas agropecuárias e industriais são exemplos típicos de receitas orçamentárias correntes.
Gabarito: Errada

70. CESPE / Auditor de Contas Públicas - TCE/PB / 2018

As multas administrativas não são incluídas no conceito de receita pública porque são atos punitivos.

Comentário:
Embora as multas sejam oriundas de atos de sanção, são consideradas receitas orçamentárias.
Gabarito: Errada

71. CESPE / Auditor Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

As receitas extraorçamentárias não pertencem ao Estado, têm caráter temporário e são reconhecidas na contabilidade como passivos financeiros.

Comentário:
As receitas extraorçamentárias não integram o orçamento público e constituem passivos exigíveis do ente, de tal forma que o seu pagamento não está sujeito à autorização legislativa. Isso ocorre porque possuem caráter temporário, não se incorporando ao patrimônio público. São chamadas de ingressos extraorçamentários.

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito: Certa

72. CESPE / Auditor de Contas Públicas - TCE/PB / 2018

Todo ingresso de receita nos cofres do Estado pressupõe sua previsão na lei orçamentária, pois a movimentação de recursos financeiros exige a prévia autorização legislativa.

Comentário:
Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 3º desta lei serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento (art. 57 da Lei 4320/1964).
Gabarito:Errada

73. CESPE / Auditor Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

São classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas — incluídas as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no orçamento —, as operações de crédito por antecipação da receita e as emissões de papel-moeda.

Comentário:
Serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no orçamento (exceto as classificadas como extraorçamentárias, como as operações de crédito por antecipação da receita e as emissões de papel-moeda).

Gabarito: Errada

74. CESPE - Auditor Estadual / Controle Externo / TCM/BA - 2018

Determinado estado da Federação, durante o exercício de 2017, registrou os eventos apresentados na tabela seguinte.

Comentário:

Segundo os dados apresentados na tabela, o total da receita extraorçamentária do exercício de 2017 foi de R$ 280.

Receitas extraorçamentarias:

https://t.me/kakashi_copiador

Retenção para a contribuição para o INSS R$ 110,00 Inscrição de restos a apagar do exercício R$ 170,00 Total = R$280.
Gabarito: Certa

75. CESPE / Agente Administrativo - DPU / 2016

Recursos financeiros de caráter temporário, como as fianças, integram as receitas na LOA.

Comentário:

Recursos financeiros de caráter temporário, como as fianças, são extraorçamentários e, portanto, não integram as receitas na LOA.
Gabarito: Errada

76. CESPE / Analista Judiciário / Judiciária / TRT/8 / 2016

As receitas públicas, do ponto de vista orçamentário, podem ser classificadas como receitas orçamentárias e extraorçamentárias. São receitas extraorçamentárias os valores registrados em depósitos administrativos e judiciais.

Comentário:

Recursos financeiros de caráter temporário, como os valores registrados em depósitos administrativos e judiciais, são extraorçamentários e, portanto, não integram as receitas na LOA.
Gabarito: Certa

77. CESPE / Economista e Contador - DPU / 2016

As receitas públicas são classificadas como provisórias e definitivas.

Comentário:
As receitas públicas são classificadas como orçamentárias e extraorçamentárias, dentre outras classificações possíveis.
Gabarito: Errada

78. CESPE / Administrador / MPOG - 2015

Os recursos obtidos por meio de operações de crédito por antecipação da receita integram o cômputo geral das receitas orçamentárias demonstradas no balanço financeiro.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:
Os recursos obtidos por meio de operações de crédito por antecipação da receita são extraorçamentários.
Gabarito: Errada

79. CESPE / Analista / Finanças e Controle - MPU / 2015

Na execução orçamentária, as receitas devem ser contabilizadas nas rubricas correspondentes à sua natureza, desde que estejam previstas em lei orçamentária e que não sejam decorrentes de operações de crédito.

Comentário:
Segundo o art. 57 da Lei 4.320/1964, serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no orçamento.
Gabarito: Errada

80. CESPE / Analista Judiciário / Administrativo - TRE/GO / 2015

Os ingressos extraorçamentários, que integram o fluxo financeiro das receitas públicas, não têm impacto no patrimônio líquido nem são objeto de programação orçamentária.

Comentário:

As receitas extraorçamentárias não integram o orçamento público e constituem passivos exigíveis do ente, de tal forma que o seu pagamento não está sujeito à autorização legislativa. Isso ocorre

porque possuem caráter temporário, não se incorporando ao patrimônio público. São chamadas de ingressos extraorçamentários.
Gabarito:Certa

81. CESPE / Técnico Federal de Controle Externo / TCU - 2015

Os ingressos extraorçamentários, tais como os oriundos de depósitos em caução, têm caráter temporário e representam passivos exigíveis do Estado, sendo sua restituição independente de autorização legislativa.

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

As receitas extraorçamentárias não integram o orçamento público e constituem passivos exigíveis do ente, de tal forma que o seu pagamento não está sujeito à autorização legislativa. Isso ocorre porque possuem caráter temporário, não se incorporando ao patrimônio público. São chamadas de ingressos extraorçamentários. São exemplos os depósitos em caução.
Gabarito: Certa

82. CESPE / Técnico Judiciário / Administrativo / TJ/CE / 2014

A parcela de receita que ultrapassar os recursos previstos no orçamento é considerada receita extraorçamentária.

Comentário:
A parcela de receita que ultrapassar os recursos previstos no orçamento é também considerada receita orçamentária. A receita pública pode ser considerada orçamentária mesmo se não estiver incluída na lei orçamentária anual.

Gabarito: Errada

83. CESPE / Consultor de Orçamentos / Câmara dos Deputados / 2014

As emissões de papel- moeda estão entre as receitas compreendidas na lei de orçamento.

Comentário:
As emissões de papel-moeda estão entre as receitas extraorçamentárias.
Gabarito: Errada

84. CESPE / Técnico Administrativo / ANTAQ / 2014

Em razão do princípio da universalidade, o valor recebido referente à multa aplicada pela ANTAQ somente será registrado como receita do exercício corrente se houver previsão dessa multa na lei orçamentária anual.

Comentário:
As multas são orçamentárias mesmo que não previstas na LOA. Segundo o art. 57 da Lei 4.320/1964, serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no orçamento.
Gabarito: Errada

https://t.me/kakashi_copiador

85. CESPE - Analista Administrativo / Administração - EBSERH - 2018

Os recursos financeiros obtidos por determinado órgão da administração pública na exploração de atividade econômica são considerados receitas originárias.

Comentário:
As receitas originárias correspondem àquelas que provêm do próprio patrimônio do Estado. São resultantes da venda de produtos ou serviços colocados à disposição dos usuários ou da cessão remunerada de bens e valores.
Gabarito: Certa

86. CESPE / Auditor de Contas Públicas - TCE/PB / 2018

A receita proveniente da arrecadação tributária dos estados é classificada como originária por estar diretamente relacionada ao exercício da competência constitucional daqueles entes federativos.

Comentário:
A arrecadação de tributos é classificada como receitas derivada, pois decorre do poder de imposição do Estado.
Gabarito: Errada

87. CESPE / Analista Administrativo / Contabilidade / EBSERH / 2018

Receitas públicas originárias são aquelas arrecadadas pelo poder público por meio da soberania estatal, como é o caso das receitas de impostos.

Comentário:

As receitas derivadas correspondem àquelas obtidas pelo Estado mediante sua autoridade coercitiva. No nosso ordenamento jurídico se caracterizam pela exigência do Estado para que o particular entregue de forma compulsória uma determinada quantia na forma de tributos ou de multas.
Gabarito: Errada

88. CESPE / Auditor de Contas Públicas - TCE/PB / 2018

O pagamento pelo consumo de energia elétrica e a taxa de prevenção a incêndio constituem exemplos de receita pública originária e derivada, respectivamente.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:
O recebimento de recursos decorrente da prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica é classificado como receita originária, pois não decorre do poder de imposição do Estado, diferentemente das receitas de multas, que são receitas derivadas.
Gabarito: Certa

89. CESPE / Analista de Controle Externo - Contas Públicas - TCE/PE - 2017

As custas e os emolumentos recebidos em razão da prestação dos serviços de registradores e notários estão incluídos na categoria de receita pública originária.

Comentário:

As custas e os emolumentos são classificados como taxas, portanto, receitas derivadas.
Gabarito: Errada

90. CESPE / Analista Judiciário / Administrativa - TRE/PE - 2017

A receita pública origina-se tanto da exploração de patrimônio de pessoa jurídica de direito público quanto do poder do Estado de exigir prestações pecuniárias dos cidadãos.

Comentário:

No âmbito da classificação quanto à coercitividade ou procedência, a receita pública origina-se tanto da exploração de patrimônio de pessoa jurídica de direito público (receita originária) quanto do poder do Estado de exigir prestações pecuniárias dos cidadãos (receita derivada).
Gabarito: Certa

91. CESPE / Auditor - Conselheiro Substituto / TCE/PR / 2016

Segundo a classificação oficial, as receitas públicas podem ser originárias ou complementares.

Comentário:
Segundo a classificação oficial, as receitas públicas podem ser correntes ou de capital.

De acordo com a classificação quanto à coercitividade, as receitas públicas podem ser originárias ou derivadas.
Gabarito: Errada

https://t.me/kakashi_copiador

92. CESPE / Analista Judiciário / Administração e Contábeis / TJ/CE / 2014

A definição de receita derivada é aquela em que os recursos obtidos pelo Estado em função de sua autoridade coercitiva, mediante a arrecadação de tributos e multas.

Comentário:
As receitas derivadas são aquelas que correspondem àquelas obtidas pelo Estado mediante sua autoridade coercitiva. No nosso ordenamento jurídico se caracterizam pela exigência do Estado para que o particular entregue de forma compulsória uma determinada quantia na forma de tributos ou de multas.

Gabarito: Certa

93. CESPE / Analista Administrativo / Direito - ANTT / 2013

As receitas advindas da exploração de atividade econômica estatal são classificadas, quanto à origem, como receitas originárias.

Comentário:
Quanto à coercitividade ou procedência (sinônimo de origem), as receitas originárias correspondem àquelas que provêm do próprio patrimônio do Estado. São resultantes da venda de produtos ou serviços colocados à disposição dos usuários ou da cessão remunerada de bens e valores.
Gabarito: Certa

94. CESPE / Analista Administrativo / Administrativa - ANTT / 2013

Com a finalidade de obter recursos para financiar suas atividades, o Estado cobra tributos, que são classificados como receita corrente de procedência derivada.

Comentário:
As receitas derivadas são aquelas que correspondem àquelas obtidas pelo Estado mediante sua autoridade coercitiva. No nosso ordenamento jurídico se caracterizam pela exigência do Estado para que o particular entregue de forma compulsória uma determinada quantia na forma de tributos ou de multas.
Gabarito:Certa

https://t.me/kakashi_copiador

95. CEBRASPE - AA (IBAMA)/2022

Com relação às receitas públicas, julgue o item a seguir.

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, as receitas públicas classificam-se nas categorias econômicas de receitas dinâmicas e receitas estáticas.

Comentário:
Conforme a categoria econômica são classificadas em receitas correntes e receita de capital (lei 4.320/64).
Art. 11 - A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

Gabarito: Errado

96. CEBRASPE - Tec Amb (IBAMA)/2022

Com relação à classificação da receita pública quanto à natureza, julgue o seguinte item, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964.
As receitas correntes tributárias compreendem as de impostos, as de taxas e as de contribuições (inclusive de melhoria).

Comentário:
receitas tributárias: impostos, taxas e contribuições de melhoria. A questão ao colocar "inclusive de melhorias"abre margem para entendermos que há espaço para as receitas de contribuições, o que é incorreto.

Gabarito: Errado

97. CEBRASPE - ADP (DPE RO)/Administração/2022

s transferências correntes

a) originam-se, por exemplo, de intervenção no domínio econômico.

b) decorrem de aluguéis, dividendos, compensações financeiras/royalties, concessões, entre outras.

https://t.me/kakashi_copiador

c) são ingressos financeiros provenientes da alienação de bens móveis de propriedade do ente público.
d) são obtidas por meio das atividades de exploração ordenada dos recursos naturais vegetais em ambiente natural e protegido.
e) destinam-se a atender despesas de manutenção que não impliquem contraprestação direta em bens e serviços a quem a realizou.

Comentário:
O conceito da questão é retirado no MCASP 9ª edição. Receita Corrente / Transferências Correntes

Na ótica orçamentária, são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência.
Cabe revisar que há conceito de transferência corrente pela lei 4.320/64.
Art. 12. § 2º Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

§ 3º Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como:
I - subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa;
II - subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
Gabarito: E

98. CEBRASPE - ADP (DPE RO)/Contabilidade/2022

Se determinado ente federado realiza a conversão, em espécie, de bens e direitos, essa receita deve ser classificada como receita

a) corrente.

b) de serviços.

c) tributária.

d) de realizações.

https://t.me/kakashi_copiador

e) de capital.

Comentário:
O conceito pertence a alienação de bens. Vejamos:

Alienação de bens: são ingressos financeiros com origem específica na classificação orçamentária da receita proveniente da alienação de bens móveis, imóveis ou intangíveis de propriedade do ente público.

Daí para matar a questão, você precisa lembrar que a alienação de bens é uma receita de capital. Portanto, letra E

Gabarito: E

99. CEBRASPE - TDP (DPE RO)/Técnico Administrativo/2022

Acerca da receita pública, assinale a opção correta.

a) Estão entre as receitas correntes as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender a despesas classificáveis em despesas correntes.
b) As rendas do patrimônio imobiliário do Estado são receitas públicas derivadas, pois são resultantes da exploração de atividades econômicas da administração pública, definidas em norma constitucional ou legal.
c) A contribuição social é uma espécie de tributo que pode ser instituído pelos estados para o financiamento dos direitos sociais previstos constitucionalmente.
d) A dívida ativa constitui-se pelos créditos tributários da fazenda pública que, não pagos no vencimento, são inscritos em registro próprio, formando, assim, passivo público.
e) Os recursos financeiros que, mesmo em caráter temporário, sejam depositados nos cofres públicos passam a integrar as receitas públicas estabelecidas na LOA.

Comentário:
Vejamos cada uma das alternativas

a) Certo. Conforme lei 4320/64, art.12, § 2º Classificam-se como Transferências Correntes (receita corrente) as dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.
b) Errado. As rendas do patrimônio são originárias, pois não há soberania do estado.

https://t.me/kakashi_copiador

c) Errado. Os tributos são os impostos, taxas e contribuições de melhoria. As contribuições sociais não são tributos.
d) Errado.Dívida ativa é um ativo (a receber)
e) Errado. Os recursos financeiros temporários não integram a LOA.
Gabarito: A

100. CEBRASPE - TDP (DPE RO)/Técnico em Contabilidade/2022

Assinale a opção que indica como os recursos financeiros obtidos pela União, por meio da colocação de títulos públicos no mercado, são classificados.

a) receitas correntes / receitas de contribuições

b) receitas correntes / transferências correntes

c) receitas de capital / amortização de empréstimos

d) receitas de capital / operações de crédito

e) receitas de capital / transferências de capital

Comentário:
Aos moldes do MCASP 9ª Edição:

Receita de Capital / Operações de Crédito

Origem de recursos da Categoria Econômica "Receitas de Capital", são recursos financeiros oriundos da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos obtidos junto a entidades públicas ou privadas, internas ou externas.
Gabarito: D

101. CEBRASPE - AAAJ (DP DF)/Administração/2022

O governo do Distrito Federal (GDF) autorizou, no mês de julho de 2020, a contratação de empresa para a execução de serviços de conservação e manutenção do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN) pelo valor estimado de R$ 98.500, e a alienação de dois imóveis, pela Secretaria de Economia, pelo valor estimado de R$ 650.000.
Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o item subsequente, com base na legislação vigente.

https://t.me/kakashi_copiador

Considerando-se a classificação orçamentária segundo a Lei Federal n.º 4.320/1964, a alienação dos dois imóveis, pela Secretaria de Economia, será classificada na categoria econômica Receita Patrimonial.

Comentário:
A alienação de bens é uma receita de capital. Art.11,§ 4º
RECEITAS DE CAPITAL
OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ALIENAÇÃO DE BENS
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL
Gabarito: Errado.

102. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Administrativo/2022

No que diz respeito à arrecadação de tributos, uma das fontes de receita dos entes governamentais, julgue o item a seguir.
Não há subvinculação de receitas advindas de tributos arrecadados pela União para estados ou municípios.

Comentário:
Há sim subvinculação. Conforme o MCASP 9ª edição temos o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é transferência constitucional composta por 22,5% da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre os produtos industrializados, de acordo com art. 159 da Constituição Federal.

Gabarito: Errado.

103. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Tendo em vista a classificação e a origem econômica da receita orçamentária, julgue o item a seguir.

https://t.me/kakashi_copiador

O crédito de natureza tributária cobrado na forma de dívida ativa é classificado como receita corrente.

Comentário:
Os tributos são receita tributárias, logo a dívida ativa tributária será corrente.
Gabarito: Certo

104. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Tendo em vista a classificação e a origem econômica da receita orçamentária, julgue o item a seguir.

O ingresso de recursos proveniente da contratação de empréstimos junto a entidades estatais é classificado como receitas de capital.

Comentário:
Vide art. 11, § 2º - São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.

Gabarito: Certo

105. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Tendo em vista a classificação e a origem econômica da receita orçamentária, julgue o item a seguir. Os recursos advindos dos royalties de petróleo são classificados como receitas de capital.

Gabarito: Errado.

Comentário:
Os royalties são receitas correntes patrimoniais, pois derivam da exploração do patrimônio público.

https://t.me/kakashi_copiador

106. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Tendo em vista a classificação e a origem econômica da receita orçamentária, julgue o item a seguir. Os impostos possuem como fato gerador a utilização ou exploração dos serviços públicos.

Comentário:
Impostos são tributos junto com as taxas e contribuições de melhorias e conforme o código tributário (CTN) temos que:
Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
Art. 4º A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:
I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei; II - a destinação legal do produto da sua arrecadação.

Gabarito: Errado.

107. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Contador/2022

Relativamente à classificação orçamentária de despesa e receita públicas, julgue o próximo item.

Ao aumentar a disponibilidade financeira do Estado, a categoria econômica da receita orçamentária de capital provoca efeito positivo sobre o patrimônio líquido.

Comentário:
Opa, errado! As receitas de capital, em regra, não provocam efeito positivo no PL e por este motivo, em sua maioria são receitas não efetivas.
Gabarito: Errado.

108. CEBRASPE - Ana (PGE RJ)/Contábil/2022

Julgue o seguinte item, a respeito das categorias econômicas das despesas públicas e das receitas públicas.

https://t.me/kakashi_copiador

A receita orçamentária corrente e a receita orçamentária de capital são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários destinados ao atingimento das finalidades públicas e provocam um aumento das disponibilidades financeiras do Estado.

Comentário:
São receitas e ambas geram aumento de disponibilidade financeira conforme suas finalidades.
Não confunda com o impacto no Patrimônio líquido que neste ponto, em geral, a receita corrente gera impacto no PL enquanto a receita de capital não gera impacto no PL.

Gabarito: Certo

109. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

A seguir, é apresentado o demonstrativo financeiro hipotético de determinada entidade, cujos valores estão em reais.

receita industrial	2.000.000
receita de serviços	2.000.000
receita patrimonial	1.000.000
operações de crédito	10.000.000
impostos	100.000.000
taxas	1.000.000
contribuiçõ es de melhoria	1.000.000
dívida ativa tributária	5.000.000
alienação de bens	3.000.000
amortização	2.000.000
receita da dívida ativa não tributária	1.000.000

https://t.me/kakashi_copiador

Tendo como referência esse demonstrativo financeiro, julgue o item subsecutivo. O valor total das receitas correntes da entidade é igual a R$ 113.000.000.

Comentário:
Vamos lá discriminar as receitas correntes e seus respectivos valores:

receita industrial 2.000.000
receita de serviços 2.000.000
receita patrimonial 1.000.000
impostos 100.000.000
taxas 1.000.000
contribuições de melhoria 1.000.000
dívida ativa tributária 5.000.000
receita da dívida ativa não tributária 1.000.000
TOTAL 113.000

O Cebraspe deu uma leve vacilada nesta questão e que deveria ter sido anulada, visto que somente pelo nome receita da dívida ativa não tributária não nos dá informação suficiente para dizermos que se trata de uma receita corrente.
Gabarito: Certo

110. CEBRASPE - Cont (FUB)/2022

Quanto a despesa e receita pública, julgue o item a seguir, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9.ª edição.
Receitas de capital, assim como receitas correntes, provocam efeitos sobre o patrimônio líquido do ente público, mas somente as receitas correntes aumentam as suas disponibilidades financeiras.

Comentário:
Houve inversão dos conceitos. A receita corrente e a receita de capital ambas aumentam a disponibilidade financeira, porém, é a receita corrente (em regra) que possui efeito sobre o PL.
Gabarito: Errado.

111. CEBRASPE - Cont (FUB)/2022

https://t.me/kakashi_copiador

Quanto a despesa e receita pública, julgue o item a seguir, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9.ª edição.
Receitas decorrentes da venda de bens imóveis são classificadas como receitas patrimoniais.

Comentário:
Nessa você não cai mais, falou em venda de um bem é alienação de bens - receita de capital.

Lei 4.320/64

Art.11, § 2º - São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos

recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinado a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.
Alienação de bens: representa o recebimento de recursos financeiros provenientes da venda de bens. É a conversão em espécie de bens.

Gabarito: Errado.

112. CEBRASPE - Sub Proc (MPCM PA)/TCM PA/2022

As receitas orçamentárias são classificadas em duas categorias econômicas: receitas correntes e receitas de capital. No caso das receitas de capital, é correto afirmar que elas

a) aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas, mas não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.
b) aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas, e provocam efeito sobre o patrimônio líquido.
c) não aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, não são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários que visam atingir as finalidades públicas nem provocam efeito sobre o patrimônio líquido.
d) aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, mas não são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários que visam atingir as finalidades públicas nem provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

https://t.me/kakashi_copiador

e) não aumentam as disponibilidades financeiras do Estado nem provocam efeito sobre o patrimônio líquido, mas são instrumentos de financiamento dos programas ações orçamentárias que visam atingir as finalidades públicas.

Comentário: Conceito retirado do MCASP. Vejamos:

Receitas de Capital são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido
Gabarito: A

113. CEBRASPE - Proc DF/2022

Julgue o item subsequente, a respeito do direito financeiro e orçamentário.

O ingresso transitório de numerário decorrente de operação de crédito público não integra a receita pública, tendo em vista que o empréstimo deverá ser amortizado equipado pelo ente público devedor.

Comentário: Perceba que a questão cita uma operação de crédito e com isso, já é possível dizermos que a questão está errada devido a operação de crédito ser uma receita orçamentária de capital. Portanto, integra a LOA.
Propositalmente a questão coloca a palavra temporária para que você seja levado ao erro, mas pense que as operações de crédito precisam ser limitadas, pois é inviável captar recursos com com outras instituições por prazo indeterminado.

Outro ponto, não interprete com sendo ARO (antecipação da receita orçamentária), perceba que a questão não citou ARO, se tivesse citado ai sim teríamos uma receita extraorçamentária.
Gabarito: Errado

114. CEBRASPE - Proc (MP TCE-SC)/2022

Julgue o item subsequente, que dizem respeito à execução da despesa pública, à repartição de receitas tributárias, ao controle externo e a subsídios.
Segundo o Supremo Tribunal Federal, a norma constitucional que destina a estados e municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos abrange também

https://t.me/kakashi_copiador

aquele que incide sobre pagamentos feitos pelos entes mencionados a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços.

Comentário: vejamos a decisão no RE 1293453 / RS

6. O acórdão recorrido, ao fixar a tese no sentido de que "O artigo 158, I, da Constituição Federal de 1988 define a titularidade municipal das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte, incidente sobre valores pagos pelos Municípios, a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços ", atentou-se à literalidade e à finalidade (descentralização de receitas) do disposto no art. 158, I, da Lei Maior.
Gabarito: Certo

115. CEBRASPE - TCP (MP TCE-SC)/2022

Julgue o item subsecutivo, que versam sobre as atividades financeiras do Estado, receitas e despesas públicas.
A receita de aluguel de imóveis é classificada como receita corrente patrimonial, mesmo após sua inscrição na dívida ativa.

Comentário: Nada muda se inscreveu em dívida ativa.Vejamos o MCASP 9ª edição:

O tipo, correspondente ao último dígito na natureza de receita, tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se refere aquela natureza, sendo:

- "3", quando se tratar de Dívida Ativa da respectiva receita;

Gabarito: Certo

116. CEBRASPE - Of (CBM RO)/Combatente/2022

As receitas patrimoniais

a) são objetos de estudo tanto do direito tributário e do direito financeiro.

b) referem-se às receitas decorrentes da atividade industrial, quando praticadas pelo Estado por meio de estabelecimentos próprios.
c) podem ser classificadas como receitas não tributárias, objeto de estudo do direito financeiro.

d) não são objetos de estudo do direito financeiro.

https://t.me/kakashi_copiador

e) são auferíveis de serviços de saúde prestados por hospitais públicos integrantes do SUS.
Comentário: Vejamos o conceito de receita patrimonial:

Receita Patrimonial: São receitas provenientes da fruição do patrimônio do ente público, como por exemplo, bens mobiliários e imobiliários ou, ainda, bens intangíveis e participações societárias. São classificadas no orçamento como receitas correntes e de natureza patrimonial. Quanto à procedência, trata-se de receitas originárias. Podemos citar como espécie de receita patrimonial as concessões e permissões, cessão de direitos, dentre outras.
Desse conceito é imprescindível que você memorize duas informações:

1. é uma receita corrente
2. proveniente da fruição (exploração) do patrimônio e não da sua venda.

Você sabendo a informação 2 consegue eliminar a letra B (atividade industrial) e a letra C (serviços). Daí conseguimos eliminar a letra A porque os tributos são: impostos, taxas e contribuições de melhoria não cabendo às receitas patrimoniais. Com isso, fechamos o gabarito com a letra C (receitas não tributárias, objeto de estudo do direito financeiro).

Gabarito: C

117. CEBRASPE - AAAJ (DP DF)/Administração/2022

Com relação a aspectos técnicos e legais das receitas e despesas públicas, julgue o item a seguir.

Na receita orçamentária, o código de fontes tem a finalidade de indicar a origem dos recursos que estão sendo utilizados.

Comentário: Guarde esta questão como uma das mais malignas em prova. Vamos esquematizar o que você precisa memorizar:

Código de Fontes;

Na receita - Destinação do recurso. Na despesa - Origem do recurso
Perceba que há uma relação inversa e por isso causa confusão. Por este motivo a questão incorre em erro pois na receita informa a destinação, a origem é na receita. Vejamos o conceito do Mcasp 9ª edição:
Como mecanismo integrador entre a receita e a despesa, o código de FR exerce um duplo papel no processo orçamentário. Para a receita orçamentária, esse código tem a finalidade de indicar a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas orçamentárias. Para a despesa orçamentária, identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados.

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito: Errado

118. CEBRASPE /(CODEVASF)/Economia/2021

Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos. Esse planejamento é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelos poderes. A respeito desse assunto, julgue o próximo item.
Considere que boa parte da receita operacional da CODEVASF se deve ao recebimento de receita de serviços oriundos de atividades decorrentes de titulação, tarifa de água, lotes urbanos e outros títulos a receber. Nesse caso, de acordo com a Lei n.° 4.320/1964, a receita arrecadada com a prestação desses serviços pela CODEVASF deverá ser classificada como receita corrente.

Comentário:

Receitas de serviço são receitas correntes.

Receita de Serviços: São receitas correntes, cuja classificação orçamentária constitui origem específica, abrangendo as receitas decorrentes das atividades econômicas na prestação de serviços por parte do ente público, tais como: comércio, transporte, comunicação, serviços hospitalares, armazenagem, serviços recreativos, culturais, etc. Tais serviços são remunerados mediante preço público, também chamado de tarifa.

Gabarito: Certo

119. CEBRASPE - AnDR (CODEVASF)/Economia/2021

No mês de janeiro de 20X1, o município de Petrolina efetuou a emissão dos boletos de pagamento do IPTU municipal com vencimento para março, abril e maio de 20X1.
Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Ocorrida a arrecadação do IPTU, pela prefeitura de Petrolina, durante o exercício de 20X1, a referida receita será classificada como receita patrimonial.

Comentário:
IPTU é imposto e imposto é tributo. Logo, é receita tributária.

https://t.me/kakashi_copiador

Receita Tributária: São os ingressos provenientes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria. É uma receita privativa das entidades competentes para tributar: União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
Ex.: IR,IPI, ICMS, IPVA, IPTU ISS e etc.
Gabarito: Errado.

120. CEBRASPE/Ass Jur (CODEVASF)/2021

Considerando as normas de direito financeiro, julgue o item a seguir.

De acordo com a classificação legal das receitas públicas, o superávit do orçamento corrente é classificado como uma receita corrente.

Comentário:
Muito cuidado!!!! O superávit do orçamento corrente é classificado como uma receita de Capital.
Com base na lei 4.320/64:

Art. 11 § 2º - São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.

Gabarito: Errado.

121. CEBRASPE - ACE TCE RJ/Controle Externo/Ciências Contábeis/2021

Acerca das disposições da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Lei n.º 4.320/1964, de transferências voluntárias e de infrações administrativas contra as leis de finanças públicas, julgue o seguinte item.
As cotas de receitas de transferência obrigatória entre entes públicos devem ser incluídas como despesa no orçamento do ente transferidor.

Comentário:
Exatamente conforme dispõe a Lei 4.320/64:

Art. 6º § 1º As cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no orçamento da entidade obrigada à transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber.
Gabarito: Certo

https://t.me/kakashi_copiador

122. EBRASPE/TCE RJ/Controle Externo/Ciências Contábeis/2021

Acerca das disposições da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Lei n.º 4.320/1964, de transferências voluntárias e de infrações administrativas contra as leis de finanças públicas, julgue o seguinte item.
Transferência voluntária intergovernamental deve ser contabilizada pelo ente transferidor como despesa.

Comentário:
Se é transferência seja ela obrigatória ou voluntária tem que registrar no orçamento de quem repassa e de quem recebe.
Exatamente conforme dispõe a Lei 4.320/64:

Art. 6º § 1º As cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no orçamento da entidade obrigada à transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber.
Gabarito: Certo

123. CEBRASPE - ACE (TC-DF)/2021

No que se refere às classificações de receitas e despesas públicas e às disposições da legislação aplicável às finanças públicas, julgue a seguir.
O ingresso de recursos referentes à concessão de um serviço público deve ser classificado como uma receita corrente de serviços.

Comentário:
São receitas patrimoniais conforme o MCASP 9ª edição. Vejamos:

- Receita Patrimonial: São receitas provenientes da fruição do patrimônio do ente público, como por exemplo, bens mobiliários e imobiliários ou, ainda, bens intangíveis e participações societárias. São classificadas no orçamento como receitas correntes e de natureza patrimonial. Quanto à procedência, trata-se de receitas originárias. Podemos citar como espécie de receita patrimonial as concessões e permissões, cessão de direitos, dentre outras.

Gabarito: Errado.

124. CEBRASPE - AJ (PGDF)/Administração/2021

https://t.me/kakashi_copiador

A respeito das receitas públicas, julgue o próximo item.

A obtenção de recursos através da colocação de títulos públicos no mercado, com futura restituição ao adquirente, é uma receita corrente patrimonial.

Comentário:
Esse tipo de questão cai bastante porque consegue levar ao erro o candidato se não ler com atenção. Falou em títulos públicos no mercado já fica ligado que é receita de capital

Receita de Capital / Operações de Crédito

Origem de recursos da Categoria Econômica "Receitas de Capital", são recursos financeiros oriundos da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos obtidas junto a entidades públicas ou privadas, internas ou externas
Gabarito: Errado.

125. CEBRASPE - AJ (PGDF)/Administração/2021

A respeito das receitas públicas, julgue o próximo item.

Quando o ente público realiza a venda de bens imobilizados que compõem seu patrimônio, ele obtém uma receita de capital.

Comentário:
Venda de um bem é alienação de bens e está inserida nas receitas de capital. Lei 4.320/64
Art.11, § 2º - São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinado a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.
Ex.: alienação de bens móveis, imóveis ou intangíveis de propriedade do ente público.

Atenção: Nos termos do artigo 44 da LRF, é vedada a aplicação da receita de capital decorrente da alienação de bens e direitos que integrem o patrimônio público, para financiar despesas correntes, salvo as destinadas por lei aos regimes previdenciários geral e próprio dos servidores públicos.
Gabarito: Certo

https://t.me/kakashi_copiador

126. CEBRASPE - AJ (PGDF)/Contabilidade/2021

Julgue o item subsequente, a respeito da receita pública.

O ingresso de recursos resultante da venda de ativos do ente público por meio de leilão é classificado como receita corrente patrimonial.

Comentário:
Venda de um bem é alienação de bens e está inserida nas receitas de capital. Lei 4.320/64
Art.11, § 2º - São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinado a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.

Gabarito: Errado

127. CEBRASPE - TJ (PGDF)/Administrativo/2021 A respeito da receita pública, julgue o item a seguir.

A classificação orçamentária por natureza da receita é utilizada por todos os entes da federação e tem como objetivo identificar a origem do recurso conforme o fato gerador.

Comentário:
Tendo como base o § 4.º do art. 11 da Lei n.º 4.320/1964 e o Manual Técnico do Orçamento de 2020 a classificação por natureza é utilizada por todos os entes e objetiva identificar a origem dos recursos se corrente ou capital para promover a correta destinação.

Gabarito: Certo.

128. CESPE/Analista de Controle Externo/TCE RJ/2021

A classificação da receita orçamentária por fonte tem como finalidade identificar se os recursos são provenientes de tributos, da exploração do patrimônio estatal ou da exploração de atividades econômicas.

Comentário:
No âmbito da classificação por natureza da receita, classificam-se na categoria receita correntes aquelas receitas oriundas do poder impositivo do Estado / tributária e de contribuições; da exploração de seu patrimônio / patrimonial; da exploração de atividades econômicas / agropecuária, industrial e de serviços; as provenientes de recursos financeiros recebidos de

https://t.me/kakashi_copiador

outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes / transferências correntes; e as demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores / outras receitas correntes.
Gabarito: Errada

129. CESPE /Analista Judiciário / Administrativa/TJ PA/2020

A renda obtida pelo aluguel de imóveis públicos a terceiros é exemplo de receita de capital.

Comentário:

A renda obtida pelo aluguel de imóveis públicos a terceiros é exemplo de receita patrimonial, portanto, corrente.
Gabarito: Errada

130. CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/TJ PA/2020

São receitas exclusivamente correntes pertencentes à lei orçamentária anual (LOA) a tributária, a patrimonial, a de serviços e a industrial.

Comentário:
São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (art. 11, § 1°, da Lei 4320/1964).
Gabarito: Certa

131. CESPE/Auditor de Finanças e Controle/SEFAZ AL/2020

O superávit do orçamento corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes é classificado como receita de capital e não constitui item da receita orçamentária.

Comentário:

São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de

https://t.me/kakashi_copiador

outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente (art. 11, § 2º, da Lei 4320/1964).
O superávit do Orçamento Corrente resulta do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, porém não constituirá item de receita orçamentária (art. 11, §3º, da Lei 4.320/1964).
Gabarito: Certa

132. CESPE/Procurador/Pref. de Campo Grande MS/2019

Receita tributária municipal é classificada como receita corrente, consoante estabelecido na Lei n.º 4.320/1964.

Comentário:

São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (art. 11, § 1º, da Lei 4320/1964).
Gabarito: Certa

133. CESPE/Analista de Gestão / Administração / SLU/DF / 2019

Receitas de capital são aquelas que, em geral, não aumentam as disponibilidades financeiras do Estado nem provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

Comentário:

Em geral, as receitas de capital são representadas por mutações patrimoniais que nada acrescentam ao patrimônio público, só ocorrendo uma troca de elementos patrimoniais, isto é, um aumento no sistema financeiro (entrada de recursos financeiros) e uma baixa no sistema patrimonial (saída do patrimônio em troca de recursos financeiros).
Logo, receitas de capital são aquelas que, em geral, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, mas não alteram o patrimônio líquido.
Gabarito: Errada

134. CESPE / Auditor Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

https://t.me/kakashi_copiador

De acordo com a atual classificação da receita conforme a sua natureza, o último dígito da natureza de receita tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação.

Comentário:
O tipo tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se refere aquela natureza da receita.
Gabarito: Certa

135. CESPE / Analista Administrativo / Administração / EBSERH / 2018

Operação de arrendamento mercantil feita por determinado órgão público para a aquisição de bens deve ser excluída do conjunto de receitas orçamentárias.

Comentário:
Serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito (como o arrendamento mercantil), ainda que não previstas no orçamento (exceto as classificadas como extraorçamentárias).
Gabarito: Errada

136. CESPE / Perito Criminal / Polícia Federal / 2018

A receita obtida por um ente público, quando oriunda da exploração ordenada de recursos naturais vegetais em ambiente natural e protegido, integra a categoria econômica receita corrente.

Comentário:
As receitas correntes patrimoniais são também decorrentes de exploração de recursos naturais, como compensações financeiras e royalties, as quais têm origem na exploração do patrimônio do Estado, constituído por recursos minerais, hídricos, florestais e outros, definidos no ordenamento jurídico.
Gabarito: Certa

137. CESPE / Técnico Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

São critérios para a classificação da receita orçamentária a sua natureza e a fonte/destinação dos recursos.

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

As receitas orçamentárias são classificadas segundo os seguintes critérios: natureza de receita; indicador de resultado primário; fonte/destinação de recursos; e esfera orçamentária.
Gabarito: Certa

138. CESPE / Analista Judiciário / Contabilidade / STM / 2018

As receitas dos tribunais decorrentes da prestação de serviços deverão ser classificadas pelo gestor como receita corrente de serviços.

Comentário:
As receitas correntes de serviços correspondem ao ingresso proveniente da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuário, armazenagem, de inspeção e fiscalização, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.
Gabarito: Certa

139. CESPE / Auditor de Contas Públicas - TCE/PB / 2018

As contribuições sociais e de melhoria, assim como as multas decorrentes do não pagamento de impostos, classificam-se como receitas tributárias.

Comentário:
As receitas tributárias são oriundas de impostos, taxas e contribuições de melhoria. As contribuições sociais são receitas de contribuições. Já as multas de impostos, classificam-se, segundo a nova classificação da receita, como receita tributária, identificadas pelo tipo.
Gabarito: Errada

140. CESPE / Técnico Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

A concessão de um serviço público para um particular representará uma receita de capital caso implique cessão de patrimônio imobiliário do Estado a terceiro.

Comentário:
As receitas oriundas da exploração do patrimônio imobiliário do estado são receitas correntes patrimoniais.
Gabarito: Errada

https://t.me/kakashi_copiador

141. CESPE / Administrador / IFF / 2018

O ingresso de determinado recurso é definido como receita agropecuária na classificação da receita pública por origem.

Comentário:
A origem "receitas agropecuárias" decorre da exploração econômica, por parte do ente público, de atividades agropecuárias.
Gabarito: Certa

142. CESPE / Auditor de Contas Públicas - TCE/PB / 2018

O recebimento de amortização da dívida pública e o ingresso de recursos financeiros decorrentes de operações de crédito se classificam como receita corrente.

Comentário:
O recebimento de amortização de empréstimos e o ingresso de recursos financeiros decorrentes de operações de crédito se classificam como receita de capital.
Gabarito: Errada

143. CESPE / Auditor Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

As receitas intraorçamentárias são a contrapartida das despesas classificadas na modalidade de aplicação 91 — aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social —, mas não são capazes de possibilitar a anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

Comentário:
As receitas intraorçamentárias têm a finalidade de discriminar as receitas referentes às operações entre órgãos, fundos, autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social.

O elemento motivador da criação dessas receitas foi a inclusão, na Portaria Interministerial STN/SOF 163, de 4 de maio de 2001, da modalidade de aplicação "91 / Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social".

https://t.me/kakashi_copiador

As classificações incluídas não constituem novas categorias econômicas de receita, mas sim meras especificações das categorias corrente e de capital, a fim de possibilitar a identificação das respectivas operações intraorçamentárias e, dessa forma, evitar a dupla contagem de tais receitas.
Gabarito: Errada

144. CESPE / Técnico / Administração - MPU - 2018

Havendo a necessidade de que um órgão público classifique determinada receita de acordo com o acontecimento real que tenha ocasionado o ingresso nos cofres públicos, ele deverá utilizar a classificação orçamentária por natureza da receita.

Comentário:

As naturezas de receitas orçamentárias procuram refletir o fato gerador que ocasionou o ingresso dos recursos aos cofres públicos, identificando a entrada de receitas orçamentárias de acordo com o acontecimento real de tal ingresso.
Gabarito: Certa

145. CESPE / Auditor de Contas Públicas - TCE/PB / 2018

Multas e juros de mora que incidem sobre tributos arrecadados por entidades do setor público enquadram-se nas receitas orçamentárias, correntes, derivadas e não vinculadas.

Comentário:

Multas e juros de mora são classificadas como receitas orçamentárias (incorporam-se ao patrimônio do Estado), correntes (por terem origem tributária), derivadas (pois são oriundas do poder de imposição do Estado) e não vinculadas, uma vez que sua utilização não está vinculada a órgão, fundo ou despesa.
Gabarito: Certa

146. CESPE - Auditor Estadual / Controle Externo / TCM/BA - 2018

Se um ente público receber dividendos decorrentes da participação societária, essa receita deverá ser classificada como receita corrente patrimonial.

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

São receitas correntes patrimoniais as decorrentes de Valores Mobiliários, como Juros e Correções Monetárias, Dividendos e Participações.
Gabarito: Certa

147. CESPE / Técnico / Administrativa - MPE/PI - 2018

A tabela seguinte mostra alguns saldos relativos à receita arrecadada, em milhares de reais, no ano 20XX, de determinado estado da Federação.

Comentário:
Receita corrente 25.000

Receita tributária 13.000 Receita de contribuição 2.000 Receita patrimonial 1.000
Receita agropecuária 300

Receita industrial 200 Receita de serviços 500
Transferências correntes 8.000

Com relação a essa situação hipotética, com fundamento nas disposições da Lei n.º 4.320/1964: Impostos no valor de R$ 10.000, taxas no valor de R$ 2.000 e contribuições de melhoria no valor de R$ 1.000, arrecadados pelo referido estado, devem ser classificados como receita tributária.
São receitas tributárias: impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Gabarito: Certa

148. CESPE / Analista Judiciário / Contabilidade / STM / 2018

A tabela a seguir mostra, com valores em reais, a composição do ativo imobilizado de um ente público ao final do ano de 20x6.

Móveis e utensílios 240.000

Depreciação acumulada 48.000

Perda por valor recuperável. 12.000

Nessa situação, de acordo com as informações apresentadas, se o referido ativo fosse vendido em leilão, o resultado dessa operação teria de ser registrado na contabilidade do ente como uma receita corrente patrimonial.

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

O ativo da questão que pode ser vendido são os móveis e utensílios. A venda geraria uma receita de capital da origem alienação de bens.
Gabarito: Errada

149. CESPE - Auditor Estadual / Controle Externo / TCM/BA - 2018

Determinado estado da Federação, durante o exercício de 2017, registrou os eventos apresentados na tabela seguinte.

Comentário:

De acordo com os dados apresentados na tabela, o total da receita orçamentária corrente do exercício de 2017 foi de R$ 2.420.

Receitas Correntes

Recebimento de Contrato de permissão de uso R$ 500 Aluguel recebido R$ 200,00

Recebimento de imposto lançados no exercício anterior R$ 150,00 Royalties de petróleo R$ 350,00
Indenização e restituição recebida R$ 540,00 Arrecadação da dívida ativa não tributaria R$ 680,00
Total = 2420,00.
Gabarito: Certa

150. CESPE / Professor de Educação Básica / Administração / SEDF - 2017

No tocante à conceituação e à classificação da receita pública, as receitas tributária e patrimonial são classificadas como receitas de capital.

Comentário:
As receitas tributária e patrimonial são classificadas como receitas correntes.
Gabarito: Errada

151. CESPE / Analista de Controle Externo - Contas Públicas - TCE/PE - 2017

O pedágio cobrado pela utilização de rodovias mantidas por regime de concessão não tem natureza jurídica de taxa.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:
O pedágio tem natureza de tarifa. Logo, é correto afirmar que o pedágio não tem natureza jurídica de taxa.
As receitas tributária e patrimonial são classificadas como receitas correntes.
Gabarito:Certa

152. CESPE / Analista Judiciário / Administrativa - TRE/PE - 2017

São receitas de capital os recursos financeiros recebidos por ente público para custear despesas com pessoal, com serviços de terceiros ou com material de consumo.

Comentário:
São receitas correntes os recursos financeiros recebidos por ente público para custear despesas com pessoal, com serviços de terceiros ou com material de consumo, ou seja, para custear despesas correntes.
Gabarito: Errada

153. CESPE / Analista de Controle Externo - Contas Públicas - TCE/PE - 2017

De acordo com a classificação econômica da receita, a receita corrente tributária não se amolda à classificação tripartite dos tributos, pois não inclui as receitas com contribuições de melhoria, apesar de incluir a arrecadação das multas decorrentes de impostos e taxas.

Comentário:
Nas classificações orçamentárias, impostos, taxas e contribuições de melhorias correspondem a uma das origens. A questão está errada porque afirma que as contribuições de melhorias não integram tal origem. As demais contribuições integram outra origem, denominada de "Contribuições". A parte da questão que trata dos juros e multas tributárias está correta, pois a diferenciação entre o que foi arrecadado no prazo correto e o que está relacionado a juros e multas atualmente ocorre no nível da classificação por natureza da receita chamado de Tipo.
Gabarito: Errada

154. CESPE / Analista de Gestão / Julgamento / TCE/PE / 2017

A classificação da receita orçamentária é de utilização obrigatória por todos os entes da Federação.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:
A classificação da receita orçamentária, a exemplo do que ocorre na despesa, é de utilização obrigatória por todos os entes da Federação, sendo facultado o seu desdobramento para atendimento das respectivas necessidades.
Gabarito: Certa

155. CESPE - Auditor - Contas Públicas - TCE/PE - 2017

A entrada de recurso decorrente da venda, em leilões, de automóveis usados que integrem o patrimônio público é classificada como receitas de capital.

Comentário:
Os recursos oriundos da alienação de bens são classificados como receitas de capital.
Gabarito: Certa

156. CESPE - Auditor - Contas Públicas e Obras - TCE/PE - 2017

Para identificar a origem de determinada receita pública de acordo com o acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos, utiliza-se a classificação por natureza de receita.

Comentário:
As naturezas de receitas orçamentárias procuram refletir o fato gerador que ocasionou o ingresso dos recursos aos cofres públicos, ou seja, pode-se afirmar que identifica o ingresso segundo o acontecimento real.
Gabarito: Certa

157. CESPE / Analista Judiciário / Judiciária / TRT/8 / 2016

As operações de crédito são classificadas como receitas correntes.

Comentário:
As operações de crédito são classificadas como receitas de capital.
Gabarito: Errada

158. CESPE / Analista Judiciário / Administrativa / TRE/PI / 2016

Uma receita econômica cuja origem a classifica como receita de capital é a amortização de empréstimos.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:
A amortização de empréstimos é classificada como receita de capital.
Gabarito: Certa

159. CESPE / Analista Judiciário / Judiciária / TRT/8 / 2016

As receitas de capital são classificadas em patrimonial e industrial.

Comentário:
As receitas patrimonial e industrial são receitas correntes.
Gabarito: Errada

160. CESPE / Analista Judiciário / Judiciária / TRT/8 / 2016

São receitas correntes as provenientes de empréstimo e de financiamento destinados a investimentos.

Comentário:
São receitas de capital as provenientes de empréstimo e de financiamento destinados a investimentos.
Gabarito: Errada

161. CESPE / Analista Judiciário / Administrativa / TRE/PI / 2016

Aos municípios não se admite ampliar os desdobramentos dos códigos das receitas com a adoção de códigos locais.

Comentário:
A classificação da receita orçamentária, a exemplo do que ocorre na despesa, é de utilização obrigatória por todos os entes da Federação, sendo facultado o seu desdobramento para atendimento das respectivas necessidades. Por exemplo, há receitas exclusivas de Estados e Municípios.
Gabarito: Errada

162. CESPE / Analista Judiciário / Judiciária / TRT/8 / 2016

As receitas tributárias e de contribuições classificam-se como receitas correntes.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:
São receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (art. 11, § 1°, da Lei 4320/1964).
Gabarito: Certa

163. CESPE / Analista Judiciário / Administrativa / TRT/8 / 2016

A entrega de um conjunto habitacional para moradia popular indica, na previsão orçamentária, o aumento da receita corrente de contribuições, advinda da expectativa de aumento da arrecadação da taxa de limpeza pública.

Comentário:
Se há uma expectativa de aumento da arrecadação da taxa de limpeza pública, haverá a previsão de aumento da receita corrente de taxas.
Gabarito: Errada

164. CESPE / Auditor - Conselheiro Substituto / TCE/PR / 2016

No âmbito da União, o órgão que normatiza a classificação orçamentária da receita é a Secretaria do Tesouro Nacional.

Comentário:
Compete à Secretaria de Orçamento Federal estabelecer as classificações orçamentárias da receita e da despesa.
Gabarito: Errada

165. CESPE / Auditor - Conselheiro Substituto / TCE/PR / 2016

Operações de crédito são receitas de capital originárias da contratação de empréstimos junto a entidades públicas ou privadas, internas ou externas.

Comentário:
As operações de crédito, umas das origens das receitas de capital, são os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos internos ou externos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.
Gabarito: Certa

https://t.me/kakashi_copiador

166. CESPE / Técnico de Nível Superior / ENAP - 2015

Nos termos da classificação da receita adotada para as três esferas da administração, constituem receitas correntes: receita da dívida ativa, transferências de convênios e receitas imobiliárias.

Comentário:
Todas são receitas correntes: receita da dívida ativa, transferências de convênios e receitas imobiliárias.
Gabarito: Certa

167. CESPE / Técnico Federal de Controle Externo / TCU - 2015

Os ingressos financeiros decorrentes de amortizações de empréstimos ou financiamentos concedidos pelo ente público por meio de títulos e contratos representam receitas de capital, mas os juros recebidos relacionados a esses empréstimos ou financiamentos são tratados como receitas correntes.

Comentário:
Os ingressos financeiros decorrentes de amortizações de empréstimos ou financiamentos concedidos pelo ente representam receitas de capital, da origem "amortização de empréstimos". Os juros recebidos relacionados a esses empréstimos ou financiamentos são tratados como receitas correntes, da origem "receitas de serviços".
Gabarito: Certa

168. CESPE / Auditor Governamental / CGE/PI - 2015

Sob a ótica das atuais normas orçamentárias, são consideradas receitas de capital as receitas de compensação financeira provenientes da fruição de recursos minerais, hídricos e florestais para recompor financeiramente os prejuízos ou danos causados pela atividade econômica na exploração desses bens.

Comentário:
Sob a ótica das atuais normas orçamentárias, são consideradas receitas correntes, da origem receitas patrimoniais, aquelas oriundas de compensação financeira provenientes da fruição de recursos minerais, hídricos e florestais para recompor financeiramente os prejuízos ou danos causados pela atividade econômica na exploração desses bens.
Gabarito: Errada

169. CESPE / Administrador / FUB - 2015

https://t.me/kakashi_copiador

De acordo com a categoria econômica, o superávit do orçamento corrente é considerado fonte de receita corrente do Estado.

Comentário:
São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente (art. 11, § 2º, da Lei 4320/1964).
Gabarito: Errada

170. CESPE / Auditor / FUB - 2015

Sob a ótica econômica, as receitas estão divididas em receitas correntes e de capital, abrangendo estas últimas as operações de crédito, a alienação de bens, a amortização de empréstimos, as transferências de capital e outras receitas de capital.

Comentário:
O 1º nível da classificação por natureza obedece ao critério econômico. A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.
São receitas de capital: operações de crédito, alienação de bens; amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital.
Gabarito: Certa

171. CESPE / Auditor Federal de Controle Externo / TCU - 2015

O ingresso proveniente de outros entes da Federação, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, deve ser classificado como outras receitas correntes.

Comentário:
O ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes, é classificado como transferência corrente. Caso o objetivo seja a aplicação em despesas de capital, será transferência de capital.
Gabarito: Errada

172. CESPE / Técnico Federal de Controle Externo / TCU - 2015

https://t.me/kakashi_copiador

O registro do ingresso financeiro resultante da venda à vista de um imóvel de propriedade da União deve ser tratado contabilmente como receita corrente, enquanto o ingresso financeiro decorrente do aluguel a terceiros de imóvel de propriedade da União deve ser tratado como receita de capital.

Comentário:
O registro do ingresso financeiro resultante da venda à vista de um imóvel de propriedade da União deve ser tratado como receita de capital de alienação de bens, enquanto o ingresso financeiro decorrente do aluguel a terceiros de imóvel de propriedade da União deve ser tratado como receita corrente patrimonial.
Gabarito: Errada

173. CESPE / Analista Técnico-Administrativo / MDIC / 2014

Caso determinada entidade pública transfira parte de suas dotações a outra unidade orçamentária, a transferência constará duas vezes na lei orçamentária anual.

Comentário:
A transferência aparece duas vezes, mas para evitar a dupla contagem, criou-se o mecanismo das receitas intraorçamentárias.
Gabarito: Certa

174. CESPE / Analista / Orçamento, Gestão Financeira e Controle/Serviços Técnicos e Administrativos / TCDF / 2014

Antes de proceder ao registro de uma receita extraorçamentária, o órgão público deve, em primeiro lugar, definir a categoria econômica em que o registro será feito.

Comentário:
Antes de proceder ao registro de uma receita orçamentária, o órgão público deve, em primeiro lugar, definir a categoria econômica em que o registro será feito.
Gabarito: Errada

175. CESPE / Consultor de Orçamentos / Câmara dos Deputados / 2014

https://t.me/kakashi_copiador

As concessões e permissões e as compensações financeiras são registradas como receitas de contribuição.

Comentário:
As concessões e permissões e as compensações financeiras são registradas como receitas patrimoniais.
Gabarito: Errada

176. CESPE / Agente Administrativo / Polícia Federal / 2014

Considere que uma universidade pública seja proprietária de uma fazenda de criação de gado e realize a venda de animais para abate, auferindo, na operação, receita tipicamente classificada como de atividade agropecuária. Nessa situação, tal receita, do ponto de vista orçamentário, deverá ser classificada como receita corrente.

Comentário:
São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (art. 11, § 1°, da Lei 4320/1964).
Gabarito: Certa

177. CESPE / Analista / Orçamento, Gestão Financeira e Controle / TCDF / 2014

O resultado decorrente do balanceamento entre receitas e despesas correntes é reconhecido como item de receita orçamentária.

Comentário:
O superávit do Orçamento Corrente resulta do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, porém não constituirá item de receita orçamentária (art. 11, §3°, da Lei 4.320/1964).
Gabarito: Errada

178. CEBRASPE - Tec (PGE RJ)/Processual/2022

https://t.me/kakashi_copiador

Julgue o item seguinte, relativo ao orçamento público no Brasil.

As classificações por natureza, por fonte e por função são próprias da receita pública.

Comentário: A classificação por função pertence a despesa e não a receita pública.

Conforme MCASP 9ª edição , as receitas orçamentárias são classificadas segundo os seguintes critérios:

a. Natureza;

b. Fonte/Destinação de Recursos ; e

c. Indicador de Resultado Primário.

Gabarito: Errado

179. CEBRASPE - AAAJ (DP DF)/Administração/2022

Com relação a aspectos técnicos e legais das receitas e despesas públicas, julgue o item a seguir.

Na receita orçamentária, o código de fontes tem a finalidade de indicar a origem dos recursos que estão sendo utilizados.

Comentário:
Guarde esta questão como uma das mais malignas em prova. Vamos esquematizar o que você precisa memorizar:
Código de Fontes;
Na receita - Destinação do recurso. Na despesa - Origem do recurso
Perceba que há uma relação inversa e por isso causa confusão. Por este motivo a questão incorre em erro pois na receita informa a destinação, a origem é na receita. Vejamos o conceito do Mcasp 9ª edição:
Como mecanismo integrador entre a receita e a despesa, o código de FR exerce um duplo papel no processo orçamentário. Para a receita orçamentária, esse código tem a finalidade de indicar a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas orçamentárias. Para a despesa orçamentária, identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados.
Gabarito: Errado

180. CEBRASPE - ACE TCE RJ/Controle Externo/Ciências Contábeis/2021

https://t.me/kakashi_copiador

A respeito dos mecanismos utilizados na elaboração, execução e controle do orçamento, julgue o item que se segue.
O montante total arrecadado por determinado tributo pode ser registrado com códigos de fontes de receita distintas.

Comentário:
Trata-se de um tema previsto no MCASP. É possível ocorrer codificações diferentes em se tratando de exercícios financeiros diferentes. Por exemplo, um tributo proveniente de arrecadação do exercício passado terá uma codificação diferente do tributo arrecadado no exercício vigente.
Gabarito: Certo.

181. CEBRASPE - ACE TCE RJ/Controle Externo/Ciências Contábeis/2021 Em relação às receitas públicas, julgue o item a seguir.

A classificação da receita orçamentária por fonte tem como finalidade identificar se os recursos são provenientes de tributos, da exploração do patrimônio estatal ou da exploração de atividades econômicas.

Comentário:
Os recursos são provenientes de tributos, da exploração do patrimônio estatal ou da exploração de atividades econômicas são da classificação por categoria econômica e não por fonte.
Gabarito: Errado

182. CESPE / Analista de Controle Externo / TCE/RJ - 2021

O montante total arrecadado por determinado tributo pode ser registrado com códigos de fontes de receita distintas.

Comentário:
A classificação por fontes de recursos consiste em um código de três dígitos, sendo que o primeiro indica o grupo de fontes de recursos, e o segundo e terceiro, a especificação das fontes de recursos. O grupo de fontes de recursos identifica se o recurso pertence ao exercício corrente ou a exercícios anteriores. Assim, o montante total arrecadado por determinado tributo pode ser registrado com códigos de fontes de receita distintas, por exemplo, se ocorrer em exercícios financeiros diferentes.
Gabarito: Certa

https://t.me/kakashi_copiador

183. CESPE / Técnico Judiciário / Administrativa / STJ - 2018

A classificação orçamentária da receita por fonte de recursos é dividida em cinco grupos, entre eles inclui-se o grupo de recursos condicionados.

Comentário:
Gabarito: Gabarito original: Certa

A classificação por fontes de recursos consiste em um código de três dígitos, sendo que o primeiro indica o grupo de fontes de recursos, e o segundo e terceiro, a especificação das fontes de recursos.

1º Dígito / Grupo de Fontes de Recursos (04 grupos)

1 / Recursos do Tesouro / Exercício Corrente

3 / Recursos do Tesouro / Exercícios Anteriores

7 - Recursos de Operações de Crédito Ressalvadas pela Lei de Crédito Adicional da Regra de Ouro
9 - Recursos Condicionados

Gabarito atualizada conforme MTO 2022: Errada

184. CESPE / Analista Judiciário / Contabilidade / STM - 2018

Na contabilização de valores relativos a ingressos extraorçamentários, o gestor deve vincular tais recursos às fontes que financiam a execução de políticas públicas.

Comentário:
As receitas extraorçamentárias não financiam os gastos públicos. A classificação fontes de recursos constituem-se de determinados agrupamentos de naturezas de receitas, atendendo a uma determinada regra de destinação legal, e servem para indicar como são financiadas as despesas orçamentárias.
Gabarito: Errada

https://t.me/kakashi_copiador

185. CESPE / Analista Judiciário / Administrativa - TRE/PE - 2017

A classificação da receita pública por fonte de recursos indica a origem do recurso segundo o seu fato gerador, quer seja recurso do Tesouro Nacional, quer de outras fontes.

Comentário:
A classificação por natureza da receita busca a melhor identificação da origem do recurso segundo seu fato gerador.
A classificação por fontes evidencia a destinação legal dos recursos arrecadados. No âmbito da classificação por fontes, o grupo de fontes de recursos identifica se o recurso originário do Tesouro Nacional e se pertence ao exercício corrente ou a exercícios anteriores.

(MTO 2022) A classificação por fontes de recursos consiste em um código de três dígitos, sendo que o primeiro indica o grupo de fontes de recursos, e o segundo e terceiro, a especificação das fontes de recursos.
1º Dígito / Grupo de Fontes de Recursos (04 grupos) 1 / Recursos do Tesouro / Exercício Corrente 3 / Recursos do Tesouro / Exercícios Anteriores

7 - Recursos de Operações de Crédito Ressalvadas pela Lei de Crédito Adicional da Regra de Ouro
9 - Recursos Condicionados

Gabarito: Errada

186. CESPE / Analista Judiciário / Administrativa - TRE/PE - 2017

Na classificação orçamentária segundo a fonte dos recursos, os resultados obtidos pelo Banco Central do Brasil são considerados outras fontes.

Comentário:
Na classificação orçamentária segundo a fonte dos recursos, os resultados obtidos pelo Banco Central do Brasil são considerados Recursos do Tesouro.
Gabarito: Errada

187. CESPE / Auditor Fiscal de Controle Externo / Direito - TCE/SC / 2016

O grupo de destinação de recursos divide a receita pública entre os recursos originários do Tesouro Nacional e os originários de outras fontes, fornecendo também a indicação sobre o exercício em que esses recursos foram arrecadados.

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:
Gabarito: Gabarito original: Certa
(MTO 2022) A classificação por fontes de recursos consiste em um código de três dígitos, sendo que o primeiro indica o grupo de fontes de recursos, e o segundo e terceiro, a especificação das fontes de recursos.
1º Dígito / Grupo de Fontes de Recursos (04 grupos) 1 / Recursos do Tesouro / Exercício Corrente 3 / Recursos do Tesouro / Exercícios Anteriores

7 - Recursos de Operações de Crédito Ressalvadas pela Lei de Crédito Adicional da Regra de Ouro
9 - Recursos Condicionados

Gabarito: Errada

188. CESPE / Administrador / MPOG - 2015

O mecanismo de classificação de recursos por fonte tem por objetivo identificar a destinação dos recursos arrecadados.

Comentário:
A classificação por fontes identifica a destinação legal dos recursos arrecadados.
Gabarito: Certa

189. CESPE / Analista Judiciário / Administrativa / STJ - 2015

Um aspecto na classificação orçamentária por fontes de recursos é o estabelecimento de uma vinculação entre a origem e a aplicação de determinados recursos, de tal modo que estes tenham uma destinação exclusiva. Isso pode, eventualmente, provocar ociosidade ou escassez de recursos para financiar determinadas ações.

Comentário:
A destinação vinculada é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma. A obrigatoriedade de se executar determinada ação pode, eventualmente, provocar ociosidade naquela que tem recursos vinculados demais ou escassez de recursos para financiar as ações sem vinculação.
Gabarito: Certa

190. CESPE / Inspetor de Controle Externo - TCE-RN / 2015

https://t.me/kakashi_copiador

O código de classificação por fonte de recursos é de utilização exclusiva na classificação da receita pública.

Comentário:
A classificação por fontes é tanto da receita como da despesa.
Gabarito: Errada

191. CESPE / Auditor de Controle Externo / TCDF / 2014

A classificação da receita por fonte de recurso atende à necessidade de vinculação de receitas e despesas estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Comentário:
Por meio da classificação por fontes, possibilita-se o atendimento dos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal:
_ Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso (art. 8º, parágrafo único, da LRF);
_ A disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada (art. 50, I, da LRF).
Gabarito:Certa

192. CESPE /Administrador - Polícia Federal / 2014

A fixação de despesa na lei orçamentária anual deve incluir a respectiva fonte de recursos, mesmo quando se tratar de despesas financiadas com recursos desvinculados.

Comentário:
A destinação pode ser classificada em destinação vinculada e destinação ordinária. A destinação vinculada é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma. Já a destinação ordinária é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.
Gabarito: Certa

193. CEBRASPE - AFCE (TCE-SC)/Administração/2022

No que tange à receita pública, julgue o item subsequente.

https://t.me/kakashi_copiador

As receitas primárias se referem predominantemente às receitas de tributos, de contribuições sociais, das concessões, e da emissão de títulos.

Comentário:
O erro da questão é citar a emissão de títulos pois estes não fazem parte das receitas primárias, mas sim das financeiras.
Conforme Mcasp 9ª edição:

As receitas financeiras são aquelas que não contribuem para o resultado primário no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo, alterando concomitantemente o ativo e o passivo financeiros. São adquiridas junto ao mercado financeiro, decorrentes da emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das receitas de aplicações financeiras da União (juros recebidos, por exemplo), das privatizações, amortização de empréstimos concedidos e outras.
Gabarito: Errado

194. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Tendo em vista a classificação e a origem econômica da receita orçamentária, julgue o item a seguir. As doações e os tributos compõem as receitas primárias.

Comentário:
Conforme Mcasp 9ª edição:

As receitas do Governo Federal podem ser divididas entre primárias e financeiras. O primeiro grupo (primárias) refere-se predominantemente a receitas correntes (exceto receitas de juros) e é composto daquelas que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota-parte das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das unidades orçamentárias, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias. Além disso, há receitas de capital primárias, decorrentes da alienação de bens e transferências de capital.
Gabarito: Certo

195. CEBRASPE - AJ (PGDF)/Administração/2021

Com relação ao orçamento público, julgue o item a seguir.

https://t.me/kakashi_copiador

A receita pública excluída do cálculo do resultado primário será classificada como financeira, segundo o critério de identificador do resultado primário.

Comentário:
Conforme o MCASP, as receitas do Governo Federal podem ser divididas entre primárias e financeiras. O primeiro grupo (primárias) refere-se predominantemente a receitas correntes (exceto receitas de juros) e é composto daquelas que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota-parte das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das unidades orçamentárias, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias.

Além disso, há receitas de capital primárias, decorrentes da alienação de bens e transferências de capital.
As receitas financeiras são aquelas que não contribuem para o resultado primário no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo, alterando concomitantemente o ativo e o passivo financeiros. São adquiridas junto ao mercado financeiro, decorrentes da emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das receitas de aplicações financeiras da União (juros recebidos, por exemplo), das privatizações, amortização de empréstimos concedidos e outras.

Gabarito: Certo.

196. CEBRASPE - AJ (PGDF)/Administração/2021

Acerca dos mecanismos de administração do orçamento, julgue o item que se segue.

As receitas e despesas financeiras decorrentes da concessão ou tomada de empréstimos integram o resultado primário do setor público usado como meta fiscal para efeito de acompanhamento da execução do orçamento.

Comentário:
Empréstimos, financiamentos, contratação de operações de créditos compõe o resultado financeiro
Gabarito: Errado.

197. CESPE / Analista Judiciário / Administrativa / STJ - 2018

https://t.me/kakashi_copiador

A classificação da receita para apuração do resultado primário é obrigatória para todos os entes da Federação.

Comentário:
A receita é classificada como primária (P), quando seu valor é incluído na apuração do resultado primário e não primária ou financeira (F), quando não é incluída nesse cálculo. Esta classificação orçamentária da receita não tem caráter obrigatório para todos os entes e foi instituída para a União com o objetivo de identificar quais são as receitas e as despesas que compõem o resultado

primário do Governo Federal, que é representado pela diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias.
Gabarito: Errada

198. CESPE / Técnico Judiciário / Administrativa / STJ - 2018

Conforme a classificação da receita orçamentária por indicador de resultado primário, receitas financeiras são aquelas que não alteram o endividamento líquido do governo no exercício financeiro correspondente.

Comentário:
De acordo com o MTO, as receitas financeiras são aquelas que não alteram o endividamento líquido do Governo (setor público não financeiro) no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo. São adquiridas junto ao mercado financeiro, decorrentes da emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das receitas de aplicações financeiras da União (juros recebidos, por exemplo), das privatizações e outras.
As demais receitas, provenientes dos tributos, contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais e de serviços, são classificadas como primárias.
Gabarito: Certa

199. CESPE / Analista Judiciário / Contabilidade / TRT/8 - 2016

A classificação da receita para apuração do resultado primário é obrigatória para todos os entes.

Comentário:
A receita é classificada como primária (P), quando seu valor é incluído na apuração do resultado primário e não primária ou financeira (F), quando não é incluída nesse cálculo. Esta classificação orçamentária da receita não tem caráter obrigatório para todos os entes e foi instituída para a União com o objetivo de identificar quais são as receitas e as despesas que compõem o resultado primário do Governo Federal, que é representado pela diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias.

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito: Errada

200. CESPE / Técnico Judiciário / Administrativa / STJ - 2015

A classificação destinada a identificar as receitas de acordo com sua inclusão no resultado fiscal do governo divide-se em receitas de resultado primário e secundário.

Comentário:
A classificação da receita por identificador de resultado divide as receitas públicas entre primárias e financeiras (ou não primárias).
Gabarito: Errada

201. CESPE / Administrador / MPOG - 2015

Distinguir a perenidade da fonte de recurso é fundamental ao planejamento orçamentário, por isso a norma vigente, para operacionalizar o indicador de resultado primário, classifica a receita em periódica ou extraordinária.

Comentário:
A classificação da receita por identificador de resultado divide as receitas públicas entre primárias e financeiras.
Gabarito: Errada

202. CESPE /Analista Técnico-Administrativo - CADE / 2014

A classificação da receita por identificador de resultado divide as receitas públicas entre aquelas relacionadas com o resultado fiscal e as relacionadas com o resultado operacional.

Comentário:
A classificação da receita por identificador de resultado divide as receitas públicas entre primárias e financeiras.
Gabarito: Errada

203. CESPE / Analista Judiciário / Administrativa / CNJ - 2013

No Brasil, a receita pública classifica-se segundo sua natureza, fonte (destinação) do recurso e risco fiscal.

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

As receitas orçamentárias são classificadas segundo os seguintes critérios: natureza de receita; indicador de resultado primário; fonte/destinação de recursos; e esfera orçamentária.
Gabarito: Errada

204. CESPE / Analista Judiciário - Administrativa / TRT/17 / 2013

O resultado primário utilizado como base para o acompanhamento da execução orçamentária deve incluir os recursos provenientes de impostos, taxas, contribuições e de operações de crédito realizadas com instituições financeiras oficiais.

Comentário:
As operações de crédito são receitas financeiras, logo não entram no cálculo do resultado primário.
Gabarito: Errada

205. CEBRASPE - Aud Est (SECONT ES)/Administração/2022

Julgue o próximo item, relativos aos tipos de receitas da administração pública. As multas são classificadas como receitas extraordinárias.

Comentário:
Um jeito simples de resolver a questão é assim: a multa pode ter várias classificações dependendo do seu contexto, por exemplo, será tributária se a multa incidir sobre um tributo será receita tributária, se for uma multa administrativa será outras receitas correntes. Com isso, percebemos que a questão a classifica por uma forma apenas e daí já podemos desconfiar do erro.
Gabarito: Errado

206. CESPE / Analista de Controle Externo / TCE/RJ - 2021

Receita orçamentária efetiva, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento e não constituem obrigações correspondentes.

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

A receita orçamentária efetiva contribui para o aumento do patrimônio líquido, sem correspondência no passivo, ou seja, são aquelas cujos ingressos de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento de algum direito.
Gabarito: Certa

207. CESPE / Técnico Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

Receita orçamentária efetiva é aquela que recebeu prévio reconhecimento do direito ou constitui obrigação correspondente.

Comentário:
A receita orçamentária efetiva contribui para o aumento do patrimônio líquido, sem correspondência no passivo, ou seja, são aquelas cujos ingressos de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento de algum direito.
A receita orçamentária não efetiva ou por mutação patrimonial é aquela que recebeu prévio reconhecimento do direito ou constitui obrigação correspondente. Nada acrescenta ao patrimônio público, pois se refere à entrada ou alteração compensatória nos elementos que o compõe.
Gabarito: Errada

208. CESPE / Auditor Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

A receita orçamentária será considerada efetiva caso os ingressos de disponibilidade de recursos tenham sido precedidos de registro do reconhecimento do direito ou quando constituam obrigações correspondentes.

Comentário:
A receita orçamentária efetiva contribui para o aumento do patrimônio líquido, sem correspondência no passivo, ou seja, são aquelas cujos ingressos de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento de algum direito.
A receita orçamentária não efetiva ou por mutação patrimonial é aquela que recebeu prévio reconhecimento do direito ou constitui obrigação correspondente. Nada acrescenta ao patrimônio público, pois se refere à entrada ou alteração compensatória nos elementos que o compõe.

Gabarito: Errada

https://t.me/kakashi_copiador

209. CESPE / Auditor - Conselheiro Substituto / TCE/PR / 2016

As receitas de capital e as receitas correntes provocam, ambas, efeito positivo no patrimônio líquido do Estado.

Comentário:
Como regra geral, as receitas correntes provocam efeito positivo no patrimônio líquido do Estado e, portanto, são efetivas. Entretanto, também como regra geral, as receitas de capital são representadas por mutações patrimoniais que nada acrescentam ao patrimônio público, só ocorrendo uma troca de elementos patrimoniais e, portanto, são não efetivas.
Gabarito: Errada

210. CESPE / Auditor - Conselheiro Substituto / TCE/PR / 2016

Durante o exercício, as receitas cujos valores extrapolarem o originalmente previsto na LOA serão classificadas como ingressos extraordinários.

Comentário:
Durante o exercício, as receitas cujos valores extrapolarem o originalmente previsto na LOA são chamadas de excesso de arrecadação e classificadas como ordinárias.
Gabarito:Errada

211. CESPE / Auditor de Controle Externo / TCE/PA / 2016

Informação/valor (em R$)

total da despesa liquidada 30.105

pagamento de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária 11.000
recebimento referente à alienação de bens imóveis 8.000
ICMS arrecadado 33.800
cauções recebidas de empresas para participação em licitação 2.000

depreciação de bens móveis 600
pagamento de folha de servidores 3.400
receita total prevista na LOA 35.500
pagamento referente à compra, no exercício, de medicamentos para famílias carentes 23.000
despesa fixada na LOA 35.500

https://t.me/kakashi_copiador

A tabela precedente apresenta eventos ocorridos, referentes ao exercício de 2015 em determinado estado da Federação. Sabendo que foram liquidados 90% da despesa empenhada, a receita efetiva foi superior a R$ 41.000.

Comentário:
Receitas efetivas:

ICMS arrecadado 33.800

Receitas não efetivas:

recebimento referente à alienação de bens imóveis 8.000

A receita efetiva foi de 33.800, portanto, inferior a R$ 41.000.
Gabarito: Errada

212. CESPE / Técnico Federal de Controle Externo / TCU - 2015

A operação de crédito, que é um exemplo de receita orçamentária não efetiva, constitui fato contábil permutativo, não afetando a situação patrimonial líquida do Estado quando do reconhecimento contábil do crédito.

Comentário:
As operações de crédito são uma das origens das receitas de capital, as quais, via de regra, são receitas orçamentárias não efetivas, pois constituem fatos contábeis permutativos, não afetando a situação patrimonial líquida do Estado quando do reconhecimento contábil do crédito.
Gabarito: Certa

213. CESPE / Contador - MTE / 2014

Para fins contábeis, a receita orçamentária efetiva aumenta a situação líquida patrimonial da entidade.

Comentário:
Quanto à afetação patrimonial, as receitas efetivas contribuem para o aumento do patrimônio líquido, sem correspondência no passivo.

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito: Certa

214. CESPE / Analista Administrativo - ICMBio / 2014

Receitas de capital são aquelas que provocam efeito no patrimônio líquido do governo.

Comentário:
Em geral, as receitas de capital são representadas por mutações patrimoniais que nada acrescentam ao patrimônio público, só ocorrendo uma troca de elementos patrimoniais, isto é, um aumento no sistema financeiro (entrada de recursos financeiros) e uma baixa no sistema patrimonial (saída do patrimônio em troca de recursos financeiros).
Gabarito: Errada

https://t.me/kakashi_copiador

QUESTÕES COMENTADAS - VUNESP

1. VUNESP/Pref Jaguariúna/2023

Integram a Dívida Ativa não Tributária os créditos da fazenda pública provenientes de

a) não recolhimento da parcela do ICMS.

b) atraso nas parcelas pertinentes a tributos municipais.

c) títulos públicos não recolhidos pelos agentes financeiros.

d) multas por descumprimento de obrigação legal relativa a tributos.

e) empréstimos compulsórios.

Gabarito: E

Comentário:

Questão literal conforme a Lei nº 4.320/1964. Vejamos:
"Art. 39. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.
§ 2º - Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais."

Portanto, nosso gabarito é o item E.

2. VUNESP /TCM SP/2023

A codificação das naturezas de receita pública aplica lógica integralmente voltada para a gestão das receitas orçamentárias. Os códigos estão estruturados de forma a proporcionar extração de

https://t.me/kakashi_copiador

informações imediatas. Há um código que permite qualificar com maior detalhe o fato gerador das receitas, qual seja:

a) categoria econômica.

b) fonte.

c) tipo.

d) espécie.

e) identificação de peculiaridades.

Gabarito: E

Comentário:

Para a estrutura de codificação foram reservados 4 dígitos para desdobramentos com o objetivo de identificar as particularidades de cada receita, caso seja necessário. Assim, esses dígitos podem ou não ser utilizados, observando-se a necessidade de especificação do recurso. Vejamos a estrutura abaixo:

1º	2º	3º	4º ao 7º	8º
CATEGORIA ECONÔMICA	ORIGEM	ESPÉCIE	DESDOBRAMENTO FACULTATIVO PARA IDENTIFICAÇÃO DE PECULIARIDADES DA RECEITA	TIPO

Entretanto temos um problema nessa questão. Vejamos os comentários dos itens:
a) Errado. A categoria econômica é um código que classifica as receitas orçamentárias em "Receitas Correntes" e "Receitas de Capital", conforme dispõe a Lei nº 4.320/1964.
b) Errado. A classificação por fontes ou destinações de recursos tem como objetivo agrupar receitas que possuam as mesmas normas de aplicação na despesa. Em regra, as fontes ou destinações de recursos reúnem recursos oriundos de determinados códigos da classificação por natureza da receita orçamentária, conforme regras previamente estabelecidas.
c) Errado. O tipo corresponde ao último dígito na natureza de receita e tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se refere aquela natureza.
d) Certo. [Considerado ERRADO para a banca!]
Conforme o MCASP 9ª Ed.:
"Espécie é o nível de classificação vinculado à Origem que permite qualificar com maior detalhe o fato gerador das receitas. Por exemplo, dentro da Origem Contribuições, identifica-se as espécies "Contribuições Sociais", "Contribuições Econômicas", "Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional" e "Contribuição para Custeio de Iluminação Pública"."

https://t.me/kakashi_copiador

Portanto, esse é o gabarito correto da questão. Porém ele foi dado como ERRADO pela banca, sem justificativa alguma. Um absurdo esse item ser considerado errado, visto que é letra dos Manuais.
e) Errado. [Considerado CERTO para a banca!]. Acerca do desdobramento, para a estrutura de codificação foram reservados 4 dígitos para desdobramentos com o objetivo de identificar as particularidades de cada receita, caso seja necessário. Assim, esses dígitos podem ou não ser utilizados, observando-se a necessidade de especificação do recurso.

Assim, o gabarito deveria ser alterado para o item D. O gabarito oficial foi item E!

3. VUNESP /Pref Marília/2023

Quanto às receitas orçamentárias, o nível de classificação vinculado à Origem que permite qualificar com maior detalhe o fato gerador das receitas é denominado de:

a) Espécie.

b) Categoria.

c) Unidade.

d) Base de Cálculo.

e) Fonte.

Gabarito: A

Comentário:

Aqui a VUNESP aprendeu a lição! Veja que aqui temos o gabarito correto, o que não aconteceu na questão de número 3 deste material. Conforme o MCASP 9ª Ed.:
"Espécie é o nível de classificação vinculado à Origem que permite qualificar com maior detalhe o fato gerador das receitas. Por exemplo, dentro da Origem Contribuições, identifica-se as espécies "Contribuições Sociais", "Contribuições Econômicas", "Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional" e "Contribuição para Custeio de Iluminação Pública"."
Logo, nosso gabarito é o item A.

4. VUNESP/Pref Marília/2023

Segundo o manual de contabilidade aplicável ao setor público, referente à dívida ativa, o registro das receitas orçamentárias oriundas do recebimento da dívida ativa deve ser

https://t.me/kakashi_copiador

discriminado em contas contábeis de acordo com a natureza do crédito original. Também devem ser classificados em classificações específicas os recebimentos referentes a multas, juros e outros encargos. No caso de uma baixa por recebimento do principal no órgão competente, a informação patrimonial será:

a) D: Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional e C: Créditos a Longo Prazo (P).

b) D: Receita a Realizar e C: Receita Realizada.

c) D: Controle da Disponibilidade de Recursos e C: Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR).

d) D: Receita a Realizar e C: Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR).

e) D: Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional e C: Receita Realizada.

Gabarito: A

Comentário:

Essa é uma questão mais técnica envolvendo procedimentos contábeis do Manual de Contabilidade (MCASP). Com base no Manual, a atualização monetária, juros, multas e outros encargos moratórios incidentes sobre os créditos inscritos em dívida ativa, previstos em contratos ou normativos legais, devem ser incorporados ao valor original inscrito, de acordo com o regime de competência. A baixa da Dívida Ativa pode ocorrer por:

- ☐ Recebimento em espécie, bens ou direitos;
- ☐ Abatimento ou anistia;
- ☐ Cancelamento administrativo ou judicial da inscrição; ou
- ☐ Compensação de créditos inscritos em dívida ativa com créditos contra a Fazenda
- ☐ Pública

Vejamos o lançamento, conforme o MCASP:

Registro da baixa do crédito a receber inscrito em dívida ativa
Natureza da informação: patrimonial
D 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
C 1.x.x.x.x.xx.xx Créditos a Receber – Dívida Ativa

Logo, nosso gabarito é o item A.

5. VUNESP /ALESP/2022

Prefeito do Município "X" anuncia a realização de investimentos na revitalização de uma praça municipal com recursos de impostos arrecadados pela própria Prefeitura, com recursos remetidos pelo Governo do Estado mediante assinatura de convênio específico e de doações do

https://t.me/kakashi_copiador

setor privado para essa específica finalidade. É correto afirmar, com base na Lei nº 4.320/1964, que as receitas utilizadas para financiamento das obras serão registradas no orçamento municipal respectivamente como:

a) receitas correntes de impostos, receitas industriais, receitas de doação de capital.

b) receitas próprias financeiras, transferências obrigatórias de capital e transferências correntes de instituições privadas.

c) receitas correntes de impostos, transferências voluntárias de capital de estados e transferências de capital de instituições privadas.

d) receitas de capital, receitas de transferências interestaduais e receitas de prestação de serviços.

e) receitas de participação, transferências voluntárias correntes e receitas patrimoniais.

Gabarito: C

Comentário:

Essa questão, na verdade, trata de detalhes técnicos contidos no Manual da Receita Nacional, mais especificamente, no ementário. Entretanto conseguimos matar a questão com alguns detalhes, vejamos:

- ☐ "com recursos de impostos arrecadados pela própria Prefeitura" → receita corrente tributária;
- ☐ "com recursos remetidos pelo Governo do Estado mediante assinatura de convênio específico" → é uma receita de capital, na origem transferência de capital, uma vez que será destinada a um investimento (também de capital); e
- ☐ "doações do setor privado para essa específica finalidade" → é uma receita de capital, na origem transferência de capital, uma vez que será destinada a um investimento (também de capital).

Dessa forma, temos como gabarito o item C.

6. VUNESP /Pref Jundiaí/2022

Ao acessar, por meio do portal da prefeitura, os balanços orçamentários da gestão anterior do seu município com vistas a analisar o comportamento da arrecadação tributária, um determinado gestor público recém-empossado encontrou como fontes de receitas orçamentárias correntes os seguintes impostos:

a) Taxa de Coleta do Lixo, Contribuição de Iluminação Pública (COSIP) e Taxa de Alvará de Funcionamento.

https://t.me/kakashi_copiador

b) Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

c) Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

d) Imposto Sobre Serviços (ISS), Contribuição de Iluminação Pública (COSIP) e Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

e) Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto Sobre Serviços (ISS).

Gabarito: B

Comentário:

Perceba que é uma questão simples, que exige do candidato que apenas identifique um item que contenha apenas fontes de receitas orçamentárias correntes como impostos municipais, como consta exatamente no item B. No item C, temos ICMS e ITCD, que são impostos estaduais, assim como IPVA no item E. Os demais itens apresentam contribuições, que não são exatamente impostos. Portanto, nosso gabarito é o item B.

7. VUNESP /PRUDENCO/2022

A Lei no 4.320/64 estabelece que há duas categorias de receita, Receitas Correntes e Receitas de Capital, sendo que:

a) as Receitas Correntes incluem receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, e as Receitas de Capital abrangem as receitas provenientes da conversão, em espécie, de bens e direitos.

b) as Receitas Correntes incluem receitas provenientes da conversão, em espécie, de bens e direitos, e as Receitas de Capital abrangem as receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.

c) as Receitas Correntes incluem o superávit do Orçamento Corrente, e as Receitas de Capital abrangem as receitas tributárias.

d) as Receitas Correntes incluem receitas patrimonial, agropecuária e industrial, e as Receitas de Capital abrangem as receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.

e) as Receitas Correntes incluem receitas patrimonial, agropecuária e industrial, e as Receitas de Capital abrangem as receitas provenientes das receitas tributárias.

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito: D

Comentário:

Conforme a Lei nº 4.320/1964:
"Art. 11 - A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.
§ 1º - São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
§ 2º - São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente."
Os códigos da Origem para as receitas correntes e de capital, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com alterações introduzidas pela Portaria Interministerial 163/2001 e atualizações posteriores, são:

Categoria Econômica (1º Dígito)	**Origem (2º Dígito)**
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

Portanto, nosso gabarito é o item D.

8. VUNESP /PRUDENCO/2022

A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total

a) o valor estabelecido em contrato, conforme vencedor da licitação estabelecida nos moldes da Lei nº 8.666/93.

https://t.me/kakashi_copiador

b) o valor orçado pelo ente público, e o repasse ao contribuinte será realizado de acordo com o m² de cada imóvel beneficiado pela melhoria pública.

c) a capacitade contributiva do proprietário do imóvel beneficiado.

d) a Receita de Capital arrecadada durante período pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, durante o período.

e) a despesa realizada e, como limite individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Gabarito: E

Comentário:

Essa é uma questão que envolve conceitos tributários. É espécie de tributo na classificação da receita orçamentária e tem como fato gerador valorização imobiliária que decorra de obras públicas, contanto que haja nexo causal entre a melhoria havida e a realização da obra pública. De acordo com o art. 81 do CTN:
"Art. 81. A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado."
Portanto, nosso gabarito é o item E.

9. VUNESP /PERUÍBEPREV/2022

As Receitas Públicas, quanto à sua procedência, são classificadas em:

a) originárias ou derivadas.

b) correntes ou de capital.

c) efetivas ou por mutação patrimonial.

d) ordinárias ou extraordinárias.

e) orçamentárias ou extraorçamentárias.

Gabarito: A

Comentário:

Conforme o MCASP 9ª Ed., a doutrina classifica as receitas públicas, quanto à procedência, em Originárias e Derivadas. Essa classificação possui uso acadêmico e não é normatizada; portanto, não é utilizada como classificador oficial da receita pelo Poder Público.

https://t.me/kakashi_copiador

Logo, nosso gabarito é o item A.

10. VUNESP /Pref Piracicaba/2022

Fazem parte da receita orçamentária todos os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado, menos os recursos financeiros provenientes

a) das atividades industriais e agropecuárias.

b) das despesas inscritas em restos a pagar.

c) dos rendimentos financeiros obtidos com títulos públicos.

d) do *superavit* financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

e) da valorização imobiliária decorrente de obras públicas e outras melhorias.

Gabarito: D

Comentário:

Conforme o MCASP, *não devem ser reconhecidos como receita orçamentária* os recursos financeiros oriundos de Superávit Financeiro, que é a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos neles veiculadas. Portanto, trata-se de saldo financeiro e não de nova receita a ser registrada. O superávit financeiro pode ser utilizado como fonte para abertura de créditos suplementares e especiais.
Logo, nosso gabarito é o item D.

11. VUNESP/PRUDENCO/2022

A Lei no 4.320/64 determina que a Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei. Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, a receita pode ser "efetiva" ou "não-efetiva".

Entende-se por Receita Orçamentária efetiva aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos

a) foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.

b) poderão ser precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso dos ingressos extraordinários.

https://t.me/kakashi_copiador

c) poderão ser precedidos de registro do reconhecimento do direito ou talvez constituam obrigações correspondentes, como é o caso dos ingressos ordinários.

d) não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

e) poderão ser precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes.

Gabarito: D

Comentário:

Conforme o Manual Técnico de Orçamento (MTO) 2023, para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, a receita pode ser "efetiva" ou "não efetiva", conforme mostrado abaixo:

- ☐ Receita Orçamentária Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.
- ☐ Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.

Portanto, nosso gabarito é o item D.

12. VUNESP/PRUDENCO/2022

As receitas que são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações e que têm a finalidade principal de atender as necessidades públicas e demandas da sociedade denominam-se

a) orçamentárias.

b) de capital.

c) correntes.

d) extraordinárias.

e) patrimoniais.

Gabarito: A

Comentário:

Conforme o MCASP 9ª Ed., receitas orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são

https://t.me/kakashi_copiador

fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Assim, o gabarito é o item A.

13. VUNESP /PRUDENCO/2022

A receita oriunda de multas punitivas aplicadas pelo governo será classificada, segundo a regulamentação, como

a) Capital.

b) Originária.

c) Derivada.

d) Condicional.

e) Imposta.

Gabarito: C

Comentário:

A doutrina classifica as receitas públicas, quanto à procedência, em originárias e derivadas. Receitas públicas originárias, segundo a doutrina, são as arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública. Resultam, principalmente, de rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado (receita de aluguel), de preços públicos, de prestação de serviços comerciais e de venda de produtos industriais ou agropecuários. Receitas públicas derivadas, segundo a doutrina, são as obtidas pelo poder público por meio da soberania estatal. Decorrem de norma constitucional ou legal e, por isso, são auferidas de forma impositiva, como, por exemplo, as receitas tributárias e as contribuições especiais. Assim, a receita oriunda de multas punitivas aplicadas pelo governo será classificada como receita derivada, em decorrência da soberania estatal. Portanto, nosso gabarito é o item C.

14. VUNESP /PRUDENCO/2022

Assinale a alternativa que contém a classificação correta para a receita em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

a) Receita orçamentária efetiva.

b) Receita orçamentária não efetiva.

c) Receita extraorçamentária efetiva.

https://t.me/kakashi_copiador

d) Receita extraorçamentária não efetiva.

e) Receita econômica.

Gabarito: A

Comentário:

Conforme o Manual Técnico de Orçamento (MTO) 2023, para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, a receita pode ser "efetiva" ou "não efetiva", conforme mostrado abaixo:

- ☐ Receita Orçamentária Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.
- ☐ Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.

Portanto, nosso gabarito é o item A.

15. VUNESP/Pref Guaratinguetá/2022

Uma determinada entidade pública, a qual concedeu hipoteticamente um empréstimo a outra entidade, recebeu a título de amortização um valor equivalente a 25% desse empréstimo. O Sr. José, contador dessa entidade, necessita contabilizar essa amortização que será reconhecida como receita

a) de caixa.

b) patrimonial.

c) financeira.

d) de capital.

e) corrente.

Gabarito: D

Comentário:

Questão que aborda a classificação econômica da receita pública. Conforme dispõem os Manuais Técnicos:

https://t.me/kakashi_copiador

Categoria Econômica (1º Dígito)	Origem (2º Dígito)
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

Perceba que a origem "amortização de empréstimos concedidos" classifica-se na categoria econômica "receitas de capital". Portanto, nosso gabarito é o item D.

16. VUNESP/Pref Jundiaí/2022

A Lei nº 4.320/1964 classifica a receita pública nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Assinale a alternativa correta de acordo com a referida lei.

a) Estão incluídas nas Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.

b) Estão incluídas nas Receitas de Capital as provenientes de receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

c) Estão incluídas nas Receitas Correntes as receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas e, ainda, de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

d) Estão incluídas nas Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de receitas tributária, de contribuições e, ainda, resultantes da conversão, em espécie, de bens e direitos.

e) Estão incluídas nas Receitas Correntes as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

Gabarito: E

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:

Os códigos da Origem para as receitas correntes e de capital, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com alterações introduzidas pela Portaria Interministerial 163/2001 e atualizações posteriores, são:

Categoria Econômica (1º Dígito)	Origem (2º Dígito)
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

Conforme a Lei nº 4.320/1964:
"Art. 11 - A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.
§ 1º - São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes."
Logo, nosso gabarito é o item E.

17. VUNESP /Pref Jundiaí/2022

São receitas originárias no setor público:

a) dividendos e Multas.

b) impostos e taxas.

c) isenção tributária e renúncia fiscal.

d) gastos com pessoal e regimes previdenciários.

e) receita patrimonial e de serviços.

Gabarito: E

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:

A doutrina classifica as receitas públicas, quanto à procedência, em originárias e derivadas. Receitas públicas originárias, segundo a doutrina, são as arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública. Resultam, principalmente, de rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado (receita de aluguel), de preços públicos, de prestação de serviços comerciais e de venda de produtos industriais ou agropecuários. Portanto, nosso gabarito é o item E.

18. VUNESP /Pref Piracicaba/2022

Quanto à classificação da receita pública, receitas correntes são receitas

a) derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e venda de ativos.

b) oriundas das atividades operacionais, visando à consecução dos objetivos constantes dos programas e ações do governo.

c) que não constam na Lei Orçamentária Anual e compreendem as entradas de caixa ou créditos de terceiros que o Estado tem a obrigação de devolução ou recolhimento.

d) que decorrem de saída de itens do ativo ou entrada de obrigações no passivo.

e) provenientes do patrimônio público, ou seja, o Estado obtém receitas através de seu patrimônio, bens e direitos, colocados à disposição da sociedade.

Gabarito: B

Comentário:

As receitas correntes referem-se às receitas provenientes das atividades financeiras recorrentes do governo, como impostos, taxas, contribuições, entre outras. Elas são destinadas a financiar os gastos regulares do governo, como pagamento de salários, serviços públicos, manutenção de infraestrutura, entre outros. Entretanto as receitas correntes não estão necessariamente relacionadas às atividades operacionais, mas é o item mais correto dentre os demais. Julguemos os demais itens:
a) Errado. São as receitas de capital que derivam da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e venda de ativos.
b) Certo, conforme comentado acima.
c) Errado. São as receitas EXTRAORÇAMENTÁRIAS que não constam na Lei Orçamentária Anual e compreendem as entradas de caixa ou créditos de terceiros que o Estado tem a obrigação de devolver ou recolher.

https://t.me/kakashi_copiador

d) Errado. São as receitas de capital que decorrem de saída de itens do ativo ou entrada de obrigações no passivo.
e) Errado. Esse item foi muito restrito, já que se refere às receitas correntes patrimoniais.
Dessa forma, o gabarito é o item B, com essa pequena ressalva acerca do texto da alternativa não ser a mais correta definição de receitas correntes.

19. VUNESP /Pref Guaratinguetá/2022

À luz das disposições constantes da Lei nº 4.320/1964, os proventos decorrentes da Contribuição de Melhoria são classificados como

a) receitas de serviços.

b) receita de capital.

c) receita patrimonial.

d) receita tributária.

e) receita de amortização de dívidas.

Gabarito: D

Comentário:

Os códigos da Origem para as receitas correntes e de capital, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com alterações introduzidas pela Portaria Interministerial 163/2001 e atualizações posteriores, são:

Categoria Econômica (1º Dígito)	Origem (2º Dígito)
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

Logo, nosso gabarito é o item D.

https://t.me/kakashi_copiador

20. VUNESP/Pref Guaratinguetá/2022

De acordo com a contabilidade pública, segundo a doutrina, receitas arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública, que são originadas principalmente, de rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado (receita de aluguel), de preços públicos, de prestação de serviços comerciais e de venda de produtos industriais ou agropecuários, são denominadas

a) Receitas públicas derivadas.

b) Receitas orçamentárias transitórias.

c) Receitas públicas originárias.

d) Receitas compensatórias orçamentárias e extraorçamentárias.

e) Receitas derivadas econômicas.

Gabarito: C

Comentário:

A doutrina classifica as receitas públicas, quanto à procedência, em originárias e derivadas. Receitas públicas originárias, segundo a doutrina, são as arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública. Resultam, principalmente, de rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado (receita de aluguel), de preços públicos, de prestação de serviços comerciais e de venda de produtos industriais ou agropecuários. Portanto, nosso gabarito é o item C.

21. VUNESP /ALESP/2022

Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, a receita pode ser "efetiva" ou "não efetiva". A receita orçamentária "não efetiva" pode ser

a) outras receitas de capital.

b) aquisição de materiais para estoque.

c) impostos e taxas.

d) contribuições de melhorias.

e) operações de crédito.

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito: E

Comentário:

Chamo a atenção de vocês para o seguinte: nem todas as receitas de capital são "não efetivas". As transferências de capital são receitas e despesas efetivas, haja vista que não há uma contrapartida em relação ao valor recebido ou transferido. Em geral, as receitas de capital são não efetivas, ressalvadas as transferências de capital, portanto temos como gabarito o item E, que é uma receita de capital. Nas outras receitas de capital, registram-se receitas cujas características não permitam o enquadramento nas demais classificações da receita de capital, tais como resultado do Banco Central, remuneração das disponibilidades do Tesouro, entre outras. Dessa forma, não conseguimos enquadrá-la ou não como não efetiva, necessariamente. O item mais correto, de fato, é o item E.

22. VUNESP /PRUDENCO/2022

As taxas cobradas pelo poder público, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador, entre outros,

a) a melhoria realizada em relação ao serviço prestado ao contribuinte.

b) o orçamento do custo da obra.

c) a parcela do custo financiada pelo contribuinte.

d) o exercício regular do poder de polícia, prestado ao contribuinte.

e) a delimitação da zona beneficiada pela taxa.

Gabarito: D

Comentário:

As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito das respectivas atribuições, são, também, espécie de tributo na classificação orçamentária da receita, tendo, como fato gerador, o exercício regular do poder de polícia administrativa, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição – art. 77 do CTN:
"Art. 77: As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição."
Portanto, o gabarito é o item D.

https://t.me/kakashi_copiador

23. VUNESP /Pref Piracicaba/2022

São consideradas receitas extraorçamentárias

a) as variações da dívida ativa.

b) as decorrentes de alienação de bens.

c) as receitas agropecuária, industrial e de serviços financeiros.

d) operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).

e) as transferências de instituições privadas, do exterior e de pessoas físicas.

Gabarito: D

Comentário:

A matéria pertinente à receita vem disciplinada no art. 3º, conjugado com o art. 57, e no art. 35 da Lei nº 4.320/1964:
"Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros."
Logo, o gabarito é o item D.

24. VUNESP/CM Campo Limpo Pta/2022

Quanto às Receitas Correntes, é correto afirmar que

a) são arrecadadas dentro do exercício financeiro.

b) compreendem a conversão em espécie de bens e direitos.

c) são aquelas que alteram o patrimônio duradouro do Estado.

d) objetivam atender às despesas de capital.

e) são provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.

Gabarito: A

Comentário:

Conforme o MCASP 9ª Ed., as receitas orçamentárias correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas. Assim, nosso gabarito é o item A.

https://t.me/kakashi_copiador

25. VUNESP/EsFCEx/2021

Os recursos efetivos ou por mutação, pertencentes ao Estado, ou seja, aqueles que não serão restituídos no futuro, previstos ou não na Lei Orçamentária e que serão utilizados no financiamento de despesas públicas, são as receitas

a) de capital.

b) orçamentárias.

c) correntes.

d) ordinárias.

e) extraordinárias.

Gabarito: B

Comentário:

Receitas efetivas referem-se às receitas arrecadadas e disponíveis para uso imediato pelo governo. São valores que ingressam efetivamente nos cofres públicos e podem ser utilizados para o financiamento das despesas públicas. Essas receitas estão disponíveis para serem utilizadas dentro do exercício financeiro em que foram arrecadadas. Já as receitas não efetivas são aquelas que, embora tenham sido registradas contabilmente como receitas, ainda não foram integralmente arrecadadas ou estão sujeitas a alguma condição para sua efetivação. Por exemplo, receitas provenientes de empréstimos a receber, multas e juros que estão em processo de cobrança, ou receitas vinculadas a determinadas condições legais ou contratuais para sua efetivação. Perceba que nos itens A e C temos alternativas muito restritas, já que o enunciado traz "Os recursos efetivos ou por mutação", o que nos faz pensar em receitas orçamentárias em geral, sejam correntes ou capital. Portanto, nosso gabarito é o item B.

26. VUNESP/EsFCEx/2021

Em conformidade com o artigo 11 da Lei Federal 4.320/64, é correto afirmar que as Receitas se classificam nas seguintes categorias econômicas:

a) Receitas Correntes e Receitas de Capital.

b) Receitas Correntes e Receitas Tributárias.

c) Receitas Patrimoniais e Receitas de Serviços.

d) Receitas Patrimoniais e Operações de Créditos.

https://t.me/kakashi_copiador

e) Receitas de Capital e Receitas de Serviços.

Gabarito: A

Comentário:

Conforme o art. 11 da Lei nº 4.320/1964, classificam as receitas orçamentárias em "Receitas Correntes" e "Receitas de Capital". Logo, nosso gabarito é o item A.

27. VUNESP/Pref F Vasconcelos/2021

Sobre Receitas Públicas, é correto afirmar que

a) a classificação da receita orçamentária é de utilização facultativa para os entes da Federação.

b) ingressos orçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero depositário.

c) receitas de Capital são as provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

d) receitas de Operação Intraorçamentárias são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

e) receitas financeiras são instrumentos por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

Gabarito: C

Comentário:

Vamos analisar item a item:
a) Errado. As classificações oficiais elencadas nos Manuais técnicos são de observância obrigatória, em boa parte. Nem se pode afirmar que são todas facultativas ou todas obrigatórias, pois algumas são uma ou outra.
b) Errado. Os ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero depositário.
c) Certo. Conforme a Lei nº 4.320/1964:
"§ 2º - São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de

https://t.me/kakashi_copiador

outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente."
d) Errado. Essa é a definição de receita orçamentária. Operações intraorçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do mesmo ente federativo. Não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas apenas remanejamento de receitas entre seus órgãos.
e) Errado. As receitas do Governo Federal podem ser divididas entre primárias e financeiras. O primeiro grupo refere-se predominantemente a receitas correntes (exceto receitas de juros) e é composto daquelas que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota-parte das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das unidades orçamentárias, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias. Além disso, há receitas de capital primárias decorrentes da alienação de bens e transferências de capital. Já as receitas financeiras são aquelas que não contribuem para o resultado primário no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo, alterando concomitantemente o ativo e o passivo financeiros. São adquiridas junto ao mercado financeiro, decorrentes da emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das receitas de aplicações financeiras da União (juros recebidos, por exemplo), das privatizações, amortização de empréstimos concedidos e outras.
Logo, nosso gabarito é o item C.

28. VUNESP /Pref Jundiaí/2021

A Prefeitura do Município de Bom Clima assinou um contrato de concessão do mercado municipal da cidade, pelo período de dez anos, ao Consórcio de Empresas Futuro, recebendo valores anuais expressivos em razão disso. De acordo com a classificação da Receita Pública, os montantes recebidos em decorrência da concessão do mercado configura a

a) Receita de Alienação de Bens.

b) Receita Corrente.

c) Receita de Capital.

d) Receita de Amortização.

e) Receita de Transferência de Capital.

Gabarito: B

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

São receitas provenientes da fruição do patrimônio do ente público, por exemplo, bens mobiliários e imobiliários ou, ainda, bens intangíveis e participações societárias. São classificadas no orçamento como receitas correntes e de natureza patrimonial. Quanto à procedência, trata-se de receitas originárias. Podemos citar como espécie de receita patrimonial as concessões e permissões, cessão de direitos, dentre outras. Logo, o gabarito é o item B.

29. VUNESP /CODEN/2021

Em conformidade com a classificação orçamentária prevista na Lei nº 4.320/64, por categoria econômica, o tributo é uma das origens

a) da Receita de Capital.

b) da Receita Corrente.

c) do *superavit* do orçamento corrente.

d) dos recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público e privado.

e) da receita patrimonial.

Gabarito: B

Comentário:

A Origem é o detalhamento das Categorias Econômicas "Receitas Correntes" e "Receitas de Capital", com vistas a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos. Os códigos da Origem para as receitas correntes e de capital, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, são:

Categoria Econômica (1º Dígito)	Origem (2º Dígito)
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

https://t.me/kakashi_copiador

Logo, nosso gabarito é o item B.

30. VUNESP/EsFCEx/2021

Quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, para fins contábeis, a receita pode ser "efetiva" ou "não efetiva". Dessa forma, podemos afirmar que Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos

a) foram registrados como receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário.

b) foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações recorrentes.

c) foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.

d) não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes, como é o caso do registro em dívida ativa.

e) não foram precedidos de registro do reconhecimento do direito e constituem obrigações correspondentes, a exemplo do não registro do empenho.

Gabarito: C

Comentário:

Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, a receita pode ser "efetiva" ou "não efetiva":

- ☐ Receita Orçamentária Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.
- ☐ Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.

Logo, nosso gabarito é o item C.

31. VUNESP/Pref RP/2021

É correto afirmar, quanto à receita pública:

a) Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que as aplicações de disponibilidades de recursos foram precedidas de registro do reconhecimento do custo ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.

https://t.me/kakashi_copiador

b) Receita Orçamentária Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

c) Aplicações de Recursos Extraorçamentários são recursos financeiros de caráter permanente, do qual o Estado é mero agente depositário.

d) A Classificação da Receita Orçamentária é de utilização facultativa para todos os entes da Federação, e na implementação, sendo obrigatória sua consolidação para atendimento das respectivas peculiaridades.

e) Operações Intraorçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública Mista; todavia, são integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social de diferente ente federativo.

Gabarito: B

Comentário:

Vejamos as justificativas dos itens:

a) Errado. Receita orçamentária não efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito. O item trouxe "reconhecimento do custo", portanto, está incorreto.

b) Certo. Receita orçamentária efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes. O item está correto!

c) Errado. Ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita à autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA).

d) Errado. A classificação da receita orçamentária é de utilização obrigatória para todos os entes da Federação, sendo facultado seu desdobramento para atendimento das respectivas peculiaridades.

e) Errado. Operações intraorçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo; por isso, não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas apenas movimentação de receitas entre seus órgãos.

Logo, o gabarito é o item B.

32. VUNESP/CODEN/2021

Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, a receita pode ser "efetiva" ou "não efetiva". A Receita Orçamentária Efetiva é aquela em que os ingressos de

https://t.me/kakashi_copiador

a) disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.

b) disponibilidades de recursos foram registrados no reconhecimento do fato gerador e podem até constituir obrigações correlatas.

c) recursos financeiros nos cofres do Estado são registrados somente quando representam disponibilidades.

d) recursos financeiros nos cofres do Estado não constituem obrigações correspondentes.

e) disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

Gabarito: E

Comentário:

Receita Orçamentária Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes. Assim, nosso gabarito é o item E.

33. VUNESP/Pref Morro Agudo/2020

Do ponto de vista orçamentário, é correto afirmar, sobre as receitas públicas, que

a) não podem ser arrecadadas receitas que não estejam previamente previstas na lei orçamentária anual.

b) os ingressos de caixa relativos a cauções recebidas de particulares são receitas orçamentárias, uma vez que compõem o ativo do ente público.

c) os ingressos decorrentes de operações de crédito tomadas pelo ente público são receitas orçamentárias, apesar de serem acompanhadas da geração de um passivo para o ente público.

d) uma vez atingida a meta de arrecadação fixada na lei de diretrizes orçamentária, é autorizada a suspensão da cobrança das receitas de natureza patrimonial.

e) as receitas públicas orçamentárias seguem sempre regime de competência, sendo reconhecidas na medida em que realizado o seu lançamento.

Gabarito: C

Comentário:

Conforme a Lei nº 4.320/1964:

https://t.me/kakashi_copiador

"Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
[...]
Art. 57. Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 3º desta lei serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento."
Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito. Assim, os ingressos decorrentes de operações de crédito tomadas pelo ente público são receitas orçamentárias, apesar de serem acompanhadas da geração de um passivo para o ente público. Vejamos os demais itens:
a) Errado. Conforme o art. 57, supracitado.
b) Errado. Conforme art. 3º:
Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros.
c) Certo. Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito. Assim, os ingressos decorrentes de operações de crédito tomadas pelo ente público são receitas orçamentárias, apesar de serem acompanhadas da geração de um passivo para o ente público.
d) Errado. Não existe tal determinação no ordenamento jurídico.
e) Errado. As receitas seguem o regime de caixa, conforme o art. 35 da Lei nº 4.320/1964.
Logo, nosso gabarito é o item C.

34. VUNESP/EBSERH HC-UFU/2020

Quanto ao impacto patrimonial líquido e para fins contábeis, as receitas públicas, cujo ingresso não represente o reconhecimento de direitos, são classificadas como

a) derivadas.

b) originárias.

c) orçamentárias.

d) correntes.

e) efetivas.

Gabarito: E

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito. Assim, os ingressos decorrentes de operações de crédito tomadas pelo ente público são receitas orçamentárias, apesar de serem acompanhadas da geração de um passivo para o ente público. Logo, o gabarito é o item E.

35. VUNESP/Pref Cananéia/2020

A receita pública

a) efetiva decorre de fatos contábeis modificativos e provoca aumento do patrimônio líquido do ente público como, por exemplo, as receitas tributárias.

b) de caráter orçamentário é constituída por ingressos pertencentes a terceiros que estão sujeitos à devolução e que fazem parte do passivo financeiro do ente público.

c) originária é constituída pelos ingressos provenientes do poder que o Estado tem de exigir uma prestação pecuniária sobre o patrimônio, a renda e o lucro dos cidadãos.

d) classificada como receita de capital tem por objetivo principal financiar as despesas de custeio dos entes públicos.

e) derivada decorre da utilização ou exploração do patrimônio público, por meio da prestação de serviços a terceiros ou de outras rendas arrecadadas espontaneamente.

Gabarito: A

Comentário:

Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, a receita pode ser "efetiva" ou "não efetiva":

a. Receita Orçamentária Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

b. Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.

Além disso, receitas públicas originárias, segundo a doutrina, são as arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública. Resultam, principalmente, de rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado (receita de aluguel), de preços públicos, de prestação de serviços comerciais e de venda de produtos industriais ou agropecuários. Já as receitas públicas derivadas, segundo a doutrina, são as obtidas pelo poder público por meio da soberania estatal. Decorrem de norma constitucional ou legal e por isso são auferidas de forma impositiva, como, por exemplo, as receitas tributárias e as contribuições especiais. Assim, nosso gabarito é o item A.

https://t.me/kakashi_copiador

36. VUNESP/EsFCEx/2020

Os recursos financeiros de caráter temporário, dos quais o Estado é mero agente depositário, cuja devolução não se sujeita à autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA), são denominados

a) Não Circulantes.

b) Operacionais.

c) Ingressos Extraorçamentários.

d) Receitas Não Efetivas.

e) Empréstimos.

Gabarito: C

Comentário:

Os ingressos extraorçamentários são recursos financeiros que apresentam caráter temporário e não integram a LOA. O Estado é mero depositário desses recursos, que constituem passivos exigíveis e cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa. Exemplos: Depósitos em Caução, Fianças, Operações de Crédito por ARO, emissão de moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros. Logo, o gabarito é o item C.

37. VUNESP/AVAREPREV/2020

Assinale a alternativa que apresenta o item excludente do conceito de receita orçamentária, conforme a Lei nº 4.320/64.

a) Alienação de bens.

b) Operações de crédito por antecipação da receita.

c) Receita agropecuária.

d) Transferências correntes.

e) Amortização de empréstimos.

Gabarito: B

Comentário:

A matéria pertinente à receita vem disciplinada no art. 3º, conjugado com o art. 57, e no art. 35 da Lei nº 4.320/1964:

https://t.me/kakashi_copiador

"Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros."
Logo, nosso gabarito é o item B.

38. VUNESP /CM Boituva/2020

Os recursos financeiros que não devem ser reconhecidos como receita orçamentária são:

a) multas e juros de mora.

b) alienação de bens móveis e contribuições sociais.

c) *superávit* financeiro e receita industrial.

d) *superávit* financeiro e cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar.

e) imposto sobre exportação e IPVA.

Gabarito: D

Comentário:

Conforme o MCASP 9ª Ed., não devem ser reconhecidos como receita orçamentária os recursos financeiros oriundos de:
a. *Superavit* Financeiro – a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos neles vinculadas. Portanto, trata-se de saldo financeiro e não de nova receita a ser registrada. O *superavit* financeiro pode ser utilizado como fonte para abertura de créditos suplementares e especiais;
b. Cancelamento de Despesas Inscritas em Restos a Pagar – consiste na baixa da obrigação constituída em exercícios anteriores, portanto, trata-se de restabelecimento de saldo de disponibilidade comprometida, originária de receitas arrecadadas em exercícios anteriores e não de uma nova receita a ser registrada. O cancelamento de restos a pagar não se confunde com o recebimento de recursos provenientes do ressarcimento ou da restituição de despesas pagas em exercícios anteriores que devem ser reconhecidos como receita orçamentária do exercício.
Logo, nosso gabarito é o item D.

39. VUNESP /EsFCEx/2020

Os recursos financeiros que não devem ser reconhecidos como receita orçamentária são:

https://t.me/kakashi_copiador

a) multas e juros de mora.

b) *superavit* financeiro e cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar.

c) *superavit* financeiro e receita industrial.

d) alienação de bens móveis e contribuições sociais.

e) imposto sobre exportação e IPVA.

Gabarito: B

Comentário:

Conforme o MCASP 9ª Ed., não devem ser reconhecidos como receita orçamentária os recursos financeiros oriundos de:
a. *Superavit* Financeiro – a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos neles vinculadas. Portanto, trata-se de saldo financeiro e não de nova receita a ser registrada. O *superavit* financeiro pode ser utilizado como fonte para abertura de créditos suplementares e especiais;
b. Cancelamento de Despesas Inscritas em Restos a Pagar – consiste na baixa da obrigação constituída em exercícios anteriores, portanto, trata-se de restabelecimento de saldo de disponibilidade comprometida, originária de receitas arrecadadas em exercícios anteriores e não de uma nova receita a ser registrada. O cancelamento de restos a pagar não se confunde com o recebimento de recursos provenientes do ressarcimento ou da restituição de despesas pagas em exercícios anteriores que devem ser reconhecidos como receita orçamentária do exercício.
Logo, nosso gabarito é o item B.

40. VUNESP/Pref Morro Agudo/2020

Assinale a alternativa correta sobre Receita Pública.

a) Receita Orçamentária não efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

b) Receita Orçamentária efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.

c) Ingressos orçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário.

d) Os ingressos extraorçamentários, em geral, não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis.

https://t.me/kakashi_copiador

e) A classificação da receita orçamentária é de utilização facultativa para os entes da Federação, sendo facultado seu desdobramento para atendimento das respectivas peculiaridades.

Gabarito: D

Comentário:

Analisando item a item, temos:
a) Errado. Essa é a receita efetiva.
b) Errado. Essa é a receita não efetiva.
c) Errado. Esses são os ingressos extraorçamentários.
d) Certo. Os ingressos extraorçamentários são recursos financeiros que apresentam caráter temporário e não integram a LOA. O Estado é mero depositário desses recursos, que constituem passivos exigíveis e cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa. Exemplos: Depósitos em Caução, Fianças, Operações de Crédito por ARO, emissão de moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.
e) Errado. A classificação da receita orçamentária é de utilização obrigatória para todos os entes da Federação, sendo facultado seu desdobramento para atendimento das respectivas peculiaridades.
Logo, o gabarito é o item D.

41. VUNESP/CM Boituva/2020

Uma receita orçamentária não efetiva é aquela que não altera a situação líquida patrimonial no momento do reconhecimento do crédito e, por isso, constitui fato contábil permutativo, como é o caso da receita

a) de operação de crédito.

b) de prestação de serviços.

c) obtida com aplicação de multas.

d) de impostos indiretos.

e) obtida com aplicações financeiras.

Gabarito: A

Comentário:

Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, a receita pode ser “efetiva” ou “não efetiva”:

https://t.me/kakashi_copiador

a. Receita Orçamentária Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.
b. Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.
Logo, nosso gabarito é o item A.

42. VUNESP -/CM Boituva/2020

São arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentárias as receitas obtidas por

a) depósitos em caução.

b) contratação de empréstimos obtidos junto a entidades privadas.

c) operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

d) emissão de papel-moeda.

e) fianças.

Gabarito: B

Comentário:

Receitas orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Logo, devemos marcar um item que traz uma receita orçamentária, o que consta no item B. Perceba que, nos demais itens, temos exemplos de ingressos extraorçamentários, conforme a Lei nº 4.320/64:
"Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá tôdas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros."
O gabarito é o item B.

43. VUNESP /EsFCEx/2020

https://t.me/kakashi_copiador

São exemplos de ingressos extraorçamentários:

a) receita agropecuária, industrial e de serviços financeiros.

b) impostos, taxas e contribuições de melhoria.

c) transferências de instituições privadas, do exterior e de pessoas físicas.

d) multas contratuais, indenizações e pagamento de juros.

e) depósitos em caução e operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

Gabarito: E

Comentário:

Os ingressos extraorçamentários são recursos financeiros que apresentam caráter temporário e não integram a LOA. O Estado é mero depositário desses recursos, que constituem passivos exigíveis e cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa. Exemplos: Depósitos em Caução, Fianças, Operações de Crédito por ARO, emissão de moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros. Logo, nosso gabarito é o item E.

44. VUNESP /CM Boituva/2020

Integram a Dívida Ativa não Tributária os créditos da fazenda pública provenientes de

a) não recolhimento da parcela do ICMS.

b) atraso nas parcelas pertinentes a tributos municipais.

c) títulos públicos não recolhidos pelos agentes financeiros.

d) multas por descumprimento de obrigação legal relativa a tributos.

e) preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos.

Gabarito: E

Comentário:

Conforme a Lei nº 4.320/64:
Art. 39. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.
§ 1º - Os créditos de que trata este artigo, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos, na forma da legislação própria, como Dívida Ativa, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, e a respectiva receita será escriturada a esse título.

https://t.me/kakashi_copiador

§ 2º - Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e *Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.*
Logo, o nosso gabarito é o item E.

45. VUNESP /EsFCEx/2020

As receitas públicas arrecadadas dentro do exercício financeiro aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas. Elas são classificadas como receita:

a) corrente.

b) empenhada.

c) patrimonial.

d) de capital.

e) operacional.

Gabarito: A

Comentário:

As RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e constituem elemento novo para o patrimônio público. São instrumentos por meio dos quais se viabiliza a execução das políticas públicas, logo a receita orçamentária é fonte de recursos utilizada pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Essas receitas pertencem ao Estado, integram o patrimônio do Poder Público, aumentam-lhe o saldo financeiro e, via de regra, por força princípio da universalidade, estão previstas na LOA. Perceba, que as definições do MTO são de receitas orçamentárias (que podem ser correntes ou de capital). Entretanto o Manual reforça o conceito de que essas receitas aumentam-lhe o saldo financeiro e, via de regra, por força do princípio da universalidade, estão previstas na LOA, como são a maioria das receitas correntes. Portanto, nosso gabarito é o item A.

https://t.me/kakashi_copiador

46. VUNESP/Pref Morro Agudo/2020

É(são) exemplo(s) de transferência(s) corrente(s) tributária(s):

a) cessão de direitos.

b) concessões e permissões.

c) contribuições de melhoria.

d) exploração do patrimônio imobiliário do Estado.

e) valores mobiliários.

Gabarito: C

Comentário:

A contribuição de melhoria é espécie de tributo na classificação da receita orçamentária e tem como fato gerador valorização imobiliária que decorra de obras públicas, contanto que haja nexo causal entre a melhoria havida e a realização da obra pública. Uma vez que o art. 11 da Lei nº 4.320/1964 dispõe que as receitas de transferências correntes e de capital devem ser destinadas a atender despesas classificáveis como corrente e de capital, respectivamente, deve-se levar em consideração que no momento da previsão da receita de transferência, por exemplo receita associada a um convênio, é necessário observar que a classificação da natureza da receita está relacionada à aplicação que lhe será dada, ou seja, se classificada como receita de capital, a alocação do recurso referente àquela natureza de receita deverá corresponder a uma despesa de capital. Caso classificada como receita corrente, a transferência será uma uma transferência corrente. Já em relação às receitas de transferências correntes, na ótica orçamentária, são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência. Perceba que, de nenhuma forma, as definições de transferências correntes incluem as contribuições de melhoria. É uma questão praticamente sem gabarito. Porém a VUNESP definiu o gabarito como sendo o item C e, por eliminação, é o único item que traz uma receita tributária. O mais correto seria que o enunciado trouxesse "É(são) exemplo(s) de receita(s) corrente(s) tributária(s)". Portanto, nosso gabarito é o item C.

47. VUNESP /Pref Morro Agudo/2020

É classificada como uma receita orçamentária de capital a receita

a) decorrente de multas e juros de mora cobrados sobre tributos recolhidos com atraso.

b) patrimonial.

https://t.me/kakashi_copiador

c) de operações de crédito realizadas pelo ente público com instituições financeiras.

d) industrial.

e) decorrente de recebimentos da dívida ativa do ente público.

Gabarito: C

Comentário:

Os códigos da Origem para as receitas correntes e de capital, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com alterações introduzidas pela Portaria Interministerial 163/2001 e atualizações posteriores, são:

Categoria Econômica (1º Dígito)	Origem (2º Dígito)
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

Portanto, nosso gabarito é o item C.

48. VUNESP/VALIPREV/2020

Com relação às receitas correntes e às receitas de capital, assinale a alternativa correta.

a) Ambas aumentam a disponibilidade financeira.

b) Ambas aumentam o Patrimônio Líquido.

c) As receitas correntes não aumentam o Patrimônio Líquido.

d) As receitas de capital aumentam o Patrimônio Líquido.

e) Nenhuma das duas aumenta a disponibilidade financeira.

Gabarito: A

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:

Receitas orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição. Entretanto nem todas alteram o Patrimônio Líquido. Em geral, as correntes aumentam positivamente o PL e as de capital geram fato permutativo. Logo, nosso gabarito é o item A.

49. VUNESP /EsFCEx/2020

As receitas públicas que representam recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independente da contraprestação direta em bens e serviços, são classificadas como

a) operações de crédito.

b) amortização de empréstimos.

c) alienação de bens.

d) outras receitas de capital.

e) transferências correntes.

Gabarito: E

Comentário:

Conforme a Lei nº 4.320/1964
"Art. 11 - A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.
§ 1º - São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, *as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes*."
Já o MTO elenca que transferências Correntes são provenientes do recebimento de recursos financeiros de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento que não impliquem contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou essa transferência. Por outro lado, a utilização dos recursos recebidos vincula-se à determinação constitucional ou legal, ou ao objeto pactuado. Tais transferências ocorrem entre entidades públicas de diferentes esferas ou entre entidades públicas e instituições privadas. Portanto, o gabarito é o item E.

50. VUNESP/FITO/2020

É classificada como receita corrente (classificação econômica) a receita de

https://t.me/kakashi_copiador

a) alienação de bens imóveis.

b) emissão de títulos da dívida agrária.

c) amortização da dívida ativa.

d) multas e juros de mora sobre tributos pagos com atraso.

e) alienação de bens apreendidos.

Gabarito: D

Comentário:

Os códigos da Origem para as receitas correntes e de capital, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com alterações introduzidas pela Portaria Interministerial 163/2001 e atualizações posteriores, são:

Categoria Econômica (1º Dígito)	**Origem (2º Dígito)**
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

Portanto, nosso gabarito é o item D.

51. VUNESP/Pref Morro Agudo/2020

As Receitas Correntes

a) aumentam as disponibilidades financeiras do Estado.

b) constituem instrumento para reduzir programas e ações orçamentários.

c) não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

d) são arrecadadas dentro do exercício financeiro seguinte.

https://t.me/kakashi_copiador

e) são as provenientes da constituição de dívidas.

Gabarito: A

Comentário:

Segundo o MTO 2023, as receitas correntes aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido. Logo, o gabarito é o item A.

52. VUNESP/UNIFAI/2019

De acordo com a Lei nº 4.320/64, a Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas

A) inclusive as receitas de aplicação de fundos especiais.
B) inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
C) inclusive as contribuições de melhoria.
D) exceto as receitas mobiliárias.
E) exceto o auxílio para as inversões financeiras.

Gabarito: B

Comentário:

A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei (art. 3º, *caput*, da Lei 4.320/1964).

53. VUNESP /Pref. de São José dos Campos SP/2018

A Lei do Orçamento nº 4.320/64, em seu parágrafo único do art. 3º, determina que todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei, são compreendidas por ela, com exceção das operações de crédito

a) suplementares de qualquer importância e de qualquer origem.
b) resultantes de alienação de bens imóveis mesmo que forem especificamente autorizadas pelo Poder Legislativo.
c) advindas das receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária e industrial.
d) por antecipação de receita, das emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.
e) provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; e da conversão, em espécie, de bens e direitos; recursos recebidos de
outras pessoas.

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito: D

Comentário:

A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros (art. 3º, *caput* e parágrafo único, da Lei 4.320/1964).

54. VUNESP/Câmara Municipal de Jales SP/2018

Receitas orçamentárias são, por definição, as que possibilitam

a) variações patrimoniais compensadas.
b) execução de programas e ações.
c) atender as obrigações de qualquer natureza.
d) ingressos financeiros de origem tributária.
e) autorizações de despesas equivalentes.

Gabarito: B

Comentário:
As receitas orçamentárias são as entradas de recursos que o Estado utiliza para financiar seus gastos, transitando pelo patrimônio do Poder Público.

55. VUNESP /Câmara de Campo Limpo Paulista SP/2018

Ingresso extraorçamentário são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis, os ingressos extraorçamentários, em geral, não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade. Dessa forma, representam

a) aumento permanente dos recursos financeiros.
b) operações de crédito.
c) outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.
d) empenho.
e) arrecadação temporária.

Gabarito: C

Comentário:
A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por

https://t.me/kakashi_copiador

antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e **outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros** (art. 3º, *caput* e parágrafo único, da Lei 4.320/1964).

56. VUNESP /Pref. de São Bernardo do Campo SP/2018

São considerados ingressos extraorçamentários os recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário, por exemplo:

a) receita agropecuária, de serviços e receita patrimonial.
b) receita patrimonial, taxas e serviços de terceiros.
c) receita de serviços, alienação de bens e investimentos.
d) depósitos em caução e operação de crédito por antecipação de receita.
e) receita patrimonial, emissão de moeda e alienação de bens.

Gabarito: D

Comentário:
As receitas extraorçamentárias (ou ingressos extraorçamentários) não integram o orçamento público e constituem passivos exigíveis do ente, de tal forma que o seu pagamento não está sujeito à autorização legislativa. Isso ocorre porque possuem caráter temporário, não se incorporando ao patrimônio público. São exemplos de receitas extraorçamentárias: **depósito em caução, antecipação de receitas orçamentárias – ARO,** consignações diversas, emissão de moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

57. VUNESP/Pref. de Sertãozinho SP/2018

São exemplos de ingressos extraorçamentários:

a) impostos, taxas e contribuições de melhoria.
b) receitas agropecuária, industrial e de serviços financeiros.
c) transferências de instituições privadas, do exterior e de pessoas físicas.
d) depósitos em caução, fianças e operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).
e) multas contratuais, indenizações e pagamento de juros.

Gabarito: D

Comentário:
São exemplos de receitas extraorçamentárias: **depósitos em caução, fianças e operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).**

58. VUNESP/Câmara de Marília/2016

https://t.me/kakashi_copiador

Trata-se de disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário. É um instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, além de atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Pode-se entender, pela leitura do texto, que este trata

a) da disponibilidade de caixa público.
b) das fontes de financiamento público.
c) da receita orçamentária.
d) do excesso de arrecadação.
e) do fluxo financeiro orçamentário.

Gabarito: C

Comentário:
As receitas orçamentárias são entradas de recursos que o Estado utiliza para financiar seus gastos, transitando pelo patrimônio do Poder Público. Serão classificadas como receitas orçamentárias, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no orçamento

59. VUNESP/Unifesp/2014

A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
Quando a receita recolhida pertence ao tesouro ou ao órgão a que está recebendo é classificável como:

a) extraorçamentária.
b) patrimonial.
c) transferências correntes.
d) outras receitas correntes.
e) orçamentária.

Gabarito: E

Comentário:
Quando a receita recolhida pertence ao tesouro ou ao órgão a que está recebendo é classificável como orçamentária. As receitas orçamentárias são entradas de recursos que o Estado utiliza para financiar seus gastos, transitando pelo patrimônio do Poder Público.

60. VUNESP/FPMSC/2012

Segundo as normas contábeis e legislação vigentes aplicadas ao setor público, percebem-se três ênfases: a legal, a orçamentária e a patrimonial. Na coincidência entre elas, os ingressos não destinados a financiar a despesa orçamentária, independentemente da execução orçamentária, e que não aumentam a situação líquida patrimonial referem-se à receita:

https://t.me/kakashi_copiador

a) orçamentária.
b) tributária.
c) operacional.
d) de taxas e contribuições.
e) extraorçamentária.

Gabarito: E

Comentário:
As receitas **extraorçamentárias** não integram o orçamento público e constituem passivos exigíveis do ente, de tal forma que o seu pagamento não está sujeito à autorização legislativa (não são destinados a financiar a despesa orçamentária e independem da execução orçamentária). Isso ocorre porque possuem caráter temporário, não se incorporando ao patrimônio público (não aumentam a situação líquida patrimonial).

61. VUNESP/UNESP/2012

A receita que não integra o orçamento público, classificada em contas financeiras adequadas, existentes no plano de contas da entidade, tais como: cauções, fianças, depósito para garantia de instância, entre outras, é a:

a) de processamento.
b) extraorçamentária.
c) de doações.
d) financeira.
e) especial.

Gabarito: B

Comentário:
As receitas **extraorçamentárias** não integram o orçamento público e constituem passivos exigíveis do ente, de tal forma que o seu pagamento não está sujeito à autorização legislativa. Isso ocorre porque possuem caráter temporário, não se incorporando ao patrimônio público. São chamadas de ingressos extraorçamentários. São exemplos de receitas extraorçamentárias: depósito em caução, antecipação de receitas orçamentárias – ARO, consignações diversas, cancelamento de restos a pagar, emissão de moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

62. VUNESP/UNESP/2012

Todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, quer seja efetivado mediante numerários ou outros bens representativos de valores, que o governo tem o direito de arrecadar em virtude de leis, contratos ou quaisquer outros títulos de que derivem direitos a favor do Estado, quer seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertencem, refere-se à:

https://t.me/kakashi_copiador

a) receita arrecadatória.
b) previsão de caixa e contas a receber.
c) receita pública privada.
d) receita pública.
e) metodologia de previsão de receita de caixa pública.

Gabarito: D

Comentário:
As receitas públicas em sentido amplo (*lato sensu*) são todas as entradas ou ingressos de bens ou direitos a qualquer título, em certo período de tempo, que o Estado utiliza para financiar seus gastos, podendo ou não se incorporar ao seu patrimônio e independente de haver contrapartida no passivo. Exemplos: receitas tributárias, operações de crédito, operações de crédito por antecipação de receita, cauções etc.

É a mesma definição da questão, só que com outras palavras: Todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, quer seja efetivado mediante numerários ou outros bens representativos de valores, que o governo tem o direito de arrecadar em virtude de leis, contratos ou quaisquer outros títulos de que derivem direitos a favor do Estado, quer seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertencem. Tal conceito caracteriza a **receita pública** em sentido amplo (*lato sensu*).

63. VUNESP/FUNSERV Sorocaba/2011

O conjunto de ingressos de recursos financeiros, os quais poderão ser aplicados na aquisição de bens ou serviços que possibilitam a manutenção, o funcionamento e a expansão dos serviços públicos, direta ou indiretamente, caracteriza:

a) investimentos públicos.
b) inversões públicas.
c) dívida fundada.
d) despesa pública.
e) receita pública.

Gabarito: E

Comentário:
As receitas públicas em sentido estrito (*stricto sensu*) são todas as entradas ou ingressos de bens ou direitos, em certo período de tempo, que se incorporam ao patrimônio público sem compromisso de devolução posterior. Exemplos: alienação de bens, receita de contribuições, receitas industriais etc.

A questão diz a mesma coisa em outras palavras. O conjunto de ingressos de recursos financeiros, os quais poderão ser aplicados na aquisição de bens ou serviços que possibilitam a manutenção, o funcionamento e a expansão dos serviços públicos, direta ou indiretamente, caracteriza a **receita pública** em sentido estrito (*stricto sensu*).

https://t.me/kakashi_copiador

64. VUNESP/TJ SP/2008

Os ingressos pertencentes a terceiros, arrecadados por ente público, exclusivamente para atender exigências contratuais, pactuadas para posterior devolução, caracterizam as receitas:

a) tributárias.
b) orçamentárias.
c) agropecuárias.
d) industriais.
e) extraorçamentárias.

As receitas **extraorçamentárias** não integram o orçamento público e constituem passivos exigíveis do ente, de tal forma que o seu pagamento não está sujeito à autorização legislativa. Isso ocorre porque possuem caráter temporário, não se incorporando ao patrimônio público.
Resposta: letra E.

65. VUNESP/TJ SP/2019

As receitas, cuja arrecadação ocorre dentro do exercício financeiro, contribuem para o aumento das disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e nas ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas, e provenientes de tributos, contribuições, exploração do patrimônio, entre outras, são classificadas como

A) correntes.
B) de transferência.
C) intraorçamentárias.
D) financeiras.
E) arrecadatórias.

Gabarito: A

Comentário:
São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (art. 11, § 1°, da Lei 4320/1964).

66. VUNESP/UNIFAI/2019

O Município de Adamantina decide vender bem imóvel dominical de sua titularidade para terceiros. Nos termos da Lei n° 4.320/64, a receita advinda dessa venda é classificada como

A) receita de capital.
B) receita corrente.

https://t.me/kakashi_copiador

C) transferência corrente.
D) transferência de capital.
E) receita patrimonial.

Gabarito: A

Comentário:
A Alienação de Bens é receita de capital.

67. VUNESP/TJ SP/2019

Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de receita corrente.

A) Alienação de bens.
B) Resgate de títulos do tesouro.
C) Operações de crédito de longo prazo.
D) Integralização de capital social.
E) Multas administrativas e contratuais ativas.

Gabarito: E

Comentário:
As multas administrativas e contratuais ativas são receitas correntes. As demais são receitas de capital.

68. VUNESP/Câmara de Piracicaba/2019

São oriundos da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas – nacionais ou internacionais, as receitas

A) de operação de crédito.
B) compulsórias.
C) ordinárias.
D) de serviços.
E) correntes.

Gabarito: A

Comentário:
As operações de crédito correspondem aos ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos internos ou externos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.

https://t.me/kakashi_copiador

69. VUNESP / UNIFAI/ 2019

Em relação à receita e sua classificação, é correto afirmar que

A) são receitas de capital as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas de capital.
B) tributo é a receita derivada, instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
C) operações de crédito, alienação de bens e transferências correntes são classificadas como receitas correntes.
D) são receitas correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas correntes.
E) o superávit primário e nominal do orçamento corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes e de capital, constituirá item de receita orçamentária, constituindo as receitas correntes, desde que classificado como transferência de capital.

Gabarito: B

Comentário:
A) Errada. São Receitas **Correntes** as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas **Correntes** (art. 11, § 1°, da Lei 4320/1964).

B) Correta. Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades (art. 9° da Lei 4320/1964).

C) Errada. Transferências correntes são classificadas como receitas correntes. Porém, operações de crédito e alienação de bens são receitas **de capital** (art. 11, § 4°, da Lei 4320/1964).

D) Errada. São **Receitas de Capital** as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas **de Capital** e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente (art. 11, § 2°, da Lei 4320/1964).

https://t.me/kakashi_copiador

E) Errada. O superávit do orçamento corrente é resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, não constituirá item de receita orçamentária (art. 11, § 3º, da Lei 4320/1964).

70. VUNESP/Câmara de Campo Limpo Paulista/2018

A classificação da receita orçamentária é de utilização obrigatória para todos os entes da Federação, sendo facultado seu desdobramento para atendimento das respectivas peculiaridades. Nesse sentido, as receitas orçamentárias são classificadas segundo os seguintes critérios:

a) Operações de crédito; Previsão de arrecadação; Antecipação da receita.
b) Operações de crédito; Emissão de papel moeda; Indicador do resultado.
c) Previsão de arrecadação; Ingressos extraordinários; Ingressos orçamentários.
d) Receita orçamentária efetiva; Receita orçamentária não efetiva; Ingressos extraordinários.
e) Natureza; Fonte/Destinação dos recursos; Indicador do resultado primário.

Gabarito: E

Comentário:
As receitas orçamentárias são classificadas, conforme o MCASP 9ª Ed., segundo os seguintes critérios: natureza de receita; indicador de resultado primário; fonte/destinação de recursos; e esfera orçamentária.

71. VUNESP /Pref. de Sertãozinho/2018

A classificação da receita orçamentária é subdividida em números com código decimal composto por

a) 6 dígitos.
b) 8 dígitos.
c) 12 dígitos
d) 10 dígitos.
e) 5 dígitos.

Gabarito:B

Comentário:
Por meio da Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, é estabelecida a codificação da classificação por natureza da receita orçamentária para todos os entes da Federação. Tal competência é exercida de forma conjunta pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF e pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN. A classificação por natureza da receita utiliza um código numérico de 8 dígitos.

https://t.me/kakashi_copiador

72. VUNESP/Pref. de Registro/2018

Assinale a alternativa que apresenta uma receita corrente, segundo as normas da contabilidade pública.

a) Operações de crédito.
b) Alienação de bens.
c) Amortização de empréstimos.
d) Transferências de capital.
e) Industrial.

Gabarito: E

Comentário:
São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (art. 11, § 1°, da Lei 4320/1964). Veja o esquema abaixo;

Categoria Econômica (1º Dígito)	**Origem (2º Dígito)**
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

73. VUNESP/Pref. de São José dos Campos/2018

As receitas orçamentárias correntes, no setor público, são arrecadadas no exercício financeiro e servem para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentárias. Classificam-se como receitas correntes as provenientes de

a) recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos.
b) tributos e taxas, contribuições, exploração do patrimônio estatal e exploração de atividades econômicas.

https://t.me/kakashi_copiador

c) tributos, contribuições de melhoria e receitas oriundas de amortização de empréstimos.
d) taxas, contribuições de melhoria, operações de crédito e receitas oriundas de amortização de empréstimos.
e) tributos, contribuições, atividade agropecuária e atividade industrial.

Gabarito:B

Comentário:
Classificam-se como receitas correntes aquelas receitas oriundas do poder impositivo do Estado – **tributária e de contribuições; da exploração de seu patrimônio** – patrimonial; **da exploração de atividades econômicas** – agropecuária, industrial e de serviços; as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes – transferências correntes; e as demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores – outras receitas correntes. Observe o esquema abaixo:

Categoria Econômica (1º Dígito)	**Origem (2º Dígito)**
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

74. VUNESP/Pref. de Nova Odessa/2018

Nos termos da Lei nº 4.320/64, o valor obtido com a alienação de bens imóveis dominiais do Município é classificado como

a) receita patrimonial.
b) transferência corrente.
c) receita corrente.
d) operação de crédito.
e) receita de capital.

Gabarito: E

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:
O valor obtido com a alienação de bens é classificado como receita de capital, conforme disposto pelos Manuais Técnicos.

Categoria Econômica (1º Dígito)	Origem (2º Dígito)
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

75. VUNESP/Pref. de São José dos Campos/2018

São receitas patrimoniais, segundo normas de contabilidade pública:

a) impostos, taxas e contribuições de melhorias.
b) receitas comerciais, financeiras, administrativas, educacionais, de transporte, de comunicações, de saúde, portuários, armazenagem, processamento de dados e outros serviços.
c) de venda e exploração de ativos, incluindo das advindas de financiamentos e investimentos.
d) das multas e juros de mora, indenizações e restituições, da dívida ativa e outras receitas diversas.
e) receitas imobiliárias, mobiliárias e participações societárias.

Gabarito: E

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

Categoria Econômica (1º Dígito)	Origem (2º Dígito)
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

a) Errada. São receitas **tributárias**: impostos, taxas e contribuições de melhorias.

b) Errada. São receitas de **serviços**: receitas comerciais, financeiras, administrativas, educacionais, de transporte, de comunicações, de saúde, portuários, armazenagem, processamento de dados e outros serviços.

c) Errada. São **receitas de capital**: venda de ativos, incluindo das advindas de financiamentos e investimentos. A exploração de ativos, geralmente, é receita patrimonial.

d) Errada. São **outras receitas correntes**: indenizações e restituições e outras receitas diversas. Multas e juros de mora e dívida ativa **se diferenciam pelo tipo (8° dígito)**.

e) Correta. São receitas patrimoniais as decorrentes de exploração do patrimônio público, como as imobiliárias, mobiliárias e participações societárias.

76. VUNESP/Pref. de Nova Odessa/2018

Observe a lista de receitas orçamentárias a seguir:

- Receita Patrimonial
- Receitas Imobiliárias
- Receita de Operações de Crédito
- Receita da Alienação de Bens Imóveis
- Receita da Dívida Ativa
- Receita da Amortização de Empréstimos
- Receita de Concessões efetuadas pelo Ente Público
- Receita de Multas e Juros de Mora

Nessa lista, o número total de receitas que são classificadas como receitas de capital é:

a) 2
b) 3
c) 4
d) 5

https://t.me/kakashi_copiador

e) 6

Gabarito: B

Comentário:
São receitas de capital as decorrentes de **operações de crédito, alienação de bens imóveis e amortização de empréstimos**. Logo, nessa lista, há **três** receitas de capital.
As demais são receitas correntes.

77. VUNESP/PAULIPREV/2018

É classificada como receita de capital a receita orçamentária decorrente de

a) dividendos pagos por companhia da qual o ente público seja acionista.
b) transferências de arrecadação de tributos efetuadas por outro ente público.
c) operações de crédito, exceto as efetuadas por antecipação de receita.
d) depósitos a título de caução efetuados por sociedades que participarão de processo de licitação.
e) juros sobre a dívida ativa do ente público.

Gabarito: C

Comentário:
a) Errada. Dividendos pagos por companhia da qual o ente público seja acionista são receitas **correntes** patrimoniais.

b) Errada. Transferências de arrecadação de tributos efetuadas por outro ente público são receitas **correntes** de transferências correntes.

c) Correta. As operações de crédito são receitas de capital, exceto as efetuadas por antecipação de receita, as quais são extraorçamentárias.

d) Errada. Depósitos a título de caução efetuados por sociedades que participarão de processo de licitação são receitas **extraorçamentárias**.

e) Errada. Juros sobre a dívida ativa do ente público **diferenciam-se pelo tipo (8º dígito)**.

78. VUNESP/Pref. de Registro/2018

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) conceitua receitas orçamentárias como

a) instituídas pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira.

https://t.me/kakashi_copiador

b) Receitas Correntes e Receitas de Capital.
c) disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição. Essas receitas pertencem ao Estado.
d) as receitas tributária, contribuições, patrimonial, agropecuária e industrial.
e) decorrentes de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado.

Gabarito:C

Comentário:
a) Errada. **Tributo** é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades (art. 9º da Lei 4320/1964).

b) Errada. A receita classificar-se-á nas seguintes **categorias econômicas**: Receitas Correntes e Receitas de Capital (art. 11, *caput*, da Lei 4320/1964).

c) Correta. As receitas orçamentárias são as entradas de recursos que o Estado utiliza para financiar seus gastos, transitando pelo patrimônio do Poder Público.

d) e e) Erradas. São Receitas **Correntes** as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (art. 11, § 1º, da Lei 4320/1964).

79. VUNESP /TCE SP/2017

No que concerne ao esquema de classificação da receita pública, a amortização de empréstimos corresponde à

a) receita patrimonial.
b) receita de contribuições.
c) receita de capital.
d) transferência corrente.
e) operação de crédito.

Gabarito: C

Comentário:
A amortização de empréstimos é classificada como **receita de capital**, conforme dispõem os Manuais técnicos.

80. VUNESP /Pref. de Porto Ferreira SP/2017

https://t.me/kakashi_copiador

Classifica-se como receita de capital a receita proveniente de

a) impostos.
b) serviços.
c) alienação de bens.
d) contribuições.
e) transferências correntes.

Gabarito: C

Comentário:
A alienação de bens é classificada como receita de capital. Vejamos:

Categoria Econômica (1º Dígito)	Origem (2º Dígito)
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

81. VUNESP/TCE SP/2017

As receitas orçamentárias decorrentes da exploração econômica da folha de pagamento de um ente público classificam-se como

a) receita de serviços.
b) transferências correntes.
c) receita tributária.
d) transferências de capital.
e) receita patrimonial.

Gabarito: E

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

São receitas patrimoniais as decorrentes de exploração do patrimônio público. Um exemplo ocorre como a Cessão de Direitos, como a Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos.

82. VUNESP/UNIFESP/2016

De acordo com a classificação das receitas constante da Lei nº 4.320/64, é um exemplo de receita corrente do órgão público a proveniente

A) da alienação de bens imóveis.
B) de operações de crédito.
C) da amortização de empréstimos concedidos pelo Estado.
D) da emissão de papel moeda.
E) de aluguéis de imóveis pertencentes ao ente público.

Gabarito: E

Comentário:
a) Errada. Alienação de bens é uma receita de capital.

b) Errada. Operações de crédito são receitas de capital.

c) Errada. Amortização de empréstimos concedidos é uma receita de capital.

d) Errada. A emissão de papel-moeda é receita extraorçamentária.

e) Correta. Aluguéis são receitas patrimoniais, portanto são receitas correntes.

83. VUNESP /Pref. Suzano/2016

Segundo a legislação específica, as receitas orçamentárias estão classificadas em receitas correntes e receitas de capital. Estão incluídos nas receitas de capital:

a) participações e dividendos.
b) valores mobiliários.
c) receitas imobiliárias.
d) amortizações de empréstimos concedidos.
e) cobranças de dívida ativa.

Gabarito: D

Comentário:
A amortização de empréstimos concedidos é classificada como receita de capital. As demais alternativas são todas receitas correntes.

https://t.me/kakashi_copiador

84. VUNESP/Câmara de Pirassununga/2016

A Constituição Federal, nos arts. 157, inciso I e 158, inciso I, determina que pertençam aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios o IR (Imposto de Renda) e os proventos de qualquer natureza, incidentes na fonte, pagos por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem. Isso significa que os valores arrecadados com IR deverão ser contabilizados como

a) Receita Patrimonial.
b) Receita Tributária.
c) Transferências da União.
d) Outras Receitas Correntes.
e) Outras Transferências da União.

Gabarito: B

Comentário:
Os valores decorrentes de impostos, taxas e contribuições de melhoria são classificados como receitas tributárias (ou de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria).

85. VUNESP/Fundunesp/2014

A receita e a despesa orçamentárias assumem, na Administração Pública, fundamental importância, pois representam o montante de que o Estado se apropria da sociedade por intermédio da tributação e a sua contrapartida aos cidadãos por meio da geração de bens e serviços. Isto posto, de acordo com os parágrafos 1.º e 2.º do artigo 11 da Lei n.º 4.320/64, classificam-se as Receitas na esfera pública em

a) Receitas Correntes e Receitas de Capital.
b) Receitas Correntes e Receitas Financeiras.
c) Receitas Orçamentárias e Superveniências Ativas.
d) Receitas Extraorçamentárias e Receitas de Capital.
e) Receitas Operacionais e Receitas Não Operacionais.

Gabarito: A

Comentário:
A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital (art. 11, *caput*, da Lei 4320/1964).

86. VUNESP/Unifesp/2014

De acordo com o art. 9.º da Lei n.º 4.320/64, tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio

https://t.me/kakashi_copiador

de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades. Isto posto, pode-se afirmar que receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas:

a) Receitas de Capital e Receitas Financeiras.
b) Receitas Correntes e Receitas de Capital.
c) Receitas Patrimoniais e Receitas não Correntes.
d) Receitas de Capital e Receitas de Investimentos.
e) Receitas Correntes e Não Correntes.

Gabarito: B

Comentário:
A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital (art. 11, *caput*, da Lei 4320/1964).

87. VUNESP/Prefeitura Estância Hidromineral de Poá/2014

As receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes, são, nos termos da Lei n.° 4.320/1964,

a) receitas correntes.
b) receitas de capital.
c) investimentos.
d) inversões financeiras.
e) transferências de capital.

Gabarito: A

Comentário:
São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (art. 11, § 1°, da Lei 4320/1964).

88. VUNESP/Câmara de Itapeva/2014

Conforme os critérios estabelecidos pela Lei n.° 4.320/64, é classificado como uma receita corrente o ingresso de recursos proveniente de

a) alienação de bens imóveis.
b) dividendos recebidos de companhias nas quais o ente público tenha participação societária.
c) recursos recebidos de pessoas jurídicas de direito público para atender despesas de capital.
d) amortização de empréstimos concedidos pelo ente público a outros entes públicos.

https://t.me/kakashi_copiador

e) superávit no orçamento de capital.

Gabarito:B

Comentário:
Os dividendos são receitas correntes patrimoniais.

89. VUNESP/SEFAZ SP/2013

A receita pública distingue-se em receita orçamentária e receita extraorçamentária. A receita extraorçamentária é representada no balanço patrimonial como passivo financeiro, ou seja, são recursos de terceiros que transitam pelos cofres públicos. Já a receita orçamentária é aquela que

a) contribui para o orçamento público e ainda é proveniente de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado.
b) pode ou não pertencer de fato à entidade e se classifica economicamente em Receitas Tributárias e Receita de Capital.
c) contribui para o orçamento público e ainda é proveniente de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, da conversão, de bens e direitos.
d) pertence de fato à entidade e se classifica economicamente em Receitas Correntes e Receita de Capital.
e) quando é destinada, visa atender às despesas classificáveis como Despesas Correntes.

Gabarito: D

Comentário:
As receitas orçamentárias são entradas de recursos que o Estado utiliza para financiar seus gastos, transitando pelo patrimônio do Poder Público. Segundo o art. 57 da Lei 4.320/1964, serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no orçamento. A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

90. VUNESP/IAMSPE/2012

Nos termos da Lei Geral do Orçamento, é receita de capital a proveniente de:

a) impostos.
b) operações de crédito.
c) contribuições.
d) contribuições de melhoria.
e) serviços.

Gabarito: B

https://t.me/kakashi_copiador

Comentário:
É receita de capital a proveniente de operações de crédito. As demais são receitas correntes.

91. VUNESP/Câmara Municipal de Mauá/2012

De acordo com a Lei n.º 4.320/64, são consideradas receitas de capital as receitas:

a) agropecuárias.
b) industriais.
c) patrimoniais.
d) oriundas de constituição de dívidas.
e) de serviços.

Gabarito: D

Comentário:

Na alternativa D, são Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente (art. 11, § 2º, da Lei 4320/1964).

As demais receitas são correntes: agropecuárias, industriais, patrimoniais e de serviços.

92. VUNESP/UNESP/2012

As receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital e, ainda, o superávit do orçamento corrente, são classificadas, segundo a Lei n.º 4.320/64, como:

a) correntes.
b) extra-correntes.
c) de processamento.
d) de doações.
e) de capital.

Comentário:

São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em

https://t.me/kakashi_copiador

Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente (art. 11, § 2º, da Lei 4320/1964).

Resposta: letra E.

93. VUNESP/Prefeitura de São Carlos/2012

São Receitas Correntes as receitas: tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado quando:

a) destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.
b) destinadas a atender receitas classificáveis em receitas correntes.
c) relacionadas às receitas provenientes de recursos financeiros.
d) relacionadas à transferência de recursos financeiros.
e) relacionadas às transferências correntes.

Gabarito: A

Comentário:

São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (art. 11, § 1º, da Lei 4320/1964).

94. VUNESP/UNESP/2012

As receitas tributárias de contribuições, patrimonial, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público e privado, quando destinadas a atender as despesas classificáveis em despesas correntes, são classificadas, segundo a Lei n.º 4.320/64, como

a) de investimentos.
b) de capital.
c) econômicas.
d) pré-orçamentárias.
e) correntes.

Gabarito:E

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (art. 11, § 1°, da Lei 4320/1964).

95. VUNESP/IAMSPE/2012

O exercício regular do poder de polícia, conforme definido na lei que disciplina a matéria, autoriza a cobrança da espécie tributária denominada:

a) imposto.
b) taxa.
c) contribuição social.
d) contribuição de intervenção no domínio econômico.
e) contribuição no interesse de categorias econômicas.

Gabarito: B

Comentário:
As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

96. VUNESP/FESC/2012

O sistema tributário nacional é regido pelo disposto na Emenda Constitucional n.º 18, de 1.º de dezembro de 1965, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições e em leis estaduais, e em leis municipais. Segundo o Código Tributário Nacional – CTN – _____ é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Assinale a alternativa que completa, corretamente, o texto.
a) obrigação acessória
b) tributo
c) contribuição assistencial
d) vendas
e) crédito

Gabarito: B

Comentário:

https://t.me/kakashi_copiador

Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada (art. 3º do CTN).

97. VUNESP/IAMSPE/2012

Assinale a alternativa em que está presente uma expressão que se associa à definição de tributo.

a) Prestação facultativa.
b) Instituição por decreto.
c) Atividade plenamente vinculada.
d) Atividade meramente discricionária.
e) Imposição de sanção por ato ilícito.

Tributo é toda prestação pecuniária **compulsória**, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que **não** constitua sanção de ato **ilícito**, instituída em **lei** e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada (art. 3º do CTN).
Resposta: letra C.

98. VUNESP/FESC/2012

De acordo com a Lei n.º 4.320/64, as receitas: tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas correntes, são classificadas como receitas:

a) de capital.
b) públicas privadas.
c) operacionais.
d) correntes.
e) orçamentárias e extraorçamentárias.

Gabarito: D

Comentário:

São **Receitas Correntes** as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (art. 11, § 1º, da Lei 4320/1964).

99. VUNESP/Prefeitura de São Carlos/2012

https://t.me/kakashi_copiador

Segundo a definição tripartite de tributos adotada pelo Código Tributário, o gênero tributo tem três espécies. São elas:

a) impostos, taxas e contribuições fiscais.
b) impostos, taxas e preços públicos.
c) taxa, contribuição de melhoria e contribuição de intervenção do domínio econômico.
d) impostos, preços públicos e contribuições.
e) taxas, impostos e contribuições de melhoria.

Gabarito: E

Comentário:
O art. 5º do CTN define que as espécies de tributos são impostos, taxas e contribuições de melhorias.

100. VUNESP/Prefeitura de São José do Rio Preto/2011

De acordo com a Lei que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para fins de elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, consideram-se receitas de capital as

a) receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras, e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificadas em Despesas Correntes.
b) receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras, e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público, apenas, quando destinadas a atender despesas classificadas em Despesas Correntes.
c) provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o Superávit do Orçamento Corrente.
d) provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis como Despesas Correntes.
e) derivadas, instituídas pelas pessoas políticas ou pelas pessoas jurídicas de direito privado, destinando-se os seus produtos ao custeio de atividades gerais ou específicas do Estado.

Gabarito: C

Comentário:

São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em

https://t.me/kakashi_copiador

Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente (art. 11, § 2º, da Lei 4320/1964).

101. VUNESP/Prefeitura de São Carlos/2011

São consideradas receitas correntes, segundo a classificação por categoria econômica, as receitas

a) tributárias, as patrimoniais e as transferências correntes.
b) tributárias, as receitas de serviços e as inversões financeiras.
c) patrimoniais, as transferências correntes e as inversões financeiras.
d) de contribuições, as operações de crédito e as transferências de capital.
e) de contribuições, as operações de créditos e as inversões financeiras.

Gabarito: A

Comentário:

Na alternativa"", são Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (art. 11, § 1º, da Lei 4320/1964).

Categoria Econômica (1º Dígito)	**Origem (2º Dígito)**
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

As demais estão incorretas porque as "inversões financeiras" são despesas de capital e as "operações de crédito" e as "transferências de capital" são receitas de capital.

102. VUNESP/CREMESP/2011

https://t.me/kakashi_copiador

Segundo o artigo 11 da Lei n.º 4.320/64, na categoria econômica de Receita Corrente não se inclui(em):

a) Amortização da Dívida.
b) Impostos.
c) Taxas.
d) Transferências Correntes.
e) Contribuições de Melhoria.

Gabarito: A

Comentário:
São receitas correntes os impostos, taxas, transferências correntes e contribuições de melhoria.
A amortização da dívida é despesa de capital.

Categoria Econômica (1º Dígito)	Origem (2º Dígito)
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

103. VUNESP/UNESP/2010

Segundo a Lei n.º 4.320/64, são receitas correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas:

a) de direito público, quando destinadas a atender despesas e receitas classificáveis em despesas coerentes.
b) de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas de capital.
c) de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.
d) de direito público, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas de capital.

https://t.me/kakashi_copiador

e) de direito privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas de capital.

Gabarito: C

Comentário:

São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (art. 11, § 1°, da Lei 4320/1964).

Categoria Econômica (1º Dígito)	Origem (2º Dígito)
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

104. VUNESP/ CETESB / 2009

O tributo que é pago como contrapartida de um serviço público prestado ou colocado à disposição do contribuinte é denominado

a) imposto.
b) taxa.
c) contribuição de melhoria.
d) multa.
e) juro de mora.

Gabarito: B

Comentário:
As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de

https://t.me/kakashi_copiador

polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

105. VUNESP/CETESB/2009

O tributo cujo fato gerador é o benefício gerado por obras públicas é denominado

a) imposto.
b) taxa.
c) contribuição de melhoria.
d) multa.
e) juro de mora.

Gabarito: C

Comentário:
A **contribuição de melhoria** cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

106. VUNESP/SAEE / 2009

Um dos aspectos da classificação da Receita da administração pública é quanto à sua Natureza; nesta classificação, situa-se a Receita Orçamentária, que corresponde à arrecadação de recursos financeiros autorizados pela Lei Orçamentária e que serão aplicados na realização de gastos públicos. Dentro da divisão da Receita Orçamentária, estão as receitas correntes, que são:

a) tributária, patrimonial, de serviços, alienação de bens.
b) operações de crédito, desalienação de bens e depreciação de empréstimos.
c) operações de crédito, alienação de bens e amortização de empréstimos.
d) transferências correntes e de capital.
e) tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, dentre outras.

Gabarito: E

Comentário:

Na alternativa E, são **Receitas Correntes** as tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (art. 11, § 1°, da Lei 4320/1964).

https://t.me/kakashi_copiador

Categoria Econômica (1º Dígito)	Origem (2º Dígito)
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 2. Contribuições 3. Receita Patrimonial 4. Receita Agropecuária 5. Receita Industrial 6. Receita de Serviços 7. Transferências Correntes 9. Outras Receitas Correntes
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito 2. Alienação de Bens 3. Amortização de Empréstimos 4. Transferências de Capital 9. Outras Receitas de Capital

As demais estão incorretas porque operações de crédito, alienação de bens (desalienação de bens não existe), amortização de empréstimos (depreciação de empréstimos não existe) e transferências de capital são receitas de capital.

107. VUNESP/CESP/2009

Assinale a opção que é considerada receita de capital.

a) Receita Patrimonial.
b) Receita Industrial.
c) Cobrança da Dívida Ativa.
d) Receita Agropecuária.
e) Receita de Conversão em espécie, de bens e direitos.

Gabarito: E

Comentário:

Na alternativa E, são Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente (art. 11, § 2º, da Lei 4320/1964). As demais receitas são correntes: patrimonial, industrial, proveniente da dívida ativa e agropecuária.

108. VUNESP/CREA SP/2008

https://t.me/kakashi_copiador

De acordo com o artigo 9.º da Lei n.º 4.320/64, constitui receita derivada, instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades. Trata-se de

a) Tributo.
b) Receita corrente.
c) Receita de capital.
d) Créditos adicionais.
e) Transferências correntes.

Gabarito: A

Comentário:
Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades (art. 9º da Lei 4320/1964).

109. VUNESP/CREA SP/2008

De acordo com os artigos 12 e 13 da Lei n.º 4.320/64, a despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas: Despesa Corrente e Despesa de Capital. São despesas de capital:

I. Aquisição de Imóveis
II. Juros da Dívida Pública
III. Equipamentos e Instalações
IV. Amortização da Dívida Pública
Estão corretos apenas
a) I e III.
b) II e III.
c) III e IV.
d) I, III e IV.
e) II, III e IV.

Gabarito: D

Comentário:
São despesas de capital: Aquisição de Imóveis, Equipamentos e Instalações e Amortização da Dívida Pública.
São despesas correntes os juros da Dívida Pública

Logo, estão corretos apenas I, III e IV.

110. VUNESP /Pref. de São José dos Campos / 2018

https://t.me/kakashi_copiador

Em conformidade com a Lei nº 4.320/64, a Receita Pública/ Orçamentária, para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, pode ser "efetiva" ou "não efetiva". Dessa forma, a Receita Orçamentária Efetiva é aquela em que

a) os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.
b) os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.
c) os registros contábeis relativos às entradas de ativos e passivos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes.
d) os registros contábeis relativos às entradas de ativos e passivos não foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, inclusive quanto aos empenhos.
e) os registros contábeis relativos às receitas orçamentárias foram precedidos de registro do reconhecimento do direito a receber.

Gabarito: B

Comentário:
A receita orçamentária efetiva contribui para o aumento do patrimônio líquido, sem correspondência no passivo, ou seja, são aquelas cujos ingressos de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento de algum direito.

111. VUNESP /Pref. de São Bernardo do Campo SP/2018

Uma receita orçamentária não efetiva é aquela que não altera a situação líquida patrimonial no momento do reconhecimento do crédito e, por isso, constitui fato contábil permutativo, sendo um exemplo a receita

a) de prestação de serviços.
b) obtida com aplicação de multas.
c) de operação de crédito.
d) de impostos indiretos.
e) obtida com aplicações financeiras.

Gabarito: C

Comentário:
A receita orçamentária não efetiva ou por mutação patrimonial é aquela que recebeu prévio reconhecimento do direito ou constitui obrigação correspondente. Nada acrescenta ao patrimônio público, pois se refere à entrada ou alteração compensatória nos elementos que o compõe. São não efetivas todas as receitas de capital (como as operações de crédito), com exceção do recebimento de transferências de capital, que causa acréscimo patrimonial e, assim, é efetiva.
As demais alternativas apresentam receitas efetivas.

https://t.me/kakashi_copiador

112. VUNESP/Pref. de Sertãozinho SP/2018

Trata-se de receita orçamentária não efetiva

a) aquela que, no momento do reconhecimento do crédito, aumenta a situação líquida patrimonial da entidade.
b) aquela de caráter temporário, cujo Estado é mero agente depositário.
c) aquela cuja origem é a receita tributária.
d) aquela que não altera a situação líquida patrimonial no momento do reconhecimento do crédito e, por isso, constitui fato contábil permutativo.
e) aquela proveniente do setor industrial e de prestação de serviços.

Gabarito: D

Comentário:
A receita orçamentária não efetiva ou por mutação patrimonial é aquela que recebeu prévio reconhecimento do direito ou constitui obrigação correspondente. Nada acrescenta ao patrimônio público, pois se refere à entrada ou alteração compensatória nos elementos que o compõe.

113. VUNESP/APOFP / 2017

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a classificação orçamentária por fontes permite segregar os recursos entre

a) efetivos e não efetivos.
b) correntes e de capital.
c) originários e derivados.
d) ordinários e vinculados.
e) permutativos e modificativos.

Gabarito: D

Comentário:
Na classificação por fontes (ou Destinação de Recursos), a destinação pode ser classificada em destinação **vinculada** e destinação **ordinária**. A destinação vinculada é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma. Já a destinação ordinária (ou geral) é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

114. VUNESP/FPMSC/2012

A amortização de empréstimos concedidos, conforme legislação e normas contábeis atualizadas, constitui na Contabilidade Pública receita:

https://t.me/kakashi_copiador

a) por mutação patrimonial.
b) de ingresso extraorçamentário.
c) de venda.
d) intraorçamentária.
e) derivada.

Gabarito: A

Comentário:
São não efetivas ou **por mutação patrimonial** as receitas que nada acrescentam ao patrimônio público, pois se referem às entradas ou alterações compensatórias nos elementos que o compõem. São não efetivas todas as receitas de capital (como a decorrente de amortização de empréstimos), com exceção do recebimento de transferências de capital, que causa acréscimo patrimonial e, assim, é efetiva.

115. VUNESP/FPMSC/2012

Segundo o parágrafo único do artigo 8.º da Lei Complementar n.º 101/00 e o artigo 50, inciso I, entende-se que a classificação da receita pública tem por objetivo identificar a origem e a destinação da receita, conforme regras, previamente estabelecidas. Consequentemente e conforme legislação e normas contábeis vigentes, tal identificação de origem e destinação é a classificação da receita por:

a) categorias.
b) fonte.
c) indicador de resultado.
d) natureza.
e) estágio.

Gabarito: B

Comentário:
A identificação de origem e destinação é encontrada na classificação da receita **por fontes**. As fontes de recursos constituem-se de determinados agrupamentos de naturezas de receitas, atendendo a uma determinada regra de destinação legal, e servem para indicar como são financiadas as despesas orçamentárias. É a individualização dos recursos de modo a evidenciar sua aplicação segundo a determinação legal, sendo, ao mesmo tempo, uma classificação da receita e da despesa.

116. VUNESP/DAE/2010

A receita pública que nada acrescenta ao patrimônio refere-se à:

a) efetiva.
b) derivada.

https://t.me/kakashi_copiador

c) originária.
d) mutação patrimonial.
e) operacional.

Gabarito:D

Comentário:
São não efetivas ou por mutação patrimonial as receitas que nada acrescentam ao patrimônio público, pois se referem às entradas ou alterações compensatórias nos elementos que o compõem. São não efetivas todas as receitas de capital, com exceção do recebimento de transferências de capital, que causa acréscimo patrimonial e, assim, é efetiva.

117. VUNESP/CESP/2009

Considere a arrecadação das seguintes receitas orçamentárias:

I. impostos;
II. amortização de empréstimos;
III. cobrança de dívida ativa;
IV. receita de aluguéis.
Promovem as alterações efetivas no patrimônio, apenas, os itens:

a) I e II.
b) I e III.
c) II e III.
d) I e IV.
e) III e IV.

Gabarito: D

Comentário:
As receitas públicas efetivas contribuem para o aumento do patrimônio líquido, sem correspondência no passivo. São efetivas todas as receitas correntes (como os impostos e as receitas de aluguéis), com exceção do recebimento de dívida ativa, que representa fato permutativo e, assim, é não efetiva.

I) Correta. Impostos: receitas correntes efetivas.
II) Errada. Amortização de empréstimos: receitas de capital não efetivas.
III) Errada. Cobrança de dívida ativa: receitas correntes não efetivas.
IV) Correta. Receita de aluguéis: receitas correntes efetivas.

Logo, promovem as alterações efetivas no patrimônio apenas os itens I e IV.

https://t.me/kakashi_copiador

Lista de Questões

1. CEBRASPE (CESPE)/AGER MT/Administração/2023

Um contribuinte pagou uma taxa cobrada por um determinado governo subnacional — taxa de fiscalização de obras —, cuja natureza jurídica relaciona-se ao exercício do poder de polícia. Nessa situação hipotética, a classificação correta da receita orçamentária é receita

a) de serviços.

b) de contribuição.

c) tributária.

d) patrimonial.

e) financeira.

2. CEBRASPE (CESPE)/TJ ES/Apoio Especializado/Contabilidade/2023

Relativamente às classificações orçamentárias e às diretrizes para elaboração da proposta orçamentária, julgue o item a seguir.

A classificação da receita orçamentária por natureza é utilizada para identificar a origem do recurso segundo o fato gerador da receita.

3. CEBRASPE (CESPE)/CG DF/Finanças e Controle/2023

Texto 1A5-I

Determinada entidade do setor público apresentou alguns lançamentos de receitas e despesas referentes ao exercício de 2022, listadas na tabela a seguir.

receita/despesa	R$
receita patrimonial	1.500.000
pessoal ativo	20.000.000

https://t.me/kakashi_copiador

receita industrial	500.000
operações de crédito	2.000.000
amortização de dívida de LP	2.000.000
aquisição de material de expediente	500.000
alienação de bens	500.000
amortização de empréstimos	500.000
aquisição de equipamentos para postos de saúde	1.500.000
receita tributária	20.000.000
transferências de capital	2.000.000
obrigações patronais	5.000.000
transferências correntes	6.000.000
construção de escola	3.000.000
encargos sobre operações de credito	1.000.000
receita de serviços	2.000.000

De acordo com os dados da situação hipotética apresentada no texto 1A5-I, o valor das receitas de capital é igual a

a) R$ 6.500.000.

b) R$ 8.000.000.

c) R$ 5.000.000.

d) R$ 4.500.000.

4. CEBRASPE (CESPE)/CG DF/Planejamento e Orçamento/2023

Com relação à classificação das receitas públicas por fonte/destinação, a alteração do grupo de fonte nos saldos financeiros

a) não pode ocorrer.

b) pode ocorrer se houver o aval do tribunal de contas a cuja jurisdição o ente federado esteja submetido.

https://t.me/kakashi_copiador

c) pode ocorrer a qualquer tempo e sempre que houver necessidade.

d) pode ocorrer apenas quando e na medida da execução financeira dessas dotações.

5. CEBRASPE (CESPE) - AJE (TJ ES)/TJ ES/Judiciária/Contador/2023

Acerca do orçamento público e das classificações orçamentárias, julgue o item a seguir.

A classificação por fonte de recursos é obrigatória para a União e facultativa para os estados e municípios e deve ser aplicada tanto às despesas quanto às receitas públicas, sendo possível identificar, por meio dela, a origem e a destinação dos recursos públicos.

6. CEBRASPE (CESPE)/TJ ES/Administrativa/2023

Julgue o próximo item, relativo às receitas e às despesas públicas.

A classificação da receita com base nas fontes de recursos não permite ao Estado identificar se os recursos por ele arrecadados estão, ou não, vinculados a gastos específicos.

7. CEBRASPE (CESPE)/TJ ES/Administrativa/2023

Julgue o próximo item, relativo às receitas e às despesas públicas.

Os créditos da fazenda pública que se tornarem exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento deverão ser inscritos em dívida ativa, independentemente de prévia apuração da liquidez e da certeza desses créditos.

8. CEBRASPE (CESPE)/CG DF/Planejamento e Orçamento/2023

Segundo as normas relativas à receita pública,

a) a receita pública é programada, autorizada e controlada por meio do orçamento.

b) os recursos financeiros de caráter temporário não integram a LOA.

c) todas as receitas arrecadadas são receita orçamentária, inclusive as provenientes de operações de crédito.

d) as operações de crédito não integram o orçamento público.

9. CEBRASPE (CESPE) - ACI (CGDF)/CG DF/Planejamento e Orçamento/2023

https://t.me/kakashi_copiador

Tendo em vista aspectos pertinentes a receita orçamentária, ciclo orçamentário e créditos adicionais e considerando que as receitas públicas podem ser classificadas em ordinárias e extraordinárias, assinale a opção correta.

a) Os recursos financeiros, inclusive os de caráter temporário, devem integrar a LOA.

b) Os recursos advindos de depósitos de caução devem compor a receita orçamentária.

c) Os recursos de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária são classificados como ingressos extraorçamentários.

d) Nas operações fiança, os recursos depositados são classificados como receitas orçamentárias.

10. CEBRASPE (CESPE)/AGER MT/Ciências Contábeis/2023

Julgue os itens a seguir, relativos a receitas e despesas públicas.

I Em sentido estrito, são receitas públicas somente as que estiverem inscritas no orçamento público.

II Constitui dívida ativa o crédito tributário regularmente inscrito no órgão competente após findo o prazo de pagamento fixado legalmente ou determinado em processo regular concluído.

III Na fase de arrecadação, entrega-se ao poder público a receita que lhe é devida.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

11. CEBRASPE (CESPE)/SEPLAN RR/Planejamento e Orçamento/2023

Com relação ao relacionamento entre o regime orçamentário e o regime contábil no setor público, julgue o próximo item.

É efetiva a receita orçamentária que constitui obrigação correspondente, como é o caso das operações de crédito.

https://t.me/kakashi_copiador

12. CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

Quanto ao registro de ingressos e desembolsos de recursos públicos, julgue o próximo item.

O simples fato de uma receita não constar formalmente da previsão de arrecadação estabelecida na LOA não basta para que ela seja considerada extraorçamentária.

13. CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

Quanto ao registro de ingressos e desembolsos de recursos públicos, julgue o próximo item.

Quando consignatário temporário dos ingressos de recursos, o Estado deverá devolvê-los ao consignante caso ele os reivindique, logo esses ingressos não podem integrar a LOA, sem prejuízo de todo o valor registrado como entrada ou saída contábil refletir no resultado financeiro da entidade.

14. CEBRASPE (CESPE)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

Quanto ao registro de ingressos e desembolsos de recursos públicos, julgue o próximo item.

A doutrina classifica a receita pública em originária e derivada, contudo tal classificação não é recepcionada pela legislação, o que impede o poder público de utilizá-la como classificador oficial da receita.

15. CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Apoio Especializado/Contabilidade/2023

De acordo com a estrutura e o fechamento das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue o item subsequente.

O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior pode ser considerado na receita orçamentária do balanço orçamentário do exercício de referência.

16. CEBRASPE (CESPE)/TJ ES/Administrativa/2023

Julgue o próximo item, relativo às receitas e às despesas públicas.

As rendas provenientes de contratos de aluguel que tenham por objeto itens que compõem o patrimônio imobiliário do Estado são classificadas como receitas públicas originárias.

https://t.me/kakashi_copiador

17. CEBRASPE (CESPE)/TJ ES/Judiciária/Contador/2023

Acerca do orçamento público e das classificações orçamentárias, julgue o item a seguir.

Os depósitos judiciais de numerário representam ingresso financeiro que deve ser contabilizado como receita orçamentária.

18. CEBRASPE (CESPE)/SEPLAN RR/Planejamento e Orçamento/2023

Quanto à receita pública, julgue o item subsequente.

Em sentido amplo, qualquer entrada de recurso nos cofres públicos é uma receita pública, ainda que exijam uma restituição futura.

19. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/2022

Relativamente à utilização da estrutura de codificação por fontes ou destinações de recursos (FR) nos entes federados locais, caso os entes federados municipais necessitem de classificações não contempladas na padronização, eles deverão

a) solicitar ao órgão central de contabilidade da União uma nova classificação.

b) criar uma nova classificação e informar ao tribunal de contas ao qual estejam jurisdicionados.

c) estabelecer detalhamentos nas classificações existentes.

d) solicitar a referida classificação ao tribunal de contas ao qual estejam jurisdicionados.

e) criar uma nova classificação e informar ao órgão central de contabilidade da União.

20. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/Contabilidade/2022

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, representam dívida ativa tributária os créditos

a) de preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos.

b) de contribuições estabelecidas em lei.

c) de imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

d) de empréstimos compulsórios.

https://t.me/kakashi_copiador

e) de foros, laudêmios, alugueis e taxas de ocupação.

21. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/2022

Na anulação da dívida ativa, o ente federado deverá registrar a baixa do crédito inscrito, tendo como contrapartida

a) a mesma conta do ativo, anulando seu efeito.

b) uma conta de passivo.

c) uma variação patrimonial diminutiva (VPD).

d) uma conta de ajustes de exercícios anteriores, no patrimônio líquido.

e) uma variação patrimonial aumentativa (VPA).

22. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/2022

De acordo com o previsto na Lei n.º 4.320/1964, são consideradas receitas orçamentárias todas as receitas arrecadadas, exceto

I as operações de crédito autorizadas por lei, ainda que não previstas no orçamento.

II as operações de crédito por antecipação de receita.

III as emissões de papel moeda.

IV outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I e III estão certos.

c) Apenas os itens III e IV estão certos.

d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

23. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/Contabilidade/2022

A respeito das receitas públicas, assinale a opção correta.

https://t.me/kakashi_copiador

a) As taxas de inscrição em concursos públicos visam remunerar o serviço prestado pelas instituições que elaboram e aplicam os certames; elas são classificadas como receitas orçamentárias.

b) Para a legislação brasileira, há distinção entre os denominados ingressos e a receita pública propriamente dita.

c) As receitas decorrentes da perda de fiança contratual por inadimplemento de contrato administrativo é classificada como despesa extraorçamentária.

d) Desde 2010 até o presente exercício, as doações realizadas ao Estado por grupos organizados são consideradas receitas ordinárias.

e) É exemplo de receita derivada a cobrança da tarifa de água potável fornecida por empresa pública estatal de saneamento básico.

24. CEBRASPE (CESPE) /Pref Maringá/2022

Os valores que um município recebe a título de caução, fiança ou depósito para garantia constituem receita

a) orçamentária e apta a financiar despesas públicas correntes.

b) que deve estar prevista no plano plurianual.

c) que aumenta a disponibilidade de gasto do estado.

d) que não causa impacto no saldo patrimonial líquido.

e) orçamentária, devendo constar na previsão de receita da lei de orçamento anual.

25. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/Contabilidade/2022

A espécie de receita pública que provoca aumento na situação patrimonial líquida de um ente da federação denomina-se

a) receita prevista.

b) receita extraorçamentária.

c) receita orçamentária não efetiva.

d) receita intraorçamentária.

e) receita orçamentária efetiva.

26. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/Contabilidade/2022

https://t.me/kakashi_copiador

Assinale a opção que indica o caso em que ocorre registro de receita e despesa intraorçamentárias.

a) recolhimento de contribuições de melhoria para construção de obra pública federal que resulte em valorização de imóveis da região

b) recolhimento de contribuições patronais ao RPPS

c) recolhimento de imposto sobre a importação de produtos estrangeiros

d) recolhimento de imposto sobre a exportação de produtos nacionais

e) recolhimento de tributos do próprio ente

27. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/2022

Por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis, os ingressos extraorçamentários, em geral,

a) são computados em contas de resultado.

b) integram a Lei Orçamentária Anual (LOA).

c) têm a sua devolução sujeita a autorização legislativa.

d) não têm reflexos no patrimônio líquido da entidade.

e) representam disponibilidades de recursos.

28. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/2022

As receitas de operações intraorçamentárias

a) representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente.

b) constituem novas categorias econômicas de receita.

c) devem ser incluídas para fins de consolidação das demonstrações contábeis no âmbito de cada ente.

d) visam identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos.

e) possibilitam a anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

29. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/2022

https://t.me/kakashi_copiador

No que concerne às receitas intraorçamentárias e aos preceitos legais que suportam a gestão contábil-financeira dos restos a pagar, assinale a opção correta.

a) Para evitar a dupla contagem das novas entradas de recursos nos cofres públicos, objeto de operações intraorçamentárias, as quais integram a consolidação das contas públicas, a autoridade pública incluiu duas novas categorias econômicas: "7 / Receitas Correntes Intraorçamentárias" e "8 / Receitas de Capital Intraorçamentárias", sendo os códigos 7 e 8 representativos de suas categorias econômicas de receita.

b) É vedado ao titular de poder ou órgão, no final de seu mandato, contrair obrigação de despesa sem que haja suficiente disponibilidade de caixa (líquida dos encargos e das despesas compromissadas a pagar até o final do exercício) para cumprimento integral no exercício.

c) As receitas intraorçamentárias são a contrapartida das despesas classificadas na modalidade de aplicação direta, na qual as aplicações dos créditos orçamentários são realizadas diretamente pela unidade orçamentária detentora de crédito orçamentário ou mediante descentralização a outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

d) As liberações de recursos decorrentes de operações intraorçamentárias (ocorridas no âmbito do orçamento) se confundem com as das transferências intergovernamentais, em que um ente chamado de repassador entrega recursos correntes ou de capital para um ente denominado beneficiário ou recebedor.

e) Nas descentralizações financeiras para a execução do orçamento, deve ocorrer o registro de receitas e despesas intraorçamentárias quando se tratar de aquisição de materiais, bens e serviços ou pagamento de impostos, taxas e contribuições entre órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade.

30. CEBRASPE (CESPE)/SECONT ES/Administração/2022

Considerando a estrutura orçamentária brasileira e a evolução da dívida pública, julgue o item a seguir.

Os recursos financeiros de caráter temporário não integram a lei orçamentária anual.

31. CEBRASPE (CESPE) - ATT (SEFAZ SE)/SEFAZ SE/2022

A respeito das receitas públicas, julgue o item a seguir.

A compensação financeira a ser paga a determinado Estado em decorrência da utilização de rio ali situado, para fins de geração de energia elétrica, é exemplo de receita originária patrimonial não tributária.

32. CEBRASPE (CESPE)/SECONT ES/Administração/2022

Julgue o próximo item, relativos aos tipos de receitas da administração pública.

https://t.me/kakashi_copiador

As multas são classificadas como receitas extraordinárias.

33. CEBRASPE (CESPE) - ATT (SEFAZ SE)/SEFAZ SE/2022

A respeito das receitas públicas, julgue o item a seguir.

Os recursos financeiros recebidos por determinado município, por meio do Fundo de Participação dos Municípios, e destinados a atender despesas correntes são classificados como receita de capital.

34. CEBRASPE (CESPE)/SEFAZ SE/2022

A respeito das receitas públicas, julgue o item a seguir.

O superávit do orçamento corrente é exemplo de receita de capital.

35. CEBRASPE (CESPE)/SEFAZ SE/2022

A respeito das receitas públicas, julgue o item a seguir.

Os *royalties* a serem pagos aos entes federados em razão da exploração de petróleo no respectivo território são exemplo de receita pública tributária.

36. CEBRASPE (CESPE)/SEFAZ SE/2022

Com relação às compensações financeiras pagas em decorrência da utilização de recursos naturais, julgue o próximo item.

As jazidas de gás natural são patrimônio dos estados nos quais estão situadas, razão pela qual a tais entes federados deverão ser pagos valores — *royalties* — a título de compensação financeira.

37. CEBRASPE (CESPE) - ATT (SEFAZ SE)/SEFAZ SE/2022

Com relação às compensações financeiras pagas em decorrência da utilização de recursos naturais, julgue o próximo item.

https://t.me/kakashi_copiador

Constitui fato gerador da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) a transformação industrial ou aquisição do produto mineral, bem como o seu consumo pelo minerador.

38. CEBRASPE (CESPE)/SEFAZ SE/2022

Com relação às compensações financeiras pagas em decorrência da utilização de recursos naturais, julgue o próximo item.

Os *royalties* incidem sobre a produção mensal do campo de petróleo que foi concedido à exploração.

39. CEBRASPE (CESPE) - ATT (SEFAZ SE)/SEFAZ SE/2022

Com relação às compensações financeiras pagas em decorrência da utilização de recursos naturais, julgue o próximo item.

Os recursos oriundos dos *royalties* podem ser destinados para as áreas da saúde, da educação, da segurança e até mesmo para o pagamento do quadro permanente de pessoal dos entes federados.

40. CEBRASPE (CESPE)/SEFAZ SE/2022

Com relação às compensações financeiras pagas em decorrência da utilização de recursos naturais, julgue o próximo item.

Os recursos da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) recolhida aos estados podem ser destinados para o pagamento de dívidas para com a União.

41. CEBRASPE (CESPE)/SEFAZ SE/2022

No que concerne às receitas públicas não tributárias, julgue o item seguinte.

Os laudêmios são exemplos de receita pública não tributária agropecuária.

42. CEBRASPE (CESPE/SEFAZ SE/2022

No que concerne às receitas públicas não tributárias, julgue o item seguinte.

https://t.me/kakashi_copiador

Não compõem o rol de receitas públicas não tributárias os valores obtidos pelos entes federados como contraprestação pela realização de um serviço público de transporte, porque isso envolve a cobrança de taxas.

43. CEBRASPE (CESPE)/SEFAZ SE/2022

Com relação à dívida pública e ao endividamento público, ao financiamento do gasto público, às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e à transferência de recursos, julgue o item seguinte.

As transferências obrigatórias e constitucionais, como o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), são de livre aplicação para o governo que as recebe.

44. CEBRASPE (CESPE)/Pref Maringá/2022

Uma receita ou despesa orçamentária foi classificada com o código "2.4.5.8.55.0.1", correspondente à estrutura "a.b.c.d.ee.f.g". Nessa situação hipotética, à luz da Lei n.º 4.320/1964, é correto afirmar que o número "2", correspondente a "a", indica uma

a) receita corrente.

b) transferência corrente.

c) receita de capital.

d) despesa corrente.

e) despesa de capital.

45. CEBRASPE (CESPE) - ATT (SEFAZ SE)/SEFAZ SE/2022

Julgue o item a seguir, referentes à transferência de recursos entre os entes da Federação.

As transferências constitucionais são obrigatórias, devendo os entes da Federação transferir os recursos nos montantes previamente determinados.

46. CEBRASPE (CESPE) - ATT (SEFAZ SE)/SEFAZ SE/2022

Julgue o item a seguir, referentes à transferência de recursos entre os entes da Federação.

https://t.me/kakashi_copiador

Devem ser formalizadas exclusivamente por meio de convênios as transferências voluntárias de recursos financeiros realizadas pela administração pública para organizações da sociedade civil com o objetivo de atender a finalidades de interesse público.

47. CEBRASPE (CESPE) - Cont (Maringá)/Pref Maringá/2022

Caso um órgão municipal realize atividade de fomento rural e venda produtos provenientes de sua atividade de exploração agropecuária com baixa margem de lucro, a receita do lucro dessa atividade é classificada como

a) outras receitas correntes.

b) receita patrimonial.

c) receita agropecuária.

d) receita de serviços.

e) receita de capital.

48. CEBRASPE (CESPE) - AnMun (Pref Maringá)/Pref Maringá/Contabilidade/2022

A amortização dos empréstimos concedidos pela União aos demais entes da federação deve ser classificada pela União como

a) receita orçamentária corrente.

b) dedução da receita orçamentária.

c) receita orçamentária de capital.

d) receita extraorçamentária.

e) receita intraorçamentária.

49. CEBRASPE (CESPE) - Of (CBM RO)/CBM RO/Combatente/2022

As receitas patrimoniais

a) são objetos de estudo tanto do direito tributário e do direito financeiro.

b) referem-se às receitas decorrentes da atividade industrial, quando praticadas pelo Estado por meio de estabelecimentos próprios.

c) podem ser classificadas como receitas não tributárias, objeto de estudo do direito financeiro.

https://t.me/kakashi_copiador

d) não são objetos de estudo do direito financeiro.

e) são auferíveis de serviços de saúde prestados por hospitais públicos integrantes do SUS.

50. CEBRASPE - AA (IBAMA)/2022

Julgue o item subsequente, relativo à estrutura da codificação definida para as fontes ou destinações de recursos e sua utilização na previsão e execução orçamentárias.
Há a necessidade de identificação do exercício ao qual se referem os valores extraorçamentários, a exemplo do que acontece com os demais recursos financeiros.

51. CEBRASPE - AAAJ (DP DF)/Administração/2022

Com relação aos aspectos técnicos e legais das receitas e despesas públicas, julgue o item a seguir.

Se a administração pública deixar de reconhecer o direito a determinado ingresso de recursos orçamentários ou se a obrigação correspondente ao referido ingresso não for registrada, a receita será considerada não efetiva.

52. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Tendo em vista a classificação e a origem econômica da receita orçamentária, julgue o item a seguir. As taxas e tarifas são compulsórias, decorrentes de previsão legal.

53. CEBRASPE - Tec (PGE RJ)/Processual/2022

Em relação a receitas e despesas públicas, julgue o item subsequente.

Em sentido amplo, todo ingresso de recursos nos cofres do Estado é uma receita pública.

54. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

A próxima tabela mostra dados referentes à execução orçamentária de um ente público.

Com base nos dados precedentes, julgue o próximo item.

https://t.me/kakashi_copiador

O montante de recursos que não foram reconhecidos como receitas orçamentárias é igual a R$ 138.000.000.

55. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

Julgue o seguinte item, com relação aos procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação) das receitas públicas e das despesas públicas.

Os recursos financeiros oriundos de cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar não devem ser reconhecidos como receita orçamentária.

56. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

Julgue o seguinte item, com relação aos procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação) das receitas públicas e das despesas públicas.
Caso representem disponibilidade de recursos financeiros para o erário, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado são registrados como receitas orçamentárias.

57. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

Julgue o seguinte item, com relação aos procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação) das receitas públicas e das despesas públicas.
Uma receita pública será efetiva quando o ingresso da disponibilidade de recursos for precedido de registro do reconhecimento do direito ou constituir uma obrigação correspondente.

58. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

Julgue o seguinte item, com relação aos procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação) das receitas públicas e das despesas públicas.
É originária a receita pública obtida pelo poder público por meio da soberania estatal.

59. CEBRASPE - Sub Proc (MPCM PA)/TCM PA/2022

Considere que lei do município de Belém / PA tenha estabelecido obrigação de uso de máscaras em locais públicos, sob pena de pagamento de multa individual por descumprimento, com o

https://t.me/kakashi_copiador

objetivo de conter a transmissão de covid-19 no município. Nesse caso, o ingresso dessa multa nos cofres municipais, de acordo com a sua finalidade, se classifica como receita

a) extraorçamentária.

b) fiscal.

c) extrafiscal.

d) originária.

e) parafiscal.

60. CEBRASPE - Per Cri (POLITEC RO)/Ciências Contábeis, Ciências Econômicas ou Administração/2022

Caso uma entidade do setor público contraia um empréstimo cujos recursos sejam destinados a suprir uma insuficiência de caixa ocorrida durante o exercício financeiro, tal empréstimo, quando de sua efetivação pela instituição financeira contraparte da operação, se enquadrará na classificação orçamentária de uma

a) receita corrente.

b) receita de capital.

c) despesa extraorçamentária.

d) receita extraorçamentária.

e) despesa de capital.

61. CEBRASPE - Aud Est (SECONT ES)/Administração/2022

Considerando a estrutura orçamentária brasileira e a evolução da dívida pública, julgue o item a seguir.
Os recursos financeiros de caráter temporário não integram a lei orçamentária anual.

62. CEBRASPE - ACP (MP TCE-SC)/Direito/2022

https://t.me/kakashi_copiador

Julgue o item seguinte, sobre receita e despesa públicas e sua execução orçamentária e financeira.

Os valores obtidos com a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não podem ser classificados como receita de capital.

63. CEBRASPE - TCP (MP TCE-SC)/2022

Julgue o item subsecutivo, que versam sobre as atividades financeiras do Estado, receitas e despesas públicas.
As receitas extraorçamentárias consistem em disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e constituem elemento novo para o patrimônio público, sendo o seu uso destinado ao custeio de despesas públicas previstas na peça orçamentária.

64. CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/TJ PA/2020

Em sentido estrito, a denominação receita pública inclui todo ingresso de recurso desprovido de caráter compensatório.

65. CESPE / Auditor Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

A modificação do valor do patrimônio financeiro de um ente público por ocasião do seu registro contábil é uma das características das receitas extraorçamentárias.

66. CESPE / Auditor de Contas Públicas - TCE/PB / 2018

A definição de receita pública originária inclui a caução dada em garantia pelo particular que contrata com o poder público.

67. CESPE / Auditor Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

Se o Estado receber determinado recurso na condição de depositário, sem que a correspondente restituição se sujeite à autorização legislativa, o ingresso não será incluído na lei orçamentária anual.

68. CESPE / Analista / IPHAN / 2018

Os recursos recebidos em caução por determinado tribunal no curso de processos judiciais devem ser incluídos no total de receitas orçamentárias.

https://t.me/kakashi_copiador

69. CESPE / Auditor Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

As receitas agropecuárias e industriais são exemplos típicos de receitas extraorçamentárias.

70. CESPE / Auditor de Contas Públicas - TCE/PB / 2018

As multas administrativas não são incluídas no conceito de receita pública porque são atos punitivos.

71. CESPE / Auditor Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

As receitas extraorçamentárias não pertencem ao Estado, têm caráter temporário e são reconhecidas na contabilidade como passivos financeiros.

72. CESPE / Auditor de Contas Públicas - TCE/PB / 2018

Todo ingresso de receita nos cofres do Estado pressupõe sua previsão na lei orçamentária, pois a movimentação de recursos financeiros exige a prévia autorização legislativa.

73. CESPE / Auditor Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

São classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas — incluídas as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no orçamento —, as operações de crédito por antecipação da receita e as emissões de papel-moeda.

74. CESPE - Auditor Estadual / Controle Externo / TCM/BA - 2018

Determinado estado da Federação, durante o exercício de 2017, registrou os eventos apresentados na tabela seguinte.

75. CESPE / Agente Administrativo - DPU / 2016

Recursos financeiros de caráter temporário, como as fianças, integram as receitas na LOA.

76. CESPE / Analista Judiciário / Judiciária / TRT/8 / 2016

As receitas públicas, do ponto de vista orçamentário, podem ser classificadas como receitas orçamentárias e extraorçamentárias. São receitas extraorçamentárias os valores registrados em depósitos administrativos e judiciais.

77. CESPE / Economista e Contador - DPU / 2016

As receitas públicas são classificadas como provisórias e definitivas.

https://t.me/kakashi_copiador

78. CESPE / Administrador / MPOG - 2015

Os recursos obtidos por meio de operações de crédito por antecipação da receita integram o cômputo geral das receitas orçamentárias demonstradas no balanço financeiro.

79. CESPE / Analista / Finanças e Controle - MPU / 2015

Na execução orçamentária, as receitas devem ser contabilizadas nas rubricas correspondentes à sua natureza, desde que estejam previstas em lei orçamentária e que não sejam decorrentes de operações de crédito.

80. CESPE / Analista Judiciário / Administrativo - TRE/GO / 2015

Os ingressos extraorçamentários, que integram o fluxo financeiro das receitas públicas, não têm impacto no patrimônio líquido nem são objeto de programação orçamentária.

81. CESPE / Técnico Federal de Controle Externo / TCU - 2015

Os ingressos extraorçamentários, tais como os oriundos de depósitos em caução, têm caráter temporário e representam passivos exigíveis do Estado, sendo sua restituição independente de autorização legislativa.

82. CESPE / Técnico Judiciário / Administrativo / TJ/CE / 2014

A parcela de receita que ultrapassar os recursos previstos no orçamento é considerada receita extraorçamentária.

83. CESPE / Consultor de Orçamentos / Câmara dos Deputados / 2014

As emissões de papel- moeda estão entre as receitas compreendidas na lei de orçamento.

84. CESPE / Técnico Administrativo / ANTAQ / 2014

Em razão do princípio da universalidade, o valor recebido referente à multa aplicada pela ANTAQ somente será registrado como receita do exercício corrente se houver previsão dessa multa na lei orçamentária anual.

85. CESPE - Analista Administrativo / Administração - EBSERH - 2018

Os recursos financeiros obtidos por determinado órgão da administração pública na exploração de atividade econômica são considerados receitas originárias.

86. CESPE / Auditor de Contas Públicas - TCE/PB / 2018

https://t.me/kakashi_copiador

A receita proveniente da arrecadação tributária dos estados é classificada como originária por estar diretamente relacionada ao exercício da competência constitucional daqueles entes federativos.

87. CESPE / Analista Administrativo / Contabilidade / EBSERH / 2018

Receitas públicas originárias são aquelas arrecadadas pelo poder público por meio da soberania estatal, como é o caso das receitas de impostos.

88. CESPE / Auditor de Contas Públicas - TCE/PB / 2018

O pagamento pelo consumo de energia elétrica e a taxa de prevenção a incêndio constituem exemplos de receita pública originária e derivada, respectivamente.

89. CESPE / Analista de Controle Externo - Contas Públicas - TCE/PE - 2017

As custas e os emolumentos recebidos em razão da prestação dos serviços de registradores e notários estão incluídos na categoria de receita pública originária.

90. CESPE / Analista Judiciário / Administrativa - TRE/PE - 2017

A receita pública origina-se tanto da exploração de patrimônio de pessoa jurídica de direito público quanto do poder do Estado de exigir prestações pecuniárias dos cidadãos.

91. CESPE / Auditor - Conselheiro Substituto / TCE/PR / 2016

Segundo a classificação oficial, as receitas públicas podem ser originárias ou complementares.

92. CESPE / Analista Judiciário / Administração e Contábeis / TJ/CE / 2014

A definição de receita derivada é aquela em que os recursos obtidos pelo Estado em função de sua autoridade coercitiva, mediante a arrecadação de tributos e multas.

93. CESPE / Analista Administrativo / Direito - ANTT / 2013

As receitas advindas da exploração de atividade econômica estatal são classificadas, quanto à origem, como receitas originárias.

94. CESPE / Analista Administrativo / Administrativa - ANTT / 2013

Com a finalidade de obter recursos para financiar suas atividades, o Estado cobra tributos, que são classificados como receita corrente de procedência derivada.

95. CEBRASPE - AA (IBAMA)/2022

https://t.me/kakashi_copiador

Com relação às receitas públicas, julgue o item a seguir.

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, as receitas públicas classificam-se nas categorias econômicas de receitas dinâmicas e receitas estáticas.

96. CEBRASPE - Tec Amb (IBAMA)/2022

Com relação à classificação da receita pública quanto à natureza, julgue o seguinte item, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964.
As receitas correntes tributárias compreendem as de impostos, as de taxas e as de contribuições (inclusive de melhoria).

97. CEBRASPE - ADP (DPE RO)/Administração/2022

s transferências correntes

a) originam-se, por exemplo, de intervenção no domínio econômico.

b) decorrem de aluguéis, dividendos, compensações financeiras/royalties, concessões, entre outras.
c) são ingressos financeiros provenientes da alienação de bens móveis de propriedade do ente público.
d) são obtidas por meio das atividades de exploração ordenada dos recursos naturais vegetais em ambiente natural e protegido.
e) destinam-se a atender despesas de manutenção que não impliquem contraprestação direta em bens e serviços a quem a realizou.

98. CEBRASPE - ADP (DPE RO)/Contabilidade/2022

Se determinado ente federado realiza a conversão, em espécie, de bens e direitos, essa receita deve ser classificada como receita

a) corrente.

b) de serviços.

c) tributária.

d) de realizações.

e) de capital.

https://t.me/kakashi_copiador

99. CEBRASPE - TDP (DPE RO)/Técnico Administrativo/2022

Acerca da receita pública, assinale a opção correta.

a) Estão entre as receitas correntes as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender a despesas classificáveis em despesas correntes.
b) As rendas do patrimônio imobiliário do Estado são receitas públicas derivadas, pois são resultantes da exploração de atividades econômicas da administração pública, definidas em norma constitucional ou legal.
c) A contribuição social é uma espécie de tributo que pode ser instituído pelos estados para o financiamento dos direitos sociais previstos constitucionalmente.
d) A dívida ativa constitui-se pelos créditos tributários da fazenda pública que, não pagos no vencimento, são inscritos em registro próprio, formando, assim, passivo público.
e) Os recursos financeiros que, mesmo em caráter temporário, sejam depositados nos cofres públicos passam a integrar as receitas públicas estabelecidas na LOA.

100. CEBRASPE - TDP (DPE RO)/Técnico em Contabilidade/2022

Assinale a opção que indica como os recursos financeiros obtidos pela União, por meio da colocação de títulos públicos no mercado, são classificados.

a) receitas correntes / receitas de contribuições

b) receitas correntes / transferências correntes

c) receitas de capital / amortização de empréstimos

d) receitas de capital / operações de crédito

e) receitas de capital / transferências de capital

101. CEBRASPE - AAAJ (DP DF)/Administração/2022

O governo do Distrito Federal (GDF) autorizou, no mês de julho de 2020, a contratação de empresa para a execução de serviços de conservação e manutenção do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN) pelo valor estimado de R$ 98.500, e a alienação de dois imóveis, pela Secretaria de Economia, pelo valor estimado de R$ 650.000.

https://t.me/kakashi_copiador

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o item subsequente, com base na legislação vigente.
Considerando-se a classificação orçamentária segundo a Lei Federal n.º 4.320/1964, a alienação dos dois imóveis, pela Secretaria de Economia, será classificada na categoria econômica Receita Patrimonial.

102. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Administrativo/2022

No que diz respeito à arrecadação de tributos, uma das fontes de receita dos entes governamentais, julgue o item a seguir.
Não há subvinculação de receitas advindas de tributos arrecadados pela União para estados ou municípios.

103. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Tendo em vista a classificação e a origem econômica da receita orçamentária, julgue o item a seguir.

O crédito de natureza tributária cobrado na forma de dívida ativa é classificado como receita corrente.

104. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Tendo em vista a classificação e a origem econômica da receita orçamentária, julgue o item a seguir.

O ingresso de recursos proveniente da contratação de empréstimos junto a entidades estatais é classificado como receitas de capital.

105. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Tendo em vista a classificação e a origem econômica da receita orçamentária, julgue o item a seguir. Os recursos advindos dos royalties de petróleo são classificados como receitas de capital.

https://t.me/kakashi_copiador

106. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Tendo em vista a classificação e a origem econômica da receita orçamentária, julgue o item a seguir. Os impostos possuem como fato gerador a utilização ou exploração dos serviços públicos.

107. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Contador/2022

Relativamente à classificação orçamentária de despesa e receita públicas, julgue o próximo item.

Ao aumentar a disponibilidade financeira do Estado, a categoria econômica da receita orçamentária de capital provoca efeito positivo sobre o patrimônio líquido.

108. CEBRASPE - Ana (PGE RJ)/Contábil/2022

Julgue o seguinte item, a respeito das categorias econômicas das despesas públicas e das receitas públicas.
A receita orçamentária corrente e a receita orçamentária de capital são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários destinados ao atingimento das finalidades públicas e provocam um aumento das disponibilidades financeiras do Estado.

109. CEBRASPE - TCE RJ/Técnico/2022

A seguir, é apresentado o demonstrativo financeiro hipotético de determinada entidade, cujos valores estão em reais.

receita industrial	2.000.000
receita de serviços	2.000.000
receita patrimonial	1.000.000
operações de crédito	10.000.000
impostos	100.000.000

https://t.me/kakashi_copiador

taxas 1.000.000
contribuiçõ es de
melhoria 1.000.000
dívida ativa
tributária 5.000.000
alienação
de bens 3.000.000
amortização 2.000.000
receita da dívida ativa não
tributária 1.000.000

Tendo como referência esse demonstrativo financeiro, julgue o item subsecutivo. O valor total das receitas correntes da entidade é igual a R$ 113.000.000.

110. CEBRASPE - Cont (FUB)/2022

Quanto a despesa e receita pública, julgue o item a seguir, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9.ª edição.
Receitas de capital, assim como receitas correntes, provocam efeitos sobre o patrimônio líquido do ente público, mas somente as receitas correntes aumentam as suas disponibilidades financeiras.

111. CEBRASPE - Cont (FUB)/2022

Quanto a despesa e receita pública, julgue o item a seguir, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9.ª edição.
Receitas decorrentes da venda de bens imóveis são classificadas como receitas patrimoniais.

112. CEBRASPE - Sub Proc (MPCM PA)/TCM PA/2022

As receitas orçamentárias são classificadas em duas categorias econômicas: receitas correntes e receitas de capital. No caso das receitas de capital, é correto afirmar que elas

a) aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas, mas não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

https://t.me/kakashi_copiador

b) aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas, e provocam efeito sobre o patrimônio líquido.
c) não aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, não são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários que visam atingir as finalidades públicas nem provocam efeito sobre o patrimônio líquido.
d) aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, mas não são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários que visam atingir as finalidades públicas nem provocam efeito sobre o patrimônio líquido.
e) não aumentam as disponibilidades financeiras do Estado nem provocam efeito sobre o patrimônio líquido, mas são instrumentos de financiamento dos programas ações orçamentárias que visam atingir as finalidades públicas.

113. CEBRASPE - Proc DF/2022

Julgue o item subsequente, a respeito do direito financeiro e orçamentário.

O ingresso transitório de numerário decorrente de operação de crédito público não integra a receita pública, tendo em vista que o empréstimo deverá ser amortizado equipado pelo ente público devedor.

114. CEBRASPE - Proc (MP TCE-SC)/2022

Julgue o item subsequente, que dizem respeito à execução da despesa pública, à repartição de receitas tributárias, ao controle externo e a subsídios.
Segundo o Supremo Tribunal Federal, a norma constitucional que destina a estados e municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos abrange também aquele que incide sobre pagamentos feitos pelos entes mencionados a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços.

115. CEBRASPE - TCP (MP TCE-SC)/2022

Julgue o item subsecutivo, que versam sobre as atividades financeiras do Estado, receitas e despesas públicas.
A receita de aluguel de imóveis é classificada como receita corrente patrimonial, mesmo após sua inscrição na dívida ativa.

116. CEBRASPE - Of (CBM RO)/Combatente/2022

As receitas patrimoniais

https://t.me/kakashi_copiador

a) são objetos de estudo tanto do direito tributário e do direito financeiro.

b) referem-se às receitas decorrentes da atividade industrial, quando praticadas pelo Estado por meio de estabelecimentos próprios.

c) podem ser classificadas como receitas não tributárias, objeto de estudo do direito financeiro.

d) não são objetos de estudo do direito financeiro.

e) são auferíveis de serviços de saúde prestados por hospitais públicos integrantes do SUS.

117. CEBRASPE - AAAJ (DP DF)/Administração/2022

Com relação a aspectos técnicos e legais das receitas e despesas públicas, julgue o item a seguir.

Na receita orçamentária, o código de fontes tem a finalidade de indicar a origem dos recursos que estão sendo utilizados.

118. CEBRASPE /(CODEVASF)/Economia/2021

Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos. Esse planejamento é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelos poderes. A respeito desse assunto, julgue o próximo item.
Considere que boa parte da receita operacional da CODEVASF se deve ao recebimento de receita de serviços oriundos de atividades decorrentes de titulação, tarifa de água, lotes urbanos e outros títulos a receber. Nesse caso, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964, a receita arrecadada com a prestação desses serviços pela CODEVASF deverá ser classificada como receita corrente.

119. CEBRASPE - AnDR (CODEVASF)/Economia/2021

No mês de janeiro de 20X1, o município de Petrolina efetuou a emissão dos boletos de pagamento do IPTU municipal com vencimento para março, abril e maio de 20X1.
Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Ocorrida a arrecadação do IPTU, pela prefeitura de Petrolina, durante o exercício de 20X1, a referida receita será classificada como receita patrimonial.

https://t.me/kakashi_copiador

120. CEBRASPE/Ass Jur (CODEVASF)/2021

Considerando as normas de direito financeiro, julgue o item a seguir.

De acordo com a classificação legal das receitas públicas, o superávit do orçamento corrente é classificado como uma receita corrente.

121. CEBRASPE - ACE TCE RJ/Controle Externo/Ciências Contábeis/2021

Acerca das disposições da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Lei n.º 4.320/1964, de transferências voluntárias e de infrações administrativas contra as leis de finanças públicas, julgue o seguinte item.
As cotas de receitas de transferência obrigatória entre entes públicos devem ser incluídas como despesa no orçamento do ente transferidor.

122. EBRASPE/TCE RJ/Controle Externo/Ciências Contábeis/2021

Acerca das disposições da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Lei n.º 4.320/1964, de transferências voluntárias e de infrações administrativas contra as leis de finanças públicas, julgue o seguinte item.
Transferência voluntária intergovernamental deve ser contabilizada pelo ente transferidor como despesa.

123. CEBRASPE - ACE (TC-DF)/2021

No que se refere às classificações de receitas e despesas públicas e às disposições da legislação aplicável às finanças públicas, julgue a seguir.
O ingresso de recursos referentes à concessão de um serviço público deve ser classificado como uma receita corrente de serviços.

124. CEBRASPE - AJ (PGDF)/Administração/2021

A respeito das receitas públicas, julgue o próximo item.

A obtenção de recursos através da colocação de títulos públicos no mercado, com futura restituição ao adquirente, é uma receita corrente patrimonial.

https://t.me/kakashi_copiador

125. CEBRASPE - AJ (PGDF)/Administração/2021

A respeito das receitas públicas, julgue o próximo item.

Quando o ente público realiza a venda de bens imobilizados que compõem seu patrimônio, ele obtém uma receita de capital.

126. CEBRASPE - AJ (PGDF)/Contabilidade/2021

Julgue o item subsequente, a respeito da receita pública.

O ingresso de recursos resultante da venda de ativos do ente público por meio de leilão é classificado como receita corrente patrimonial.

127. CEBRASPE - TJ (PGDF)/Administrativo/2021 A respeito da receita pública, julgue o item a seguir.

A classificação orçamentária por natureza da receita é utilizada por todos os entes da federação e tem como objetivo identificar a origem do recurso conforme o fato gerador.

128. CESPE/Analista de Controle Externo/TCE RJ/2021

A classificação da receita orçamentária por fonte tem como finalidade identificar se os recursos são provenientes de tributos, da exploração do patrimônio estatal ou da exploração de atividades econômicas.

129. CESPE /Analista Judiciário / Administrativa/TJ PA/2020

A renda obtida pelo aluguel de imóveis públicos a terceiros é exemplo de receita de capital.

130. CESPE/Analista Judiciário/Administrativa/TJ PA/2020

São receitas exclusivamente correntes pertencentes à lei orçamentária anual (LOA) a tributária, a patrimonial, a de serviços e a industrial.

131. CESPE/Auditor de Finanças e Controle/SEFAZ AL/2020

https://t.me/kakashi_copiador

O superávit do orçamento corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes é classificado como receita de capital e não constitui item da receita orçamentária.

132. CESPE/Procurador/Pref. de Campo Grande MS/2019

Receita tributária municipal é classificada como receita corrente, consoante estabelecido na Lei n.º 4.320/1964.

133. CESPE/Analista de Gestão / Administração / SLU/DF / 2019

Receitas de capital são aquelas que, em geral, não aumentam as disponibilidades financeiras do Estado nem provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

134. CESPE / Auditor Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

De acordo com a atual classificação da receita conforme a sua natureza, o último dígito da natureza de receita tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação.

135. CESPE / Analista Administrativo / Administração / EBSERH / 2018

Operação de arrendamento mercantil feita por determinado órgão público para a aquisição de bens deve ser excluída do conjunto de receitas orçamentárias.

136. CESPE / Perito Criminal / Polícia Federal / 2018

A receita obtida por um ente público, quando oriunda da exploração ordenada de recursos naturais vegetais em ambiente natural e protegido, integra a categoria econômica receita corrente.

137. CESPE / Técnico Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

São critérios para a classificação da receita orçamentária a sua natureza e a fonte/destinação dos recursos.

138. CESPE / Analista Judiciário / Contabilidade / STM / 2018

As receitas dos tribunais decorrentes da prestação de serviços deverão ser classificadas pelo gestor como receita corrente de serviços.

139. CESPE / Auditor de Contas Públicas - TCE/PB / 2018

https://t.me/kakashi_copiador

As contribuições sociais e de melhoria, assim como as multas decorrentes do não pagamento de impostos, classificam-se como receitas tributárias.

140. CESPE / Técnico Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

A concessão de um serviço público para um particular representará uma receita de capital caso implique cessão de patrimônio imobiliário do Estado a terceiro.

141. CESPE / Administrador / IFF / 2018

O ingresso de determinado recurso é definido como receita agropecuária na classificação da receita pública por origem.

142. CESPE / Auditor de Contas Públicas - TCE/PB / 2018

O recebimento de amortização da dívida pública e o ingresso de recursos financeiros decorrentes de operações de crédito se classificam como receita corrente.

143. CESPE / Auditor Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

As receitas intraorçamentárias são a contrapartida das despesas classificadas na modalidade de aplicação 91 — aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social —, mas não são capazes de possibilitar a anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

144. CESPE / Técnico / Administração - MPU - 2018

Havendo a necessidade de que um órgão público classifique determinada receita de acordo com o acontecimento real que tenha ocasionado o ingresso nos cofres públicos, ele deverá utilizar a classificação orçamentária por natureza da receita.

145. CESPE / Auditor de Contas Públicas - TCE/PB / 2018

Multas e juros de mora que incidem sobre tributos arrecadados por entidades do setor público enquadram-se nas receitas orçamentárias, correntes, derivadas e não vinculadas.

146. CESPE - Auditor Estadual / Controle Externo / TCM/BA - 2018

Se um ente público receber dividendos decorrentes da participação societária, essa receita deverá ser classificada como receita corrente patrimonial.

https://t.me/kakashi_copiador

147. CESPE / Técnico / Administrativa - MPE/PI - 2018

A tabela seguinte mostra alguns saldos relativos à receita arrecadada, em milhares de reais, no ano 20XX, de determinado estado da Federação.

148. CESPE / Analista Judiciário / Contabilidade / STM / 2018

A tabela a seguir mostra, com valores em reais, a composição do ativo imobilizado de um ente público ao final do ano de 20x6.

Móveis e utensílios 240.000

Depreciação acumulada 48.000

Perda por valor recuperável. 12.000

Nessa situação, de acordo com as informações apresentadas, se o referido ativo fosse vendido em leilão, o resultado dessa operação teria de ser registrado na contabilidade do ente como uma receita corrente patrimonial.

149. CESPE - Auditor Estadual / Controle Externo / TCM/BA - 2018

Determinado estado da Federação, durante o exercício de 2017, registrou os eventos apresentados na tabela seguinte.

150. CESPE / Professor de Educação Básica / Administração / SEDF - 2017

No tocante à conceituação e à classificação da receita pública, as receitas tributária e patrimonial são classificadas como receitas de capital.

151. CESPE / Analista de Controle Externo - Contas Públicas - TCE/PE - 2017

O pedágio cobrado pela utilização de rodovias mantidas por regime de concessão não tem natureza jurídica de taxa.

152. CESPE / Analista Judiciário / Administrativa - TRE/PE - 2017

São receitas de capital os recursos financeiros recebidos por ente público para custear despesas com pessoal, com serviços de terceiros ou com material de consumo.

https://t.me/kakashi_copiador

153. CESPE / Analista de Controle Externo - Contas Públicas - TCE/PE - 2017

De acordo com a classificação econômica da receita, a receita corrente tributária não se amolda à classificação tripartite dos tributos, pois não inclui as receitas com contribuições de melhoria, apesar de incluir a arrecadação das multas decorrentes de impostos e taxas.

154. CESPE / Analista de Gestão / Julgamento / TCE/PE / 2017

A classificação da receita orçamentária é de utilização obrigatória por todos os entes da Federação.

155. CESPE - Auditor - Contas Públicas - TCE/PE - 2017

A entrada de recurso decorrente da venda, em leilões, de automóveis usados que integrem o patrimônio público é classificada como receitas de capital.

156. CESPE - Auditor - Contas Públicas e Obras - TCE/PE - 2017

Para identificar a origem de determinada receita pública de acordo com o acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos, utiliza-se a classificação por natureza de receita.

157. CESPE / Analista Judiciário / Judiciária / TRT/8 / 2016

As operações de crédito são classificadas como receitas correntes.

158. CESPE / Analista Judiciário / Administrativa / TRE/PI / 2016

Uma receita econômica cuja origem a classifica como receita de capital é a amortização de empréstimos.

159. CESPE / Analista Judiciário / Judiciária / TRT/8 / 2016

As receitas de capital são classificadas em patrimonial e industrial.

160. CESPE / Analista Judiciário / Judiciária / TRT/8 / 2016

São receitas correntes as provenientes de empréstimo e de financiamento destinados a investimentos.

161. CESPE / Analista Judiciário / Administrativa / TRE/PI / 2016

https://t.me/kakashi_copiador

Aos municípios não se admite ampliar os desdobramentos dos códigos das receitas com a adoção de códigos locais.

162. CESPE / Analista Judiciário / Judiciária / TRT/8 / 2016

As receitas tributárias e de contribuições classificam-se como receitas correntes.

163. CESPE / Analista Judiciário / Administrativa / TRT/8 / 2016

A entrega de um conjunto habitacional para moradia popular indica, na previsão orçamentária, o aumento da receita corrente de contribuições, advinda da expectativa de aumento da arrecadação da taxa de limpeza pública.

164. CESPE / Auditor - Conselheiro Substituto / TCE/PR / 2016

No âmbito da União, o órgão que normatiza a classificação orçamentária da receita é a Secretaria do Tesouro Nacional.

165. CESPE / Auditor - Conselheiro Substituto / TCE/PR / 2016

Operações de crédito são receitas de capital originárias da contratação de empréstimos junto a entidades públicas ou privadas, internas ou externas.

166. CESPE / Técnico de Nível Superior / ENAP - 2015

Nos termos da classificação da receita adotada para as três esferas da administração, constituem receitas correntes: receita da dívida ativa, transferências de convênios e receitas imobiliárias.

167. CESPE / Técnico Federal de Controle Externo / TCU - 2015

Os ingressos financeiros decorrentes de amortizações de empréstimos ou financiamentos concedidos pelo ente público por meio de títulos e contratos representam receitas de capital, mas os juros recebidos relacionados a esses empréstimos ou financiamentos são tratados como receitas correntes.

168. CESPE / Auditor Governamental / CGE/PI - 2015

Sob a ótica das atuais normas orçamentárias, são consideradas receitas de capital as receitas de compensação financeira provenientes da fruição de recursos minerais, hídricos e florestais para recompor financeiramente os prejuízos ou danos causados pela atividade econômica na exploração desses bens.

169. CESPE / Administrador / FUB - 2015

https://t.me/kakashi_copiador

De acordo com a categoria econômica, o superávit do orçamento corrente é considerado fonte de receita corrente do Estado.

170. CESPE / Auditor / FUB - 2015

Sob a ótica econômica, as receitas estão divididas em receitas correntes e de capital, abrangendo estas últimas as operações de crédito, a alienação de bens, a amortização de empréstimos, as transferências de capital e outras receitas de capital.

171. CESPE / Auditor Federal de Controle Externo / TCU - 2015

O ingresso proveniente de outros entes da Federação, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, deve ser classificado como outras receitas correntes.

172. CESPE / Técnico Federal de Controle Externo / TCU - 2015

O registro do ingresso financeiro resultante da venda à vista de um imóvel de propriedade da União deve ser tratado contabilmente como receita corrente, enquanto o ingresso financeiro decorrente do aluguel a terceiros de imóvel de propriedade da União deve ser tratado como receita de capital.

173. CESPE / Analista Técnico-Administrativo / MDIC / 2014

Caso determinada entidade pública transfira parte de suas dotações a outra unidade orçamentária, a transferência constará duas vezes na lei orçamentária anual.

174. CESPE / Analista / Orçamento, Gestão Financeira e Controle/Serviços Técnicos e Administrativos / TCDF / 2014

Antes de proceder ao registro de uma receita extraorçamentária, o órgão público deve, em primeiro lugar, definir a categoria econômica em que o registro será feito.

175. CESPE / Consultor de Orçamentos / Câmara dos Deputados / 2014

As concessões e permissões e as compensações financeiras são registradas como receitas de contribuição.

176. CESPE / Agente Administrativo / Polícia Federal / 2014

Considere que uma universidade pública seja proprietária de uma fazenda de criação de gado e realize a venda de animais para abate, auferindo, na operação, receita tipicamente classificada

https://t.me/kakashi_copiador

como de atividade agropecuária. Nessa situação, tal receita, do ponto de vista orçamentário, deverá ser classificada como receita corrente.

177. CESPE / Analista / Orçamento, Gestão Financeira e Controle / TCDF / 2014

O resultado decorrente do balanceamento entre receitas e despesas correntes é reconhecido como item de receita orçamentária.

178. CEBRASPE - Tec (PGE RJ)/Processual/2022

Julgue o item seguinte, relativo ao orçamento público no Brasil.

As classificações por natureza, por fonte e por função são próprias da receita pública.

179. CEBRASPE - AAAJ (DP DF)/Administração/2022

Com relação a aspectos técnicos e legais das receitas e despesas públicas, julgue o item a seguir.

Na receita orçamentária, o código de fontes tem a finalidade de indicar a origem dos recursos que estão sendo utilizados.

180. CEBRASPE - ACE TCE RJ/Controle Externo/Ciências Contábeis/2021

A respeito dos mecanismos utilizados na elaboração, execução e controle do orçamento, julgue o item que se segue.
O montante total arrecadado por determinado tributo pode ser registrado com códigos de fontes de receita distintas.

181. CEBRASPE - ACE TCE RJ/Controle Externo/Ciências Contábeis/2021 Em relação às receitas públicas, julgue o item a seguir.

A classificação da receita orçamentária por fonte tem como finalidade identificar se os recursos são provenientes de tributos, da exploração do patrimônio estatal ou da exploração de atividades econômicas.

182. CESPE / Analista de Controle Externo / TCE/RJ - 2021

O montante total arrecadado por determinado tributo pode ser registrado com códigos de fontes de receita distintas.

183. CESPE / Técnico Judiciário / Administrativa / STJ - 2018

https://t.me/kakashi_copiador

A classificação orçamentária da receita por fonte de recursos é dividida em cinco grupos, entre eles inclui-se o grupo de recursos condicionados.

184. CESPE / Analista Judiciário / Contabilidade / STM - 2018

Na contabilização de valores relativos a ingressos extraorçamentários, o gestor deve vincular tais recursos às fontes que financiam a execução de políticas públicas.

185. CESPE / Analista Judiciário / Administrativa - TRE/PE - 2017

A classificação da receita pública por fonte de recursos indica a origem do recurso segundo o seu fato gerador, quer seja recurso do Tesouro Nacional, quer de outras fontes.

186. CESPE / Analista Judiciário / Administrativa - TRE/PE - 2017

Na classificação orçamentária segundo a fonte dos recursos, os resultados obtidos pelo Banco Central do Brasil são considerados outras fontes.

187. CESPE / Auditor Fiscal de Controle Externo / Direito - TCE/SC / 2016

O grupo de destinação de recursos divide a receita pública entre os recursos originários do Tesouro Nacional e os originários de outras fontes, fornecendo também a indicação sobre o exercício em que esses recursos foram arrecadados.

188. CESPE / Administrador / MPOG - 2015

O mecanismo de classificação de recursos por fonte tem por objetivo identificar a destinação dos recursos arrecadados.

189. CESPE / Analista Judiciário / Administrativa / STJ - 2015

Um aspecto na classificação orçamentária por fontes de recursos é o estabelecimento de uma vinculação entre a origem e a aplicação de determinados recursos, de tal modo que estes tenham uma destinação exclusiva. Isso pode, eventualmente, provocar ociosidade ou escassez de recursos para financiar determinadas ações.

190. CESPE / Inspetor de Controle Externo - TCE-RN / 2015

O código de classificação por fonte de recursos é de utilização exclusiva na classificação da receita pública.

191. CESPE / Auditor de Controle Externo / TCDF / 2014

https://t.me/kakashi_copiador

A classificação da receita por fonte de recurso atende à necessidade de vinculação de receitas e despesas estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

192. CESPE /Administrador - Polícia Federal / 2014

A fixação de despesa na lei orçamentária anual deve incluir a respectiva fonte de recursos, mesmo quando se tratar de despesas financiadas com recursos desvinculados.

193. CEBRASPE - AFCE (TCE-SC)/Administração/2022

No que tange à receita pública, julgue o item subsequente.

As receitas primárias se referem predominantemente às receitas de tributos, de contribuições sociais, das concessões, e da emissão de títulos.

194. CEBRASPE - Esp GT (TELEBRAS)/Analista Superior/Finanças/2022

Tendo em vista a classificação e a origem econômica da receita orçamentária, julgue o item a seguir. As doações e os tributos compõem as receitas primárias.

195. CEBRASPE - AJ (PGDF)/Administração/2021

Com relação ao orçamento público, julgue o item a seguir.

A receita pública excluída do cálculo do resultado primário será classificada como financeira, segundo o critério de identificador do resultado primário.

196. CEBRASPE - AJ (PGDF)/Administração/2021

Acerca dos mecanismos de administração do orçamento, julgue o item que se segue.

As receitas e despesas financeiras decorrentes da concessão ou tomada de empréstimos integram o resultado primário do setor público usado como meta fiscal para efeito de acompanhamento da execução do orçamento.

197. CESPE / Analista Judiciário / Administrativa / STJ - 2018

A classificação da receita para apuração do resultado primário é obrigatória para todos os entes da Federação.

198. CESPE / Técnico Judiciário / Administrativa / STJ - 2018

https://t.me/kakashi_copiador

Conforme a classificação da receita orçamentária por indicador de resultado primário, receitas financeiras são aquelas que não alteram o endividamento líquido do governo no exercício financeiro correspondente.

199. CESPE / Analista Judiciário / Contabilidade / TRT/8 - 2016

A classificação da receita para apuração do resultado primário é obrigatória para todos os entes.

200. CESPE / Técnico Judiciário / Administrativa / STJ - 2015

A classificação destinada a identificar as receitas de acordo com sua inclusão no resultado fiscal do governo divide-se em receitas de resultado primário e secundário.

201. CESPE / Administrador / MPOG - 2015

Distinguir a perenidade da fonte de recurso é fundamental ao planejamento orçamentário, por isso a norma vigente, para operacionalizar o indicador de resultado primário, classifica a receita em periódica ou extraordinária.

202. CESPE /Analista Técnico-Administrativo - CADE / 2014

A classificação da receita por identificador de resultado divide as receitas públicas entre aquelas relacionadas com o resultado fiscal e as relacionadas com o resultado operacional.

203. CESPE / Analista Judiciário / Administrativa / CNJ - 2013

No Brasil, a receita pública classifica-se segundo sua natureza, fonte (destinação) do recurso e risco fiscal.

204. CESPE / Analista Judiciário - Administrativa / TRT/17 / 2013

O resultado primário utilizado como base para o acompanhamento da execução orçamentária deve incluir os recursos provenientes de impostos, taxas, contribuições e de operações de crédito realizadas com instituições financeiras oficiais.

205. CEBRASPE - Aud Est (SECONT ES)/Administração/2022

Julgue o próximo item, relativos aos tipos de receitas da administração pública. As multas são classificadas como receitas extraordinárias.

206. CESPE / Analista de Controle Externo / TCE/RJ - 2021

https://t.me/kakashi_copiador

Receita orçamentária efetiva, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento e não constituem obrigações correspondentes.

207. CESPE / Técnico Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

Receita orçamentária efetiva é aquela que recebeu prévio reconhecimento do direito ou constitui obrigação correspondente.

208. CESPE / Auditor Municipal de Controle Interno - CGM/JP / 2018

A receita orçamentária será considerada efetiva caso os ingressos de disponibilidade de recursos tenham sido precedidos de registro do reconhecimento do direito ou quando constituam obrigações correspondentes.

209. CESPE / Auditor - Conselheiro Substituto / TCE/PR / 2016

As receitas de capital e as receitas correntes provocam, ambas, efeito positivo no patrimônio líquido do Estado.

210. CESPE / Auditor - Conselheiro Substituto / TCE/PR / 2016

Durante o exercício, as receitas cujos valores extrapolarem o originalmente previsto na LOA serão classificadas como ingressos extraordinários.

211. CESPE / Auditor de Controle Externo / TCE/PA / 2016

Informação/valor (em R$)

total da despesa liquidada 30.105

pagamento de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária 11.000
recebimento referente à alienação de bens imóveis 8.000
ICMS arrecadado 33.800
cauções recebidas de empresas para participação em licitação 2.000

depreciação de bens móveis 600
pagamento de folha de servidores 3.400
receita total prevista na LOA 35.500
pagamento referente à compra, no exercício, de medicamentos para famílias carentes 23.000
despesa fixada na LOA 35.500

https://t.me/kakashi_copiador

A tabela precedente apresenta eventos ocorridos, referentes ao exercício de 2015 em determinado estado da Federação. Sabendo que foram liquidados 90% da despesa empenhada, a receita efetiva foi superior a R$ 41.000.

212. CESPE / Técnico Federal de Controle Externo / TCU - 2015

A operação de crédito, que é um exemplo de receita orçamentária não efetiva, constitui fato contábil permutativo, não afetando a situação patrimonial líquida do Estado quando do reconhecimento contábil do crédito.

213. CESPE / Contador - MTE / 2014

Para fins contábeis, a receita orçamentária efetiva aumenta a situação líquida patrimonial da entidade.

214. CESPE / Analista Administrativo - ICMBio / 2014

Receitas de capital são aquelas que provocam efeito no patrimônio líquido do governo.

https://t.me/kakashi_copiador

GABARITO

1	C	32	E	63	E	94	C	125	C	156	C	187	C
2	C	33	E	64	C	95	E	126	E	157	E	188	C
3	C	34	C	65	E	96	E	127	C	158	C	189	C
4	D	35	E	66	E	97	E	128	E	159	E	190	E
5	E	36	E	67	C	98	E	129	E	160	E	191	C
6	E	37	C	68	E	99	A	130	C	161	E	192	C
7	E	38	C	69	E	100	D	131	C	162	C	193	E
8	Anulada	39	E	70	E	101	E	132	C	163	E	194	C
9	C	40	C	71	C	102	E	133	E	164	E	195	C
10	D	41	E	72	E	103	C	134	C	165	C	196	E
11	E	42	E	73	E	104	C	135	E	166	C	197	E
12	C	43	C	74	C	105	E	136	C	167	C	198	C
13	E	44	C	75	E	106	E	137	C	168	E	199	E
14	C	45	C	76	C	107	E	138	C	169	E	200	E
15	E	46	E	77	E	108	C	139	E	170	C	201	E
16	C	47	C	78	E	109	C	140	E	171	E	202	E
17	E	48	C	79	E	110	E	141	C	172	E	203	E
18	C	49	C	80	C	111	E	142	E	173	C	204	E
19	C	50	E	81	C	112	A	143	E	174	E	205	E
20	C	51	E	82	E	113	E	144	C	175	E	206	C
21	C	52	E	83	E	114	C	145	C	176	C	207	E
22	D	53	C	84	E	115	C	146	C	177	E	208	E
23	A	54	E	85	C	116	C	147	C	178	E	209	E

https://t.me/kakashi_copiador

24	D	55	C	86	E	117	E	148	E	179	E	210	E
25	E	56	C	87	E	118	C	149	C	180	C	211	E
26	B	57	E	88	C	119	E	150	E	181	E	212	C
27	D	58	E	89	E	120	E	151	C	182	C	213	C
28	E	59	C	90	C	121	C	152	E	183	C	214	E
29	B	60	D	91	E	122	C	153	E	184	E		
30	C	61	C	92	C	123	E	154	C	185	E		
31	C	62	C	93	C	124	E	155	C	186	E		

https://t.me/kakashi_copiador

Lista de Questões - VUNESP

1. VUNESP/Pref Jaguariúna/2023

Integram a Dívida Ativa não Tributária os créditos da fazenda pública provenientes de

a) não recolhimento da parcela do ICMS.

b) atraso nas parcelas pertinentes a tributos municipais.

c) títulos públicos não recolhidos pelos agentes financeiros.

d) multas por descumprimento de obrigação legal relativa a tributos.

e) empréstimos compulsórios.

2. VUNESP /TCM SP/2023

A codificação das naturezas de receita pública aplica lógica integralmente voltada para a gestão das receitas orçamentárias. Os códigos estão estruturados de forma a proporcionar extração de informações imediatas. Há um código que permite qualificar com maior detalhe o fato gerador das receitas, qual seja:

a) categoria econômica.

b) fonte.

c) tipo.

d) espécie.

e) identificação de peculiaridades.

3. VUNESP /Pref Marília/2023

Quanto às receitas orçamentárias, o nível de classificação vinculado à Origem que permite qualificar com maior detalhe o fato gerador das receitas é denominado de:

a) Espécie.

b) Categoria.

https://t.me/kakashi_copiador

c) Unidade.

d) Base de Cálculo.

e) Fonte.

4. VUNESP/Pref Marília/2023

Segundo o manual de contabilidade aplicável ao setor público, referente à dívida ativa, o registro das receitas orçamentárias oriundas do recebimento da dívida ativa deve ser discriminado em contas contábeis de acordo com a natureza do crédito original. Também devem ser classificados em classificações específicas os recebimentos referentes a multas, juros e outros encargos. No caso de uma baixa por recebimento do principal no órgão competente, a informação patrimonial será:

a) D: Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional e C: Créditos a Longo Prazo (P).

b) D: Receita a Realizar e C: Receita Realizada.

c) D: Controle da Disponibilidade de Recursos e C: Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR).

d) D: Receita a Realizar e C: Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR).

e) D: Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional e C: C: Receita Realizada.

5. VUNESP /ALESP/2022

Prefeito do Município "X" anuncia a realização de investimentos na revitalização de uma praça municipal com recursos de impostos arrecadados pela própria Prefeitura, com recursos remetidos pelo Governo do Estado mediante assinatura de convênio específico e de doações do setor privado para essa específica finalidade. É correto afirmar, com base na Lei nº 4.320/1964, que as receitas utilizadas para financiamento das obras serão registradas no orçamento municipal respectivamente como:

a) receitas correntes de impostos, receitas industriais, receitas de doação de capital.

b) receitas próprias financeiras, transferências obrigatórias de capital e transferências correntes de instituições privadas.

c) receitas correntes de impostos, transferências voluntárias de capital de estados e transferências de capital de instituições privadas.

https://t.me/kakashi_copiador

d) receitas de capital, receitas de transferências interestaduais e receitas de prestação de serviços.

e) receitas de participação, transferências voluntárias correntes e receitas patrimoniais.

6. VUNESP /Pref Jundiaí/2022

Ao acessar, por meio do portal da prefeitura, os balanços orçamentários da gestão anterior do seu município com vistas a analisar o comportamento da arrecadação tributária, um determinado gestor público recém-empossado encontrou como fontes de receitas orçamentárias correntes os seguintes impostos:

a) Taxa de Coleta do Lixo, Contribuição de Iluminação Pública (COSIP) e Taxa de Alvará de Funcionamento.

b) Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

c) Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

d) Imposto Sobre Serviços (ISS), Contribuição de Iluminação Pública (COSIP) e Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

e) Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto Sobre Serviços (ISS).

7. VUNESP /PRUDENCO/2022

A Lei no 4.320/64 estabelece que há duas categorias de receita, Receitas Correntes e Receitas de Capital, sendo que:

a) as Receitas Correntes incluem receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, e as Receitas de Capital abrangem as receitas provenientes da conversão, em espécie, de bens e direitos.

b) as Receitas Correntes incluem receitas provenientes da conversão, em espécie, de bens e direitos, e as Receitas de Capital abrangem as receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.

https://t.me/kakashi_copiador

c) as Receitas Correntes incluem o superávit do Orçamento Corrente, e as Receitas de Capital abrangem as receitas tributárias.

d) as Receitas Correntes incluem receitas patrimonial, agropecuária e industrial, e as Receitas de Capital abrangem as receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.

e) as Receitas Correntes incluem receitas patrimonial, agropecuária e industrial, e as Receitas de Capital abrangem as receitas provenientes das receitas tributárias.

8. VUNESP /PRUDENCO/2022

A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total

a) o valor estabelecido em contrato, conforme vencedor da licitação estabelecida nos moldes da Lei nº 8.666/93.

b) o valor orçado pelo ente público, e o repasse ao contribuinte será realizado de acordo com o m2 de cada imóvel beneficiado pela melhoria pública.

c) a capacitada contributiva do proprietário do imóvel beneficiado.

d) a Receita de Capital arrecada durante período pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, durante o período.

e) a despesa realizada e, como limite individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

9. VUNESP /PERUÍBEPREV/2022

As Receitas Públicas, quanto à sua procedência, são classificadas em:

a) originárias ou derivadas.

b) correntes ou de capital.

c) efetivas ou por mutação patrimonial.

d) ordinárias ou extraordinárias.

e) orçamentárias ou extraorçamentárias.

https://t.me/kakashi_copiador

10. VUNESP /Pref Piracicaba/2022

Fazem parte da receita orçamentária todos os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado, menos os recursos financeiros provenientes

a) das atividades industriais e agropecuárias.

b) das despesas inscritas em restos a pagar.

c) dos rendimentos financeiros obtidos com títulos públicos.

d) do *superavit* financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

e) da valorização imobiliária decorrente de obras públicas e outras melhorias.

11. VUNESP/PRUDENCO/2022

A Lei no 4.320/64 determina que a Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei. Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, a receita pode ser "efetiva" ou "não-efetiva".

Entende-se por Receita Orçamentária efetiva aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos

a) foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.

b) poderão ser precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso dos ingressos extraordinários.

c) poderão ser precedidos de registro do reconhecimento do direito ou talvez constituam obrigações correspondentes, como é o caso dos ingressos ordinários.

d) não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

e) poderão ser precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes.

12. VUNESP/PRUDENCO/2022

https://t.me/kakashi_copiador

As receitas que são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações e que têm a finalidade principal de atender as necessidades públicas e demandas da sociedade denominam-se

a) orçamentárias.

b) de capital.

c) correntes.

d) extraordinárias.

e) patrimoniais.

13. VUNESP /PRUDENCO/2022

A receita oriunda de multas punitivas aplicadas pelo governo será classificada, segundo a regulamentação, como

a) Capital.

b) Originária.

c) Derivada.

d) Condicional.

e) Imposta.

14. VUNESP /PRUDENCO/2022

Assinale a alternativa que contém a classificação correta para a receita em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

a) Receita orçamentária efetiva.

b) Receita orçamentária não efetiva.

c) Receita extraorçamentária efetiva.

d) Receita extraorçamentária não efetiva.

e) Receita econômica.

https://t.me/kakashi_copiador

15. VUNESP/Pref Guaratinguetá/2022

Uma determinada entidade pública, a qual concedeu hipoteticamente um empréstimo a outra entidade, recebeu a título de amortização um valor equivalente a 25% desse empréstimo. O Sr. José, contador dessa entidade, necessita contabilizar essa amortização que será reconhecida como receita

a) de caixa.

b) patrimonial.

c) financeira.

d) de capital.

e) corrente.

16. VUNESP/Pref Jundiaí/2022

A Lei nº 4.320/1964 classifica a receita pública nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Assinale a alternativa correta de acordo com a referida lei.

a) Estão incluídas nas Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.

b) Estão incluídas nas Receitas de Capital as provenientes de receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

c) Estão incluídas nas Receitas Correntes as receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas e, ainda, de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

d) Estão incluídas nas Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de receitas tributária, de contribuições e, ainda, resultantes da conversão, em espécie, de bens e direitos.

e) Estão incluídas nas Receitas Correntes as receitas provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

https://t.me/kakashi_copiador

17. VUNESP /Pref Jundiaí/2022

São receitas originárias no setor público:

a) dividendos e Multas.

b) impostos e taxas.

c) isenção tributária e renúncia fiscal.

d) gastos com pessoal e regimes previdenciários.

e) receita patrimonial e de serviços.

18. VUNESP /Pref Piracicaba/2022

Quanto à classificação da receita pública, receitas correntes são receitas

a) derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e venda de ativos.

b) oriundas das atividades operacionais, visando à consecução dos objetivos constantes dos programas e ações do governo.

c) que não constam na Lei Orçamentária Anual e compreendem as entradas de caixa ou créditos de terceiros que o Estado tem a obrigação de devolução ou recolhimento.

d) que decorrem de saída de itens do ativo ou entrada de obrigações no passivo.

e) provenientes do patrimônio público, ou seja, o Estado obtém receitas através de seu patrimônio, bens e direitos, colocados à disposição da sociedade.

19. VUNESP /Pref Guaratinguetá/2022

À luz das disposições constantes da Lei nº 4.320/1964, os proventos decorrentes das Contribuição de Melhoria são classificados como

a) receitas de serviços.

b) receita de capital.

c) receita patrimonial.

d) receita tributária.

https://t.me/kakashi_copiador

e) receita de amortização de dívidas.

20. VUNESP/Pref Guaratinguetá/2022

De cordo com a contabilidade pública, segundo a doutrina, receitas arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública, que são originadas principalmente, de rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado (receita de aluguel), de preços públicos, de prestação de serviços comerciais e de venda de produtos industriais ou agropecuários, são denominadas

a) Receitas públicas derivadas.

b) Receitas orçamentárias transitórias.

c) Receitas públicas originárias.

d) Receitas compensatórias orçamentárias e extra- -orçamentárias.

e) Receitas derivadas econômicas.

21. VUNESP /ALESP/2022

Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, a receita pode ser "efetiva" ou "não efetiva". A receita orçamentária "não efetiva" pode ser

a) outras receitas de capital.

b) aquisição de materiais para estoque.

c) impostos e taxas.

d) contribuições de melhorias.

e) operações de crédito.

22. VUNESP /PRUDENCO/2022

As taxas cobradas pelo poder público, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador, entre outros,

a) a melhoria realizada em relação ao serviço prestado ao contribuinte.

https://t.me/kakashi_copiador

b) o orçamento do custo da obra.

c) a parcela do custo financiada pelo contribuinte.

d) o exercício regular do poder de polícia, prestado ao contribuinte.

e) a delimitação da zona beneficiada pela taxa.

23. VUNESP /Pref Piracicaba/2022

São consideradas receitas extraorçamentárias

a) as variações da dívida ativa.

b) as decorrentes de alienação de bens.

c) as receitas agropecuária, industrial e de serviços financeiros.

d) operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).

e) as transferências de instituições privadas, do exterior e de pessoas físicas.

24. VUNESP/CM Campo Limpo Pta/2022

Quanto às Receitas Correntes, é correto afirmar que

a) são arrecadadas dentro do exercício financeiro.

b) compreendem a conversão em espécie de bens e direitos.

c) são aquelas que alteram o patrimônio duradouro do Estado.

d) objetivam atender às despesas de capital.

e) são provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.

25. VUNESP/EsFCEx/2021

Os recursos efetivos ou por mutação, pertencentes ao Estado, ou seja, aqueles que não serão restituídos no futuro, previstos ou não na Lei Orçamentária e que serão utilizados no financiamento de despesas públicas, são as receitas

a) de capital.

b) orçamentárias.

https://t.me/kakashi_copiador

c) correntes.

d) ordinárias.

e) extraordinárias.

26. VUNESP/EsFCEx/2021

Em conformidade com o artigo 11 da Lei no Federal 4.320/64, é correto afirmar que as Receitas se classificam nas seguintes categorias econômicas:

a) Receitas Correntes e Receitas de Capital.

b) Receitas Correntes e Receitas Tributárias.

c) Receitas Patrimoniais e Receitas de Serviços.

d) Receitas Patrimoniais e Operações de Créditos.

e) Receitas de Capital e Receitas de Serviços.

27. VUNESP/Pref F Vasconcelos/2021

Sobre Receitas Públicas, é correto afirmar que

a) a classificação da receita orçamentária é de utilização facultativa para os entes da Federação.

b) ingressos orçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero depositário.

c) receitas de Capital são as provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

d) receitas de Operação Intraorçamentárias são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

e) receitas financeiras são instrumentos por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

https://t.me/kakashi_copiador

28. VUNESP /Pref Jundiaí/2021

A Prefeitura do Município de Bom Clima assinou um contrato de concessão do mercado municipal da cidade, pelo período de dez anos, ao Consórcio de Empresas Futuro, recebendo valores anuais expressivos em razão disso. De acordo com a classificação da Receita Pública, os montantes recebidos em decorrência da concessão do mercado configura a

a) Receita de Alienação de Bens.

b) Receita Corrente.

c) Receita de Capital.

d) Receita de Amortização.

e) Receita de Transferência de Capital.

29. VUNESP /CODEN/2021

Em conformidade com a classificação orçamentária prevista na Lei nº 4.320/64, por categoria econômica, o tributo é uma das origens

a) da Receita de Capital.

b) da Receita Corrente.

c) do superavit do orçamento corrente.

d) dos recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público e privado.

e) da receita patrimonial.

30. VUNESP/EsFCEx/2021

Quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, para fins contábeis, a receita pode ser "efetiva" ou "não efetiva". Dessa forma, podemos afirmar que Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos

a) foram registrados como receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário.

https://t.me/kakashi_copiador

b) foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações recorrentes.

c) foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.

d) não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes, como é o caso do registro em dívida ativa.

e) não foram precedidos de registro do reconhecimento do direito e constituem obrigações correspondentes, a exemplo do não registro do empenho.

31. VUNESP/Pref RP/2021

É correto afirmar, quanto à receita pública:

a) Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que as aplicações de disponibilidades de recursos foram precedidas de registro do reconhecimento do custo ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.

b) Receita Orçamentária Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

c) Aplicações de Recursos Extraorçamentários são recursos financeiros de caráter permanente, do qual o Estado é mero agente depositário.

d) A Classificação da Receita Orçamentária é de utilização facultativa para todos os entes da Federação, e na implementação, sendo obrigatória sua consolidação para atendimento das respectivas peculiaridades.

e) Operações Intraorçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública Mista; todavia, são integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social de diferente ente federativo.

32. VUNESP/CODEN/2021

Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, a receita pode ser "efetiva" ou "não efetiva". A Receita Orçamentária Efetiva é aquela em que os ingressos de

a) disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.

https://t.me/kakashi_copiador

b) disponibilidades de recursos foram registrados no reconhecimento do fato gerador e podem até constituir obrigações correlatas.

c) recursos financeiros nos cofres do Estado são registrados somente quando representam disponibilidades.

d) recursos financeiros nos cofres do Estado não constituem obrigações correspondentes.

e) disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

.

33. VUNESP/Pref Morro Agudo/2020

Do ponto de vista orçamentário, é correto afirmar, sobre as receitas públicas, que

a) não podem ser arrecadadas receitas que não estejam previamente previstas na lei orçamentária anual.

b) os ingressos de caixa relativos a cauções recebidas de particulares são receitas orçamentárias, uma vez que compõem o ativo do ente público.

c) os ingressos decorrentes de operações de crédito tomadas pelo ente público são receitas orçamentárias, apesar de serem acompanhadas da geração de um passivo para o ente público.

d) uma vez atingida a meta de arrecadação fixada na lei de diretrizes orçamentária, é autorizada a suspensão da cobrança das receitas de natureza patrimonial.

e) as receitas públicas orçamentárias seguem sempre regime de competência, sendo reconhecidas na medida em que realizado o seu lançamento.

34. VUNESP/EBSERH HC-UFU/2020

Quanto ao impacto patrimonial líquido e para fins contábeis, as receitas públicas, cujo ingresso não represente o reconhecimento de direitos, são classificadas como

a) derivadas.

b) originárias.

c) orçamentárias.

d) correntes.

e) efetivas.

https://t.me/kakashi_copiador

35. VUNESP/Pref Cananéia/2020

A receita pública

a) efetiva decorre de fatos contábeis modificativos e provoca aumento do patrimônio líquido do ente público como, por exemplo, as receitas tributárias.

b) de caráter orçamentário é constituída por ingressos pertencentes a terceiros que estão sujeitos à devolução e que fazem parte do passivo financeiro do ente público.

c) originária é constituída pelos ingressos provenientes do poder que o Estado tem de exigir uma prestação pecuniária sobre o patrimônio, a renda e o lucro dos cidadãos.

d) classificada como receita de capital tem por objetivo principal financiar as despesas de custeio dos entes públicos.

e) derivada decorre da utilização ou exploração do patrimônio público, por meio da prestação de serviços a terceiros ou de outras rendas arrecadadas espontaneamente.

36. VUNESP/EsFCEx/2020

Os recursos financeiros de caráter temporário, dos quais o Estado é mero agente depositário, cuja devolução não se sujeita à autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA), são denominados

a) Não Circulantes.

b) Operacionais.

c) Ingressos Extraorçamentários.

d) Receitas Não Efetivas.

e) Empréstimos.

37. VUNESP/AVAREPREV/2020

Assinale a alternativa que apresenta o item excludente do conceito de receita orçamentária, conforme a Lei nº 4.320/64.

a) Alienação de bens.

b) Operações de crédito por antecipação da receita.

https://t.me/kakashi_copiador

c) Receita agropecuária.

d) Transferências correntes.

e) Amortização de empréstimos.

38. VUNESP /CM Boituva/2020

Os recursos financeiros que não devem ser reconhecidos como receita orçamentária são:

a) multas e juros de mora.

b) alienação de bens móveis e contribuições sociais.

c) *superávit* financeiro e receita industrial.

d) *superávit* financeiro e cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar.

e) imposto sobre exportação e IPVA.

39. VUNESP /EsFCEx/2020

Os recursos financeiros que não devem ser reconhecidos como receita orçamentária são:

a) multas e juros de mora.

b) superavit financeiro e cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar.

c) superavit financeiro e receita industrial.

d) alienação de bens móveis e contribuições sociais.

e) imposto sobre exportação e IPVA.

40. VUNESP/Pref Morro Agudo/2020

Assinale a alternativa correta sobre Receita Pública.

a) Receita Orçamentária não efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

https://t.me/kakashi_copiador

b) Receita Orçamentária efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.

c) Ingressos orçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário.

d) Os ingressos extraorçamentários, em geral, não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis.

e) A classificação da receita orçamentária é de utilização facultativa para os entes da Federação, sendo facultado seu desdobramento para atendimento das respectivas peculiaridades.

41. VUNESP/CM Boituva/2020

Uma receita orçamentária não efetiva é aquela que não altera a situação líquida patrimonial no momento do reconhecimento do crédito e, por isso, constitui fato contábil permutativo, como é o caso da receita

a) de operação de crédito.

b) de prestação de serviços.

c) obtida com aplicação de multas.

d) de impostos indiretos.

e) obtida com aplicações financeiras.

42. VUNESP -/CM Boituva/2020

São arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentárias as receitas obtidas por

a) depósitos em caução.

b) contratação de empréstimos obtidos junto a entidades privadas.

c) operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

d) emissão de papel moeda.

e) fianças.

https://t.me/kakashi_copiador

43. VUNESP /EsFCEx/2020

São exemplos de ingressos extraorçamentários:

a) receita agropecuária, industrial e de serviços financeiros.

b) impostos, taxas e contribuições de melhoria.

c) transferências de instituições privadas, do exterior e de pessoas físicas.

d) multas contratuais, indenizações e pagamento de juros.

e) depósitos em caução e operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

44. VUNESP /CM Boituva/2020

Integram a Dívida Ativa não Tributária os créditos da fazenda pública provenientes de

a) não recolhimento da parcela do ICMS.

b) atraso nas parcelas pertinentes a tributos municipais.

c) títulos públicos não recolhidos pelos agentes financeiros.

d) multas por descumprimento de obrigação legal relativa a tributos.

e) preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos.

45. VUNESP /EsFCEx/2020

As receitas públicas arrecadadas dentro do exercício financeiro aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas. Elas são classificadas como receita:

a) corrente.

b) empenhada.

c) patrimonial.

d) de capital.

e) operacional.

https://t.me/kakashi_copiador

46. VUNESP/Pref Morro Agudo/2020

É(são) exemplo(s) de transferência(s) corrente(s) tributária(s):

a) cessão de direitos.

b) concessões e permissões.

c) contribuições de melhoria.

d) exploração do patrimônio imobiliário do Estado.

e) valores mobiliários.

47. VUNESP /Pref Morro Agudo/2020

É classificada como uma receita orçamentária de capital a receita

a) decorrente de multas e juros de mora cobrados sobre tributos recolhidos com atraso.

b) patrimonial.

c) de operações de crédito realizadas pelo ente público com instituições financeiras.

d) industrial.

e) decorrente de recebimentos da dívida ativa do ente público.

48. VUNESP/VALIPREV/2020

Com relação às receitas correntes e às receitas de capital, assinale a alternativa correta.

a) Ambas aumentam a disponibilidade financeira.

b) Ambas aumentam o Patrimônio Líquido.

c) As receitas correntes não aumentam o Patrimônio Líquido.

d) As receitas de capital aumentam o Patrimônio Líquido.

e) Nenhuma das duas aumenta a disponibilidade financeira.

49. VUNESP /EsFCEx/2020

https://t.me/kakashi_copiador

As receitas públicas que representam recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independente da contraprestação direta em bens e serviços, são classificadas como

a) operações de crédito.

b) amortização de empréstimos.

c) alienação de bens.

d) outras receitas de capital.

e) transferências correntes.

50. VUNESP/FITO/2020

É classificada como receita corrente (classificação econômica) a receita de

a) alienação de bens imóveis.

b) emissão de títulos da dívida agrária.

c) amortização da dívida ativa.

d) multas e juros de mora sobre tributos pagos com atraso.

e) alienação de bens apreendidos.

51. VUNESP/Pref Morro Agudo/2020

As Receitas Correntes

a) aumentam as disponibilidades financeiras do Estado.

b) constituem instrumento para reduzir programas e ações orçamentários.

c) não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

d) são arrecadadas dentro do exercício financeiro seguinte.

e) são as provenientes da constituição de dívidas.

52. VUNESP/UNIFAI/2019

De acordo com a Lei nº 4.320/64, a Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas

https://t.me/kakashi_copiador

A) inclusive as receitas de aplicação de fundos especiais.
B) inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
C) inclusive as contribuições de melhoria.
D) exceto as receitas mobiliárias.
E) exceto o auxílio para as inversões financeiras.

53. VUNESP /Pref. de São José dos Campos SP/2018

A Lei do Orçamento nº 4.320/64, em seu parágrafo único do art. 3º, determina que todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei, são compreendidas por ela, com exceção das operações de crédito

a) suplementares de qualquer importância e de qualquer origem.
b) resultantes de alienação de bens imóveis mesmo que forem especificamente autorizadas pelo Poder Legislativo.
c) advindas das receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária e industrial.
d) por antecipação de receita, das emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.
e) provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; e da conversão, em espécie, de bens e direitos; recursos recebidos de
outras pessoas.

54. VUNESP/Câmara Municipal de Jales SP/2018

Receitas orçamentárias são, por definição, as que possibilitam

a) variações patrimoniais compensadas.
b) execução de programas e ações.
c) atender as obrigações de qualquer natureza.
d) ingressos financeiros de origem tributária.
e) autorizações de despesas equivalentes.

55. VUNESP /Câmara de Campo Limpo Paulista SP/2018

Ingresso extraorçamentário são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis, os ingressos extraorçamentários, em geral, não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade. Dessa forma, representam

https://t.me/kakashi_copiador

a) aumento permanente dos recursos financeiros.
b) operações de crédito.
c) outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.
d) empenho.
e) arrecadação temporária.

56. VUNESP /Pref. de São Bernardo do Campo SP/2018

São considerados ingressos extraorçamentários os recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário, por exemplo:

a) receita agropecuária, de serviços e receita patrimonial.
b) receita patrimonial, taxas e serviços de terceiros.
c) receita de serviços, alienação de bens e investimentos.
d) depósitos em caução e operação de crédito por antecipação de receita.
e) receita patrimonial, emissão de moeda e alienação de bens.

57. VUNESP/Pref. de Sertãozinho SP/2018

São exemplos de ingressos extraorçamentários:

a) impostos, taxas e contribuições de melhoria.
b) receitas agropecuária, industrial e de serviços financeiros.
c) transferências de instituições privadas, do exterior e de pessoas físicas.
d) depósitos em caução, fianças e operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).
e) multas contratuais, indenizações e pagamento de juros.

58. VUNESP/Câmara de Marília/2016

Trata-se de disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário. É um instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, além de atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Pode-se entender, pela leitura do texto, que este trata

a) da disponibilidade de caixa público.
b) das fontes de financiamento público.
c) da receita orçamentária.
d) do excesso de arrecadação.

https://t.me/kakashi_copiador

e) do fluxo financeiro orçamentário.

59. VUNESP/Unifesp/2014

A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
Quando a receita recolhida pertence ao tesouro ou ao órgão a que está recebendo é classificável como:

a) extraorçamentária.
b) patrimonial.
c) transferências correntes.
d) outras receitas correntes.
e) orçamentária.

60. VUNESP/FPMSC/2012

Segundo as normas contábeis e legislação vigentes aplicadas ao setor público, percebem-se três ênfases: a legal, a orçamentária e a patrimonial. Na coincidência entre elas, os ingressos não destinados a financiar a despesa orçamentária, independentemente da execução orçamentária, e que não aumentam a situação líquida patrimonial referem-se à receita:

a) orçamentária.
b) tributária.
c) operacional.
d) de taxas e contribuições.
e) extraorçamentária.

61. VUNESP/UNESP/2012

A receita que não integra o orçamento público, classificada em contas financeiras adequadas, existentes no plano de contas da entidade, tais como: cauções, fianças, depósito para garantia de instância, entre outras, é a:

a) de processamento.
b) extraorçamentária.
c) de doações.
d) financeira.
e) especial.

https://t.me/kakashi_copiador

62. VUNESP/UNESP/2012

Todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, quer seja efetivado mediante numerários ou outros bens representativos de valores, que o governo tem o direito de arrecadar em virtude de leis, contratos ou quaisquer outros títulos de que derivem direitos a favor do Estado, quer seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertencem, refere-se à:

a) receita arrecadatória.
b) previsão de caixa e contas a receber.
c) receita pública privada.
d) receita pública.
e) metodologia de previsão de receita de caixa pública.

63. VUNESP/FUNSERV Sorocaba/2011

O conjunto de ingressos de recursos financeiros, os quais poderão ser aplicados na aquisição de bens ou serviços que possibilitam a manutenção, o funcionamento e a expansão dos serviços públicos, direta ou indiretamente, caracteriza:

a) investimentos públicos.
b) inversões públicas.
c) dívida fundada.
d) despesa pública.
e) receita pública.

64. VUNESP/TJ SP/2008

Os ingressos pertencentes a terceiros, arrecadados por ente público, exclusivamente para atender exigências contratuais, pactuadas para posterior devolução, caracterizam as receitas:

a) tributárias.
b) orçamentárias.
c) agropecuárias.
d) industriais.
e) extraorçamentárias.

65. VUNESP/TJ SP/2019

https://t.me/kakashi_copiador

As receitas, cuja arrecadação ocorre dentro do exercício financeiro, contribuem para o aumento das disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e nas ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas, e provenientes de tributos, contribuições, exploração do patrimônio, entre outras, são classificadas como

A) correntes.
B) de transferência.
C) intraorçamentárias.
D) financeiras.
E) arrecadatórias.

66. VUNESP/UNIFAI/2019

O Município de Adamantina decide vender bem imóvel dominical de sua titularidade para terceiros. Nos termos da Lei nº 4.320/64, a receita advinda dessa venda é classificada como

A) receita de capital.
B) receita corrente.
C) transferência corrente.
D) transferência de capital.
E) receita patrimonial.

67. VUNESP/TJ SP/2019

Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de receita corrente.

A) Alienação de bens.
B) Resgate de títulos do tesouro.
C) Operações de crédito de longo prazo.
D) Integralização de capital social.
E) Multas administrativas e contratuais ativas.

68. VUNESP/Câmara de Piracicaba/2019

São oriundos da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas – nacionais ou internacionais, as receitas

A) de operação de crédito.
B) compulsórias.

https://t.me/kakashi_copiador

C) ordinárias.
D) de serviços.
E) correntes.

69. VUNESP / UNIFAI/ 2019

Em relação à receita e sua classificação, é correto afirmar que

A) são receitas de capital as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas de capital.
B) tributo é a receita derivada, instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou especificas exercidas por essas entidades.
C) operações de crédito, alienação de bens e transferências correntes são classificadas como receitas correntes.
D) são receitas correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas correntes.
E) o superávit primário e nominal do orçamento corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes e de capital, constituirá item de receita orçamentária, constituindo as receitas correntes, desde que classificado como transferência de capital.

70. VUNESP/Câmara de Campo Limpo Paulista/2018

A classificação da receita orçamentária é de utilização obrigatória para todos os entes da Federação, sendo facultado seu desdobramento para atendimento das respectivas peculiaridades. Nesse sentido, as receitas orçamentárias são classificadas segundo os seguintes critérios:

a) Operações de crédito; Previsão de arrecadação; Antecipação da receita.
b) Operações de crédito; Emissão de papel moeda; Indicador do resultado.
c) Previsão de arrecadação; Ingressos extraordinários; Ingressos orçamentários.
d) Receita orçamentária efetiva; Receita orçamentária não efetiva; Ingressos extraordinários.
e) Natureza; Fonte/Destinação dos recursos; Indicador do resultado primário.

71. VUNESP /Pref. de Sertãozinho/2018

https://t.me/kakashi_copiador

A classificação da receita orçamentária é subdividida em números com código decimal composto por

a) 6 dígitos.
b) 8 dígitos.
c) 12 dígitos
d) 10 dígitos.
e) 5 dígitos.

72. VUNESP/Pref. de Registro/2018

Assinale a alternativa que apresenta uma receita corrente, segundo as normas da contabilidade pública.

a) Operações de crédito.
b) Alienação de bens.
c) Amortização de empréstimos.
d) Transferências de capital.
e) Industrial.

73. VUNESP/Pref. de São José dos Campos/2018

As receitas orçamentárias correntes, no setor público, são arrecadadas no exercício financeiro e servem para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentárias. Classificam-se como receitas correntes as provenientes de

a) recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos.
b) tributos e taxas, contribuições, exploração do patrimônio estatal e exploração de atividades econômicas.
c) tributos, contribuições de melhoria e receitas oriundas de amortização de empréstimos.
d) taxas, contribuições de melhoria, operações de crédito e receitas oriundas de amortização de empréstimos.
e) tributos, contribuições, atividade agropecuária e atividade industrial.

74. VUNESP/Pref. de Nova Odessa/2018

Nos termos da Lei nº 4.320/64, o valor obtido com a alienação de bens imóveis dominiais do Município é classificado como

https://t.me/kakashi_copiador

a) receita patrimonial.
b) transferência corrente.
c) receita corrente.
d) operação de crédito.
e) receita de capital.

75. VUNESP/Pref. de São José dos Campos/2018

São receitas patrimoniais, segundo normas de contabilidade pública:

a) impostos, taxas e contribuições de melhorias.
b) receitas comerciais, financeiras, administrativas, educacionais, de transporte, de comunicações, de saúde, portuários, armazenagem, processamento de dados e outros serviços.
c) de venda e exploração de ativos, incluindo das advindas de financiamentos e investimentos.
d) das multas e juros de mora, indenizações e restituições, da dívida ativa e outras receitas diversas.
e) receitas imobiliárias, mobiliárias e participações societárias.

76. VUNESP/Pref. de Nova Odessa/2018

Observe a lista de receitas orçamentárias a seguir:

- Receita Patrimonial
- Receitas Imobiliárias
- Receita de Operações de Crédito
- Receita da Alienação de Bens Imóveis
- Receita da Dívida Ativa
- Receita da Amortização de Empréstimos
- Receita de Concessões efetuadas pelo Ente Público
- Receita de Multas e Juros de Mora

Nessa lista, o número total de receitas que são classificadas como receitas de capital é:

a) 2
b) 3
c) 4
d) 5
e) 6

77. VUNESP/PAULIPREV/2018

É classificada como receita de capital a receita orçamentária decorrente de

https://t.me/kakashi_copiador

a) dividendos pagos por companhia da qual o ente público seja acionista.
b) transferências de arrecadação de tributos efetuadas por outro ente público.
c) operações de crédito, exceto as efetuadas por antecipação de receita.
d) depósitos a título de caução efetuados por sociedades que participarão de processo de licitação.
e) juros sobre a dívida ativa do ente público.

78. VUNESP/Pref. de Registro/2018

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) conceitua receitas orçamentárias como

a) instituídas pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira.
b) Receitas Correntes e Receitas de Capital.
c) disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição. Essas receitas pertencem ao Estado.
d) as receitas tributária, contribuições, patrimonial, agropecuária e industrial.
e) decorrentes de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado.

79. VUNESP /TCE SP/2017

No que concerne ao esquema de classificação da receita pública, a amortização de empréstimos corresponde à

a) receita patrimonial.
b) receita de contribuições.
c) receita de capital.
d) transferência corrente.
e) operação de crédito.

80. VUNESP /Pref. de Porto Ferreira SP/2017

Classifica-se como receita de capital a receita proveniente de

a) impostos.
b) serviços.
c) alienação de bens.

https://t.me/kakashi_copiador

d) contribuições.
e) transferências correntes.

81. VUNESP/TCE SP/2017

As receitas orçamentárias decorrentes da exploração econômica da folha de pagamento de um ente público classificam-se como

a) receita de serviços.
b) transferências correntes.
c) receita tributária.
d) transferências de capital.
e) receita patrimonial.

82. VUNESP/UNIFESP/2016

De acordo com a classificação das receitas constante da Lei nº 4.320/64, é um exemplo de receita corrente do órgão público a proveniente

A) da alienação de bens imóveis.
B) de operações de crédito.
C) da amortização de empréstimos concedidos pelo Estado.
D) da emissão de papel moeda.
E) de aluguéis de imóveis pertencentes ao ente público.

83. VUNESP /Pref. Suzano/2016

Segundo a legislação específica, as receitas orçamentárias estão classificadas em receitas correntes e receitas de capital. Estão incluídos nas receitas de capital:

a) participações e dividendos.
b) valores mobiliários.
c) receitas imobiliárias.
d) amortizações de empréstimos concedidos.
e) cobranças de dívida ativa.

https://t.me/kakashi_copiador

84. VUNESP/Câmara de Pirassununga/2016

A Constituição Federal, nos arts. 157, inciso I e 158, inciso I, determina que pertençam aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios o IR (Imposto de Renda) e os proventos de qualquer natureza, incidentes na fonte, pagos por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem. Isso significa que os valores arrecadados com IR deverão ser contabilizados como

a) Receita Patrimonial.
b) Receita Tributária.
c) Transferências da União.
d) Outras Receitas Correntes.
e) Outras Transferências da União.

85. VUNESP/Fundunesp/2014

A receita e a despesa orçamentárias assumem, na Administração Pública, fundamental importância, pois representam o montante de que o Estado se apropria da sociedade por intermédio da tributação e a sua contrapartida aos cidadãos por meio da geração de bens e serviços. Isto posto, de acordo com os parágrafos 1.º e 2.º do artigo 11 da Lei n.º 4.320/64, classificam-se as Receitas na esfera pública em

a) Receitas Correntes e Receitas de Capital.
b) Receitas Correntes e Receitas Financeiras.
c) Receitas Orçamentárias e Superveniências Ativas.
d) Receitas Extraorçamentárias e Receitas de Capital.
e) Receitas Operacionais e Receitas Não Operacionais.

86. VUNESP/Unifesp/2014

De acordo com o art. 9.º da Lei n.º 4.320/64, tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades. Isto posto, pode-se afirmar que receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas:

a) Receitas de Capital e Receitas Financeiras.
b) Receitas Correntes e Receitas de Capital.
c) Receitas Patrimoniais e Receitas não Correntes.
d) Receitas de Capital e Receitas de Investimentos.
e) Receitas Correntes e Não Correntes.

https://t.me/kakashi_copiador

87. VUNESP/Prefeitura Estância Hidromineral de Poá/2014

As receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes, são, nos termos da Lei n.º 4.320/1964,

a) receitas correntes.
b) receitas de capital.
c) investimentos.
d) inversões financeiras.
e) transferências de capital.

88. VUNESP/Câmara de Itapeva/2014

Conforme os critérios estabelecidos pela Lei n.º 4.320/64, é classificado como uma receita corrente o ingresso de recursos proveniente de

a) alienação de bens imóveis.
b) dividendos recebidos de companhias nas quais o ente público tenha participação societária.
c) recursos recebidos de pessoas jurídicas de direito público para atender despesas de capital.
d) amortização de empréstimos concedidos pelo ente público a outros entes públicos.
e) superávit no orçamento de capital.

89. VUNESP/SEFAZ SP/2013

A receita pública distingue-se em receita orçamentária e receita extraorçamentária. A receita extraorçamentária é representada no balanço patrimonial como passivo financeiro, ou seja, são recursos de terceiros que transitam pelos cofres públicos. Já a receita orçamentária é aquela que

a) contribui para o orçamento público e ainda é proveniente de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado.
b) pode ou não pertencer de fato à entidade e se classifica economicamente em Receitas Tributárias e Receita de Capital.
c) contribui para o orçamento público e ainda é proveniente de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, da conversão, de bens e direitos.
d) pertence de fato à entidade e se classifica economicamente em Receitas Correntes e Receita de Capital.
e) quando é destinada, visa atender às despesas classificáveis como Despesas Correntes.

https://t.me/kakashi_copiador

90. VUNESP/IAMSPE/2012

Nos termos da Lei Geral do Orçamento, é receita de capital a proveniente de:

a) impostos.
b) operações de crédito.
c) contribuições.
d) contribuições de melhoria.
e) serviços.

91. VUNESP/Câmara Municipal de Mauá/2012

De acordo com a Lei n.º 4.320/64, são consideradas receitas de capital as receitas:

a) agropecuárias.
b) industriais.
c) patrimoniais.
d) oriundas de constituição de dívidas.
e) de serviços.

92. VUNESP/UNESP/2012

As receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital e, ainda, o superávit do orçamento corrente, são classificadas, segundo a Lei n.º 4.320/64, como:

a) correntes.
b) extra-correntes.
c) de processamento.
d) de doações.
e) de capital.

93. VUNESP/Prefeitura de São Carlos/2012

São Receitas Correntes as receitas: tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado quando:

a) destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.

https://t.me/kakashi_copiador

b) destinadas a atender receitas classificáveis em receitas correntes.
c) relacionadas às receitas provenientes de recursos financeiros.
d) relacionadas à transferência de recursos financeiros.
e) relacionadas às transferências correntes.

94. VUNESP/UNESP/2012

As receitas tributárias de contribuições, patrimonial, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público e privado, quando destinadas a atender as despesas classificáveis em despesas correntes, são classificadas, segundo a Lei n.º 4.320/64, como

a) de investimentos.
b) de capital.
c) econômicas.
d) pré-orçamentárias.
e) correntes.

95. VUNESP/IAMSPE/2012

O exercício regular do poder de polícia, conforme definido na lei que disciplina a matéria, autoriza a cobrança da espécie tributária denominada:

a) imposto.
b) taxa.
c) contribuição social.
d) contribuição de intervenção no domínio econômico.
e) contribuição no interesse de categorias econômicas.

96. VUNESP/FESC/2012

O sistema tributário nacional é regido pelo disposto na Emenda Constitucional n.º 18, de 1.º de dezembro de 1965, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições e em leis estaduais, e em leis municipais. Segundo o Código Tributário Nacional – CTN – _____ é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Assinale a alternativa que completa, corretamente, o texto.
a) obrigação acessória
b) tributo
c) contribuição assistencial

https://t.me/kakashi_copiador

d) vendas
e) crédito

97. VUNESP/IAMSPE/2012

Assinale a alternativa em que está presente uma expressão que se associa à definição de tributo.

a) Prestação facultativa.
b) Instituição por decreto.
c) Atividade plenamente vinculada.
d) Atividade meramente discricionária.
e) Imposição de sanção por ato ilícito.

98. VUNESP/FESC/2012

De acordo com a Lei n.º 4.320/64, as receitas: tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas correntes, são classificadas como receitas:

a) de capital.
b) públicas privadas.
c) operacionais.
d) correntes.
e) orçamentárias e extraorçamentárias.

99. VUNESP/Prefeitura de São Carlos/2012

Segundo a definição tripartite de tributos adotada pelo Código Tributário, o gênero tributo tem três espécies. São elas:

a) impostos, taxas e contribuições fiscais.
b) impostos, taxas e preços públicos.
c) taxa, contribuição de melhoria e contribuição de intervenção do domínio econômico.
d) impostos, preços públicos e contribuições.
e) taxas, impostos e contribuições de melhoria.

https://t.me/kakashi_copiador

100. VUNESP/Prefeitura de São José do Rio Preto/2011

De acordo com a Lei que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para fins de elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, consideram-se receitas de capital as

a) receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras, e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificadas em Despesas Correntes.
b) receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras, e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público, apenas, quando destinadas a atender despesas classificadas em Despesas Correntes.
c) provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o Superávit do Orçamento Corrente.
d) provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis como Despesas Corrente.
e) derivadas, instituídas pelas pessoas políticas ou pelas pessoas jurídicas de direito privado, destinando-se os seus produtos ao custeio de atividades gerais ou específicas do Estado.

101. VUNESP/Prefeitura de São Carlos/2011

São consideradas receitas correntes, segundo a classificação por categoria econômica, as receitas

a) tributárias, as patrimoniais e as transferências correntes.
b) tributárias, as receitas de serviços e as inversões financeiras.
c) patrimoniais, as transferências correntes e as inversões financeiras.
d) de contribuições, as operações de crédito e as transferências de capital.
e) de contribuições, as operações de créditos e as inversões financeiras.

102. VUNESP/CREMESP/2011

Segundo o artigo 11 da Lei n.º 4.320/64, na categoria econômica de Receita Corrente não se inclui(em):

a) Amortização da Dívida.
b) Impostos.
c) Taxas.

https://t.me/kakashi_copiador

d) Transferências Correntes.
e) Contribuições de Melhoria.

103. VUNESP/UNESP/2010

Segundo a Lei n.º 4.320/64, são receitas correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas:

a) de direito público, quando destinadas a atender despesas e receitas classificáveis em despesas coerentes.
b) de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas de capital.
c) de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.
d) de direito público, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas de capital.
e) de direito privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas de capital.

104. VUNESP/ CETESB / 2009

O tributo que é pago como contrapartida de um serviço público prestado ou colocado à disposição do contribuinte é denominado

a) imposto.
b) taxa.
c) contribuição de melhoria.
d) multa.
e) juro de mora.

105. VUNESP/CETESB/2009

O tributo cujo fato gerador é o benefício gerado por obras públicas é denominado

a) imposto.
b) taxa.
c) contribuição de melhoria.
d) multa.
e) juro de mora.

https://t.me/kakashi_copiador

106. VUNESP/SAEE / 2009

Um dos aspectos da classificação da Receita da administração pública é quanto à sua Natureza; nesta classificação, situa-se a Receita Orçamentária, que corresponde à arrecadação de recursos financeiros autorizados pela Lei Orçamentária e que serão aplicados na realização de gastos públicos. Dentro da divisão da Receita Orçamentária, estão as receitas correntes, que são:

a) tributária, patrimonial, de serviços, alienação de bens.
b) operações de crédito, desalienação de bens e depreciação de empréstimos.
c) operações de crédito, alienação de bens e amortização de empréstimos.
d) transferências correntes e de capital.
e) tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, dentre outras.

107. VUNESP/CESP/2009

Assinale a opção que é considerada receita de capital.

a) Receita Patrimonial.
b) Receita Industrial.
c) Cobrança da Dívida Ativa.
d) Receita Agropecuária.
e) Receita de Conversão em espécie, de bens e direitos.

108. VUNESP/CREA SP/2008

De acordo com o artigo 9.º da Lei n.º 4.320/64, constitui receita derivada, instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou especificas exercidas por essas entidades. Trata-se de

a) Tributo.
b) Receita corrente.
c) Receita de capital.
d) Créditos adicionais.
e) Transferências correntes.

https://t.me/kakashi_copiador

109. VUNESP/CREA SP/2008

De acordo com os artigos 12 e 13 da Lei n.º 4.320/64, a despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas: Despesa Corrente e Despesa de Capital. São despesas de capital:

I. Aquisição de Imóveis
II. Juros da Dívida Pública
III. Equipamentos e Instalações
IV. Amortização da Dívida Pública
Estão corretos apenas
a) I e III.
b) II e III.
c) III e IV.
d) I, III e IV.
e) II, III e IV.

110. VUNESP /Pref. de São José dos Campos / 2018

Em conformidade com a Lei nº 4.320/64, a Receita Pública/ Orçamentária, para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, pode ser "efetiva" ou "não efetiva". Dessa forma, a Receita Orçamentária Efetiva é aquela em que

a) os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.
b) os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.
c) os registros contábeis relativos às entradas de ativos e passivos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes.
d) os registros contábeis relativos às entradas de ativos e passivos não foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, inclusive quanto aos empenhos.
e) os registros contábeis relativos às receitas orçamentárias foram precedidos de registro do reconhecimento do direito a receber.

111. VUNESP /Pref. de São Bernardo do Campo SP/2018

Uma receita orçamentária não efetiva é aquela que não altera a situação líquida patrimonial no momento do reconhecimento do crédito e, por isso, constitui fato contábil permutativo, sendo um exemplo a receita

a) de prestação de serviços.
b) obtida com aplicação de multas.
c) de operação de crédito.

https://t.me/kakashi_copiador

d) de impostos indiretos.
e) obtida com aplicações financeiras.

112. VUNESP/Pref. de Sertãozinho SP/2018

Trata-se de receita orçamentária não efetiva

a) aquela que, no momento do reconhecimento do crédito, aumenta a situação líquida patrimonial da entidade.
b) aquela de caráter temporário, cujo Estado é mero agente depositário.
c) aquela cuja origem é a receita tributária.
d) aquela que não altera a situação líquida patrimonial no momento do reconhecimento do crédito e, por isso, constitui fato contábil permutativo.
e) aquela proveniente do setor industrial e de prestação de serviços.

113. VUNESP/APOFP / 2017

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a classificação orçamentária por fontes permite segregar os recursos entre

a) efetivos e não efetivos.
b) correntes e de capital.
c) originários e derivados.
d) ordinários e vinculados.
e) permutativos e modificativos.

114. VUNESP/FPMSC/2012

A amortização de empréstimos concedidos, conforme legislação e normas contábeis atualizadas, constitui na Contabilidade Pública receita:

a) por mutação patrimonial.
b) de ingresso extraorçamentário.
c) de venda.
d) intraorçamentária.
e) derivada.

115. VUNESP/FPMSC/2012

https://t.me/kakashi_copiador

Segundo o parágrafo único do artigo 8.º da Lei Complementar n.º 101/00 e o artigo 50, inciso I, entende-se que a classificação da receita pública tem por objetivo identificar a origem e a destinação da receita, conforme regras, previamente estabelecidas. Consequentemente e conforme legislação e normas contábeis vigentes, tal identificação de origem e destinação é a classificação da receita por:

a) categorias.
b) fonte.
c) indicador de resultado.
d) natureza.
e) estágio.

116. VUNESP/DAE/2010

A receita pública que nada acrescenta ao patrimônio refere-se à:

a) efetiva.
b) derivada.
c) originária.
d) mutação patrimonial.
e) operacional.

117. VUNESP/CESP/2009

Considere a arrecadação das seguintes receitas orçamentárias:

I. impostos;
II. amortização de empréstimos;
III. cobrança de dívida ativa;
IV. receita de aluguéis.
Promovem as alterações efetivas no patrimônio, apenas, os itens:

a) I e II.
b) I e III.
c) II e III.
d) I e IV.
e) III e IV.

https://t.me/kakashi_copiador

Gabarito

Questão	Gabarito
1	E
2	E
3	A
4	A
5	C
6	B
7	D
8	E
9	A
10	D
11	D
12	A
13	C
14	A
15	D
16	E
17	E
18	B
19	D
20	C
21	E
22	D
23	D
24	A
25	B
26	A
27	C
28	B
29	B
30	C
31	B
32	E
33	C
34	E
35	A
36	C
37	B
38	D
39	B
40	D
41	A
42	B
43	E
44	E
45	A
46	C
47	C
48	A
49	E
50	D
51	A
52	B
53	D
54	B
55	C
56	D
57	D
58	C
59	E
60	E
61	B
62	D
63	E
64	E
65	A
66	A
67	E
68	A
69	B
70	E
71	B
72	E
73	B
74	E
75	E
76	B
77	C
78	C
79	C
80	C
81	E
82	E
83	D
84	B
85	A
86	B
87	A
88	B
89	D
90	B
91	D

https://t.me/kakashi_copiador

94	E

95	B
96	B
97	C
98	D
99	E
100	C
101	A
102	A
103	C
104	B
105	C
106	E
107	E
108	A
109	D
110	B
111	C
112	D
113	D
114	A
115	B
116	D
117	D

https://t.me/kakashi_copiador

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1.

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2.

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3.

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4.

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5.

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6.

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7.

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8.

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.